



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

ARIÁDNE SCALFONI RIGO

**MOEDAS SOCIAIS E BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL:
APLICAÇÕES E IMPLICAÇÕES, TEÓRICAS E PRÁTICAS**

Salvador
Fevereiro de 2014

ARIÁDNE SCALFONI RIGO

**MOEDAS SOCIAIS E BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL:
APLICAÇÕES E IMPLICAÇÕES, TEÓRICAS E PRÁTICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (NPGA), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho

Salvador
Fevereiro de 2014

Escola de Administração - UFBA

R571 Rigo, Ariádne Scalfoni

Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas / Ariádne Scalfoni Rigo – 2014. 339 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Economia – Aspectos sociológicos 2. Economia solidária.
I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 306.3

ARIADNE SCALFONI RIGO

**MOEDAS SOCIAIS E BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL:
APLICAÇÕES E IMPLICAÇÕES, TEÓRICAS E PRÁTICAS**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Administração, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho – Orientador

Doutor em Administração (USP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Paul Israel Singer

Doutor em Sociologia (USP)
Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE)

Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz

Doutor em Economia Aplicada (Unicamp)
Universidade Federal De Pelotas (UFPEL)

Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior

Doutor em Administração (UFBA)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro

Doutora em Economia (UFMG)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profa. Dra. Rosana de Freitas Boullosa

Doutora em Políticas Públicas (Università IUAV di Venezia, Itália)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

João Joaquim de Melo Neto Segundo

Membro convidado – Instituto Palmas

A
Sandrinha (*in memoriam*) pela vida dedicada
à Economia Solidária e aos bancos comunitários no Brasil

Lembranças e Agradecimentos

Eu me lembro de quando, aos 15 anos, resolvi enfrentar o desafio de sozinha dar conta da minha vida. Eu não sabia ao certo como, e uma constante batalha entre a insegurança e a coragem foi travada. Nos 20 anos que se seguiram e com o apoio incondicional da minha família, venceu a coragem que me trouxe até aqui. Por isso, agradeço aos meus pais, Dona Alina e Seu Rigo, e a meus dois amores, Nando e Ariele.

Eu me lembro de quando, em 2009, decidi pelo doutorado da Escola de Administração da UFBA. Nessa época, eu já sabia como. Durante um ano e meio, todas as semanas eu viajava os 550 km de Petrolina a Salvador para assistir às aulas e voltava para ministrar as minhas. Foram quase 900 horas de ônibus para percorrer uma distância suficiente para dar uma volta e meia no planeta Terra, sem exageros. Todos me perguntavam: “como você consegue?”. Eu respondia: “não sei”, e guardava para mim uma forte vontade de desistir. Ao me lembrar de tudo isso, agradeço a Gaudêncio pela força e compreensão ao longo desse período e de todo o doutorado.

Lembro-me de quando, no início do curso, conversei pela primeira vez com meu futuro orientador, o professor Genauto França Filho. Foi quando ele, gentilmente, sugeriu que eu mudasse meu tema de pesquisa: “Você tem muito apego por aquela sua proposta de projeto de tese?”... Minutos depois eu estava diante do novo desafio de compreender o uso das moedas sociais no Brasil. Por me instigar e me orientar, agradeço ao professor Genauto. Agradeço-lhe especialmente por confiar no meu trabalho e pela amizade sincera que construímos.

Lembro-me de todas as disciplinas do curso e de algumas aulas inesquecíveis. Lembro-me da valiosa releitura de clássicos; da profundidade e das críticas que fundamentaram discussões; da imensidão que se abria ao discutir coisas do Brasil e do mundo. Lembro-me da busca, sempre reflexiva, para compreender a gestão, as organizações e as ações humanas. Por isso, agradeço a todos os professores do NPGA, sem exceções.

Mas agradeço especialmente ao professor Sandro Cabral, a quem aos poucos fui conhecendo. Eu lhe agradeço por toda atenção. Seus conselhos pragmáticos me ajudaram a enfrentar os desafios na finalização da tese.

Eu não poderia deixar de agradecer aos funcionários do NPGA, especialmente a Dacy e Anaélia, pela atenção às minhas dúvidas e solicitações durante todo o curso. Sem essa equipe empenhada, tudo teria sido muito mais difícil.

Por falar em equipe, agradeço a toda a equipe ITES, da qual faço parte desde 2011, pelas amizade e paciência dispensadas e pela estrutura disponibilizada. Especialmente, agradeço à Débora Dourado e à Núbia Cerqueira pelo compartilhamento das preocupações e ansiedades. Agradeço também aos pesquisadores Ives Romero, Raniere Moreira, Leonardo Leal, Diogo Rêgo e Joaquim Neto pelo empenho em me ajudarem na coleta dos dados.

Ao longo desta caminhada, pude contar com o apoio da apaixonante experiência do Banco Palmas e da rede brasileira de bancos comunitários. Agradeço às lideranças e aos agentes de crédito e a toda equipe do Banco Palmas pela receptividade. Em especial, agradeço ao João Joaquim de Melo Neto e à Sandra Magalhães pelo interesse na pesquisa e pela dedicação cotidiana à economia solidária e ao Conjunto Palmeiras. À Sandrinha, não apenas agradeço, mas dedico esta tese.

Lembro-me agora dos amigos da turma 2010 do NPGA, a “Galera do Eixo”, e agradeço a todos pelo compartilhamento das dores e das delícias desse inesquecível período. Em especial à amiga Pamela Brandão, por me permitir imprescindíveis desabaços.

Não poderia esquecer, ainda, dos sempre amigos Airton Cançado e Jeová Torres pela verdadeira parceria e cumplicidade.

E, por que não? agradeço ao Fred pela companhia incansável e a qualquer hora...

A Deus, pela coragem e fé necessárias para que eu chegasse até aqui.

Resumo

Esta tese investiga o fenômeno dos usos de moedas sociais criadas e gerenciadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) enquanto experiências circunscritas em territórios. Seu pressuposto é o de que os usos de moedas sociais pelos BCDs são capazes de promover transformações nas relações socioeconômicas no território em direção à melhoria das condições de vida locais. No entanto, esses usos não ocorrem sem desafios que possam comprometer as experiências e a constituição da política pública de finanças solidárias com base nos BCDs que têm se concretizado no Brasil com o apoio direto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) desde 2010. Sendo assim, os objetivos do trabalho foram: a) identificar, na literatura, diferentes experiências da criação e do uso de moedas sociais em outros países; b) caracterizar as experiências de uso de moedas sociais criadas pelos BCDs no Brasil diante de outras experiências de usos de moedas sociais no mundo; c) descrever a realidade dos BCDs e compreendê-los enquanto práticas integradoras de princípios econômicos plurais; d) compreender os desafios dos BCDs e do uso das moedas sociais em seus respectivos territórios; e) analisar o caso particular de uso da moeda social Palmas, criada e gerenciada pelo Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará; f) fornecer informações que subsidiem a continuidade da política pública de finanças solidárias com base em BCDs e no uso de moedas sociais no Brasil. O ineditismo desta tese se assenta sobre o conjunto de informações levantadas e sistematizadas sobre o fenômeno, tanto do conjunto de BCDs brasileiros, como do circuito da moeda social Palmas. A compreensão dos usos das moedas sociais no Brasil e em outros países exigiu um arcabouço teórico que enfatizasse as relações sociais e locais. Nesse sentido, no campo da sociologia econômica, definiu-se um marco teórico relacionando conceitos da teoria da dívida e da antropologia da moeda. A abordagem de economia substantiva polanyiana e sua atualização para compreender as práticas de economia solidária foram reflexões teórico-empíricas realizadas. Esta pesquisa é, na sua maior parte, de natureza qualitativa. As decisões metodológicas tomadas se resumem em três grandes fases: uma imersão etnográfica no Banco Palmas; um levantamento-diagnóstico em 47 BCDs do Brasil; e um mapeamento do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras. Nessas fases, uma diversidade de técnicas de coleta de dados foi empregada. No conjunto, os resultados desta pesquisa demonstram que o uso das moedas sociais na prática dos BCDs nos territórios possui capacidade de influenciar na dinâmica das relações socioeconômicas locais e contribuir com as transformações em direção à melhoria das condições socioeconômicas dos moradores. A análise do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras, apesar da comprovação do seu progressivo desuso pelos moradores, mostra a considerável rede de aceitação e de relações socioeconômicas criada no território. Os resultados demonstram que os BCDs alcançaram importantes resultados e indicam a adequação da sua metodologia para possibilitar o acesso aos serviços financeiros pelas pessoas mais pobres. No entanto, um conjunto de desafios comprometedores foi identificado. Os principais foram a dificuldade na obtenção de recursos para constituição e manutenção do fundo de crédito; os problemas na constituição de fundos para a formação do lastro; e o desafio relativo à construção da rede de aceitação da moeda no território. Por fim, este trabalho deixa o estímulo para investigar outros casos de uso de moedas sociais por BCDs, no intuito de oferecer informações que subsidiem o processo de (re)organização das economias territoriais e a continuidade da política pública de finanças solidárias no Brasil.

Abstract

This thesis investigates the phenomenon of the uses of social currency created and managed by the Community Development Banks (BCDs) while experiments in demarcated territories. The main assumption is that the usages of social currency by BCDs are able to promote changes in terms of trade in the territory towards the improvement of local living conditions. However these usages are not without challenges that can compromise the experiences and the establishment of public policy based on solidarity finance BCDs that have been realized in Brazil with the direct support of the National Secretariat for Solidarity Economy (Senaes) since 2010. Thus, the objectives were: a) Identify the literature, different experiences of creating and using social currencies in other countries; b) characterize the experiences of using social currency created by the BCDs in Brazil before other experiments uses social currency in the world; c) Describe the reality of BCDs and understand them as integrative practice of plural economic principles; d) Understand the challenges of BCDs and the use of social currencies in their respective territories; e) Analyze the particular case of use of social currency Palmas, created and managed by Banco Palmas in Conjunto Palmeiras (Fortaleza, Ceará); f) Provide information that supports continuity of public policy based on solidarity finance BCDs and use social currency in Brazil. The novelty of this thesis is based on the set of information collected and systematized on the phenomenon, both the set of BCDs Brazilians as the social currency Palmas circuit. Understanding the uses of social currencies in Brazil and other countries demanded a theoretical framework that emphasizes the social and local relations. In this sense, the field of economic sociology defined a theoretical framework relating concepts of the theory of giving and anthropology of money. The Polanyian substantive economy approach is updated to understand the practices of solidarity economy were theoretical and empirical considerations were made. This research is mostly of qualitative nature. The methodological decisions boil down into three phases: an ethnographic immersion in Banco Palmas, a survey - diagnostic in 47 BCDs from Brazil, and a mapping of the circuit Palmas in Conjunto Palmeiras. At these stages a variety of data collection techniques was employed. Taken together, the results have shown that the use of social currency in circulation in the territories of BCDs own ability to influence the dynamics of the relationships of local exchange and contribute to the transformation towards improving social and economic conditions of the residents. The analysis of Palms circuit in Conjunto Palmeiras, despite the evidence of its gradual disuse by the residents, shows considerable acceptance network and exchange relationships established in the territory. The results show that BCDs have achieved important results and indicate the appropriateness of its methodology to provide access to financial services for the poorest people. However, a number of demanding challenges were identified. The main difficulty was to obtain funding for construction and maintenance of the trust fund; problems in setting up funds for training of the ballast, and the challenge for the construction of the coin acceptance network in the territory. Finally, this paper makes the stimulus to investigate other cases of use of social currency for BCDs in order to provide information that supports the process of (re)organization of regional economies and the continued policy of solidarity finance in Brazil.

Lista de Ilustrações

Figura	1	Mapa conceitual da tese	20
Quadro	1	Organização dos conteúdos na tese	22
Figura	2	Mapa da distribuição do número de BCDs e moedas sociais por estado brasileiro	37
Gráfico	1	Evolução do número de BCDs e de moedas sociais no Brasil (1998 a 2013)	43
Quadro	2	Criação de BCDs e de moedas sociais no Brasil a cada ano (1998 a 2013)	43
Fotografia	1	Amostra de moedas sociais brasileiras	44
Figura	3	Representação do circuito básico da moeda social nos BCDs	45
Gráfico	2	Distribuição das moedas complementares em alguns países no mundo	53
Quadro	3	Tipos ideais e esquemas de moedas complementares	58
Quadro	4	Tipos ideais para as moedas modernas	64-65
Figura	4	Esquema interpretativo da tríplice ação dar-receber-retribuir	75
Quadro	5	Noções para aproximações entre Marx e Polanyi sobre a moeda	106
Figura	5	Distribuição do número de BCDs e moedas sociais por estado brasileiro em maio de 2012	122
Fotografia	2	Primeiras moradias do bairro; Construção coletiva do canal de drenagem	191
Fotografia	3	Sede da ASMOCONP e do Banco Palmas em 2012	194
Fotografia	4	Espaço de atendimento do Banco Palmas e fila para solicitação de crédito (jan. 2012)	197
Fotografia	5	Sede nova do Banco Palmas	198
Quadro	6	Relação de alguns projetos sociais do Instituto Banco Palmas	200
Gráfico	3	Evolução do volume de Palmas emitidas sob a forma de empréstimo	214
Gráfico	4	Razões do uso da Moeda Social Palmas	215
Quadro	7	Evolução do número de pessoas beneficiados com crédito para o consumo e de empreendimentos locais aceitando as Palmas (2005 a 2011)	217
Gráfico	5	Percentual de moradores do Conjunto Palmeiras que consomem no bairro	218
Gráfico	6	Evolução das despesas básicas no Conjunto Palmeiras (2002 a 2011) – Absoluto	218
Gráfico	7	Percentual das despesas básicas no Conjunto Palmeiras em 2011	218
Quadro	8	Legenda para leitura das redes representativas do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras	221
Figura	6	Rede do circuito completo das Palmas no Conjunto Palmeiras (99 atores)	223
Figura	7	Circuito das Palmas apenas entre os empreendimentos locais do Conjunto Palmeiras	225
Figura	8	Circuito das Palmas apenas entre empreendimentos locais do Conjunto Palmeiras (sem os 4 mercadinhos principais)	226
Figura	9	Circuito completo das Palmas e as relações que não se realizam mais em Palmas no Conjunto Palmeiras	228
Figura	10	Rede das relações atuais do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras	229
Figura	11	Rede atual do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras	230
Figura	12	Circuito atual das Palmas no Conjunto Palmeiras diante de novos sinais de enfraquecimento (27 atores)	231
Figura	13	Circuito atual das Palmas no Conjunto Palmeiras e o desuso pelos moradores	234
Figura	14	Circuito atual das Palmas no Conjunto Palmeiras e a tendência ao desaparecimento	236

Lista de Tabelas

Tabela	1	Região dos BCDs pesquisados	123
Tabela	1.1	Estado dos BCDs pesquisados	124
Tabela	2	Situação dos BCDs pesquisados por região	125
Tabela	3	Número de habitantes residentes x modalidade de território de atuação dos BCDs	127
Tabela	4	Distâncias médias entre o BCDs e o acesso a serviços bancários	128
Tabela	5	Organizações ofertantes de serviços bancários e financeiros nos territórios dos BCDs	129
Tabela	6	Tipos de organizações existentes no território de atuação dos BCDs	130
Tabela	7	Principais organizações parceiras dos BCDs no território	131
Tabela	8	Tipos de entidades gestoras dos BCDs	134
Tabela	9	Principais estruturas de gestão dos BCDs	135
Tabela	10	Composição do conselho gestor dos BCDs	136
Tabela	10.1	Outras estruturas de gestão e espaços de discussão criados e usados pelos BCDs	137
Tabela	11	Espaços de articulação política que os BCDs participam	138
Tabela	12	Número de trabalhadores dos BCDs	139
Tabela	13	Número de trabalhadores na função gerente nos BCDs	140
Tabela	14	Estatísticas das funções gerente e agentes de crédito e suas remunerações nos BCDs	141
Tabela	15	Estatísticas das modalidades de trabalhadores e seus vínculos empregatícios nos BCDs	142
Tabela	16	Quantidade média de pessoas atendidas mensalmente nos BCDs	143
Tabela	16.1	Número de habitantes residentes na área de atuação do BCD X número pessoas atendidas mensalmente	144
Tabela	17	Modalidades de serviços oferecidos pelos BCDs	146
Tabela	17.1	Disponibilidade de crédito em reais e correspondente bancário X média de pessoas mensalmente atendidas nos BCDs	146
Tabela	18	Linhas de crédito em reais oferecidas pelos BCDs	150
Tabela	19	Caracterização das linhas de crédito em reais oferecidas pelos BCDs – Estatísticas	152
Tabela	19.1	Estatísticas comparativas entre totais e médias de empréstimos dos BCDs	153
Tabela	20	Estatísticas comparativas entre totais e médias de empréstimos da linha de crédito produtivo dos BCDs	154
Tabela	21	Linhas de crédito oferecidas em moeda social pelos BCDs	156
Tabela	21.1	Caracterização das linhas de crédito em moeda social oferecidas pelos BCDs – estatísticas	157
Tabela	21.2	Estatísticas comparativas entre totais e médias das linhas de crédito em moeda social oferecidas pelos BCDs	158
Tabela	22	Mecanismos e informações utilizados pelos BCDs nas solicitações de crédito	161
Tabela	23	Modalidades de solicitação de crédito levadas para CAC avaliar	162
Tabela	24	Principais critérios utilizados pelos BCDs na aprovação de uma solicitação de crédito	163
Tabela	25	Critérios de inadimplência usados pelos BCDs	165
Tabela	26	Taxas gerais de inadimplência – Estatísticas	167
Tabela	27	Principais fontes de formação de fundo de crédito dos BCDs	168
Tabela	28	Caracterização dos valores do fundo de crédito inicial e atual e da carteira de crédito ativa pelos BCDs – Estatísticas	170
Tabela	28.1	Caracterização comparativa dos valores do fundo de crédito inicial e atual e da carteira de crédito ativa dos BCDs – Estatísticas	171
Tabela	29	Principais fontes de receitas dos BCDs	172

Tabela	30	Principais fontes de despesas dos BCDs	173
Tabela	31	Identificação dos BCDs e moedas sociais que não circulam	176
Tabela	32	Total de horas semanais dedicados a gestão da moeda social	179
Tabela	33	Número médio de comerciantes que aceitam a moeda social no território	180
Tabela	33.1	Número de habitantes do território X número de comerciantes que aceitam a moeda social	181
Tabela	33.2	Número de comerciantes do território X comerciantes que aceitam a moeda social	182
Tabela	34	Volume médio de moeda social trocado semanalmente nos BCDs	183
Tabela	35	Ações atuais e instrumento de estímulo ao uso da moeda social no território pelos BCDs	184
Tabela	36	BCDs que usam a moeda social como forma de remuneração dos membros	185
Tabela	37	Caracterização dos volumes inicial, atual e médio de moeda social em circulação nos territórios	186
Tabela	38	Volume de crédito dentre as diferentes carteiras do Banco Palmas	202
Tabela	39	Modelo de planilha para emissão de moedas sociais do Banco Palmas	212
Tabela	40	Modelo de planilha para controle da movimentação de moeda social do Banco Palmas	213
Tabela	41	Saídas e entradas de Palmas de jan. a out. de 2011	216

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
I CONTEXTUALIZAÇÃO, DELIMITAÇÕES E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	16
II QUESTÕES NORTEADORAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO	19
III ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA TESE	19
IV RESUMO DA METODOLOGIA DA PESQUISA: UM PERCURSO MULTIMETODOLÓGICO	24
V ALGUMAS NOTAS SOBRE A RELEVÂNCIA DA PESQUISA	26
PARTE I – CONTEXTOS E APLICAÇÕES: OS USOS DAS MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL E NO MUNDO	28
1. OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIROS E SUAS MOEDAS SOCIAIS	29
1.1 O PROBLEMA DA EXCLUSÃO FINANCEIRA E O PAPEL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO (BCDs)	29
1.1.1 CONTEXTUALIZANDO OS BCDs NA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO E DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS BRASILEIRAS	31
1.1.2 Os BCDs COMO PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DE MECANISMOS DE ATUAÇÃO NOS TERRITÓRIOS	36
1.2 MOEDAS SOCIAIS CIRCULANTES LOCAIS NA PRÁTICA DOS BCDs: ORIGEM E EXPANSÃO DAS EXPERIÊNCIAS PELO BRASIL	40
1.2.1 ORIGENS DOS CLUBES DE TROCA NO BRASIL	41
1.2.2 O USO DAS MOEDAS SOCIAIS PELOS BCDs E O INTUITO DE DINAMIZAR E REORGANIZAR AS ECONOMIAS LOCAIS	42
2. AS MOEDAS SOCIAIS E COMPLEMENTARES NO MUNDO	47
2.1 MOEDAS COMPLEMENTARES E SOCIAIS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	48
2.2 ENTENDENDO AS MOEDAS SOCIAIS BRASILEIRAS NO CONJUNTO DE MOEDAS COMPLEMENTARES E SOCIAIS NO MUNDO	54
2.2.1 AS TIPOLOGIAS DE MOEDAS COMPLEMENTARES E SOCIAIS DE BASE POLANYIANA	56
2.2.2 (RE) PENSANDO OS ASPECTOS DAS MOEDAS SOCIAIS DOS BCDs NO CONJUNTO DAS MOEDAS SOCIAIS COMPLEMENTARES	65
PARTE II – CONCEITOS E FUNDAMENTOS: ENTRE A ANTROPOLOGIA DA MOEDA E A SOCIOLOGIA ECONÔMICA	72
3. ANTROPOLOGIA DA MOEDA	73
3.1 O PARADIGMA DA DÁDIVA E O FENÔMENO EM SI COMO BASE PARA A ANTROPOLOGIA DA MOEDA	73

3.2 POR UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DA MOEDA	77
3.2.1 ORIGENS DA MOEDA: A “FÁBULA” DA ECONOMIA E OS TRÊS LADOS DA MOEDA	77
3.2.2. O ENTENDIMENTO ANTROPOLÓGICO SOBRE A MOEDA	81
3.2.2.1 Moedas, dívida e dom: os estudos etnográficos e os reforços empíricos à Teoria do Dom	84
3.3 A MOEDA EM POLANYI E SUAS RELAÇÕES COM O COMÉRCIO E O MERCADO	89
3.3.1 ESPECIFICIDADES DA NOÇÃO DE MOEDA EM POLANYI: A ESTABILIDADE E O ESTABELECIMENTO DE EQUIVALÊNCIAS NA ANTIGUIDADE	97
3.3.2 CONTRIBUIÇÕES PARA A NOÇÃO DE NÃO NEUTRALIDADE DA MOEDA: REFLEXÕES ACERCA DAS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO POLANYIANO E O MARXISTA SOBRE A MOEDA E SUA ORIGEM	99
3.3.2.1 Reflexões possíveis sobre as aproximações e diferenciações nas abordagens de Marx e Polanyi sobre a moeda	100
<u>4. A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA E A NOÇÃO SUBSTANTIVA DE ECONOMIA</u>	108
4.1 A NOÇÃO SUBSTANTIVA DE ECONOMIA E OS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS EM POLANYI	110
4.1.1 A IDEIA DE IMBRICAÇÃO (<i>EMBEDDEDNESS</i>) E OS MOVIMENTOS DOS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS POLANYIANOS	115
4.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E PRINCÍPIOS ECONÔMICOS POLANYIANOS: OS BCDS E AS MOEDAS SOCIAIS ENQUANTO EXPERIÊNCIAS MOBILIZADORAS DESTES PRINCÍPIOS NO TERRITÓRIO	117
<u>PARTE III – DIMENSÃO EMPÍRICA: A REALIDADE DOS BCDS E DO USO DAS MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL E O ENIGMÁTICO CASO DAS PALMAS</u>	121
<u>5. OS BCDS E O USO DAS MOEDAS SOCIAIS: ANÁLISES A PARTIR DO PRIMEIRO LEVANTAMENTO NO BRASIL</u>	122
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO	122
5.2 Os BANCOS COMUNITÁRIOS BRASILEIROS: EVIDÊNCIAS SOBRE SUA CAPACIDADE DE INTEGRAR PRINCÍPIOS ECONÔMICOS NOS TERRITÓRIOS	126
5.2.1 Os BCDS ENQUANTO EXPERIÊNCIAS TERRITORIALIZADAS QUE POTENCIALIZAM A INTEGRAÇÃO MERCADO- REDISTRIBUIÇÃO-DOMESTICIDADE-RECIPROCIDADE	126
5.2.2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS BCDS: REDE DE APOIO E FOMENTO E FONTES DE FINANCIAMENTO	132
5.2.3 AS ESTRUTURAS DE GESTÃO E GOVERNANÇA DOS BCDS E A MOBILIZAÇÃO DA RECIPROCIDADE	133
5.2.3.1 As pessoas nos BCDS e o seu papel de integradoras entre reciprocidade e domesticidade	139
5.2.4 O QUÊ E A QUEM SERVEM? A MAIS VALIA SOCIAL DOS BCDS E OS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO ENTRE MERCADO E REDISTRIBUIÇÃO	142
5.2.4.1 A redistribuição em números: as especificidades das linhas de crédito oferecidas pelos BCDS	148

5.2.4.2 Um mecanismo recíprocitário de circulação da redistribuição no mercado: a linha de crédito para consumo em moeda social	155
5.2.5 O PROCESSO DE SOLICITAÇÃO E AS DECISÕES SOBRE O CRÉDITO: CRIANDO RECIPROCIDADE PARA A REDISTRIBUIÇÃO E O CONTRA MOVIMENTO DO MERCADO	159
5.2.5.1 A noção diferenciada de inadimplência e as implicações para um possível contramovimento do mercado	164
5.2.6 A FORMAÇÃO DO FUNDO DE CRÉDITO E OUTRAS ESPECIFICIDADES: OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DOS BCDs NOS TERRITÓRIOS	167
5.3 AS MOEDAS SOCIAIS NOS BCDs NO BRASIL: ASPECTOS DA GESTÃO E OS DESAFIOS DO SEU USO NO TERRITÓRIO	175
<u>6. O CONJUNTO PALMEIRAS, O BANCO PALMAS E O ENIGMÁTICO CASO DA MOEDA SOCIAL PALMAS (P\$)</u>	189
6.1 CONJUNTO PALMEIRAS: O BAIRRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA HISTÓRIA CONTADA POR UM “SOLDADO” DO MOVIMENTO POPULAR	189
6.2 “NINGUÉM SUPERA A POBREZA SOZINHO”: A ATUAÇÃO DO BANCO PALMAS NO CONJUNTO PALMEIRAS	196
6.2.1 A CONCESSÃO DE MICROCRÉDITO PELO BANCO PALMAS	201
6.3 AS PALMAS (P\$): HISTÓRIA E MECANISMOS DE GESTÃO	208
6.3.1 AS EMISSÕES E A CIRCULAÇÃO DAS PALMAS NO CONJUNTO PALMEIRAS	214
6.3.2 A ENIGMÁTICA SITUAÇÃO DAS PALMAS NO CONJUNTO PALMEIRAS	217
<u>7. O CIRCUITO DAS PALMAS: MAPEAMENTO E INTERPRETAÇÕES A PARTIR DA ANTROPOLOGIA ECONÔMICA</u>	220
7.1 O CIRCUITO DAS PALMAS NO CONJUNTO PALMEIRAS: ESPECIFICIDADES DOS ATORES E DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DE TROCA	220
7.1.1 O ATUAL CIRCUITO DAS PALMAS: O PARADOXO DA RELAÇÃO ENTRE UM FRACO FLUXO MONETÁRIO NUMA FORTE REDE DE ACEITAÇÃO	229
7.1.2 UMA ENQUETE SOBRE AS PALMAS NA PERSPECTIVA DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS	233
7.1.3 O FUTURO DAS PALMAS E AS IDEIAS QUE SE CONCRETIZAM: DO MUSEU DA MOEDA SOCIAL À MOEDA SOCIAL ELETRÔNICA	236
7.2 O “PANO DE FUNDO” DA “FILOSOFIA” DO DOM E DA MOEDA SOCIAL E O INTUÍTO DE TRANSFORMAR O TERRITÓRIO	240
7.3 MOEDA SOCIAL E MERCADO LOCAL: APROXIMAÇÕES COM A NOÇÃO DE MOEDA EM POLANYI	243
<u>8. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	248
8.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SEUS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS	252
<u>PARTE IV – A CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO MULTIMETODOLÓGICO</u>	254
<u>9. POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO E AS ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO</u>	255

9.1 NATUREZA DA PESQUISA E POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO	255
9.1.1 POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO: UMA BUSCA NO ÂMBITO DA ETNOGRAFIA	255
9.2 ESTRATÉGIAS DA PESQUISA: UM CAMINHO MULTIMETODOLÓGICO	257
9.2.1 A IMERSÃO ETNOGRÁFICA NO BAIRRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	258
9.2.2 O LEVANTAMENTO-DIAGNÓSTICO DA REDE BRASILEIRA DE BCDS	259
9.2.3 O MAPEAMENTO DO CIRCUITO DA MOEDA SOCIAL PALMAS NO CONJUNTO PALMEIRAS	261
9.3 UM ÚLTIMO EXERCÍCIO DE ANÁLISE NO MOVIMENTO ENTRE O SUJEITO E O “OBJETO”	263
REFERÊNCIAS	265
APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO DA DISCUSSÃO SOBRE O MARCO LEGAL REGULATÓRIO BRASILEIRO PARA AS MOEDAS SOCIAIS E OS BCDS	273
APÊNDICE B – LISTA COMPLETA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDAS SOCIAIS DO BRASIL (DEZEMBRO/2013)	278
APÊNDICE C – MOSTRA DE IMAGENS DE MOEDAS COMPLEMENTARES E SOCIAIS	282
APÊNDICE D – QUADRO GERAL PARA CLASSIFICAÇÃO DAS MOEDAS COMPLEMENTARES E SOCIAIS	288
APÊNDICE E – SÍNTESE DOS ASPECTOS DO PENSAMENTO SOBRE A MOEDA EM MARX	300
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DO LEVANTAMENTO-DIAGNÓSTICO NOS BCDS BRASILEIROS	306
APÊNDICE G – TABELAS COMPLEMENTARES DO LEVANTAMENTO-DIAGNÓSTICO NOS BCDS BRASILEIROS	318
APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO DO MAPEAMENTO DO CIRCUITO DAS PALMAS NO CONJUNTO PALMEIRAS (EMPREENHIMENTOS LOCAIS E PROSSUMIDORES)	337
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DO MAPEAMENTO DO CIRCUITO DAS PALMAS NO CONJUNTO PALMEIRAS (MORADORES EM GERAL)	343

Introdução

I Contextualização, delimitações e problematização da pesquisa

As consequências sociais negativas provocadas pelo despontamento e domínio de um modelo de produção excludente, como a degradação do trabalho, impulsionaram fortemente a criação de diferentes formas de organização social vistas como possibilidades para relações mais justas e igualitárias na sociedade. Essas iniciativas coletivas, sob a forma, por exemplo, de cooperativas, sindicatos e associações, ganharam espaço mediante o próprio princípio da ação liberal concentradora e geradora de desigualdades e desemprego. Hoje, resistem e continuam a surgir nas mais variadas formas e em todo o mundo (QUIJANO, 2005; SINGER, 2005). Os estudos e práticas relativos a essas iniciativas coletivas constituem o diversificado campo da economia solidária, dentro do qual França Filho (2004) chama a atenção para a diversidade de experiências e de contextos.

As experiências de economia solidária, notadamente as vinculadas por programas e projetos governamentais ou não governamentais, frequentemente estão associadas a um conjunto de alternativas que visa a melhoria da vida da população em determinados territórios. Essa busca, que pode ser estimulada e empreendida com o apoio de entidades da sociedade civil, do poder público ou da própria comunidade organizada, ao longo das últimas décadas, tem assumido diferentes estratégias de ação. O acesso ao crédito dentro de um processo de inclusão financeira por organizações não bancárias tem sido visto como uma dessas estratégias de ação. De acordo com Carvalho e Abramovay (2004), existe uma incapacidade ou desinteresse do sistema financeiro formal em atender a população mais pobre, e as organizações locais teriam a capacidade de se inserirem na teia de relações locais e oferecer produtos e serviços financeiros mais adequados a esse público.

No Brasil, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são práticas de finanças solidárias que atuam nesses tipos de território, facilitando o acesso ao crédito e oferecendo outros serviços financeiros aos moradores. Essas práticas associativas se fundamentam em relações de proximidade, confiança e de solidariedade. No âmbito da sua atuação no território, criam e utilizam “moedas sociais” circulantes locais. Essas moedas sociais são os mecanismos mais estratégicos e emblemáticos da sua ação; desempenham papel econômico ao estimularem o consumo no território e a circulação

interna da riqueza, mas desempenham também papel político e identitário. O uso da moeda social no território envolve a noção de apropriação cidadã da moeda, da história e da identidade do lugar.

Diversas experiências de criação e uso de circulantes locais têm se manifestado em vários países, sob as mais variadas formas. Embora o interesse pela sua criação e seu uso não estejam necessariamente relacionados com situações de crise econômica, são notórios os casos das moedas complementares da Argentina no início dos anos 2000, em meio à crise e ao endividamento das províncias do país. Atualmente, a crise econômica na Europa também tem estimulado o surgimento de inúmeros casos de usos de moedas complementares por grupos, redes e regiões em diversos países. Nos últimos 2 anos, mais de uma centena de experiências desse tipo foram criadas na Grécia e na Espanha, por exemplo.

Esse conjunto complexo de moedas complementares e sociais evidencia a necessidade de um arcabouço teórico e conceitual que possibilite compreender esse campo de práticas. Na antropologia econômica, encontramos um arcabouço de análise que parece apropriado para esse assunto, tanto pela amplitude que oferece ao entendimento sobre os usos da moeda, quanto pela ênfase dada às relações sociais e locais (notadamente as culturais e políticas). Para a antropologia econômica, a moeda não é única, uniforme e generalizada, mas existe de formas múltiplas. Nessa perspectiva, as moedas são qualificadas em “razão dos seus usos e das significações individuais que lhe são atribuídas [...]” (ZELIZER, 2005, p. 55).

Nesta tese, não nos propomos a debater e aprofundar conceitos que seriam muito próprios da economia ou da antropologia. Nossa expertise está no campo de práticas da economia solidária, buscando no conjunto das abordagens da antropologia econômica e da moeda uma perspectiva analítica mais fecunda. Concordamos com Blanc (1998), quando afirma que as interpretações clássicas sobre a moeda não podem excluir uma diversidade de práticas que depositam na confiança o principal fator de integração social. Além disso, essas moedas sociais estão a serviço da comunidade e não do capital, apontando para um entendimento diferenciado sobre o fato econômico como o encontrado no campo da sociologia econômica e na concepção substantiva da economia em Polanyi. Nessa concepção, a economia é “apreendida como o conjunto de fenômenos que decorrem da dependência do homem ao contexto da natureza e de seus semelhantes”, remetendo ao seu sentido histórico, social e político (POLANYI, 2000, p.

56). Ao adotarmos tal interpretação, nos afastamos do entendimento sobre a moeda da economia clássica, para o qual ela é vista como neutra, um instrumento de troca incapaz de afetar as relações entre as coisas e as pessoas que participam do conjunto dessas trocas (ZELIZER, 2005; LIETAER e KENNEDY, 2010; SERVET, 1993).

Apesar de a ênfase deste trabalho recair sobre o uso de moedas sociais, procuramos compreendê-lo conectado às organizações locais que as criam e fazem sua gestão. Nesse caso, o fenômeno estudado se traduz no uso de moedas sociais criadas e geridas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Além disso, os BCDs e o uso de moedas sociais se inscrevem em um território específico e, portanto, a dimensão territorial perpassa toda a discussão. Tal noção se baseia no entendimento de território enquanto território de uso e de interações sociais que se (re)definem constantemente (SANTOS, 1996 e 2000).

O pressuposto geral desta tese é o de que **os usos de moedas sociais pelos BCDs são capazes de promover transformações nas relações socioeconômicas no território** em direção a um processo de melhoria das condições de vida locais. No entanto, esse uso não se dá sem desafios que podem comprometer, de modo particular, as experiências, e de modo geral, a constituição de uma política pública de finanças solidárias com base nos BCDs que passa a se concretizar no Brasil com o apoio direto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir de 2005.

Sendo assim, questionamos: **que desafios se impõem ao uso de moedas sociais na prática de gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento?** É diante do contexto nacional de estabelecimento de uma política pública de finanças solidárias que investigar os desafios dessas experiências se torna ainda mais importante. De modo geral, essa questão nos convida a **analisar os desafios do uso das moedas sociais vivenciados pelos BCDs em seus territórios.**

No entanto, a simplicidade de tal pergunta e, aparentemente, do objetivo geral, não nos impede de irmos além de sua resposta, ampliando as análises em termos contextuais, teóricos e da própria realidade. É nestes três eixos – contextos, conceitos e realidade – e na relação entre eles que se organiza este trabalho e que estabelecemos objetivos específicos que possibilitem uma mais ampla compreensão do fenômeno investigado.

O ineditismo desta tese se assenta sobre o conjunto de informações levantadas e sistematizadas sobre o fenômeno em questão, tanto do conjunto de BCDs brasileiros, como na forma do detalhamento do circuito da moeda social (no estudo de caso das Palmas). Pesquisas dessa natureza ainda não haviam sido empreendidas sobre o fenômeno aqui investigado. Além disso, a nosso ver, o conjunto dos resultados e a compreensão do fenômeno permitiu o entendimento da capacidade dessas experiências de promoverem transformações positivas no território e os desafios nesse caminho. É nisso que reside a principal relevância em empreender esta pesquisa.

II Questões norteadoras e objetivos específicos do trabalho

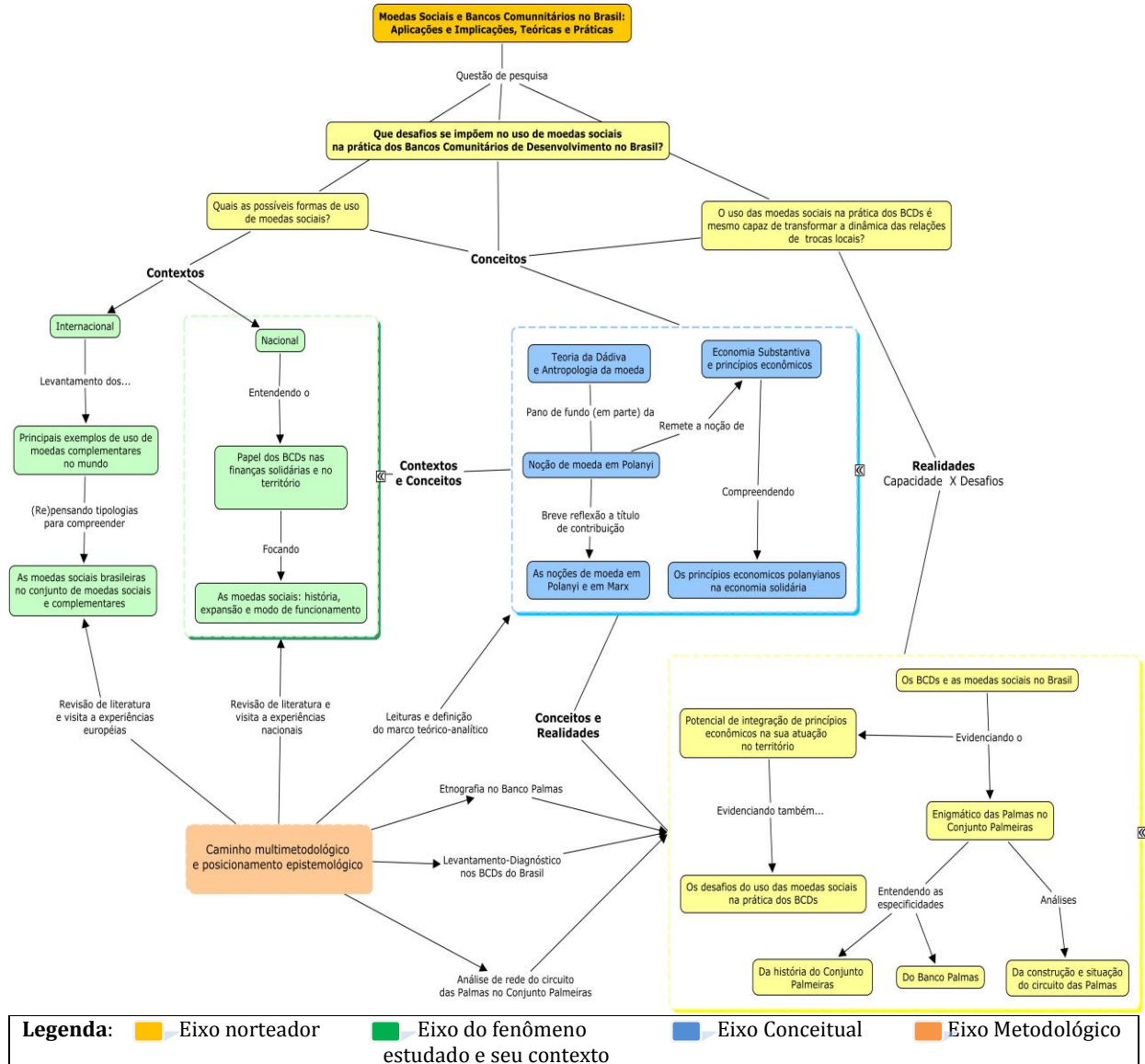
- a) Quais as possíveis formas de usos de moedas sociais?
- ✓ Identificar, na literatura, diferentes experiências da criação e uso de moedas sociais em outros países;
 - ✓ caracterizar as experiências de uso de moedas sociais criadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil diante de outras experiências de usos de moedas complementares e sociais no mundo.
- b) Quais desafios se impõem ao uso de moedas sociais na prática de gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento?
- ✓ Descrever os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e compreendê-los enquanto práticas integradoras de princípios econômicos plurais;
 - ✓ compreender os desafios dos BCDs e do uso das moedas sociais em seus respectivos territórios.
- c) O uso das moedas sociais na prática dos BCDs é mesmo capaz de transformar a dinâmica das relações socioeconômicas locais?
- ✓ Analisar o caso de uso da moeda social Palmas, criada e gerenciada pelo Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará;
 - ✓ fornecer informações que subsidiem a continuidade e o fortalecimento da política pública de finanças solidárias com base em BCDs e no uso de moedas sociais no Brasil.

III Estrutura e organização da tese

Juntos, a Figura 1, elaborada com base no uso da técnica de elaboração de mapas conceituais, e o Quadro 1, foram elaborados com o intuito de representar as articulações

entre contexto, teoria e realidade (dimensão empírica da pesquisa), bem como as decisões metodológicas empreendidas. Especificamente o Quadro 1, a seguir, organiza o conteúdo dos capítulos com base nas questões norteadoras e nos objetivos específicos.

Figura 1– Mapa conceitual da tese



Como visto na Figura 1, dividimos esta tese em quatro eixos. O primeiro, representado em amarelo, é composto pelas questões norteadoras e pelo pressuposto que é reelaborado na forma de questão de pesquisa. O segundo eixo, em verde, concentra o fenômeno estudado e seus contextos nacional e internacional. O fenômeno estudado é composto pelas moedas sociais dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), sendo importante relacioná-las aos próprios BCDs como organizações que as criam e gerenciam, ao papel dessas entidades na política de finanças solidárias e à noção de território. O terceiro eixo, em azul, é relativo à definição e à sistematização dos conceitos do campo da sociologia e antropologia econômica que nos permitiu interpretar a realidade e compreender a capacidade dos BCDs e das moedas sociais em transformar as relações socioeconômicas no território. No entanto, as análises da realidade identificaram um conjunto de desafios muito significativos. O quarto eixo, em laranja, constitui-se das estratégias metodológicas que foram combinadas ao longo do percurso da pesquisa.

O Quadro 1 oferece a organização dos capítulos do trabalho, estreitamente relacionados aos objetivos específicos propostos e às três dimensões: contextos, conceitos e realidades. Estas dimensões contribuem para a organização do conteúdo e oferece didática ao texto, mas os limites entre elas não são estanques.

Quadro 1– Organização dos conteúdos na tese

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA TESE				
Dimensões	Aplicações práticas	Aplicações e Implicações Teóricas	Implicações Práticas	Aplicações e Implicações, teóricas e práticas
	Contextos	Conceitos	Realidades	Conceitos-Realidades
Questões norteadoras	Quais as possíveis formas de usos de moedas sociais?	(Que abordagens teóricas podem nos ajudar a compreender o uso das moedas sociais na prática dos BCDs?)	Quais desafios se impõem ao uso de moedas sociais na prática de gestão dos BCDs?	O uso das moedas sociais na prática dos BCDs são mesmo capazes de transformar as relações socioeconômicas locais?
Envolve...	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os usos de moedas em outros países - Caracterizar as experiências de uso de moedas sociais criadas pelos BCDs diante de outras experiências de usos de moedas complementares e sociais no mundo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistematizar as abordagens do campo da sociologia e antropologia econômica relativas ao entendimentos da moeda e da economia substantiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever os BCDs e compreendê-los enquanto práticas integradoras de princípios econômicos plurais. - Compreender os desafios dos BCDs e do uso das moedas sociais em seus respectivos territórios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar detalhadamente o caso de uso da moeda social Palmas, criada e gerenciada pelo Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará. - Fornecer informações e análises que subsidiem a continuidade e o fortalecimento da política pública de finanças solidárias com base em BCDs e no uso de moedas sociais
Por meio de...	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e caracterização dos casos no Brasil - Apresentação de tipologias critérios para compreensão das moedas sociais brasileiras e estrangeiras 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão de literatura e definição de um marco teórico analítico 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento-diagnóstico dos BCDs e moedas sociais no Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de caso da moeda social Palmas por meio da análise do seu circuito no território. - Discussão dos resultados e sistematização de informações para uma política pública de finanças solidárias

Sendo assim, esta tese se divide em 4 grandes partes. As três primeiras dizem respeito a essas dimensões e a última detalha o caminho metodológico percorrido. A Parte I se refere ao Contexto e Aplicações, ou seja, apresenta os usos de moedas complementares e sociais no cenário nacional e internacional. No primeiro capítulo, apresentamos o cenário nacional e explicamos o modo de funcionamento do circuito

monetário que se cria no âmbito das práticas dos BCDs. No segundo capítulo, apresentamos o cenário internacional e os exemplos mais conhecidos. Discutimos também algumas tipologias criadas e propomos uma reflexão a partir de alguns critérios para pensarmos as moedas sociais brasileiras no conjunto das moedas sociais de outros países.

Os estudos das experiências de usos de moedas sociais estimula a busca por um arcabouço teórico-conceitual mais amplo sobre a moeda e sobre a economia. Então, na Parte II, o Capítulo 3 sistematiza os conceitos relativos à Antropologia da Moeda, os quais dão corpo à discussão de um paradigma antiutilitarista, o paradigma do dom. Este paradigma da dádiva e a dívida como fenômeno em si é a base para a elaboração do entendimento da antropologia da moeda, resgatando estudos que discutem a noção de moeda e sua origem e os contrapondo à concepção da economia clássica. Nesse ponto da tese, enfatizamos a noção de moeda em Polanyi (2011) e oferecemos uma contribuição teórica ao provocarmos uma primeira comparação com a noção de moeda em Marx. Na sequência, e ainda na Parte II, apresentamos o campo da sociologia econômica e a noção de economia também em Polanyi (2000 e 2011). Procuramos compreender a noção substantiva de economia na atualidade, aproximando-a das práticas de economia solidária.

A Parte III da tese é dedicada à sistematização e discussão dos resultados e se subdivide nos Capítulos 5, 6, 7 e 8. O Capítulo 5 apresenta os resultados do levantamento-diagnóstico realizado nos BCDs e suas moedas sociais no Brasil. Apesar de possuir um caráter mais descritivo, diante da natureza dos dados, este capítulo apresenta como os BCDs e as moedas sociais são capazes de integrar princípios econômicos que os aproximam de uma economia real e territorializada. É também no Capítulo 5 que os desafios do uso de moedas sociais e dos BCDs em geral são apresentados e discutidos. O Capítulo 6 dedica-se ao estudo mais aprofundado das Palmas no Conjunto Palmeiras, porém, nele colocamos ênfase sobre a história do lugar, algumas especificidades da gestão do Banco Palmas e a situação enigmática em que se encontra a sua moeda social no território. Em seguida, no Capítulo 7, apresentamos o resultado da investigação mais detalhada do circuito monetário criado pelas Palmas no território. Ainda como parte dos resultados da tese, no Capítulo 8 elaboramos as conclusões a partir das questões norteadoras iniciais. Em seguida, fazemos

considerações finais com a preocupação de apontar possibilidades de futuras pesquisas, tendo em vista a riqueza e complexidade encontradas em campo.

Alternativamente aos padrões de um trabalho monográfico, a última parte da tese, a Parte IV, constitui-se do Capítulo 9. Nele tratamos de apresentar os detalhes da trilha metodológica empreendida. A opção de situar esse capítulo ao final do trabalho foi a de permitir maior fluidez na leitura entre contextos, conceitos e realidades.

No entanto, para minimizar qualquer prejuízo na leitura do trabalho que tal mudança estrutural possa provocar, julgamos importante oferecer uma noção razoável da metodologia do trabalho no próximo item desta introdução.

IV Resumo da metodologia da pesquisa: um percurso multimetodológico

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, a qual se caracteriza pela não utilização de instrumentos estatísticos robustos na análise dos dados e pela utilização de variadas técnicas também qualitativas como entrevistas, grupo focal, observações de campo e etnografia (VIEIRA, 2006). O caráter exploratório desta pesquisa é dado pelo ineditismo das informações levantadas (MARCONI e LAKATOS, 2001; ANDRADE, 2007), pois o trabalho sistematiza informações ainda não levantadas no conjunto dos bancos comunitários e das suas moedas sociais no Brasil. A pesquisa também é descritiva por se preocupar em identificar e compreender o objeto de estudo por meio de levantamento sistemático das informações, sem dispensar a análise (ANDRADE, 2007). Sendo assim, este trabalho oferece uma perspectiva exploratória, descritiva e analítica.

Durante as pesquisas em campo, procurou-se assumir uma postura aberta em relação ao que o fenômeno apresentava e, por isso, as estratégias de pesquisa estavam sujeitas a mudanças consideráveis. O posicionamento etnográfico mostrou-se adequado aos propósitos da construção deste trabalho e guiaram a pesquisadora em todas as fases em campo e nas interpretações das informações decorrentes. Esta postura se caracteriza pelo movimento constante que aproxima os “polos” sujeito-objeto, particular-geral e objetividade-subjetividade (ANDION e SERVA, 2006). Ainda como orientação de postura, nossa trilha metodológica assume o referencial teórico como uma interpretação possível.

As estratégias da pesquisa assumiram um caminho multimetodológico e se resumem em três grandes fases: a primeira consistiu numa imersão etnográfica no Banco Palmas em janeiro de 2012. Esta imersão permitiu o entendimento de sua história

e da do bairro, seu modo de funcionamento e a situação enigmática em que se encontrava sua moeda social, as Palmas. As especificidades do Banco Palmas e das Palmas (num movimento do particular para o geral) estimularam a busca por compreender o conjunto dos BCDs e das moedas sociais no Brasil, o que consistiu numa segunda fase da pesquisa. Nesta, foram aplicados 47 questionários em BCDs espalhados pelo país, originando um banco de dados considerável e inédito. Numa terceira e última fase, a necessidade de compreender mais aprofundadamente a situação enigmática das Palmas impulsionou o retorno ao Conjunto Palmeiras em outubro de 2013. Esta fase consistiu no mapeamento detalhado do circuito da moeda no território, utilizando-se algumas ferramentas da análise de redes sociais.

Sendo assim, duas estratégias de investigação foram combinadas: o estudo de caso do Banco Palmas e das Palmas por meio da imersão etnográfica e do mapeamento do circuito da moeda social; e o *survey* (denominado levantamento-diagnóstico) em 47 BCDs brasileiros. Todas essas fases estão detalhadas no último capítulo desta tese, no qual também indicamos os variados instrumentos de coletas de dados utilizados.

Um último exercício de análise respeitando o movimento entre o sujeito e o “objeto” se deu com um retorno ao campo em novembro de 2013, no qual realizou-se uma entrevista “especial” com Joaquim de Melo Neto, sem dúvida o ator que mais compreende o fenômeno dos BCDs e das moedas sociais no Brasil atualmente. Este momento foi planejado para se configurar num “bate-bola” entre a pesquisadora e o entrevistado, com um intuito maior de reflexão sobre algumas informações previamente sistematizadas. Foram, então, apresentadas algumas informações concernentes ao levantamento-diagnóstico dos 47 BCDs do Brasil e, em seguida, duas redes elaboradas para representar o circuito das Palmas no bairro. Apesar de grande parte das análises já ter sido realizada, a pesquisadora intencionou provocar a reflexão do entrevistado diante de informações novas. Esta entrevista durou cerca de quatro horas, foi gravada e depois usada para novas reflexões sobre as análises empreendidas.

As palavras do entrevistado já no final da entrevista corroboram o alcance do objetivo da pesquisadora, principalmente no que se refere ao circuito das Palmas no bairro: “olha, eu estou aqui falando isso tudo para você [há quase uma hora], mas eu nunca parei para pensar isso antes, tô pensando isso agora” (Informação verbal, Coordenador do Banco Palmas, 7/11/2013).

V Algumas notas sobre a relevância da pesquisa

De modo geral, o próprio “mistério” ou a dificuldade de compreensão da moeda tem desafiado e despertado o interesse de pesquisadores em relação ao seu estudo. Vários são os exemplos de significativo interesse pelo tema, tais como os identificados em Zelizer (2005) e Rospabé (1995), e as experiências de moedas complementares analisadas em Blanc (1998) e Lietaer e Kennedy (2010).

Para Aglietta e Órleans (1990, p. 25), se, por um lado, a moeda é cercada de algum mistério e da ideia de que para falar sobre o assunto é necessário grande esforço para compreensão; por outro lado, este mesmo enigma que envolve o entendimento sobre a moeda coloca os economistas e os políticos na mesma situação do homem comum.

Diante das experiências de uso de moedas complementares e moedas sociais, e diante da suposta *expertise* em torno da compreensão da moeda e do seu funcionamento, como comunidades pobres (compostas por homens comuns) criam e lidam com suas moedas sociais em favor de mudanças profundas nos seus territórios?

Embora as moedas sociais brasileiras tenham despertado o interesse de estudiosos e pesquisadores nos últimos anos, poucos estudos acadêmicos podem ser encontrados. Uma busca no Banco de Teses e Dissertações (BDTD), que permite a pesquisa de trabalhos dessa natureza num considerável número de bibliotecas de universidades brasileiras, permitiu encontrar apenas três trabalhos que tratam diretamente do assunto “moeda social” (ver SOARES, 2006; MENEZES, 2007; FREIRE, 2011). Especificamente no âmbito da Administração, fontes importantes de bibliografia foram consultadas, entre elas os anais do Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (de 2002 a 2009) e alguns periódicos eletrônicos nacionais. Nenhum trabalho diretamente relacionado à moeda social foi encontrado. Internacionalmente, as principais pesquisas estão publicadas no *International Journal of Community Currency Research* (IJCCR), mas apenas um artigo foi encontrado sobre as moedas sociais brasileiras.

Diante disso, acreditamos que este trabalho contribuirá teoricamente com a discussão sobre o uso da moeda social, principalmente por se apoiar no arcabouço da antropologia econômica. Numa perspectiva empírica, esperamos compreender como esses mecanismos podem provocar mudanças positivas nos seus respectivos territórios. Além disso, compreender seus desafios pode oferecer *insights* importantes para possíveis políticas públicas baseadas nos BCDs e no uso de circulantes locais para promoção do

desenvolvimento territorial. Esta contribuição se potencializa diante da articulação já existente entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), do Instituto Banco Palmas, e outros BCDs e das Incubadoras de Economia Solidária num movimento concreto de criação e fortalecimento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (Rede-BCDs).

Por fim, reforçamos as justificativas desta pesquisa com o posicionamento de Abramovay (2006), que argumenta que os estudos empíricos como o que é proposto aqui não apenas favorecem recomendações de políticas públicas, mas também pavimentam o caminho para compreender as mudanças nas formas de organização territorial.

Especialmente férteis neste sentido serão as análises dos mercados locais e das iniciativas levadas a cabo pelas próprias organizações populares – que se pense, por exemplo, na impressionante e recente experiência argentina e **as moedas locais** – no sentido de alterar as condições em que em uma determinada região se reproduz (ABRAMOVAY, 2006, p. 67).

PARTE I – Contextos e aplicações: os usos das moedas sociais no Brasil e no mundo

Quais as possíveis formas de usos de moedas sociais? Esta questão norteia esta primeira parte da tese e tem um caráter mais contextual. No primeiro capítulo, buscamos situar rapidamente os Bancos Comunitários de Desenvolvimento em meio à problemática da exclusão financeira brasileira, o que ajuda a reforçar a relevância da pesquisa empreendida tendo em vista a construção de uma política pública de finanças solidárias que se delineia. Em seguida, procuramos definir e apresentar o modo geral de funcionamento dos BCDs enquanto propostas territoriais de acesso ao crédito e outros serviços financeiros e, em seguida, apresentamos como funciona a circulação das moedas sociais dos bancos comunitários e como elas se colocam a serviço da reorganização das economias locais. No segundo capítulo, apresentamos o contexto mais amplo de criação e uso de moedas complementares e sociais, trazendo exemplos internacionais. Em seguida, apresentamos as tipologias criadas para compreender as inúmeras experiências e propomos alguns aspectos para compreender as nossas moedas sociais no contexto e no movimento de criação de moedas sociais em várias partes do mundo.

1. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento brasileiros e suas moedas sociais

1.1 O problema da exclusão financeira e o papel dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs)

Carvalho e Abramovay (2004), após pesquisas e análises de estudos sobre o processo de inclusão financeira e o acesso ao crédito (principalmente pelas micro e pequenas empresas brasileiras), já chamavam a atenção para a importância da existência de organizações não bancárias que possibilitem o acesso ao crédito para as populações mais pobres. Seus argumentos, em 2004, iam em direção à incapacidade ou ao desinteresse do sistema financeiro formal em atender uma população de “trabalhadores por conta própria”. Essas organizações locais teriam a capacidade de se inserirem na teia de relações locais e oferecer produtos e serviços financeiros mais adequados à população de baixa renda¹.

Os mesmos autores apontaram uma situação paradoxal que se configurava em 2004. Hoje, passados quase dez anos, a mesma situação pôde ser percebida nos debates promovidos pelo Banco Central do Brasil no âmbito do V Fórum do Banco Central sobre Inclusão Financeira (realizado em Fortaleza, em novembro de 2013). Tal situação se refere a: de um lado, o Brasil conta com um sistema financeiro regulamentado, sólido sofisticado e lucrativo capaz de “se proteger” (e ainda lucrar) em situações macroeconômicas diversas; de outro lado, neste mesmo sistema há um “baixo aprofundamento financeiro”, ou seja, financiamentos e crédito difíceis de acessar, caros e insuficientes (CARVALHO e ABRAMOVAY, 2004). Outro ponto de destaque é a expansão dos correspondentes bancários, principalmente a partir do ano 2000, como mecanismo de inclusão financeira em praticamente todos os municípios do país (DINIZ, 2013). No entanto, esse processo de expansão ainda deixa às margens do sistema financeiro milhares de pessoas, seja pela distância de algumas comunidades e bairros periféricos aos postos de serviço, seja por problemas relacionados à adequação destes produtos e serviços financeiros às características da população de baixa renda. Somam-

¹ Os trabalhadores “por conta própria” representam parcela significativa dos setores de menor renda dentro do conjunto de empreendedores. Além disso, “constituem, isoladamente, o mais importante segmento da composição da pobreza brasileira – maior que os desempregados ou os assalariados, sejam eles formais ou informais” (CARVALHO e ABRAMOVAY, 2004, p. 17).

se a esse paradoxo as dificuldades que ainda persistem em termos de adequação de produtos e serviços financeiros para população de baixa renda, mesmo considerando os avanços dos programas de microcrédito diferenciados para esta população.

Sob a perspectiva de que o desenvolvimento do sistema financeiro é fundamental para o crescimento e a sustentabilidade de uma economia e com a preocupação de investigar a questão do acesso aos serviços financeiros no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Banco Mundial publicaram os resultados de um estudo em 2004. Entre os resultados, o estudo apontou para a expansão dos postos de serviços bancários no país, mas também para as disparidades quanto ao acesso a serviços financeiros tanto regionais como dentro da mesma cidade. Ressalta, ainda, que a existência de um posto de serviço bancário não é garantia de acesso ao serviço pelas populações de menor renda do país. Além disso, ao lado da clara intenção governamental de incluir financeiramente os mais pobres, as soluções encontradas se “concentram na alocação do crédito, com frequência a base de taxas de juros mais baixas, e dependente consideravelmente do apoio de grandes bancos públicos” (KUMAR, 2004). Essa estratégia, de acordo com o relatório, além de ser cara para o poder público, continua impedindo o acesso a serviços financeiros por grande parte do público-alvo beneficiário.

As discussões sobre inclusão financeira no Brasil apontam para além da abertura de contas em bancos comerciais tradicionais. O acesso ao crédito tem se destacado na agenda pública desde a década de 1990, e se ampliado e diversificado no país. O termo microcrédito significa empréstimo de pequeno valor voltado para a população de baixa renda e/ou grupos e indivíduos de segmentos sociais marginalizados, tipicamente ofertados por instituições da sociedade civil, programas públicos e mesmo por linhas de crédito de bancos comerciais (SERVET, 2009).

De modo geral, os direcionamentos de uma política pública de inclusão financeira e de acesso ao crédito (em particular) remetem à adoção de tecnologias e metodologias diferenciadas e adequadas às realidades das populações de menor renda. Neste cenário, as instituições de microfinanças (IMFs²) passam a constituir o complexo setor financeiro brasileiro, ampliando a oferta de crédito para populações de baixa renda e empreendimentos excluídos ou com dificuldades de acesso ao setor financeiro

² As instituições de microfinanças que compõem o setor no Brasil são geralmente bancos, financeiras, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), cooperativas, ONGs e OSCIPS.

tradicional. No contexto das microfinanças, o microcrédito é o principal serviço financeiro oferecido, tipicamente para atividades produtivas ou para o consumo. No Brasil, o número de IMFs cresceu rapidamente e, em 2001, estimava-se um total de 121 instituições com uma carteira ativa de cerca de 140 milhões de reais (NICHTER, GOLDMARK e FIORI, 2002).

Dentro deste conjunto das IMFs, outro conjunto se destaca: o das chamadas finanças solidárias ou finanças de proximidade. Um dos propósitos dessas experiências é democratizar o sistema financeiro por meio da gestão comunitária dos recursos (FRANÇA FILHO e PASSOS, 2013). Este segmento das finanças solidárias se inscreve no campo da Economia Solidária e considera as particularidades dos territórios onde se inserem e as redes de relações sociais e de vizinhança na sua maneira de atuar no território.

No Brasil, encontramos três tipos principais de atores organizacionais que compõem o campo das finanças solidárias: as cooperativas de crédito solidário, os fundos rotativos solidários³ e os bancos comunitários de desenvolvimento.

1.1.1 Contextualizando os BCDs na política pública de microcrédito e de finanças solidárias brasileiras

As políticas e programas de apoio ao microcrédito direcionado aos micro e pequenos empreendimentos envolvem uma diversidade de atores públicos, privados e organizações da sociedade civil (BARONE e SADER, 2008). O governo federal brasileiro tem assumido diretamente o papel de formulador e indutor de políticas públicas voltadas para a concessão de crédito produtivo às populações de baixa renda (ZOUAIN e BARONE, 2007), entendendo que ele permite a criação de postos de trabalho e de geração de renda. Em 1996, foram criados o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) e o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de fomentar e criar as bases para a expansão das microfinanças no país. Entre 2003 e 2006, com base na ampliação tanto da noção de microcrédito quanto do volume de recursos, o intuito do governo federal era de “bancarizar” a população brasileira de mais baixa renda,

³ As cooperativas de crédito solidário são um segmento dentro do campo do cooperativismo de crédito brasileiro mais voltadas às relações locais e oriundas dos fundos rotativos solidários. Estes últimos “funcionam como uma poupança comunitária onde os recursos poupados são aplicados na própria comunidade, financiando projeto de geração de trabalho e renda”. No Nordeste, existem mais de 180 experiências e no Brasil elas existem há cerca de 30 anos (FRANÇA FILHO e PASSOS, 2013, p. 49).

envolvendo bancos públicos – notadamente o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (BARONE e SADER, 2008).

Dando continuidade a essa política, em 2005 foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para Braga (2011, p. 68), o principal objetivo do PMNPO foi “incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo e orientado”. Este programa representou importantes mudanças institucionais no setor de microfinanças brasileiro, passando a habilitar outras organizações a executarem operações financeiras, e a articular as instituições de microcrédito produtivo (BARONE e SADER, 2008; FRANÇA FILHO, RIGO e SILVA JÚNIOR, 2012).

Em agosto de 2011, uma revisão do PNMPO deu origem ao CRESCER – Programa Nacional de Microcrédito, com o objetivo de fornecer crédito a juros mais baixos a microempreendedores individuais e microempresas e continuar ampliando o acesso ao crédito. Neste programa, cabe aos bancos públicos (BB, CAIXA, BNB e outros) a tarefa de conferir escala ao microcrédito enquanto uma estratégia de inclusão produtiva (FRANÇA FILHO, RIGO e SILVA JUNIOR, 2012). Uma das metas para 2013 era a de atingir uma carteira de 3,4 milhões de clientes nestes bancos (em 2011, o quantitativo de clientes atendidos era de 734,2 mil de acordo com dados do SEBRAE).

No entanto, apesar dos avanços, muitas insuficiências em torno das políticas de microcrédito no Brasil persistem. O principal questionamento nesse aspecto é se realmente tais políticas contribuem para a redução da pobreza (CARVALHO, et. al., 2009, p. 09). Ou seja, “se e em quanto as pessoas muito pobres podem de fato se beneficiar dos programas de microcrédito e em quanto o microcrédito concretiza sua promessa e seus objetivos”. Este questionamento encontra respaldo na pesquisa de Braga (2011) ao analisar os resultados do PNMPO. A autora mostra que, para um público-alvo de quase 9 milhões de pessoas (trabalhadores por conta própria), pouco mais de 8% tiveram acesso ao crédito do programa. A conclusão da pesquisa é a de que o PNMPO (e mesmo o programa Crediamigo, do BNB) não tem alcançado os trabalhadores mais pobres, pois os custos de atender esta camada da população são considerados elevados, sendo necessárias metodologias mais apropriadas.

Esse e outros limites enfrentados pelas políticas de microcrédito no Brasil chamam a atenção para outras possibilidades atreladas às formas de organizações

comunitárias no universo das microfinanças: as finanças solidárias ou de proximidade. No Brasil, esse campo de práticas é composto principalmente pelos Fundos Rotativos Solidários (FRS), Cooperativas de Crédito Solidário, Grupos de Investimento Coletivo (GICs) e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) têm se destacado pelas suas especificidades organizacionais e de gestão, como visto anteriormente.

As bases para a instituição de uma política pública mais efetiva para as finanças solidárias no âmbito do governo federal estão atreladas à própria criação da Senaes/MTE, em 2003. No âmbito das suas atribuições, consta “contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor”.

No Plano Plurianual (PPA) de 2008 e 2011, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento dessa Secretaria definiu como um dos objetivos o “Fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários” (Senaes/MTE, 2013). Mas apenas mais recentemente o campo destas práticas tem conhecido um importante processo de reconhecimento institucional, conforme atestam alguns fatos, como a definição das finanças solidárias como uma das três áreas programáticas de intervenção da Senaes/MTE; a realização do Fórum do Banco Central de Inclusão Financeira (de 2009 a 2013), contando com painéis e mesas especiais para tratamento do tema das finanças solidárias; e a própria viabilização por meio da Senaes/MTE de edital público nacional de apoio às finanças solidárias em 2010 e em 2013. No que diz respeito especificamente aos BCDs, a constituição de uma rede nacional de BCDs e a própria expansão do número de experiências em vários estados do país tem apontado para a importância dessas práticas no âmbito de uma política pública em construção.

França Filho e Silva Jr. (2009, p. 103) definem Bancos Comunitários de Desenvolvimento como “uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”. Suas ações e seu modo de funcionamento, de acordo com os autores, intencionam promover no território a articulação de atores locais – produtores, consumidores e prestadores de serviços –, vinculada ao movimento de economia solidária e preocupada com o fortalecimento da economia local.

Sendo assim, existem significativas diferenças entre os BCDs e as ações de microcrédito tradicionais. Estas últimas estão voltadas para pequenos empréstimos

individuais para criação ou melhoramento de um pequeno negócio. Já as chamadas finanças solidárias buscam, em primeiro lugar, democratizar (pelo menos em parte), os recursos financeiros. De acordo com Muñoz (2009), há diversas modalidades de finanças solidárias originadas de diferentes maneiras e com diferentes propósitos. Entre essas modalidades, encontram-se as pioneiras cooperativas de crédito surgidas na Alemanha, na Revolução Industrial, e conhecidas no mundo inteiro. Outras modalidades estão relacionadas ao oferecimento de serviços financeiros (microcrédito, microdepósitos, microsseguros, micropensões etc.) às populações tradicionalmente excluídas do sistema financeiro formal, notadamente em países em desenvolvimento. Muñoz (2009) ainda identifica outras modalidades tais como as “finanças éticas”, as quais tendem a operar dentro de instituições financeiras tradicionais no intuito de apoiarem o financiamento de projetos diversos ligados, por exemplo, ao comércio justo e solidário.

As experiências dos BCDs se afastam da noção de um novo nicho de mercado criado ou aproveitado por grandes bancos comerciais no sentido de “bancarizar os mais pobres” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223). Os BCDs, além de ampliarem o universo das microfinanças, recriam um “outro universo” ou campo, fundamentando-se em relações de proximidade, confiança e de solidariedade, no intuito de promoverem o desenvolvimento local por meio do aproveitamento das capacidades endógenas.

Neste cenário de delineamento de uma política pública voltada para as finanças solidárias brasileiras e de desenvolvimento de uma tecnologia social que se define na prática dos BCDs, surgem desafios e limites de natureza mais ampla, ou seja, no âmbito da política pública que se intenta delinear. Um desses desafios é a definição de um marco legal mais apropriado que confira legitimidade e maior segurança a essas experiências. França Filho et al. (2012) e Joaquim de Melo Neto, em entrevista, apontam a ausência de um marco regulador como um dos principais desafios enfrentados pelas moedas sociais e pelos BCDs, já que são eles as instituições que as emitem. Este cenário afeta diretamente a gestão dos BCDs e sua sustentabilidade, pois dificulta a constituição de fundo para formar o lastro e com ele manter e fortalecer a circulação das moedas sociais nos seus respectivos territórios. Freire (2009 e 2011) também defende a importância de um regime específico e que proporcione mais segurança aos promotores dessas experiências no Brasil.

Em síntese, a discussão acerca de um marco legal parte da premissa que afirma a não ilegalidade da emissão e circulação das moedas sociais relativas aos BCDs, tendo em

vista que estes não são instituições financeiras, ou seja, não exploram comercialmente o dinheiro. Os BCDs não têm personalidade jurídica própria e, em sua maior parte, são ancorados juridicamente por associações locais dos mais variados tipos, como as associações de bairro, de classe, ONGs e OSCIPs de microcrédito⁴. Ou seja, associações sem fins lucrativos autorizadas à experimentação não lucrativa do dinheiro, estando sujeitas às normas jurídicas específicas para essas organizações. Tais normas jurídicas permitem a “experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e *crédito*” (FREIRE, 2011, p. 29).

De modo geral, tem-se, de um lado, o apoio do governo federal por meio de programas e projetos, notadamente os vinculados a Senaes/MTE, ao desenvolvimento das finanças solidárias no país e incentivos em outras esferas de governo. Do outro lado, a ausência de um marco legal e regulatório das finanças solidárias associado à falta de reconhecimento institucional dos BCDs emissores de moedas sociais deixa estas organizações num cenário de insegurança e vulnerabilidade às condições políticas deste mesmo país. Para Freire (2011), o fato de as entidades emissoras de moedas sociais não serem instituições financeiras potencializa (em vez de inibir) a necessidade da manifestação legal das entidades competentes, quais sejam o CMN e o BC (ver Apêndice A, para uma apresentação das discussões em torno do marco legal para os BCDs e moedas sociais no Brasil).

Medidas de tal natureza são fundamentais não apenas para o aperfeiçoamento do processo de constituição dos BCDs e das moedas sociais, mas, principalmente, para o processo de manutenção e desenvolvimento dessas experiências. Assim, a captação de recursos, a infraestrutura tecnológica e as “linhas de fundos públicos que viabilizem projetos socioeconômicos locais” são passos fundamentais a serem dados para melhorar as experiências de finanças solidárias baseadas nos BCDs e no uso de moedas sociais circulantes locais (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009, p. 105). Apesar das repercussões positivas que essas tecnologias sociais têm engendrado, a preocupação com sua sustentabilidade tem atualmente incomodado os atores, sejam institucionais, sejam individuais, que trabalham em prol da constituição da rede de BCDs no Brasil.

⁴ O Instituto Banco Palmas que, juridicamente, é uma OSCIP de microcrédito, foi a instituição que mais criou BCDs e suas moedas sociais no Brasil, notadamente no Ceará.

1.1.2 Os BCDs como práticas de economia solidária e de mecanismos de atuação nos territórios

Grande parte das diferentes ações e intervenções nos territórios se baseia na constituição de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) dos mais variados tipos, tais como: cooperativas populares de diferentes ramos, associações de moradores, e/ou de produtores, grupos de trabalho como os de artesões, catadores de lixo, mulheres, jovens entre outros. Na percepção de Singer (2005), a economia solidária engloba essa diversidade de empreendimentos que vai desde organizações sociais dos setores marginalizados da economia até grandes cooperativas que atendem aos objetivos comuns de empresários e produtores de um mesmo setor. Segundo França Filho (2002, p. 13), os empreendimentos de economia solidária são “experiências que se apóiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais”. Sob esse aspecto, a economia solidária se relaciona com outras possibilidades de se viver em sociedade, não se restringindo às esferas do mercado e do Estado.

As práticas em economia solidária no Brasil estão intimamente relacionadas, em maior ou menor grau, com a promoção do desenvolvimento de territórios. No entanto, se referem a um tipo de desenvolvimento endógeno que considere soluções coletivas e privilegie novas formas de regular as relações econômicas e sociais. Esta maneira de conceber as ações em economia solidária é entendida por França Filho (2007) como uma “via sustentável-solidária do desenvolvimento”, que parte da premissa de que as soluções para o desenvolvimento dos territórios são coletivas “baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais”, pois

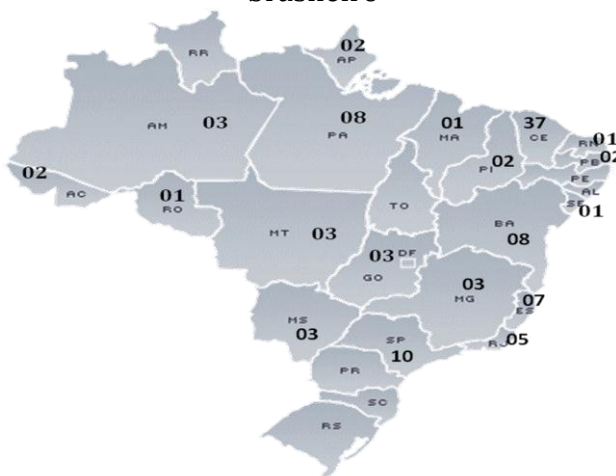
Considera-se como premissa fundamental, nessa visão, a valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas. Afinal de contas, **qual solução pode ser considerada sustentável se não estiver assentada nas próprias raízes locais?** (FRANÇA FILHO, 2007, p. 223 grifo nosso).

Nesse sentido (e neste trabalho), os territórios não se definem pelos seus limites físicos, mas pelas suas próprias interações sociais. Segundo Santos (1996), o território por si só não é um conceito, pois ele apenas se torna um conceito quando utilizado para alguma análise social. Além disso, há de se considerar que o território está sempre mudando de significado para os que dele fazem uso (SANTOS e SILVEIRA, 2011). Para Santos (1996), os espaços são conjuntos inseparáveis de sistemas de ação e de objetos, ao mesmo tempo solidários e contraditórios. Assim, o espaço é constante, mas a noção

de território exige a consideração das interações entre os sistemas, as pessoas e os objetos dentro dele. É neste sentido que a economia só existe dentro desse quadro de referência que é o território (SANTOS, 2003).

No Brasil, a origem dos BCDs remete à experiência do Banco Palmas, localizado no bairro chamado Conjunto Palmeiras, da cidade de Fortaleza, Ceará, criado em 1998. No caso, a associação de moradores deste bairro foi a promotora dessa iniciativa diante da necessidade de enfrentar as dificuldades da comunidade relativas à baixa renda e à escassez de oportunidades de trabalho. A partir desta experiência, repercussões positivas, não apenas no próprio bairro, mas em todo o Brasil podem ser notadas (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009; BORGES, 2011a). A partir da criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (comumente chamado de Instituto Banco Palmas), em 2003, e com o estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas e privadas, uma rede brasileira de bancos comunitários vem se constituindo. Em 2004, foi criado o segundo BCD no Brasil, também no Ceará; em 2009, eram 49 BCDs; e, em maio de 2012, a rede brasileira se constituía de 78 BCDs. No final de 2013, eram 103 BCDs localizados em vários estados: 52 BCDs no Nordeste; 16 na região Norte; seis na Centro-Oeste; 25 na região Sudeste e três BCD no Distrito Federal. O estado com maior número de BCDs é o Ceará (37), seguido de São Paulo (dez) e da Bahia (oito). A Figura 2 detalha a distribuição dos BCDs por estado brasileiro.

Figura 2 – Mapa da distribuição do número de BCDs e moedas sociais por estado brasileiro⁵



Fonte: Elaborado com base nos dados do Instituto Palmas (2013).

⁵ Ver o Apêndice B para a lista completa dos BCDs e das moedas sociais no Brasil. Ver também o Apêndice C para uma mostra de moedas sociais nacionais e algumas estrangeiras.

No entanto, foi nos últimos cinco anos que as formas de apoio governamental têm se diversificado e se ampliado no âmbito do apoio à constituição dos BCDs no Brasil. De acordo com França Filho e Silva Júnior (2009), é no âmbito do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários, proposto pelo Instituto Banco Palmas à Senaes/MTE, que as principais ações relativas aos BCDs se estruturam e se financiam. Neste processo, a intervenção direta das EAFs, as quais detêm a metodologia de criação dos Bancos Comunitários, é fundamental. Atualmente, cinco EAFs atuam de maneira interdependente na consolidação da Rede-BCDs com o aporte dos recursos da Senaes/MTE: o próprio Instituto Banco Palmas, com o papel da coordenação nacional e criação de novos BCDs no estado do Ceará; a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento de Territórios da Universidade Federal da Bahia (ITES/EAUFBA), responsável pela criação e pelo apoio aos BCDs nos demais estados da região Nordeste; o Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo, Nesol-USP, e a Organização Não Governamental Ateliê de Ideias do Espírito Santo, que dividem os trabalhos com os BCDs das regiões Sudeste e Centro-Oeste; e o Instituto Capital Social, com o apoio do BCD Tupinambá no Pará, que se encarrega dos BCDs da região Norte.

As formas de criação e de apoio aos BCDs destas entidades variam conforme a *expertise* de cada uma e das especificidades da região ou território. Desse modo, muitos arranjos institucionais podem ser feitos, mas alguns aspectos são comuns e são compartilhados em termos metodológicos pelas cinco entidades envolvidas. A principal delas diz respeito à identificação de uma demanda concreta do território que se manifeste coletivamente e que indique certa mobilização endógena em torno da proposta. Esse aspecto é fundamental, tendo em vista que é a própria comunidade organizada que faz a gestão das atividades do BCD e dos recursos envolvidos.

Entre as particularidades destas organizações e seus aspectos básicos de funcionamento, destacam-se quatro: a gestão coletiva dos recursos e atividades; as linhas de crédito; os mecanismos sociais de controle; e o uso de moedas sociais circulantes locais.

Nos BCDs, a **gestão coletiva dos recursos e das atividades** marca seu papel enquanto tecnologia social apropriada pelos membros de uma comunidade. Esta “marca” parece importante em dois principais momentos: durante a implementação do

BCD e, obviamente, durante o seu desenvolvimento. No primeiro momento, é importante a manifestação coletiva do interesse e a constituição de espaços institucionalizados nos quais as opiniões se manifestam e as decisões são tomadas. Tipicamente, são constituídos dois espaços apropriados à gestão coletiva: o Conselho Gestor e o Comitê de Análise de Crédito (CAC). As composições e representações nesses dois espaços são definidas pelos membros da comunidade envolvidos no processo de constituição do BCD. O Conselho Gestor diz respeito às assembleias de ordem mais geral, nas quais participam lideranças comunitárias e representantes de organizações locais, públicas e outras parceiras do BCD. Nessas assembleias, são traçadas diretrizes e tomadas decisões vinculadas às ações do BCD, como novas parcerias, captação de recursos etc. Por fim, o CAC se constitui de um grupo de gestores do BCD (denominados agentes de crédito), mas que também conta com lideranças e representantes do território. Sua tarefa é se reunir para discutir e decidir sobre as solicitações de crédito demandadas. Além destes, os BCDs podem criar outros espaços e compor sua gestão como julgarem mais adequado (FRANÇA FILHO et al., 2012).

Em todos esses espaços os agentes de crédito são membros importantes. Estão diretamente ligados ao recebimento, à análise e à cobrança (se necessário) das solicitações e concessões do crédito nas mais diferentes linhas. As **linhas de crédito** mais comuns são: a) Crédito Produtivo, direcionada à criação ou desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos, individuais ou coletivos; b) Crédito para Consumo, destinada a empréstimos de pequena monta, sem juros e oferecidos em moeda social local. O intuito é tanto estimular o consumo dentro da comunidade por meio do uso de um circulante local, quanto satisfazer necessidades em caráter de urgência dos solicitantes do crédito (FRANÇA FILHO et al., 2012; BORGES, 2011a). Além disso, as linhas de crédito se baseiam em juros baixos (de 1% a 2,5% ao ano) que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho para a comunidade.

O julgamento das solicitações de crédito e sua eventual cobrança possuem um caráter original, pois se fundamentam num **mecanismo social de controle** entre os membros da comunidade (FRANÇA FILHO et al., 2012) e não no formalismo regido por legislações e um número excessivo de formulários e documentos. Neste processo, a sensibilidade dos agentes de crédito e sua relação com a vizinhança são importantes, pois informam o CAC sobre as especificidades dos pedidos, e este toma a decisão de emprestar ou não com base nessas informações, na situação dos recursos do BCD e no

histórico dos pagamentos do solicitante no BCD. Nesse processo, não são considerados, tipicamente, a situação do solicitante em outros bancos ou nos sistemas comuns de proteção ao crédito (SPC ou Serasa, por exemplo). Esse processo inteiro enfatiza a importância das relações comunitárias, em que os agentes de crédito expõem as solicitações de crédito da comunidade ao CAC, dentro do qual aspectos relacionais são os fatores preponderantes nas análises de crédito.

No intuito de estimular a produção e o consumo local, o BCD cria e mantém no território instrumentos de incentivo ao consumo, tais como cartão de crédito e a **moeda social circulante local**. Ao se tornarem legítimos no território, o que exige um processo relativamente longo de sensibilização, desempenham papel importante não apenas na circulação interna da riqueza (notadamente econômico), mas social e identitário. O uso da moeda social no território acaba desempenhando também um papel pedagógico e simbólico que envolve a noção de apropriação cidadã da moeda, a história e a identidade do lugar.

Entre essas peculiaridades, França Filho e Silva Jr. (2009, p. 103) destacam a “garantia e controle baseados nas relações de proximidade e confiança mútua”. Tais relações possibilitam não apenas o pagamento dos empréstimos, mas também a eficácia da circulação da moeda social. Tendo em vista serem estes mecanismos algo “paralelo” ou “complementar” ao legalmente constituído (o Real, a moeda oficial do país), pode-se inferir que as relações de proximidade e de confiança apóiam sobremaneira as relações socioeconômicas e de troca com o uso da moeda social.

1.2 Moedas sociais circulantes locais na prática dos BCDs: origem e expansão das experiências pelo Brasil

De acordo com Soares (2009, p. 255), a “moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia”. Para Lietaer e Kennedy (2010, p. 76), devido ao fato de algumas moedas complementares não terem objetivos comerciais diretos, estas são chamadas de sociais, comunitárias, solidárias ou mesmo regionais ou locais. No Brasil, são frequentemente denominadas “moedas sociais” (MENEZES e CROCCO, 2009; BÚRIGO, 2002; SOARES, 2006 e 2009; FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009). De acordo com França Filho e Silva Jr. (2009), a razão para a denominação “moeda social” diz respeito ao fato de elas estarem a serviço das comunidades que as criam e implementam

no intuito de elas apoiarem na resolução dos seus problemas sociais e econômicos. Para os autores, o adjetivo “social” reflete também um princípio (e ao mesmo tempo uma prática) no seio dessas experiências: o de controle social e político do econômico, exercido pela comunidade organizada. Para isso, o sentido de economia se pauta na sobreposição do social sobre a lógica mercantil. Ou seja, no sentido substantivo da economia. Este é o sentido que procuramos notar nas moedas sociais brasileiras nos BCDs e nos clubes de trocas espalhados em vários territórios do país.

No Brasil, as chamadas moedas sociais são criadas pelos associados de um clube de trocas ou por um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD). Os primeiros se caracterizam por se organizarem em torno da troca direta (sem o uso de moeda) ou indireta (usando moedas sociais) de bens e serviços de modo sistemático (MENEZES e CROCCO, 2009; CARNEIRO e BEZ, 2011). Já os BCDs são relativamente recentes no país e têm se destacado pela difusão das experiências e pelas particularidades introduzidas anteriormente.

1.2.1 Origens dos clubes de troca no Brasil

Os clubes de trocas são grupos de uma comunidade que se reúnem para promoverem as trocas de produtos, serviços e saberes entre seus membros. Cada clube se organiza e constrói uma metodologia adequada a sua realidade, definindo, por exemplo, os períodos de reuniões, formas e os instrumentos para mediar as trocas. Sendo assim, constrói-se um “mercado de trocas que conta com a figura dos ‘prossumidores’, participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. [...]. O sistema favorece ainda a cultura de consumo consciente e fortalece as relações comunitárias” (BRASIL, 2013). No intuito de facilitar as trocas, alguns clubes criam moedas sociais que se tornam o meio de troca como alternativa quando não ocorrem trocas diretas de produtos ou serviços.

Os clubes de troca brasileiros, da forma como se apresentam hoje, foram diretamente inspirados nos clubes de troca argentinos e canadenses. São também vistos como alternativas encontradas pelos grupos para adquirirem e fornecerem bens e serviços em contextos econômicos difíceis.

Na Argentina, foi em 1995 que um grupo de 23 pessoas, praticamente todas desempregadas, se reuniu em uma garagem na Província de Bernal no intuito de trocar bens e serviços entre si (CARNEIRO e BEZ, 2011). Com instrumentos de gestão e controle bem simples inicialmente, a ideia começou a se difundir rapidamente,

aumentando o número de sócios e o número de clubes de troca pelo país. Acabou se tornando uma alternativa, em meio à crise dos anos 2000, e deu origem a uma economia paralela. De fato, “os argentinos decidiram tomar pelas mãos a organização do seu país para sobreviverem” (*Faire Mouvement*, 2011, p. 136). Para termos uma ideia do contexto argentino na época, antes dos anos 2000, eram 85 clubes; em 2000, alcançaram a marca de 400. Em 2001 e 2002, auge da crise, eram 1.800 clubes de trocas com 800 mil membros e 5.000 clubes com 2 milhões de membros, respectivamente. Mas as várias fraudes, como as relativas aos problemas contábeis e de falsificações de moedas, acabaram por provocar sua descredibilidade e o distanciamento da ideologia solidária que deu origem a eles no país. Atualmente, existem aproximadamente 20 clubes com 4.000 membros, os quais possuem um caráter local e buscam uma integração em rede (*Faire Mouvement*, 2011).

No Brasil, o primeiro clube de troca foi inaugurado em 1998, em São Paulo, no município de Santo Amaro. Em 1999, surgiu a experiência no Rio de Janeiro, seguida por outras cidades brasileiras, como os clubes de troca da comunidade Ruben Berta, em Porto Alegre; o clube de Jardim Rubilene, em São Paulo; e o Grupo de Economia Popular e Solidária (Geps), em Vitória da Conquista, na Bahia (MENEZES e CROCCO, 2009). Em novembro de 2001, no bairro Sítio Cercado, em Curitiba, surgiu o primeiro clube de trocas da Rede Pinhão, diretamente influenciado pela experiência argentina. Em fevereiro de 2013, a rede Pinhão em Curitiba contava com 24 clubes (CEFURIA, 2013). A moeda utilizada na rede é chamada Pinhão, em homenagem ao fruto da araucária, árvore símbolo da região (CARNEIRO e BEZ, 2011).

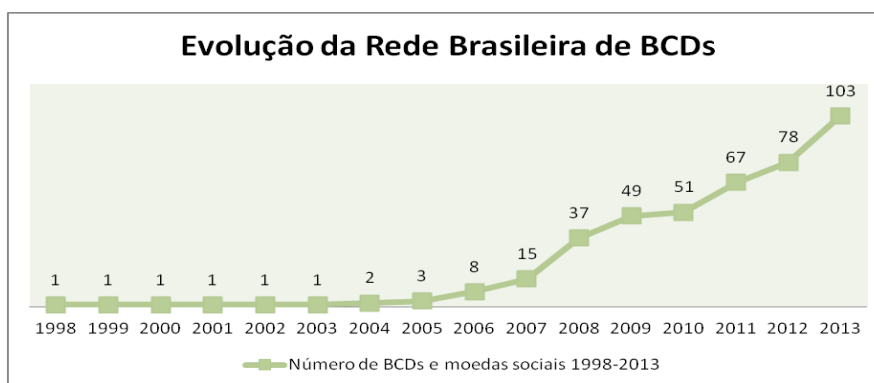
Em 2004, vários clubes de trocas se reuniram em Mendes, no interior do Estado do Rio de Janeiro, num encontro que contou com representantes de clubes dos estados das regiões Sul, Sudeste, Nordeste (Bahia), Centro-Oeste (Goiás), Norte (Pará) e Distrito Federal. Contou também com participantes do México e da Argentina (BRASIL, 2013).

1.2.2 O uso das moedas sociais pelos BCDs e o intuito de dinamizar e reorganizar as economias locais

Em abril de 2012, existiam 78 BCDs no Brasil e muitos outros estavam em vias de se constituírem. A rede brasileira de BCDs definiu que a adoção de uma moeda social pelo BCD é um dos critérios determinantes para a sua filiação à rede. Sendo assim, o investimento do governo federal brasileiro, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), na difusão dos

BCDs é, conseqüentemente, um investimento na criação de novas moedas sociais. O Gráfico 1 mostra o crescimento do número de BCDs no Brasil a partir da criação do Banco Palmas e que hoje se constitui na Rede Brasileira de Bancos Comunitários (Rede-BCDs), criada em 2005, e que serve de espaço de articulação e troca de experiência entre todos os BCDs do país.

Gráfico 1 – Evolução do número de BCDs e de moedas sociais no Brasil (1998 a 2013)



Fonte: Instituto Palmas (2012) e dados da pesquisa de campo (2013).

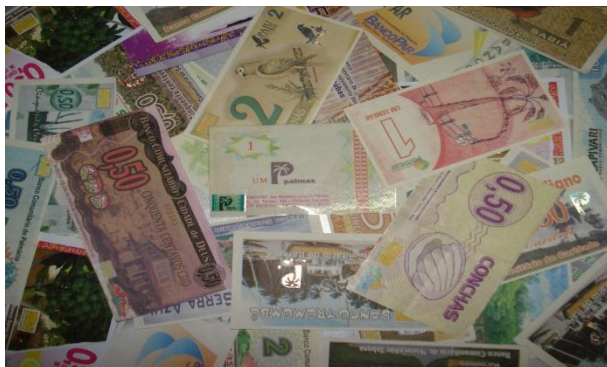
Quadro 2 – Criação de BCDs e de moedas sociais no Brasil a cada ano (1998 a 2013)

Ano	Nº BCDs Criados	Ano	Nº BCDs Criados
1998	1	2008	22
1999 a 2003	0	2009	12
2004	1	2010	2
2005	1	2011	16
2006	5	2012	11
2007	7	2013	25
Total		103	

Fonte: Instituto Palmas (2012) e dados da pesquisa de campo (2013).

Como visto, grande parte das moedas sociais existentes hoje no Brasil foi criada por Bancos Comunitário de Desenvolvimento. Elas são parte importante de um conjunto mais amplo de ações desses BCDs que envolve a prestação de serviços bancários e financeiros, incluindo o acesso ao crédito, e uma série de ações na comunidade atreladas a um objetivo maior de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, os BCDs são vistos

como uma tecnologia social intimamente ligada às estratégias de gestão desse processo de desenvolvimento, tendo na comunidade seus principais protagonistas.

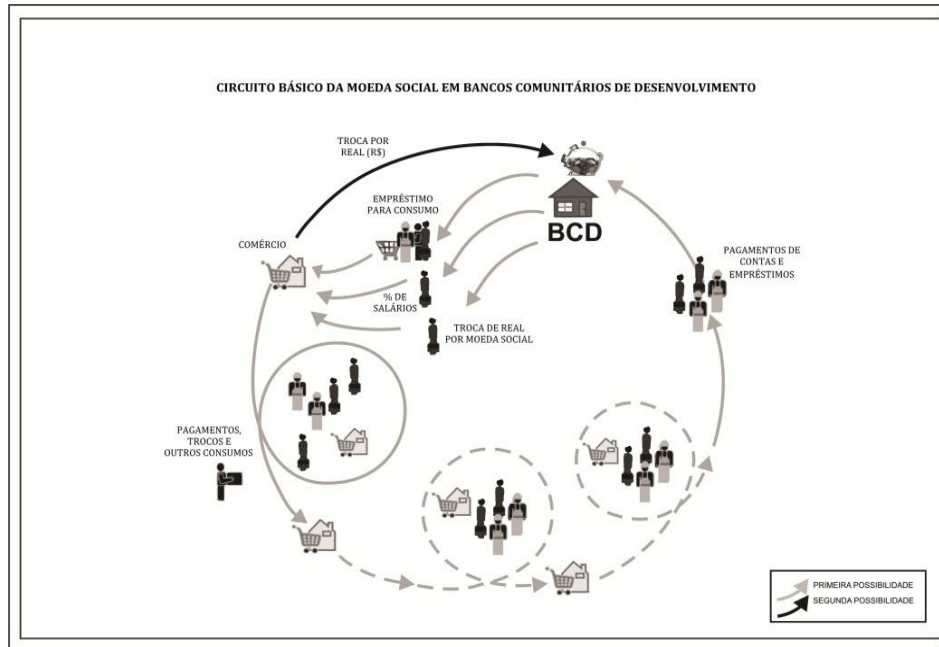


Fotografia 1 – Amostra de moedas sociais brasileiras
Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

No entanto, o processo de implementação das moedas sociais nos territórios exige capacidade e criatividade dos BCDs para enfrentar desafios. No caso da criação da moeda Palmas (P\$), a estratégia do Banco Palmas foi a de construir a escola comunitária usando a moeda social para pagar metade das despesas da obra. Sendo assim, as Palmas foram usadas para pagar parte dos salários dos trabalhadores (mão de obra local) e a parte do material de construção que pôde ser encontrado no comércio do bairro. No início, foram empreendidos vários esforços para que a moeda passasse a circular de maneira mais ampla. Um destes esforços foi sensibilizar os comerciantes locais para que aceitassem a moeda social como meio de pagamento, por meio de incentivos como a criação de linhas de crédito “a fundo perdido” e sem juros para os comerciantes que aceitassem receber o pagamento dos clientes em Palmas. A partir das emissões das moedas sociais, sua circulação também foi estimulada num processo relativamente longo de sensibilização dos comerciantes e dos demais moradores da comunidade.

A Figura 3 procura mostrar, de modo geral, como ocorre o processo de circulação das moedas sociais a partir dos BCDs. Como visto, os usuários aderem ao sistema na medida em que passam a receber empréstimos, parte do salário ou trocam diretamente Reais em moeda social no BCD. De posse das moedas, os moradores as utilizam nos comércios das comunidades que aderiram ao sistema (e passam a constituir o cadastro no BCD). Uma vez que os comerciantes recebem as moedas, utilizam-nas para dar troco ou para comprar mercadorias dentro da comunidade. Ao final desse processo, estabelece-se a rede de produtores, comerciantes, prestadores de serviços e consumidores que usam a moeda social no seu dia a dia complementarmente ao Real.

Figura 3 – Representação do circuito básico da moeda social nos BCDs



Fonte: (Re)elaborado a partir de França Filho, Rigo e Leal (2011).

Importa salientar, ainda, o papel relevante da moeda social na sua condição de tecnologia social apropriada pela comunidade: trata-se do seu potencial em reorganizar as economias locais. Tal reorganização consiste na utilização das “poupanças” dos moradores nas próprias atividades da comunidade. Ou seja, o consumo e a produção acabam por ser financiados por meio do uso da moeda social, gerando um ciclo de dinamização da economia local. O consumidor que, por motivos diversos, antes ia buscar seus bens e serviços fora da comunidade, é estimulado por uma relação de proximidade a realizar o seu consumo no comércio local. A ideia é que este processo possa potencializar o surgimento de novos postos de trabalho, bem como a criação de novos empreendimentos locais, notadamente familiares e Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

No entanto, há situações em que os comerciantes, ao receberem a moeda social num ato de consumo (de um tomador de crédito, por exemplo), não encontram possibilidades de abastecerem seu negócio com produtos de dentro da comunidade, encurtando, sobremaneira, o circuito da moeda social. Assim, o incentivo para a criação de novos empreendimentos deve ser constante, apontando também para a importância do estabelecimento de uma rede de empreendimentos.

Nota-se, ainda, que a oferta do microcrédito em moeda social e o seu uso criam uma relação paradoxalmente obrigada e desobrigada ao mesmo tempo. Trata-se de uma relação obrigada na medida em que o usuário tomador de tal crédito é levado obrigatoriamente a consumir apenas na sua localidade. Por outro lado, trata-se também de uma relação desobrigada na medida em que prevalece a liberdade de usar ou não a moeda, tanto dos moradores quanto dos comerciantes locais, dentro de tal sistema. Estimula-se, neste tipo de prática, uma forma renovada de pedagogia política – isso porque o ato de consumir na própria comunidade permite reforçar um tipo de consumo que, de um lado, dinamiza a economia da comunidade, permitindo a ampliação da demanda e da oferta de bens e serviços; e, de outro, reforça os vínculos comunitários pela apropriação e uso de um instrumento de fortalecimento da identidade local por meio da afirmação do sentido de pertencimento das pessoas a dada territorialidade, contrastando, assim, com um sentimento de baixa estima muito comum em territórios de exclusão (FRANÇA FILHO, RIGO e LEAL, 2011).

Sobre essa desobrigação de usar a moeda social, Lietaer (2007) considera uma das grandes forças dos sistemas de moedas regionais ou locais, pois possibilita a criação de um círculo econômico saudável e sustentável. Ela caracteriza as diferentes experiências de criação e de uso de moedas complementares e sociais pelo mundo. Mas algumas diferenças contextuais e metodológicas são interessantes de serem notadas no âmbito deste trabalho, no intuito de compreender melhor as peculiaridades das moedas sociais no Brasil em relação a outras experiências. Com isso, buscamos apresentar a seguir algumas tipologias das moedas complementares para, a partir delas, pensarmos as moedas sociais dos BCDs dentro do conjunto de usos de moedas complementares e sociais em outros sistemas e contextos.

2. As moedas sociais e complementares no mundo

Antes de iniciarmos, importa esclarecer as denominações atualmente usadas para indicar o uso de moedas ou circulantes locais restritas a um grupo, um bairro, uma cidade ou região. A denominação de caráter mais geral é “moeda complementar” (ou moeda paralela), usada em vários países do mundo. No entanto, esta denominação tipicamente diz respeito a um conjunto diversificado que inclui moedas com fins comerciais lucrativos, como os bônus de empresas para fidelização de clientes, e mesmo as divisas estrangeiras existentes em um país (BLANC, 1998). Na Europa, recentemente o termo “social” (ou “comunitário”) tem sido adicionado – moeda complementar e social ou moedas complementares comunitárias (ou locais). A utilização destes termos acaba restringindo esse universo e desconsidera as reservas estrangeiras e os tipos de moedas com fins comerciais e privados. Atualmente, existe uma tendência em adotar a denominação “moeda cidadã”, principalmente na França, no intuito de melhor especificar um conjunto de moedas com fins sociais, ecológicos, culturais associados à política cidadã e à ideia de apropriação da moeda por “pessoas comuns”. Ainda, encontramos o termo “moedas regionais”, principalmente no contexto alemão. Na Espanha e em Portugal, por exemplo, o termo “moeda social” começa a ser usado por influência dos *trueques* argentinos e das moedas dos BCDs brasileiros. No Brasil, tanto as moedas de clubes de troca quando as de BCDs possuem um forte intuito de transformação social e um caráter de base popular na sua criação e uso. A denominação “moeda social” (ou “moeda social circulante local”) marca, então, a finalidade social do seu uso (mesmo que por via da promoção e do melhoramento econômico) em territórios empobrecidos ou em grupos que buscam alternativas para trocar, produzir ou consumir. Em inglês, têm sido comumente usados os termos *community currencies* e *complementary and local currencies*.

Neste trabalho, priorizamos o termo “moeda social” pelo fato de este designar o objeto da tese, bem como um conjunto mais amplo desses circulantes locais no Brasil (BCDs e clubes de trocas). Quando necessário, usaremos denominações diferentes no intuito de marcar alguma diferença.

2.1 Moedas complementares e sociais: algumas experiências internacionais

Algumas experiências internacionais de moedas complementares e sociais são notórias e têm feito parte de diferentes estudos e levantamentos (SOARES, 2006; MENEZES, 2007; LIETAER e KENNEDY, 2010; FREIRE, 2011; SCHROEDER, MYIAZAKI e FARE, 2011; MARTIGNONI, 2012). Os *Local Exchange Trading Systems* (LETSS) são talvez as experiências de moedas locais mais conhecidas. O primeiro LETS foi criado em 1983, em uma vila do Canadá, por conta de uma crise econômica gerada pela transferência de uma base aérea para outra região (BÚRIGO, 2002; MENEZES, 2007). Neste sistema, pessoas de uma comunidade, bairro ou mesmo região criam uma rede de trocas de serviços e produtos utilizando-se ou não de moeda própria (troca direta). Todos os membros colocam à disposição do grupo suas habilidades tais como jardinagem, consultorias e consultas médicas, aulas de informática, de culinária e também seus produtos, como frutas e verduras, alimentos caseiros etc. Numa central, são controlados os créditos e débitos dos membros de forma que, para cada serviço prestado, é creditado um valor em moedas no saldo prestador e o mesmo valor é debitado no saldo daquele que recebeu o serviço ou produto. O mesmo sistema pode funcionar com moeda própria impressa, trocada diretamente entre os membros, ou por meio de moeda virtual, sob o controle e registro dos créditos e débitos. De acordo com Lietaer (2001 *apud* MENEZES, 2007), mais de 2.500 LETSS estavam espalhados pelo mundo no início do século XXI, sobretudo na Inglaterra e no Canadá, embora pudessem ser encontrados em outros países, como na Austrália, no Japão, nos Estados Unidos e na Nova Zelândia. Em cada país ou local, há particularidades na maneira de se administrar esse sistema e suas denominações muitas vezes variam.

Os *Time Dollars*⁶, por exemplo, se diferenciam dos LETSS por utilizarem a moeda “tempo”. Este sistema surgiu em 1980, nos Estados Unidos, no intuito de amenizar a falta de certos serviços provocada pelos cortes dos gastos do governo com o bem-estar social (MENEZES, 2007; LIETAER e KENNEDY, 2010). Assim, ao receber uma hora de serviços de alguém, uma hora de serviço é debitada do recebedor e uma hora é creditada para o prestador do serviço e, como uma hora são sempre 60 minutos, não existem juros ou inflação. As estações centrais ou bancos de horas são estruturas simples (muitas vezes apenas com um técnico e um computador) e registram as mudanças nos saldos de cada membro. Se o membro precisar de um determinado serviço, precisa ter saldo positivo para

⁶ Para mais informações, acessar a página www.timebanks.org. Um sistema semelhante, também nos EUA, é o *Ithaca Hours*, na cidade de Ithaca. Uma hora de trabalho neste sistema são US\$ 10 (dez dólares) e, por meio da publicação periódica em um jornal local das ofertas de serviços e produtos, o ofertante indica livremente a proporção em *Ithaca Hours* e em dólares que deseja receber pelo serviço (MENEZES, 2007).

“pagá-lo”, de modo que é estimulado a manter um equilíbrio entre a prestação dos seus serviços e a utilização de outros. Ainda, tais experiências se baseiam no princípio da equivalência, ou seja, independentemente do serviço, o seu valor é determinado em horas gastas. Tais práticas também se encontram difundidas em várias partes do mundo, como em Israel, na Coreia do Sul, na Itália e na Espanha.

Mas, na avaliação de Rocard (2010, p. 09), mais do que a provisão de serviços, que podem ser inacessíveis para alguns membros de um sistema desse tipo, tais “bancos de horas” possibilitam a circulação de

[...] tipos de conhecimento raros a ponto de serem esquecidos por estarem desmercantilizados podem ver-se revalorizados desta maneira. E mais, a circulação de conhecimentos e habilidades não mercantilizados se mostra como um meio útil de lutar contra o desemprego.

As experiências similares aos LETSs canadenses são denominadas SELs (*Systèmes d'Échange Local*) na França. A principal diferença entre os LETSs e os SELs é que nestes últimos se usam, majoritariamente, moedas virtuais (BLANC, 1998; MENEZES, 2007; LIETAER e KENNEDY, 2010). Os primeiros SELs foram criados a partir de 1994, e hoje estão espalhados em várias cidades francesas. Cada SEL cria sua moeda e seu sistema de trocas. O objetivo destes sistemas é semelhante aos clubes de trocas brasileiros e argentinos: estimular a troca de bens e serviços entre as pessoas. Nos SELs urbanos, tipicamente, trocam-se mais serviços, notadamente os intelectuais e profissionais. Nos SELs rurais, trocam-se mais alimentos e dias de trabalho. Atualmente, na região parisiense, existem mais de 40 SELs e somam cerca de 465 em toda a França. Em geral, os SELs atrelam sua moeda a uma hora de serviço e disponibilizam uma lista de ofertas e demandas. Adotam uma forma colegiada de organização que evita aspectos de hierarquia. Embora sejam semelhantes, possuem particularidades de funcionamento. Há SELs, por exemplo, que contam com a presença de um mediador na relação entre comprador e vendedor. Institucionalmente, os SELs criaram uma associação chamada SELidaire, que organiza e disponibiliza informações e que funciona como um ponto de contato entre eles. Além disso, organizam encontros regionais e nacionais e os inter-SELs (clube de trocas entre Sistemas SELs), com moeda própria do evento (em Paris, existe o inter SELs BLE [*Bourses Locaux d'Échange*], com a moeda *Feuille de la Richesse*) (Faire Mouvement, 2011).

Também na França, o sistema SOL tem se destacado. O SOL é uma moeda complementar, comum a vários territórios franceses, e possui diversas finalidades, pois possibilita não apenas a compra de bens e serviços nas empresas participantes, mas também

o intercâmbio de tempo e de conhecimento entre os membros e a valorização e o estímulo de práticas ecológicas, sociais e solidárias. Na análise de Lietaer e Kennedy (2010, p. 147), o “funcionamento do SOL se assenta em um projeto compartilhado e gerido democraticamente”, vinculado a uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios baseada em valores ecológicos, humanos e sociais. A ideia de implantar este sistema em toda a França surgiu a partir de um relatório de Patrick Vivret, de 1999, acerca da necessidade de valorizar comportamentos solidários e ecologicamente responsáveis (*Faire Mouvement*, 2011). Mas a implementação do projeto teve início apenas em 2004, a partir do financiamento do Fundo Social Europeu. O primeiro momento de implantação do sistema SOL considerou apenas três regiões francesas (Bretagne, Nord-Pas-de-Calais e Île-de-France) e, em 2007, novos territórios foram incluídos (LIETAER e KENNEDY, 2010).

Dentro desse movimento, a moeda *Sol-Violette* tem se destacado e redirecionado o sistema SOL para a criação de moedas sociais localizadas e promoção da articulação entre as diferentes experiências. O intuito da *Sol-Violette* é estimular os atores, indivíduos e organizações a consumirem localmente, respeitando a natureza e os seres humanos (*Faire Mouvement*, 2011). A moeda *Sol-Violette* foi lançada em 2011, em três bairros da cidade de Toulouse (Centre Ville, Rangueil e Grand Mirail). O processo de criação e implementação da moeda em Toulouse chama a atenção para o número e o envolvimento das entidades locais, notadamente a prefeitura da cidade que, além de apoiar, financiou parte do projeto e participa ativamente da sua governança. Além da prefeitura e do movimento SOL, o projeto é sustentado atualmente por bancos cooperativos e públicos – *Crédit Cooperative* e *Crédit Municipal* (este último, ligado à prefeitura de Toulouse). A referência à “apropriação cidadã da moeda” é notória no processo de desenvolvimento e de gestão da moeda em Toulouse. Como atesta a atual coordenadora do projeto, “primeiro vem a política cidadã em torno da moeda, depois a questão econômica”.

Nos países germanófonos (Alemanha, Áustria e Suíça), uma rede de moedas regionais denominada de Movimento Régio⁷ foi criada em 2003, no intuito de estimular a troca de experiências entre os diferentes sistemas “régios”. Em 2008, esta rede contava com mais de 63 sistemas de moedas regionais, sendo que 28 estavam em pleno funcionamento e 35 em fase de lançamento e constituição (LIETAER e KENNEDY, 2010). Interessa notar, ainda, que cada régio possui suas particularidades, podendo-se

⁷ Foi criada por Margrit Kennedy sob a denominação institucional *Regiogeld*. Mas cada sistema é chamado “régio” por questões de simplificação, mantendo a identificação do fato de ser um sistema “regional”. No entanto, cada experiência tem uma denominação própria para sua moeda regional ou local (LIETAER e KENNEDY, 2010).

identificar dois grandes grupos dentro do movimento régio: um que tem compatibilidades e interferência do Euro; e outro constituído por círculos cooperativos que não se utilizam do Euro em momento algum. As primeiras iniciativas das moedas regionais na Alemanha estão relacionadas às zonas rurais e uma das mais conhecidas é a moeda regional *Chiemgauer*.

Criado pelo professor de economia Christian Gelleri como um exercício prático para seus estudantes, a moeda *Chiemgauer* é até então mantida no intuito de desenvolver a região de Chiemsee, a 80 km de Munique (GELLERI, 2009). Os comerciantes locais aceitam o *Chiemgauer* em troca da publicidade que as notas emitidas levam no seu verso. Essa moeda funciona com base num sistema interessante de “oxidação” ou “juros negativos”, pois, de três em três meses, as notas de *Chiemgauer* perdem parte do seu valor. Ao receber as notas, se os comerciantes optarem por trocá-las por Euro, terão 5% do valor de cada nota reduzido, mas se mantiverem as notas circulando, por exemplo, pagando seus fornecedores em *Chiemgauer*, não incorrem neste desconto. Esse sistema de juros negativo é possível porque ao comprar *Chiemgauer*, recebe-se um valor 3% maior do que em Euros (paga-se, por exemplo, 100 Euros para obter 103 *Chiemgauer*). Além de incentivar a compra de moeda local, impulsiona sua mais ampla e rápida circulação. Ainda, Gelleri (2009), entre 2004 a 2009, calculou a velocidade de circulação dos *Chiemgauer* e verificou que esta era três vezes maior do que a do Euro. Especificamente em 2006, essa moeda circulou em média 20 vezes no ano, enquanto o Euro manteve a média de três vezes no mesmo período (LIETAER e KENNEDY, 2010.).

Um dos aspectos importantes das observações e pesquisas sobre as moedas complementares é que elas permitem refletir acerca de uma suposta “exclusividade monetária nacional” das economias contemporâneas e dos princípios econômicos sobre a moeda. Esta exclusividade monetária nacional, de acordo com Blanc (1998), reside geralmente em três princípios: o de que a moeda é “única”,

pois ela é substituída apenas por uma única autoridade monetária e o conjunto dos instrumentos monetários derivam desta autoridade; o de que a ela confia-se o poder de compra generalizado e ela é a única a possuir este papel, cobrindo também a totalidade do campo de práticas monetárias internas ao território (nacional) considerado; o de que ela é própria do Estado onde ela circula no sentido onde o Estado, ele mesmo, é o proprietário (BLANC, 1998, p. 87).

Sendo assim, “dentro do quadro dos sistemas monetários contemporâneos, as moedas paralelas são suscetíveis de estarem em todo lugar e serem empregadas por todos”. Elas, então, convidam à revisão do próprio conceito de moeda.

Além disso, muitas vezes, as moedas complementares e sociais são endossadas pelos governos (BLANC, 1998; COLLIAC, 2005). Por exemplo, as moedas complementares das províncias na Argentina foram amplamente aceitas nos anos 2000, inclusive pelo Estado Federal. Entre elas, a *Patacón*, moeda complementar em Buenos Aires, era utilizada para pagar dívidas públicas, chegando a 80% do pagamento das pensões e dos salários. Além disso, outras instituições, como as bancárias, foram se adequando a essa realidade, passando a aceitar e abrir contas na moeda complementar das respectivas províncias. As influências dos usos dessas moedas e sua circulação foram relativamente amplas e complexas, a ponto de, por exemplo, as *Lecops*, moeda complementar do próprio governo federal argentino e as *Patacones* circularem em outras províncias e não apenas em Buenos Aires (COLLIAC, 2005).

Ainda sobre a experiência da Argentina, Colliac (2005) atribui o surgimento das diversas moedas provinciais ao contexto político da época e às características administrativas e orçamentárias do país. Na sua investigação, Colliac (2005) aponta, principalmente, o endividamento das províncias e, conseqüentemente, o do Estado Federal como principal fator que levou ao surgimento dessas moedas. Tais moedas (também chamados bônus provinciais) ganharam *status* de moeda e podiam ser trocadas em paridade com a moeda argentina da época, a *Australis* (criada em 1987). O autor destaca que, em junho de 2002, o volume de moedas complementares em circulação alcançou 37% do total dos meios de pagamento argentinos.

No Brasil, o caso de Curitiba é destacado por Lietaer e Kennedy (2010) como o uso de moedas complementares planejado pelo Estado. Em 1971, o prefeito da cidade, no intuito de resolver o problema dos resíduos e do lixo típicos das cidades brasileiras em processo de crescimento demográfico, criou uma moeda complementar sob a forma de vale-transporte. Cada sacola de lixo depositada nos contêineres de reciclagem dava direito a um vale-transporte. E assim, o programa se ampliou e o lixo poderia ser trocado também por alimentos, e por cadernos escolares, no início do ano letivo. Desse modo, o que começou como um projeto de saúde pública se desenvolveu, pouco a pouco, em um programa de gestão do transporte e do desemprego por meio da utilização e circulação de moedas complementares (LIETAER e KENNEDY, 2010, p. 47).

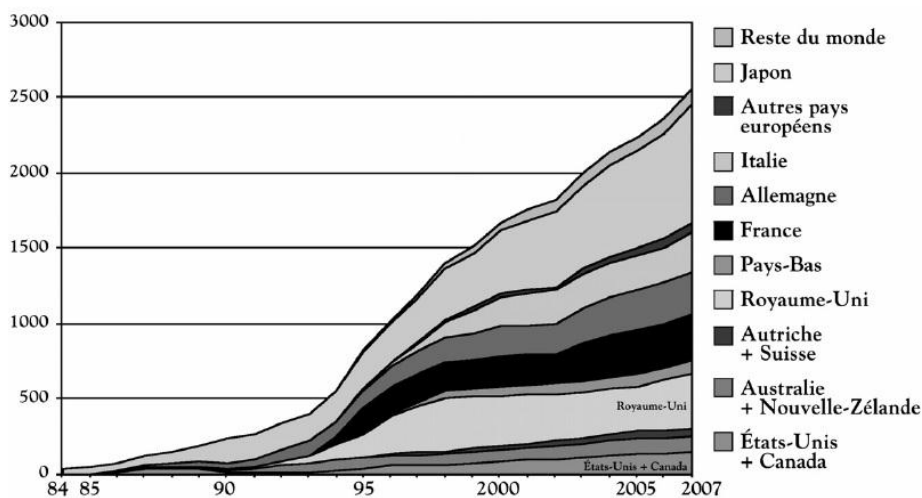
Há incontáveis exemplos sobre moedas alternativas, cada qual com suas especificidades e surgidas em contextos específicos em resposta a situações também específicas. Mas, ao contrário do que se possa pensar, essas moedas não concorrem com a moeda nacional, são “hierarquicamente” inferiores, na medida em que, tipicamente, não são utilizadas para certas transações formais, como no caso de pagamentos de impostos e taxas etc. (BLANC, 1998; LIETAR e KENNEDY, 2010).

Esse conjunto amplo de moedas tem se manifestado em diversos países e sob as mais variadas formas, inclusive em países que não passaram por crise financeira ou por algum tipo de recessão econômica (BLANC, 1998; LIETAER e KENNEDY, 2010). Apesar da notoriedade dos casos das moedas da Argentina, em que o endividamento das províncias foi o principal motivo para o surgimento de moedas complementares, nos últimos 20 anos tem ocorrido um aumento no número de casos de utilização de moedas complementares, em sua maioria local e com funções limitadas (LIETAER e KENNEDY, 2010). Lietaer e Kennedy (2010, p. 83) notam que

esta é a primeira vez nos tempos modernos que este tipo de moeda é introduzida durante um período de relativa paz e estabilidade econômica: geralmente, a introdução de moedas complementares ocorre na sequência de uma guerra e em contextos econômicos particularmente dramáticos.

O Gráfico 2 oferece uma ideia deste cenário de crescimento do uso das moedas complementares nas últimas duas décadas.

Gráfico 2 – Distribuição das moedas complementares em alguns países no mundo



Fonte: Lietaer e Kennedy (2010, p. 83).

Como visto, no Brasil se destacam as experiências de uso das chamadas moedas sociais, tipicamente criadas pelos associados de um clube de trocas ou por um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD). Os primeiros se caracterizam por se organizarem em torno da troca direta (sem o uso de moeda) ou indireta (usando moedas sociais) de bens e serviços de modo sistemático (MENEZES e CROCCO, 2009; CARNEIRO e BEZ, 2011). O segundo, os BCDs, são relativamente recentes no país e têm se destacado pela difusão das experiências em vários estados brasileiros e pelo relativo apoio institucional e governamental que vêm recebendo. A maioria destes apoios governamentais são pontuais e de curto prazo, mas existem formas de apoio diretas e sistemáticas, como o financiamento da Senaes/MTE para a constituição da rede brasileiras de bancos comunitário e alguns casos em que legislações específicas normatizam a relação entre o poder público local e o banco comunitário.

2.2 Entendendo as moedas sociais brasileiras no conjunto de moedas complementares e sociais no mundo

Desde as primeiras experiências do uso de moedas complementares, nos últimos 30 anos, diferentes estudos, levantamentos e tentativas de elaboração de tipologias desse universo podem ser observados. No entanto, Martignoni (2012) argumenta que ainda existem poucos na literatura e que a maioria dos estudos usa a concepção econômica tradicional sobre dinheiro para definir os critérios de classificação.

O objetivo de construir uma tipologia é, de modo geral, oferecer um quadro que ajude a entender as semelhanças e diferenças entre os diferentes tipos e usos de moedas sociais e complementares no mundo. Para Blanc (2011 e 2013), tais tentativas se mostram “desapontadoras” talvez porque a diversidade e dinâmica do objeto de análise escapem de qualquer classificação rígida.

As tipologias sobre moedas complementares mais recentes e comentadas são encontradas em Blanc (1998, 2011 e 2013), Lietaer e Kennedy (2010) e Martignoni (2012). Tanto Blanc (1998) quanto Lietaer e Kennedy (2010) constroem uma tipologia dos sistemas monetários em geral, no qual as moedas nacionais oficiais e as divisas estrangeiras, por exemplo, representam boa parte deles. A amplitude e a consideração de formas híbridas em vários sistemas de moedas na classificação de Lietaer e Kennedy (2010) oferecem uma visão ampla dos inúmeros meios de pagamento e de troca, mas dificultam a percepção do foco de certas experiências e, portanto, sua diferenciação em

relação a outros usos (MARTIGNONI, 2012). A tipologia de Martignoni (2012) considera apenas as moedas complementares sociais e adota critérios mais diferenciados daquele da concepção econômica tradicional sobre a moeda. Para a construção de sua tipologia, Martignoni (2012) se baseia apenas nos sistemas de uso de moeda complementar situados em países europeus de língua alemã (Alemanha, Áustria e Suíça), somando 18 sistemas. Isso se configura como uma limitação da sua tipologia para entender as moedas sociais brasileiras e outras semelhantes. No entanto, as dimensões que o autor usa para classificar as moedas complementares e sociais parecem adequadas. O autor se baseia na arquitetura do sistema de troca ou da moeda em si (como ele funciona?); na administração do sistema de troca ou moeda (quem o governa?); nas estratégias de implementação (quem e como é emitida?); no contexto no qual a moeda ou sistema está enraizado (qual é o território?). Dentro de cada uma destas dimensões, o autor usa um contínuo de cinco pontos, com extremidades opostas nas quais cada sistema estudado recebe uma pontuação e é alocado na grade de análise. Esta atribuição de pontos exige um conhecimento relativamente aprofundado de cada experiência que se quer classificar.

Blanc (1998, 2011 e 2013) tem se detido na busca por uma tipologia dos sistemas monetários com intuito direto de compreender a diversidade de projetos e experiências de usos de moedas complementares e sociais no mundo. As tipologias de Blanc (2011 e 2013) nos interessam neste trabalho principalmente pela base polanyiana que contemplam. Além disso, nos permitem refletir sobre o “lugar” das moedas sociais brasileiras dos BCDs nos seus quadros de análises e os aspectos que as distinguem e as aproximam das experiências internacionais. Sendo assim, foca-se aqui as tipologias deste autor para (re)pensar nossas moedas sociais no conjunto das diferentes experiências de uso destas moedas.

A primeira tipologia, de 1998, possui um aspecto mais generalista do conjunto dos sistemas monetários. Mais do que classificar, o intuito do autor foi refletir o próprio conceito de moeda e retomar a noção substantiva de economia de Polanyi. Em 2011, o autor reconstrói sua tipologia, focando os sistemas de moedas complementares e sociais e encontrando no termo em inglês *Complementary Currencies* (CCs) um metanome⁸. De

⁸ De acordo com Blanc (2011), não existe um metanome em outras línguas, como no espanhol e no francês. Por meio da literatura, percebemos diferentes denominações dadas por diferentes autores. O termo moedas complementares ou moedas regionais é usado por Lietaer e Kennedy (2010), por exemplo.

acordo com Blanc (2011), este metanome é adequado por possibilitar “ir além do conflito entre aqueles que pensam em termos de ‘moeda comunitária’ e aqueles que pensam em termos de ‘moedas complementares’” (BLANC, 2011, p. 2). Em 2013, novamente o autor aprofunda sua base polanyiana e redefine o quadro de análise dos sistemas monetários. A nosso ver, esta última tipologia oferece melhor compreensão das moedas complementares e sociais, mas ainda oferece alguma dificuldade para compreensão das moedas sociais dos BCDs no Brasil.

As dificuldades das tipologias de Blanc (1998, 2011 e 2013) para a compreensão das moedas sociais brasileiras de BCDs se relacionam, principalmente, à noção de território e ao objetivo da experiência (projeto). A noção de território está estreitamente relacionada a limites geopolíticos nas tipologias de 1998 e 2011. As moedas sociais brasileiras reforçam, a nosso ver, a importância de atrelar a noção de território mais à ideia de comunitário e de identidade. Na tipologia de 2011, Blanc (2011) discute as Palmas dentro de um projeto de cunho mais mercantil e econômico, quando a rede brasileira de BCDs prioriza a ideia de desenvolvimento de territórios que passa pela via do mercantil e do econômico, mas não se resume ao seu projeto.

2.2.1 As tipologias de moedas complementares e sociais de base polanyiana

Em 1998, Blanc categorizou os modos e meios de circulação de moedas complementares (chamadas por ele de moedas paralelas porque se justapõem dentro das carteiras dos agentes, coexistindo e complementando a moeda nacional) apontando que eles se constituem um amplo conjunto de instrumentos monetários. Na sua pesquisa, de 1988 a 1996, foram identificados 465 exemplos de emprego de moedas complementares diferentes em 136 países. Nessa pesquisa, as manifestações de moedas complementares abarcavam desde instrumentos instituídos por governos até aqueles praticados de modo restrito a um grupo. Blanc (1998) subdividiu estes instrumentos monetários complementares em cinco grupos, resumidos abaixo:

1. Conjunto de instrumentos monetários relativos a uma comunidade territorial. Este conjunto engloba a maioria dos instrumentos monetários complementares (58% do conjunto da pesquisa), como as moedas estrangeiras e os bônus de privatização emitidos por um país. Um exemplo familiar é a URV (Unidade Real de Valor), moeda criada para controlar a hiperinflação no Brasil, em 1994.

2. Conjunto de instrumentos monetários procedentes de organizações do tipo comercial ou administrativo. Estes instrumentos, tipicamente, possuem validade limitada no tempo, no espaço e de tipos de bens e serviços. Incluem, por exemplo, o tíquete-restaurante e as milhas das companhias aéreas. Representam 7% do total de instrumentos pesquisados.
3. Conjunto de instrumentos monetários criados por grupos de pessoas sem intenção comercial ou intervenção estatal. Sua utilização se apóia na lógica da circulação da riqueza “organizada sobre a base de uma dívida social indefinidamente mantida” (BLANC, 1998, p. 85). Nesta categoria, que corresponde a 10% do universo considerado, parecem estar as moedas sociais do Brasil, embora isso não esteja muito claro nas considerações do autor. É neste conjunto que estão os LETSs, SELs e os outros sistemas de moedas complementares e sociais mais conhecidos.
4. Conjunto de instrumentos de origem não especificamente monetária. Neste conjunto, 25% do universo pesquisado, se encontram os demais instrumentos, entre os quais ele aponta bens, ativos e unidades físicas.
5. Conjunto transversal de moedas denominadas por Blanc (1998) de “paramoedas” (*paramonnaie*), as quais são, ao mesmo tempo, empregadas complementarmente à moeda nacional, e são utilizadas para um conjunto específico de bens e serviços e por um conjunto específico de atores. Este conjunto transversal representa 29% do universo pesquisado entre 1996 e 1998. Neste conjunto, encontram-se os tíquetes diversos de validade limitada e as moedas de círculos de troca restritos, por exemplo. Esta categoria foi ressaltada pelo autor para embasar a sua discussão crítica sobre o conceito de moeda (melhor discutido no Capítulo 3 desta tese).

Na sua discussão seguinte, Blanc (2011, p. 04) faz uma autocrítica dessa tipologia de 1998, ressaltando que: “Eu defini um conjunto de cinco esquemas coerentes de acordo com a compatibilidade das escolhas em relação a seus objetivos. Esta tentativa não levou a um critério rigoroso de definição para uma tipologia”.

Na tipologia de 2011, o autor se baseia na ideia de projeto (filosofia e propósitos gerais) e analisa o domínio de certos princípios dentro dos sistemas de moedas complementares. O autor sugere três tipos de projetos: territorial, comunitário e

econômico. Além disso, o autor enfatiza a importância de se diferenciar os implementadores (ou *designers*), ou seja, o responsável pela criação da moeda, tais como os governos perseguindo objetivos políticos, organizações privadas perseguindo lucro e organizações sem fins lucrativos ou grupos informais, perseguindo objetivos democráticos e participativos. Estas moedas relativas a espaços soberanos e a clientes de uma dada organização com fins comerciais fazem parte da tipologia, mas não são consideradas moedas sociais. O Quadro 3 resume a tipologia de Blanc (2011) para o que ele chama de *Complementary Currencies* :

as “CCs” [*Complementary Currencies*] são implementadas em sua maior parte pela sociedade civil, principalmente localmente e por segmentos de base [populares], principalmente de forma democrática, enfatizando a apropriação pelos cidadãos e redefinição do dinheiro em um processo participativo (BLANC, 2011, p. 6).

Quadro 3 – Tipos ideais e esquemas de moedas complementares

Natureza dos projetos	Espaço considerado	Propósito	Princípio guia	Denominação (Inglês/Espanhol/Francês)
Moedas Complementares (CCs - <i>Complementary Currencies</i>)				
Territorial	Espaço geopolítico (território politicamente definido)	Definir, proteger e fortalecer um território	Redistribuição ou controle político	<i>Local currencies/Monedas locales/Monnaies locales</i>
Comunitário	Espaço social (comunidades pré-existentes ou criadas <i>ad hoc</i>)	Definir, proteger e fortalecer uma comunidade	Reciprocidade	<i>Community currencies/Monedas sociales/Monnaies sociales</i>
Econômico	Espaço econômico (produção e troca)	Proteger, estimular ou orientar a economia	Mercado	<i>Moedas complementares/Monedas complementarias/Monnaies complémentaires</i>
Fora do âmbito das Moedas Complementares				
Territorial	Espaço soberano	Soberania	Redistribuição ou controle político	<i>National currencies/Monedas nacionales/Monnaies nationales</i>
Econômico	Clientes de uma organização com fins lucrativos	Lucro	Poder de adquirir e comprar	<i>For-profit currencies/Monedas para lucro/Monnaies à but lucratif</i>

Fonte: Blanc (2011, p. 7).

No Quadro 3, identificam-se três tipos ideais de esquemas monetários para as moedas complementares: moedas locais com foco em projetos territoriais; moedas comunitárias, que se traduzem por projetos comunitários; e moedas complementares, que se baseiam principalmente em projetos econômicos.

O primeiro tipo, de acordo com o autor, persegue primeiramente um propósito territorial, “objetivando afetar relações monetárias em um espaço geopoliticamente definido” (BLANC, 2011, p. 6). Este tipo ideal se desenvolve principalmente com o intuito de fortalecer um território. Eventualmente, essas formas de desenvolvimento de território são utilizadas por autoridades públicas locais na busca por formas de controle do dado território, o que, para o autor, acaba refletindo em um processo de redistribuição. Neste tipo ideal, as moedas podem ser fabricadas localmente, e os exemplos mais intimamente relacionados incluem as moedas das províncias argentinas que circularam entre 1984 e 2003.

No segundo tipo ideal, se destaca o objetivo comunitário. Nele, os espaços sociais são entendidos como conjunto de atores de uma comunidade existente ou gerada pelo esquema de uso da moeda (como uma rede), potencialmente independentes de dimensões territoriais. “Este segundo tipo enfatiza a construção de bem-estar, empoderamento, autonomia e trocas sociais” (BLANC, 2011, p. 6), tais como autoajuda e serviços ambientais para a comunidade. A reciprocidade é o princípio norteador deste esquema monetário, implementado por organizações sem fins lucrativos e às vezes por grupos informais. Como exemplos típicos, o autor indica os esquemas de bancos de tempo.

O terceiro e último tipo ideal de esquemas de moedas complementares persegue, sobretudo, um propósito econômico. Nele, espaços econômicos são construídos e definidos por conjunto de atores para atividades econômicas de produção e de troca, majoritariamente regulado pelo princípio do mercado. “Contudo, isto não implica que elas são implementadas em um propósito lucrativo, desde que implementadas por organizações não lucrativas, as quais desenvolvem ações em direção ao considerado como sendo de interesse geral” (BLANC, 2011, p. 7). A ênfase é dada em influenciar conjuntos de atividades econômicas, objetivando a sua proteção por meio da restrição do uso local da moeda e do estabelecimento de regras específicas, por exemplo. As moedas desses sistemas podem ser fabricadas como moedas complementares como

fazem a rede *Regiogeld* na Alemanha. Para o autor, a moeda do Banco Palmas também estaria nesta categoria, como um exemplo de moeda com um projeto econômico orientado para o mercado.

A noção de tipo ideal nesta tipologia de Blanc (2011) o permite dizer que, em cada um, sobressai um dos três princípios – redistribuição, reciprocidade e mercado –, estreitamente vinculados à concepção substantiva de economia polanyiana (a qual desenvolveremos na parte teórica e conceitual desta tese). Sendo assim, no primeiro tipo, ao perseguirem propósitos territoriais, não necessariamente os esquemas de moeda complementar farão referências significativas em relação às questões da comunidade (reciprocidade) e da economia. Da mesma forma que, no segundo tipo, as comunidades são potencialmente independentes de qualquer dimensão redistributiva (territorial) e podem ser concebidas sem nenhuma referência a racionalidades econômicas. Por fim, o projeto do terceiro tipo pode ser pensado completamente fora de questões territoriais e comunitárias. Blanc (2011) marca com isso a ideia de tipo ideal no qual cada princípio necessariamente se sobressai em relação aos outros, embora eles coexistam em um mesmo sistema real de moeda.

Apesar da flexibilidade que propõe, essa tipologia de Blanc (2011) nos oferece duas dificuldades para compreender as moedas sociais brasileiras no amplo universo das moedas complementares. A primeira destas dificuldades diz respeito à noção de território. Tanto nesta como na tipologia de Blanc (1998), a ideia de território está estreitamente relacionada a limites geopolíticos. Nesta tese, a noção de território é relativamente mais ampliada e uma dimensão fundamental para a escolha, criação e desenvolvimento de experiências de moedas sociais no Brasil. Um pouco difusa é também a ideia de comunidade, que não necessariamente está ligada ao território na concepção de Blanc (2011). No nosso caso, as ideias de comunidade e de território remetem à noção de identidade e de pertencimento e, por isso, se aproximam.

Uma segunda dificuldade se relaciona ao objetivo do projeto que orienta a construção da tipologia. Se atentarmos para o objetivo ou projeto dos BCDs brasileiros, ou seja, “promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, com base no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos” (MELO NETO e MAGALHÃES, 2009, p. 23), identificamos o desenvolvimento do território como objetivo central, e a economia e a comunidade (relações de reciprocidade e governança coletiva)

como as principais vias para que o projeto se concretize. A moeda (e o microcrédito) é o principal instrumento utilizado pelo BCD neste processo, e que depende diretamente tanto das relações econômicas quanto das sociais (comunitárias, de identidade, de confiança, entre outras).

Nesta tipologia, fica a indagação: as moedas sociais brasileiras vinculadas aos BCDs são projetos territoriais, moedas comunitárias ou projetos econômicos? Ou seja, esta tipologia deixa frouxa a possibilidade de entender o caso das moedas sociais criadas pelos BCDs. Ao que parece, as moedas sociais dos BCDs são, simultaneamente, dos três tipos, e por isso a tipologia de Blanc (2011) não parece ser aplicada ao caso. Além disso, a abordagem do autor parece enfatizar o mercado, sendo que a rede brasileira de BCDs tem, ao longo do seu processo de constituição, enfatizado o território e o comunitário.

Em Blanc (2013) encontra-se um quadro de análise ainda baseado nos tipos ideais weberianos, mas mais atrelado aos princípios da economia substantiva de Polanyi. O autor esclarece que

uma chamada à construção de tipos-ideias no sentido mesmo weberiano do termo: construções abstratas, utópicas e exemplares destinadas à reunir sob uma forma coerente um conjunto de traços [ou propriedades] que não observamos necessariamente desta maneira na realidade. Estes **tipos-ideais são em seguida mobilizados para melhorar a inteligibilidade do real e estudar aprofundando variantes, evoluções, contradições**, etc (BLANC, 2013, p. 246) [grifos nossos].

A base para elaboração desta nova tipologia são os fundamentos da concepção de Polanyi sobre economia e moeda e a sua (re)interpretação destes fundamentos para compreender os sistemas monetários modernos. Sendo assim, dentro do quadro da economia substantiva, Polanyi (2011) identifica três grandes usos de “objetos quantificáveis”: o uso para o pagamento, o uso para padrão de valor e o uso como meio de troca (o uso como reserva de valor é introduzido de maneira e em sociedades específicas). Blanc (2013) marca a diferença polanyiana entre moedas de usos específicos (*special purpose money*) e moeda de uso geral (*all purpose money*). As primeiras, relativas às sociedades arcaicas e primitivas, são diferentes tipos de moedas usadas em situações específicas. Além disso, os usos eram instituídos de forma independente uns dos outros. As moedas de uso geral (ou moedas para todos os usos) são “exclusivas”, na concepção polanyiana, das sociedades modernas marcadas pela dominação do mercado. Nessas sociedades, o uso da moeda como meio de troca “não se

limita mais como um dos usos, ele se estende aos três”; além disso, assume uma validade “dentro da totalidade as trocas, os pagamentos e as contas”. Sendo assim, o uso da moeda como meio de troca assume um lugar principal, unificando e hierarquizando os demais usos (BLANC, 2013, p. 247). Essa diferenciação entre o uso geral e os usos específicos é importante para sublinhar a diferença entre a moeda de mercado e a “fábula da troca” (como será visto no Capítulo 3 desta tese).

No entanto, Blanc (2013, p. 248) observa que Polanyi não reconhece o uso de moedas específicas na sociedade moderna e ultrapassa o campo de aplicação polanyiano, ressaltando que os usos de diferentes instrumentos monetários são também um aspecto da sociedade moderna: “a moeda é unitária enquanto sistema, mas fragmentária enquanto instrumento”.

A partir daí, Blanc (2013) assume que as moedas modernas possuem usos específicos e usa diferentes exemplos de moedas complementares para explicar sua reinterpretção da concepção de moeda em Polanyi. De acordo como autor, as moedas de usos específicos de sociedades “exóticas” têm seu equivalente moderno em termos de validade econômica e social, e a combinação destes termos (os quais definem por quem e para quem elas são criadas) nos ajudam a compreender os sistemas monetários alternativos que nos apresentam hoje.

O equivalente moderno dos *special purpose money* exóticos não está ligado a formas de reprodução comunitária, mas à organização de procedimentos de contas e de pagamentos dentro de um circuito combinando um grupo de usuários identificados e um conjunto de bens e serviços que lhes são assim fornecidos: é assim que nós podemos **compreender dispositivos tais como as moedas sociais ou complementares**, ou bônus de compra como os tickets de restaurante. As limitações eventuais de horizonte temporal, de espaço territorial e de regulamentação não são suficientes para definir estes *special purpose money* modernos, mas modulam seus usos (BLANC, 2013, p. 250).

Blanc (2013) destaca também a ideia polanyiana de interdependência entre os princípios orientadores do processo econômico – redistribuição, reciprocidade, troca e domesticidade –, assumindo-os como modalidade de produção e de consumo interdependentes relativos à atividade humana e aos usos dos recursos disponíveis. Na sociedade moderna, o movimento das trocas indica “mudança de mãos” e, dentro de um sistema de mercado autoregulado, este movimento cria preços. No entanto, para Polanyi (2011), a exemplo dos mercados administrados, nem toda troca de mercado cria preços. Sendo assim, de acordo com Blanc (2013, p. 253), “certos sistemas monetários são

construídos em torno de uma vontade de promover formas de troca que se distanciam mais ou menos fortemente do mercado”.

A noção de redistribuição se refere ao movimento de apropriação em direção a um centro e, depois dele, para o exterior, ou seja, a coleta e a redistribuição a partir desse centro. Esta centralidade, para Blanc (2013), pode ser pensada em termos de institucionalização de um poder político sobre um grupo que tanto se traduz como forma de proteção como também de dominação. A ideia que o autor destaca é a de um “controle político” que submete os indivíduos e os grupos. Ainda para o autor, o exercício desse poder pelo Estado é apenas um caso na história, existindo na sociedade moderna, além do Estado outras formas institucionais que estabelecem “modos verticais de circulação da riqueza por distribuição, exercendo uma forma de poder sobre seus beneficiários” (BLANC, 2013, p. 254).

Um terceiro princípio polanyiano, o da reciprocidade, diz respeito a movimentos entre grupos simetricamente situados e se destacam a tripla obrigação de dar-receber-retribuir. Nas sociedades modernas, Blanc (2013, p. 254-255) pensa na horizontalidade das relações mais do que na simetria de grupos e indivíduos e argumenta que

o ponto importante para a construção de uma tipologia de sistemas monetários é que a moeda de um sistema recíproco é definida e legítima no interior de uma comunidade que a circulação da moeda circunscreve, identifica, liga e reproduz dentro da construção de uma igualdade de estatutos que reconhece doravante as diferenças.

Por fim, o princípio da domesticidade, reinterpretado por Hillenkamp (2013) e adotado por Blanc (2013) nesta nova tipologia, se relaciona com a mobilização de recursos monetários ou não monetários no seio de uma produção doméstica. Além disso, tem a ver com dinâmicas poliformes de economia popular nos países do Sul (BLANC, 2013).

Com base nesse movimento analítico de repensar os princípios econômicos polanyiano da redistribuição, reciprocidade e mercado no entendimento da moeda e das moedas sociais atualmente, Blanc (2013) elaborou o Quadro 4, no qual distingue três grandes conjuntos de sistemas monetários: as moedas públicas, as moedas lucrativas e as moedas cidadãs. Estas últimas redefinem os tipos de moedas complementares (CCs –

*Complementary Currencies*⁹⁾ de Blanc (2011) e redenomina-as. Sob esta perspectiva, a moeda cidadã seria aquela que:

[...] mobiliza potencialmente os quatro princípios polanyianos, mas ela coloca em primeiro plano seja a reciprocidade, seja a troca: no primeiro caso, ela pode ser dita **moeda cidadã comunitária** e, no segundo caso, **moeda cidadã comercial**. Nos dois casos, é um projeto solidário que é também uma luta contra formas de dominação estatal ou do mercado. O espaço das transações é marcado por uma identidade forte, estruturada por valores manifestados em *Chartes* [diretrizes gerais, políticas de uso da moeda etc], de estatutos ou de regulamentos internos (BLANC, 2013, p. 262) [grifos e parênteses nossos].

Quadro 4 – Tipos ideais para as moedas modernas

Qual nome?	Princípios de integração e tensões ¹⁰	Emissores e espaço pertinente	Exemplos próximos
Moedas Públicas			
Moeda estatal	Controle político e redistribuição. Dominação e capitação, solidariedade	Estado central via o Tesouro e o Banco Central, por um território definido por uma autoridade política soberana	Peças e bilhetes do Euro, moeda banco central
Moeda subestatal		Entidade federada via e/ou um banco próprios, por um suconjunto do território definido por uma autoridade política responsável por um poder monetário	Moedas provinciais argentinas
Moeda Lucrativa			
Moeda mercantil	Troca de mercado. Dominação e captação	Bancos comerciais e organizações não bancárias, para setores ofertantes e demandantes definidos pela extensão da clientela e as interconexões entre emissores	Moedas dos bancos comerciais; empresas de <barter> ¹¹
Moeda captativa	Captação vertical de fontes por orientação do poder de compra: redistribuição inversa	Empresas para sua clientela	Moedas de grandes propriedades territoriais; milhas aéreas

⁹ A reflexão a cerca da denominação *Complementary Currencies* se deve principalmente pela fragilidade do conceito de complementaridade que o autor tem trabalhado em textos recentes (ver Blanc, 2013, apresentado no ICCs).

¹⁰ Blanc (2013) se baseia em Laville (2003 e 2010) e na sua discussão sobre “solidariedade filantrópica” e “solidariedade democrática” no seio da economia social e solidária para apontar que não existe necessariamente contradição entre dominação e solidariedade. A dominação, neste contexto, traduz uma relação de dependência dos indivíduos em direção a organizações baseadas na solidariedade filantrópica.

¹¹ O termo *Barter* é empregado para designar as “câmaras de compensação das dívidas dos membros usando uma unidade de conta específica, com ou sem convertibilidade com a moeda nacional”. O WIR suíço é o exemplo mais notório (BLANC, 2013, p. 260).

Moedas Cidadãs			
Moedas comunitárias	Reprodução da comunidade por reciprocidade. Solidariedade	Organizações de utilidade social para aliança a uma comunidade	Bancos do tempo, sistemas de troca local francês (como o Sol-Violette ¹²)
Moedas comerciais	Distribuição horizontal de bens e serviços por troca. Solidariedade.	Organizações de utilidade social para setores definidos pela rede de prestadores e afiliadas	Chiemgauer (Alemanha) e Palmas (Brasil)

Fonte: Blanc (2013, p. 263-4).

Percebe-se que, nesta nova tipologia de Blanc (2013), a noção de território ainda é atrelada a um espaço geopolítico, tanto que é definido apenas nos sistemas de moedas públicas e estreitamente ligado ao princípio da redistribuição. No entanto, Blanc (2013) identifica e retrabalha uma especificidade da moeda Palmas (no caso, que representa nossas moedas sociais dos BCDs), ressaltando que ela combina a troca e o compartilhamento doméstico, pois estimula atividades populares produtoras ou comerciais nas próprias moradias, além de proporcionar o aumento da capacidade da comunidade na criação de grupos produtivos ou empreendimentos de economia solidária. Apesar de, a nosso ver, esta tipologia ser mais adequada para entendermos o cenário onde se insere a moeda social dos BCDs brasileiros, ainda propomos a seguir uma reflexão acerca da diversidade de moedas complementares. Esclarecemos também que neste trabalho continuaremos a utilizar a denominação “moedas sociais” para enfatizar a proposta de inclusão financeira e a base popular em que nossas moedas se apóiam.

Neste intuito, apontamos a seguir aspectos que são importantes, no nosso entendimento, para a compreensão dos principais sistemas de moedas complementares e sociais. São importantes também porque apontam para a diversidade entre esses sistemas.

2.2.2 (Re) Pensando os aspectos das moedas sociais dos BCDs no conjunto das moedas sociais complementares

Importa indicar que nossa tentativa já nasce com algumas limitações. Primeiro, a de que consideraremos apenas as experiências mais tradicionais e conhecidas. Mesmo

¹² Na nova tipologia de Blanc (2013), a moeda *Sol-Violette*, em Toulouse aparece como um exemplo de uma combinação complexa entre moeda pública, moeda lucrativa e moeda cidadã, para exemplificar que, na realidade, os sistemas de moedas complementares são mistos e para reforçar a ideia de tipo-ideal na sua proposta.

porque concordamos com Martignoni (2012) que é quase impossível ter uma visão completa do campo, no qual mais de 5 mil experiências já foram estabelecidas. A segunda limitação se refere ao método, pois diferentemente de Martignoni (2012), que conheceu mais profundamente cada uma das 18 experiências (embora apenas as de países de língua alemã), nossa busca se restringiu, em sua maior parte, a descrições, estudos e pesquisas disponíveis em fontes secundárias de dados¹³.

Do universo estudado e a partir das discussões até aqui apresentadas, procuramos sistematizar as experiências com base em seis perguntas orientadoras: a) **Onde** a moeda foi criada?; b) **Por que** a moeda foi criada?; c) **Por quem** a moeda foi criada?; d) **Para quem** a moeda foi criada?; e) **Como** a moeda funciona?; e) Que atores fazem a **gestão** da moeda?. Além destas, também ficamos atentos aos principais resultados alcançados e aos principais desafios para a circulação da moeda (ver Apêndice D para sistematização de algumas experiências de usos de moedas sociais). No entanto, estas duas últimas questões não são significativas para a reflexão da diversidade do conjunto aqui proposta¹⁴.

- a) **Onde?** Os territórios onde são criadas e circulam moedas complementares e sociais são diversos, e não necessariamente empobrecidos. Há moedas que circulam em bairros de grandes cidades (como as Palmas e a *Sol-Violette*), pobres ou não, em pequenas e médias cidades (a *L'abeille* francesa, a RES Belga e a *Chiemgauer* na Alemanha); há sistemas integrados em países (como o Sistema *Sol* na França e o *Regiogeld* na Alemanha) e sistemas que ultrapassam as fronteiras entre nações (como o C3 em todo o Uruguai e no Sul do Brasil). Encontramos ainda moedas circulando em grupos e redes sem território definido, pelo interesse em trocar bens e serviços (como os clubes de trocas de modo geral, os SELs e os LETSs). No caso das moedas sociais

¹³ Além de fontes secundárias, como *sites*, jornais e relatórios, três oportunidades de aprofundamento foram importantes. A primeira foi o acesso ao relatório completo do I Encontro Internacional de Atores de Moedas Sociais e Complementares, realizado em Lyon, em fevereiro de 2011 (*Faire Mouvement: synthèse des débats*, 2012). A segunda foi a participação da segunda versão deste encontro em Haia na Holanda, em junho de 2013. Outra oportunidade encontrada foi conhecer pessoalmente algumas experiências internacionais do uso de moedas complementares, notadamente a *Sol-Violette* em Toulouse e o sistema SOL francês, além de algumas moedas locais na Espanha, reunidas em Sevilha, no encontro de *Monedas Locales*, em maio de 2013.

¹⁴ No Apêndice IV, construímos um quadro que lista alguns dos principais exemplos de sistemas de moedas complementares e sociais no mundo, à medida que fomos encontrando na literatura e conhecendo experiências no período do doutorado sanduíche na França.

brasileiras criadas por BCDs, a maioria se restringe a circular em territórios empobrecidos, notadamente pequenos municípios, bairros ou comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores etc.).

- b) **Por quê?** Os contextos de crises econômicas em maior ou menor escala motivam a criação e o uso de moedas complementares. Atualmente, a crise nos países europeus (e do Euro) tem influenciado o desenvolvimento do sistema *Sol* francês e o crescimento acelerado do número de moedas complementares e sociais na Espanha, por exemplo (quase 70 experiências no triênio 2011, 2012 e 2013). A Grécia, onde a crise já soma cinco anos, contava com várias experiências dessa natureza. Além disso, estudos mostram que o uso do WIR na Suíça aumenta em épocas de crises ou baixa liquidez do Euro (lembramos também os casos das moedas nos clubes de trocas argentinos na crise dos anos 2001 a 2003). Mas a pobreza e outras dificuldades mais localizadas também impulsionaram a criação de inúmeras moedas complementares (como o UDIS em El Salvador após a guerra civil de 1980 a 1992). Diante dos contextos, os motivos vão desde o intuito mais geral e estratégico de desenvolver o território (como as Palmas e as moedas sociais dos BCDs no Brasil), passando por uma orientação mais política e cidadã de apropriação do dinheiro (a *L'abeille* e a *Sol-Violette*, na França), até o intuito simples de propiciar e facilitar de trocar bens e serviços (redes mais ou menos amplas de trocas, como o sistema C3 e clubes de troca). Alguns destes sistemas possuem nítida orientação política e ideológica ligadas à economia social e solidária, à valorização da reciprocidade e mesmo à crítica ao modo de vida do sistema capitalista atual (caso de muitos SELs na França).
- c) **Para quem?** Os meios circulantes locais servem aos moradores e empresas de um determinado território e aos membros (individuais ou institucionais) dos grupos ou redes de troca. Há sistemas usados somente entre empresas (como o WIR suíço) e outros que definem o perfil das empresas (geralmente micro, pequenas e médias) e usuários da moeda complementar, como empresas socialmente responsáveis, pessoas desempregadas, militantes em economia solidária, entre outros. Nossas moedas sociais de BCDs servem a todos os moradores e empreendimentos do território – solidários ou não.

- d) **Por quem?** Notadamente, são as organizações da sociedade civil que criam moedas complementares e sociais atualmente. No entanto, a participação ou a atuação direta de governos locais (como a *Sol-Violette*) e mesmo financiamento de projetos nacionais (como a constituição da rede de BCDs no Brasil, que tem contado com o apoio e o financiamento da Senaes/MTE). Há ainda casos em que as próprias coletividades ou grupos criam seus meios circulantes locais (como as Palmas e os *Time Dollars*) e há ainda os que evitam parcerias com o poder público (como alguns SELs franceses). No entanto, identifica-se que uma combinação de parcerias entre diferentes atores institucionais e pessoas tem sido a prática constante para criação de moedas complementares e sociais no mundo inteiro. Nota-se também a crescente atuação de organizações não governamentais na elaboração de *softwares* e metodologias para implementação de moedas complementares (a exemplo da STRO¹⁵ – *Social Trade Organisation* e o software *Clyclos*).
- e) **Como?** Os métodos e técnicas de circulação das moedas complementares e sociais também são diversos. Algumas moedas são impressas e outras apenas numéricas e/ou virtuais (sistemas de créditos e débitos, câmara de compensação entre empresas – *Barter*). Algumas experiências indexam a moeda à moeda nacional e constroem um sistema de concessão de crédito e outros projetos sociais (moedas sociais dos BCDs, algumas do sistema *Sol*; as UDIS; e as PECE, em Honduras); outras ainda possuem sistema de oxidação ou desvalorização periódica do valor (como a *Sol-Violette* e a *Chiemgauer*); outras são indexadas a outras unidades, como o tempo (os *Time Dollars* e bancos do tempo japoneses) ou bônus de fidelidade para compras ecologicamente corretas (como a *Nu-Spaarpas*, em Rotterdam). Identificamos atualmente algumas experiências que têm buscado inovar nas técnicas para estimular e facilitar as trocas e o consumo local por meio da construção de um sistema misto (moeda eletrônica, impressa, sistemas de bônus etc.), tais como a *Sol-Violette*. Identificamos também que o recente surgimento dos sistemas de moedas sociais na Espanha tem aproveitado os inúmeros exemplos pelo mundo e construído sistemas mistos (exemplo do sistema *Demo*, apresentado em Sevilla).

¹⁵ Para informações mais precisas, acesse: <http://www.socialtrade.org>.

f) **Quem faz a gestão?** Em maior ou menor grau, a gestão da moeda e as decisões em torno do seu funcionamento contam com espaços democráticos de discussão. Nestes espaços, os atores envolvidos (indivíduos ou empresas) são, de alguma forma, representados (moedas do sistema *Sol*). Em outras situações, os usuários se envolvem diretamente (clubes de troca e SELs) e, em outras, há uma organização que centraliza a gestão da rede de trocas (gestão de um *site*, como a C3, ou de uma central de créditos e débitos, como nos LETSs e nos bancos do tempo; ou, Ainda, a câmara de compensação do WIR). Alguns sistemas contam com o apoio de governos locais, cooperativas de crédito, empresas privadas, ONGs e redes de diferentes níveis para a tomada de decisão em relação à circulação da moeda. No entanto, o processo de gestão da circulação (registros, controles, emissões etc.) tipicamente fica a cargo de uma organização da sociedade civil ou associação que faz a gestão cotidiana do circuito e do cadastro de usuários (como a ONG *Folie* da *Sol-Violette*, os BCDs no Brasil, a associação de bairro Pulmarejo, no caso das *Pulmas* em Sevilla).

Diante desta diversidade e das propostas de tipologias de Blanc (2011 e 2013), e desconsiderando deste universo as moedas que servem às empresas, denominadas por Blanc (2013) de moedas lucrativas (como o WIR suíço e os vários exemplos que se basearam nele), reduzimos o universo ao conjunto das moedas cidadãs. A questão “**Por que e para quem** a moeda foi criada?” nos permite verificar que os tipos de moedas complementares criadas para facilitar ou dinamizar trocas ou prestação de serviços entre empresas pertencentes ou não a um mesmo território não são sociais (no nosso entendimento do termo). Este universo de meios de pagamentos, embora às vezes exerça influência no território (por exemplo, maior capacidade de criação de empregos), engloba uma série de bônus e sistemas de pontuação que tem objetivos de ganhos econômicos diretos para as empresas envolvidas (exemplo do WIR e do C3).

Uma moeda social, aqui caracterizada, é criada com fins sociais para satisfazer necessidades (econômicas, sociais, culturais e/ou políticas) das pessoas e organizações envolvidas e, ao mesmo tempo, a governança e o controle do sistema monetário criado são coletivos. Sendo assim, as respostas das questões “**Por quê?**”, “**Para quem?**” e “Que atores fazem a **gestão** da moeda?”, juntas, têm o potencial de caracterizar as moedas

sociais: moedas com finalidades sociais, culturais, políticas ou ecológicas (mesmo via dinamização da economia), criadas e gerenciadas pelos cidadãos ou membros de uma comunidade, sem ou com apoio de organizações da sociedade civil ou órgão público. Sendo assim, o que chamamos aqui de moedas sociais coincide, em certa medida, com a nova denominação de Blanc (2013) para as moedas cidadãs (comunitárias e comerciais).

Destacamos então a questão “**Onde** a moeda foi criada?” para remarcar a noção de território como uma categoria que diferencia dois grandes conjuntos de moedas sociais: a) as moedas sociais com foco no papel de meio e facilitador de trocas; e b) as moedas sociais vinculadas diretamente a um processo de desenvolvimento de territórios. Obviamente que, a depender do desenho do sistema de moeda social, o papel de facilitador de trocas acaba provocando um processo de desenvolvimento territorial. Do mesmo modo, uma moeda criada com o propósito de desenvolver um território depende do bom desempenho do seu papel de estimular as trocas e o consumo locais. Mas, a diferença aqui estaria no “**por que**” a moeda social foi criada.

No primeiro grande conjunto, podemos identificar uma série de sistemas de trocas, com moedas sociais com paridade ou não com a moeda nacional, nos quais uma rede de atores desempenha os papéis de usuário e gestores do sistema. Como nos clubes de trocas brasileiros, os SELs franceses, os LETSs canadenses, os *Time Dollars* (com a moeda atrelada ao tempo) e em outros novos sistemas que estão sendo aperfeiçoados na Espanha, como as *Boniatto* em Madri.

No segundo grande conjunto, no qual se destacam nossas moedas sociais dos BCDs, a preocupação com um projeto maior de desenvolvimento do território no qual a circulação da moeda desempenha papel fundamental toma maiores proporções. Esse processo depende, ainda, das relações de confiança construídas entre os atores deste território e de outras ações e projetos em torno do desenvolvimento local e do uso da moeda, tais como microcrédito, capacitações em geral, criação de espaços de discussão e participação locais, apoio a criação e ao desenvolvimento de EES e a constituição de parcerias. Além das moedas sociais de BCDs, neste conjunto, podemos incluir várias moedas francesas do movimento *Sol*, como a *L'abeille*, algumas moedas espanholas, e a *Chiemgauer* alemã.

A convertibilidade pode ser vista como um aspecto que diferencia facilmente o primeiro e o segundo conjunto. No primeiro, apesar da paridade, muitas vezes não há convertibilidade da moeda social em moeda nacional. No segundo conjunto, a

convertibilidade é, tipicamente, garantida, tendo em vista que tais experiências de uso de moeda fazem parte, em maior ou menor grau, de um projeto maior de desenvolvimento local com apoio ou pelo menos o reconhecimento do Estado (que acaba exigindo a garantia da convertibilidade).

Esse conjunto complexo de moedas complementares e sociais e, especificamente, o conjunto de moedas sociais (ou cidadãs) exige um arcabouço teórico e conceitual que possibilite compreender este campo de práticas. Na antropologia econômica, encontramos um arcabouço de análise apropriado, tanto pela amplitude que oferece ao entendimento sobre os usos da moeda, quanto pela ênfase dada às relações sociais e locais (notadamente as culturais e políticas). É neste campo de abordagens que se complementam (antropologia da moeda, teoria do dom e outras) que encontramos dimensões analíticas mais fecundas para a compreensão dos usos das moedas sociais na proposta metodológica de desenvolvimento local dos BCDs brasileiros.

PARTE II - Conceitos e fundamentos: entre a Antropologia da Moeda e a Sociologia Econômica

Qual o arcabouço teórico e os conceitos que nos permitem entender o uso das moedas sociais na prática dos Bancos Comunitários brasileiros em seus respectivos territórios? Esta parte do trabalho se divide em dois capítulos. O Capítulo 3 sistematiza os conceitos em torno da Antropologia da Moeda. A Teoria da Dádiva ou do Dom (como encontrado em algumas traduções) discute a dádiva como um paradigma antiutilitarista ou como um fenômeno em si mesmo. Ao resgatar este fenômeno, os estudos antropológicos sobre a moeda discutem a noção de moeda e sua origem contrapondo-os à concepção da economia clássica. Seguindo este caminho, mas ampliando-o e situando-o na história, Polanyi (2011) discute a noção de moeda que apresentamos e por meio da qual provocamos uma primeira reflexão acerca das noções de moeda em Polanyi e em Marx (apenas a título de contribuição teórica). Ainda nesta Parte II, apresentamos o campo da Sociologia Econômica e a noção de economia em Polanyi (2000 e 2011), compreendendo e aproximando a noção substantiva de economia das práticas de economia solidária atuais, notadamente os BCDs e as moedas sociais.

3. Antropologia da Moeda

3.1 O paradigma da dádiva e o fenômeno em si como base para a antropologia da moeda

A partir do conceito de dádiva, é possível construir dois caminhos analíticos ou dimensões. Um sob o ponto de vista da dádiva como fenômeno em si que permite compreender de maneira multidimensional as relações sociais; outro sob a perspectiva da construção (ou constatação) de um paradigma que permite a contraposição ao paradigma utilitarista.

Seguindo no primeiro caminho analítico, a teoria da dádiva constata que, ao lado do mercado de bens e serviços e ao lado da redistribuição de bens e serviços proporcionada pelo Estado, existe um imenso e variado número de experiências sociais, econômicas e políticas que se baseiam na construção de laços sociais e de relações de confiança. Ou seja, experiências baseadas no que Caillé (2002) chama de mecanismo da dádiva. Esta dádiva (ou dom, conforme algumas traduções), embora paradoxal (como veremos adiante), é entendida como regra social primordial por Caillé (2002) e resume-se na tríplice ação dar-receber-retribuir, que é a própria condição da vida. Portanto, para o autor, ela é insubordinada à satisfação dos interesses pela simples busca de utilidades, por isso, antiutilitarista, e se constitui num terceiro paradigma.

No segundo caminho analítico, a teoria dádiva permite construir as bases para um terceiro paradigma, que se contrapõe ao paradigma individualista e ao paradigma holista (CAILLÉ, 2002). O primeiro diz respeito ao conjunto de ideias e teorias nas ciências sociais relacionadas ao individualismo metodológico. Neste paradigma, ainda dominante nas ciências sociais, os estudos e reflexões dos fenômenos e das escolhas individuais se baseiam na concepção de homem egoísta, autointeressado ou racional. O segundo paradigma, que também teve seus “tempos de glória”, procura explicar as ações individuais e os fenômenos sociais como resultado da dominação da estrutura social. Por exemplo, o estruturalismo e o funcionalismo são posturas holistas bem conhecidas (CAILLÉ, 2002). Neste ponto, Caillé (2002) esclarece que as características da teoria do dom podem levar alguns a compreendê-la sob a perspectiva holista, porque: o dom presume alguma regra de reciprocidade; Mauss é herdeiro de Durkheim e da escola Funcionalista; e porque Mauss insiste no caráter obrigatório deste dom.

Caillé (2002) não critica a existência destes paradigmas, mas a pretensão deles de se intitularem únicos capazes de explicar a realidade. Para o autor, tais paradigmas devem ser vistos como momentos de um mesmo ciclo, o ciclo do dom e da aliança. Apesar das críticas sobre a exclusividade imposta pelos dois outros paradigmas, Caillé (2002, p. 43-4) defende explicitamente que

existe com certeza em Mauss uma teoria sociológica vigorosa e coerente, que oferece as grandes linhas não somente de um paradigma sociológico entre outros, mas do único paradigma sociológico que se possa defender e conceber.

Neste sentido, Caillé (2002) acaba por argumentar a favor da superioridade do paradigma do dom em relação aos demais.

Caillé (2002, p. 56) aprofunda as discussões acerca das características do paradigma dádiva (ou do dom), inclusive apontando as objeções que são feitas na literatura sobre ele e os paradoxos os quais são, para o autor, inerentes ao paradigma. Como dito anteriormente, o holismo e o individualismo se manifestam e resolvem situações em casos extremos: do lado do holismo, todos os indivíduos com os quais nos relacionamos são vistos como previsíveis a exemplo dos “santos” (pois as estruturas e regras da sociedade determinariam as ações individuais); do outro lado, todos os indivíduos são “ladrões” que pensam na satisfação das suas necessidades materiais acima de tudo. Assim, os dois primeiros paradigmas nos imprimem a atitude de confiar inteiramente ou desconfiar inteiramente. Para o autor, o paradigma do dom resolve este impasse teórico e prático. Impasse porque já em Durkheim havia a noção de que “não se pode fazer o altruísmo nascer do egoísmo”. Ou seja, não é possível unir indivíduos egoístas e fazê-los cooperar e confiar uns nos outros para que assim brote o altruísmo (CAILLÉ, 2002, p. 52).

Na perspectiva do paradigma da dádiva, há um “endividamento mútuo positivo”, um conceito de Goudbout que entende que cada ator, ao participar da tríplice ação dar-receber-retribuir, sente que recebe mais do que dá. Este sentimento, então, mantém os vínculos sociais e explica a “sensação” da obrigação de retribuir. Assim, “o dom cria dívidas que não se anulam, que não se extinguem nunca” (GODELIER, 1995, p. 17 *apud* CAILLÉ, 2002, p. 90). Na Figura 4, buscou-se representar, simplificada, o circuito dar-receber-retribuir.

Figura 4 – Esquema interpretativo da tríplice ação dar-receber-retribuir



Fonte: Elaborado a partir da interpretação das leituras em Caillé (2002).

Os pontos paradoxais explorados por Caillé (2002) são essencialmente dois. O primeiro diz respeito ao fato de a dádiva ser livre e obrigatória, e o segundo, por ela ser interessada e desinteressada, ambos ao mesmo tempo. Assim, ela se opõe ao paradoxo do holismo, visto que a dádiva não é um simples ritual mecânico. Interessa também saber quando, quem, onde e quanto. Ou seja, há significativa dose de liberdade e de iniciativa pessoal.

Tais paradoxos indicam uma noção multidimensional da ação social. O interesse diz respeito ao interesse instrumental, econômico. O que Caillé (2002) chama de desinteresse diz respeito à ordem da paixão (interesse para). Já em relação à liberdade e à obrigação, a primeira se relaciona com a espontaneidade, o lúdico, o criativo, e a segunda, com a lei moral e a coerção. Estas distinções e a consideração desta multidimensionalidade são capazes de distinguir o utilitarismo do antiutilitarismo porque o segundo coloca uma pluralidade intrínseca à ação social e às relações sociais, bem como confere ao desinteresse e à liberdade superioridade em relação à obrigação e ao interesse.

Uma questão que se coloca é porque “interesse” na relação de dádiva? Porque existe, numa relação de dádiva, a ideia do interesse numa dimensão utilitária, mas ela não é a única e nem a que se sobressai numa relação deste tipo. O que se sobressai é o desinteresse que, na linguagem do paradigma da dádiva, significa a necessidade de se associar com o outro, de construir aliança, de querer se vincular. Neste ponto, uma segunda questão pode surgir: mas isso não seria um interesse? Sim, mas não o da

linguagem utilitária. O interesse pelo outro é o interesse não utilitário (antiutilitário). Então o desinteresse subordina o interesse utilitário. O paradoxo reside entre o utilitário e o antiutilitário (na subordinação da relação de interesse).

A questão da liberdade e obrigação diz respeito ao fato de as pessoas, de certa maneira, estarem obrigadas a dar-receber-retribuir dentro de um sistema de relação social. No entanto, ao mesmo tempo, ela é uma obrigação, sob certo aspecto, autoconsentida. Quando recebemos um presente, por exemplo, podemos nos sentir obrigados a retribuir, mas com uma dose considerável de liberdade se retribuimos ou não. Em resumo, a satisfação utilitária de necessidade e expectativa de retorno de quem dá na dádiva existem, mas estão subordinados à necessidade do vínculo e ao prazer de dar¹⁶.

Caillé (2002, p. 72), “apostando no dom”, sugere uma saída prática (no sentido de ação social) para o dilema holismo-individualismo. Na perspectiva do paradigma do dom, os interesses estritamente econômicos possuem lugar secundário, pois “antes de ter interesses econômicos, instrumentais e de propriedade, é antes de tudo necessário que os sujeitos, individuais e coletivos, existam e sejam constituídos como tais”.

Para o autor, os debates acadêmicos tendem a ser limitados e a reproduzirem um dos dois polos – holismo e individualismo –, os quais podem ser relacionados aos socialistas e aos liberais, respectivamente. Os primeiros focam o papel do Estado e, os segundos, o papel do mercado. No entanto, a ideia do paradigma do dom não é se contrapor à economia de mercado ou de Estado, mas propor uma abordagem multidimensional. E é justamente pela ausência de um “modelo de economia do dom” que Caillé (2002, p. 81) classifica o terceiro paradigma como antissistemático e antiparadigmático. É antissistemático porque é inimigo das respostas pré-fabricadas, “o paradigma do dom não é uma máquina de soprar soluções, mas que inspira perguntas”.

¹⁶ O *Potlatch* (dar) é um ritual praticado por algumas tribos norte-americanas conhecido na antropologia econômica que exemplifica o paradoxo “interesse e desinteresse”. Durante a cerimônia de cunho religioso, o homenageado renuncia a todos os seus bens acumulados, caracterizando um processo de oferta de bens e de redistribuição de riqueza. O homenageado espera receber presentes quando da homenagem a outro membro da tribo. Sistemas semelhantes são encontrados em tribos da Melanésia (ROSPABÉ, 1995). Em algumas tribos, o *Potlatch* acontece de maneira exacerbada, dando origem a uma verdadeira guerra de poder (de quem mais dá). Em alguns casos, os bens eram simplesmente destruídos após a cerimônia. Curioso notar que os governos canadense e estadunidense proibiram o *Potlatch* no final do século XIX, por considerarem o ritual uma perda “irracional” de recursos. Com a compreensão do seu significado, a proibição desapareceu em 1934 nos EUA e em 1954 no Canadá (POTLATCH. In: WIKIPEDIA: enciclopédia livre, 2013. Disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Potlatch> > Acesso em: 28 dezembro de 2013).

E, neste sentido, não é também paradigmático. Mas então porque o autor insiste na ideia de mostrar a existência de um terceiro paradigma? Seu argumento é o de que existe a noção da universalidade na tríplice ação dar-receber-retribuir, assim como o há na ideia de universalidade dos princípios no holismo e no utilitarismo.

Em resumo, Caillé (2002) argumenta que existem inúmeras situações intermediárias entre confiar ou desconfiar totalmente. Para o autor, se toda a aliança visasse unicamente fins instrumentais, ninguém poderia confiar em ninguém e todos pensariam que o outro vai trapacear, e isso configuraria um estado de guerra ou de indiferença de todos contra todos. Por isso, as alianças só podem ser estabelecidas com base em alguma incondicionalidade, e somente a partir daí é possível que surja e que se exerça a condicionalidade ou a contratualidade. Essa consideração reforça a noção exposta anteriormente de que em primeiro lugar (ou primordialmente) existem a liberdade e o desinteresse, e, em segundo (ou como consequência), pode-se perceber a obrigação e o interesse.

O paradigma do dom ou teoria da dádiva, neste trabalho, compreende o subcampo do conhecimento ou “pano de fundo” de abordagens mais específicas sobre a moeda. É apoiando-se nele que encontramos grande parte das discussões sobre a moeda no âmbito da antropologia econômica. Isso porque este tipo de abordagem teórica busca compreender os fenômenos que não restringem seu caráter de ação à ação econômica utilitária. É o que pensamos a respeito do uso das moedas sociais que, além do forte caráter social, evidencia aspectos políticos e culturais dos grupos que delas se utilizam.

3.2 Por uma abordagem antropológica da moeda

3.2.1 Origens da moeda: a “fábula” da economia e os três lados da moeda

Conta-se que, nos primórdios, as sociedades viviam sob a égide de um comunismo primitivo, no qual se repartia as riquezas entre seus membros. A partir do desenvolvimento dessas comunidades, os contatos entre elas foram inevitáveis e, a consequência natural foi uma forma pura de troca, chamada de escambo, na qual os objetos (artefatos, produtos agrícolas, animais etc.) eram comparados uns aos outros de forma natural e trocados entre si. Em seguida, o escambo se tornou complexo e se ampliou de tal forma que surgiu um meio de troca para torná-lo mais cômodo e “justo”. Este meio de troca – a moeda –, então, tornou-se um mecanismo para expressar os

valores das coisas, sendo possível, inclusive, reservá-la para trocas futuras (AGLIETTA e ÓRLEANS, 1990).

Para alguns estudiosos, essa história resumida acima é uma “fábula” contada pela economia para explicar o surgimento da moeda. Para alguns estudiosos especificamente da abordagem antropológica da economia, essa é a origem da moeda moderna, a que conhecemos hoje como moeda de mercado, mas não é a origem da moeda em si, como prática e como instituição (AGLIETTA e ÓRLEANS, 1990; CAILLÉ, 1995; ZELIZER, 2005).

Caillé (1995) é um dos estudiosos que se refere ao entendimento da economia sobre a origem da moeda como “fábula” e não vê resultado no esforço da economia para entender que o que há por trás da moeda é a sede de riqueza (não haveria mistério nisso). Para a economia, é simples: a moeda é um “truque técnico” para que haja o desenvolvimento das trocas que são necessárias para o enriquecimento (que é intrínseco e desejável), porque dois bens valem mais do que um e assim por diante. Logicamente que tais técnicas foram se aperfeiçoando. Passando do boi e do camelo para as letras de crédito, a moeda escritural, o cheque e o cartão de crédito etc. Mas, para o autor, isso não explica o valor intrínseco da moeda. Ela vale o que nós cremos que ela vale.

Sendo assim,

as dívidas e as obrigações são fenômenos primitivos que existiam antes da existência do mercado, e as economias de galpões de estocagem da antiguidade conheciam previsões financeiras e a contabilidade bem antes da utilização da moeda como meio de troca se tornar importante (POLANYI, 2011).

Além disso, uma mesma sociedade se utiliza de uma pluralidade de modos de trocas e circulação de bens e serviços (SERVET, 1993, p. 1.135).

Citando o rico exemplo da Grécia antiga, Aglietta e Órleans (1990) explicam que os objetos e seus respectivos valores dependiam enormemente do reconhecimento mútuo entre pessoas, do tipo de objeto, e de *status* entre pessoas diferentes, formando-se categorias de valores de uso numa estrutura de relações solidárias relativamente complexa. Por exemplo, objetos que eram frutos de roubos de guerra (chamados *ktémata*) circulavam em festas e jogos. Os objetos trabalhados por artesãos (os *agalmata*), como joias e vasos, eram muito valiosos e frequentemente serviam como oferendas aos mortos e aos deuses. Ainda, “objetos” vivos como mulheres e escravos (os *probata*) tinham o papel de estabelecer laços duradouros quando ofertados e eram

geralmente usados em rituais de sacrifício. Outros objetos eram provenientes da terra, como os alimentos (os *chrémata*) e os metais (os *keimélia*). Os primeiros poderiam ser destruídos em festas e reforçavam a fraternidade significando as necessidades básicas da vida social de toda comunidade. Já os metais, utilizados para elaboração de armas, eram associados a coisas malélicas e deveriam ser cuidadosamente manipulados (eram geralmente sacralizados). Tais exemplos, como lembram Aglietta e Órleans (1990), eram vinculados à pessoa do doador, não contendo a impessoalidade, o anonimato e a homogeneidade da moeda moderna.

Vale ressaltar que, para os mesmos autores, antes mesmo de a moeda se tornar também um meio de troca mercantil, ela passou a ser “um atributo a soberania estatal”, pois

a imensa tarefa do setor público consistia em cobrar impostos, em centralizá-los, em formar reservas para a redistribuição e transformá-las em valores de uso, capazes de expressar a força incontestável da soberania política que devia parecer atemporal, indestrutível (AGLIETTA e ÓRELANS, 1990, p. 204).

Os mesmos autores acima lembram as gravuras feitas nas peças monetárias que indicavam a soberania do Estado e que permitiam desconsiderar o peso e o teor metálico das moedas nas operações de trocas. Para os autores, esta é uma importante inovação, pois “define um tipo de objeto monetário cujo fundamento é fiduciário porque é garantido pela instituição política da qual a moedagem¹⁷ é parte integrante”.

No entanto, a crítica central da tese de Aglietta e Órleans (1990) gira em torno da teoria do valor da moeda que, para os autores, tenta esvaziar (purificar) as contradições, as lutas, os poderes e toda a arbitrariedade que é concernente a ela. Para os economistas da teoria do valor, os atos de trocas são realizados entre iguais, fundamentados pela racionalidade e na liberdade individual. Portanto, os referidos autores evocam uma teoria qualitativa da moeda, que pode permitir ao mesmo tempo uma análise unitária, mas sem desconsiderar a história e “as especificidades das formas de organização monetária” (AGLIETTA e ÓRLEANS, 1990, p. 31).

¹⁷ A moedagem, ou seja, a cunhagem de unidades de moeda surgiu no século VII antes de Cristo nas cidades gregas de Jônia e no reino de Sardes, na Lídia, numa época (630 a 640 antes de Cristo) em que a Grécia vivia uma crise da soberania estatal, que tentava se legitimar em meio a conflitos entre nobres e camponeses e aos “destroços dos mitos religiosos” (AGLIETTA e ÓRLEANS, 1990, p. 211).

Embora a base teórica de Aglietta e Órleans (1990, p. 102) ofereça alguns posicionamentos valiosos na compreensão do nosso fenômeno de investigação, como a ideia de uma interpretação qualitativa sobre a moeda, para a antropologia econômica, a abordagem dos autores ainda falha ao articular teoria e história monetárias. Para Théret (2008), a ideia engendrada por Aglietta e Órleans acerca da soberania da moeda não rompe definitivamente com o caráter positivista da definição da moeda pelas suas funções. Nesse sentido, não seria adequado falar em “funções”, mas sim em “usos”, no sentido de qualificar as diferentes formas que a moeda toma em variados contextos sociais.

Na concepção de Théret (2008), a moeda é concomitantemente linguagem, objeto e instituição. É, ao mesmo tempo, sistema de contas, instrumentos de pagamento e regras de moedagem. Nesse sentido, está muito longe de ser apenas um meio de troca, como indicam os mais comuns significados na teoria econômica, ou um sistema de regras, como na economia institucionalista. “Ela é um fato social total que tem simultaneamente estas três dimensões, o fenômeno da moeda sendo ao mesmo tempo econômico, político e simbólico” (THÉRET, 2008, p. 21). Assim, a moeda é

um conjunto específico de **relações** que tomam variadas formas – **símbolos** (unidade de conta, selo, assinatura), objetos (meios de pagamento: moedas, notas, títulos), **regras** (de conta, de pagamento, de emissão, de moedagem). Ver a moeda como uma entidade estruturada em si leva assim, a priori, a considerá-la não mais a partir de seus múltiplos usos no contexto, mas como elo social universal tendo sua própria lógica de reprodução (THÉRET, 2008, p. 7) [grifo nosso].

Para o autor, a maioria das teorias sobre a moeda acaba por focar apenas um dos seus dois lados: o simbólico ou o econômico. No primeiro, ela é vista como um aspecto das relações entre os indivíduos, operando como um símbolo que faz sentido com outros símbolos do sistema, dentro do qual os significados são compartilhados, trocados e fazem sentido. No segundo lado, ela é vista como algo desconectado das pessoas (HART, 1986 *apud* THÉRET, 2008). No entanto, Théret (2008, p. 16) sugere um terceiro lado: o de “uma forma institucional conectando pessoas e coisas, um sistema de regras que faz com que ‘a coisa distinta das pessoas’ que foi escolhida para representar certas relações entre pessoas, o faça legitimamente”. A moeda, então, pode ser vista como um emaranhado de dívidas e créditos na sociedade que a forma e a constrói. A moeda é

“uma representação ativa da sociedade como um todo, pois participa desde o início da sua construção” (THÉRET, 2008, p. 3).

Particularmente, este trabalho se interessa por este “terceiro lado” da moeda, não desconsiderando seus aspectos simbólicos e contextuais, por se aproximar da concepção antropológica sobre a moeda.

3.2.2. O entendimento antropológico sobre a moeda

A moeda, pela tradição sociológica e antropológica, a exemplo dos seminiais estudos de Simmel, Simiand e Malinowsky, era considerada uma instituição fundamental. A partir do início do século XX, as discussões sobre a moeda passaram a se concentrar na economia, que tende a considerá-la neutra. Nesse sentido, a moeda é entendida como um instrumento de troca, incapaz de afetar as relações entre as coisas que resultam do conjunto das trocas. Esta ideia de neutralidade da moeda, tão cara aos economistas, se expressa pela divisibilidade, universalidade, essencialidade quantitativa e instrumentalidade para contar e medir. Esses conceitos, que quase falam por si só, incomodaram a sociologia econômica (ZELIZER, 2005).

Os pensadores do século XIX e do início do século XX, entre eles Max Weber, atribuíam à expansão do mercado e da monetização a causa do “desencantamento do mundo”, aspecto que passaria a ser inerente à vida moderna. Mas, contrapondo-se à noção econômica da moeda e se diferenciando da ideia de Weber, Simmel (*apud* ZELIZER, 2005) atribui ao dinheiro uma capacidade de exprimir as relações entre todas as coisas sem entrar nestas relações. Simmel (2009) examina o dinheiro sob os mais diferentes eixos – antropológico, sociológico, epistemológico, histórico e espiritual – e atribui a ele a possibilidade de múltiplas trocas em prol do alcance das vontades humanas.

Zelizer (2005) enfatiza a necessidade da abertura das dimensões não econômicas das próprias práticas econômicas para compreender o funcionamento da economia. Ela se opõe ao entendimento da economia que exclui, *a priori*, tudo aquilo que pertence a outras esferas da vida. Em relação ao entendimento da tradição sociológica, para a autora, não é que as outras esferas da vida social tenham se monetizado ou mercantilizado, mas as moedas são facilmente absorvidas por estas áreas para fazer parte de um rico jogo de valores e de relações sociais. Dessa forma, Zelizer (2005) está

também se distanciando do entendimento tradicional sociológico, que focaliza a invasão monetária na vida social, destruindo-a.

Retomando a tradição antropológica, Zelizer (2005) enfatiza diferentes usos das moedas em contextos específicos, principalmente naqueles dos etnógrafos e antropólogos. Assim como Aglietta e Órleans (1990) se referiram a Grécia, a autora lembra também os diferentes usos do dinheiro em sociedades antigas. Algumas moedas eram usadas para presentear em casamentos, outras para comprar alimentos, outras para indenizar prejuízos e insultos, entre outras ocasiões nas quais apenas determinados tipos de moedas poderiam ser usados. Em algumas sociedades antigas, esse sistema socialmente construído era complexo e contava com uma definida hierarquia entre os diferentes tipos de moedas. Além disso, em alguns casos, não eram apenas empregadas diferentemente, mas também guardadas separadamente.

Sendo assim, o termo moeda não indica simplesmente um objeto emitido por um governo e que assina por um valor. Zelizer (2005, p. 55) se refere às moedas não como um objeto com alguma particularidade física, mas as qualifica “em razão dos seus usos e das significações individuais que lhe são atribuídas do fato das mesmas corresponderem a uma existência social cotidiana”. Em suas análises, a autora se apropria dos usos e contextos diversificados da moeda, se referindo a várias moedas, relacionadas ao agente que as usa e ao contexto em que estão inseridas. Apesar de as suas análises contarem com detalhes históricos, elas já partem do mundo monetizado, mostrando os infinitos usos da moeda na sociedade. Por exemplo, um dos aspectos que diferencia os usos da moeda é a forma de guardá-la. Em cofres com formato de porco, bules de porcelana ou latas de conserva? Para a autora, são questões de interesse da antropologia econômica e que sugerem mais do que possa parecer.

Nas análises de Zelizer (2005), é possível identificar alguns contrapontos entre as abordagens da economia clássica, antropologia econômica e sociologia econômica acerca da moeda. Tais contrapontos, em resumo, são:

- a) Para a economia, as funções e características do dinheiro devem ser definidas estritamente em termos econômicos, pois ele é um objeto totalmente homogêneo e infinitamente divisível. Sob essa perspectiva, mesmo quando seus aspectos simbólicos são reconhecidos, estes se restringem à esfera econômica ou são considerados traços secundários. Para a antropologia econômica, o dinheiro não é único, uniforme e generalizado, mas existe em múltiplas moedas.

- b) Para a economia clássica, somente aspectos quantitativos são possíveis. Um tipo de moeda somente tem lugar se considerada como moeda de mercado. Na antropologia econômica, argumenta-se que ela pode ser a principal ferramenta racional do mercado, mas também existe fora dele e se submete as diferentes estruturas culturais e sociais.
- c) Para a economia clássica, a moeda é única e polivalente. Mas, para a sociologia e antropologia econômica, o dinheiro como um fenômeno de mercado deixa de lado certas moedas indivisíveis, não fungíveis (insubstituíveis), não portáteis, subjetivas, e, conseqüentemente, qualitativamente heterogêneas.
- d) Para alguns estudiosos da sociologia econômica, o aumento da monetização geralmente corrompe os outros aspectos da vida. Sendo um meio de troca abstrato, o dinheiro teria o poder de inserir na sociedade um número crescente de bens e serviços, provocando a mercantilização da vida social. Mas, para a antropologia econômica, o dinheiro pode ser singular e não cambiável, e o mais insubstituível dentre os objetos pessoais. Além disso, o dinheiro não é livre de todo entrave e poder. As estruturas sociais e culturais limitam o processo de monetização e instauram os controles que influenciam profundamente o fluxo e a liquidez das moedas.

Para exemplificar a diferença de interpretação sobre a moeda, Zelizer (2005) cita os estudos de Kesler Harris (1990) e ressalta o caso da definição do salário das mulheres ou salário-família das trabalhadoras nos EUA na última década. Para a autora, a sua definição foi muito mais com base em questões morais do que econômicas, como a lei da oferta e demanda. No início do século XX, o salário das mulheres era estabelecido com base na quantidade de dinheiro para as despesas da casa (aquela quantidade que geralmente o marido entregava para a esposa fazer as despesas com a casa e com as crianças). Além disso, levava-se em consideração que o mesmo não poderia ser muito baixo a ponto de estimular a prostituição, ou seja, uma questão eminentemente moral.

Dessa maneira, onde os teóricos da monetização viram a despersonalização que mudaria a vida cotidiana, Zelizer (2005) busca mostrar que os indivíduos introduzem inúmeras diferenciações que colocam em dúvida o cálculo utilitário. A autora sustenta que o poder criativo das relações sociais supostamente vulneráveis não poderia ser contido, nem mesmo se fosse “engarrafado”.

Como visto anteriormente, a própria existência de moedas complementares e sociais coloca em questão alguns princípios da concepção tradicional sobre a moeda: notadamente o de que ela é única e exclusiva, pois agrega um conjunto de outros instrumentos monetários e é capaz de cobrir a totalidade dos campos de práticas monetárias; e o de que a moeda é propriedade do Estado, pois ele é a própria autoridade monetária. As moedas complementares por si só são diversificadas e em muitos casos são endossadas pelos governos. Sob a perspectiva de Blanc (1998, p. 91), “a análise econômica da moeda não pode, portanto, passar de uma análise antropológica e sociológica” (BLANC, 1998, p. 91).

Então, qual deve ser o ponto de partida para uma reflexão sobre a moeda e especificamente sobre as moedas sociais? Segundo Blanc (1998), a ideia maussiana de “fato social total” permite reinserir, nas discussões sobre a moeda, as problemáticas econômica, política, sociológica e antropológica. Nesse sentido, o autor argumenta ser fundamental reconceituar a moeda para que seja possível associar uma série de outros fenômenos relacionados a ela. Não seria, porém, empobrecer a análise ampliando sobremaneira os instrumentos que poderiam ser considerados moedas, mas sim, enriquecê-la, considerando que uma diversidade de instrumentos pode dispor de qualidades monetárias (BLANC, 1998).

Para finalizar esta seção, vale ressaltar que Zelizer (2005) sustenta que a criação de moedas sociais é um fenômeno tão poderoso quanto a criação oficial de moeda pelos governos. Nesse ponto, interessa notar que a referência que a autora faz acerca de “moeda social” não possui o mesmo significado das moedas sociais criadas aqui no Brasil, principalmente pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e clubes de trocas, como vimos anteriormente. Ao que parece, a autora considera toda moeda como social, diferenciando apenas seus usos e contextos, que terminam por originar e caracterizar “outras moedas”.

3.2.2.1 Moedas, dívida e dom: os estudos etnográficos e os reforços empíricos à Teoria do Dom

Para Rospabé (1995), a ruptura entre economistas e antropólogos-etnólogos é feita por Polanyi, no que concerne à sua concepção substantiva de economia. Nesta concepção, os instrumentos monetários são os mais diversos e seus usos se dão segundo as respectivas sociedades. Portanto, o autor alerta que as análises não podem desconsiderar a pluralidade de tipos de moedas e devem considerar que um mesmo bem precioso muitas vezes é usado de diversas maneiras dentro da mesma sociedade.

Nesse âmbito, as pesquisas etnográficas têm contribuído sobremaneira para o entendimento da moeda e se contrapõem às explicações e interpretações da economia tradicional sobre os usos que algumas sociedades arcaicas fazem delas. Por exemplo, Rospabé (1995, p. 22) mostra que os bens preciosos utilizados por essas comunidades como moedas não são usados para comprar bens ou serviços, “mas como símbolos, garantias, contrapartidas, que eles pensam ser primordiais e substanciais à perpetuação da vida”.

Uma das principais preocupações de Rospabé (1995, p. 30) é “a busca de um princípio de explicação suficientemente amplo para alcançar a unidade das práticas observadas” diante das diferenças culturais e distâncias entre as sociedades estudadas pelo autor (localizadas na África do Norte, Melanésia, e em uma parte das Américas). Nesse ponto, há um aparente paradoxo: a tentativa de estabelecer um padrão ao mesmo tempo em que a antropologia econômica busca identificar os diferentes usos e contextos das moedas. Mas o autor prioriza a observação e as análises contextuais, culturais de cada sociedade, sem abandonar a importância teórica de se pensar um princípio comum em meio às diversas utilizações das moedas selvagens. Este princípio se resume em: “os bens preciosos são dados como substitutos de vida, como garantia de que os tomadores de bens se engajem a devolver uma vida por aquela que eles tomaram de um outro grupo” (ROSPABÉ, 1995, p. 30).

Entre as sociedades analisadas nos estudos de Rospabé (1995), quatro tipos genéricos de utilização de bens preciosos foram identificados: a) o pagamento pelo sangue, ou *wergeld*; b) as trocas cerimoniais, como as encontradas por Marcel Mauss e analisadas dentro das pesquisas sobre o dom; c) o sacrifício; e d) o pagamento pela noiva – o *bridewealth*. Nestas quatro ocasiões, o “pagamento”, palavra estranha para quem quer sugerir o caráter não monetário da moeda selvagem, significa em essência o “fazer a paz entre indivíduos e grupos” (conforme a etimologia latina) e está distante da ação de comprar mercadorias. Em resumo, as ideias centrais dos quatro tipos de utilização de bens preciosos segundo o autor são:

a) **O pagamento pelo sangue:** este pagamento consiste naquele que vai do grupo do assassino ao grupo da vítima. Menos frequente do que o pagamento pela noiva, o pagamento pelo sangue (ou *wergeld*) se dá com a finalidade de evitar a vingança. Neste tipo de pagamento, o autor faz muitas analogias com o pagamento pela noiva, tendo em vista que em algumas sociedades a relação entre eles é estreita.

Fundamentalmente, nos dois tipos de pagamentos há o reconhecimento de uma dívida de vida.

- b) **As trocas cerimoniais:** algumas destas trocas são bem conhecidas, como o *kula* trobiandês e o *potlach* norte-americano. Nelas, as três obrigações – dar-receber-retribuir – se apresentam. No entanto, Rospabé (1995) procura mostrar que estas trocas cerimoniais são derivadas do pagamento pela noiva e pelo sangue.
- c) **O sacrifício:** um tipo de pagamento que diz respeito aos sacrifícios de bens preciosos, tipicamente animais. São fundamentados nos ciclos de vida selvagem e estão relacionados com o pagar pela vida. Os sacrifícios são destinados a seres celestes que controlam certos fenômenos naturais, bem como aos Grandes Espíritos, que são seres que vivem fora do grupo e que são vistos como maléficos. Ainda, há também sacrifícios aos espíritos dos defuntos e antepassados que, com o tempo, formam a fonte de energia vital do clã.
- d) **O pagamento pela noiva:** entre os inúmeros exemplos apontados por Rospabé (1995), o “pagamento pela noiva” nas sociedades arcaicas é considerado o tipo de pagamento mais comum e talvez mais antigo. O autor se utiliza de análises detalhadas das relações sociais envolvidas neste tipo de pagamento que se mostram contrárias a tese de “comprar” uma mulher. Em essência, o autor mostra as relações que se formam entre os grupos dos doadores (familiares da mulher) e os grupos dos recebedores (familiares do marido), relações estas que se caracterizam como uma dívida de vida. O pagamento com a moeda não liberta, ou seja, não dispensa de obrigações futuras; ao contrário, paga-se para manter uma dívida. Assim, “[...] longe de adquirir definitivamente uma mulher e seus filhos, os ‘pagadores’ da mulher se tornam endividados para com os ‘doadores’ das suas filhas” (ROSPABÉ, 1995, p. 41).

Os dons de um noivado, por exemplo, são todas as formas concretas que selam um acordo entre dois grupos que concordam em casar seus filhos. No *bridewealth*, os bens muitas vezes são simbólicos e são cedidos definitiva e precocemente, durante o noivado dos filhos. Os contradons possuem direção inversa ao *bridewealth*, e a natureza dos bens é diferente. Aparentemente, pode-se pensar que eles anulariam o pagamento pela noiva, mas Rospabé (1995) os entende como uma fase das relações de troca particulares do casamento. Apesar das significativas diferenças de dons e contradons entre as sociedades estudadas, para o autor elas parecem servir para fortalecer os laços sociais entre os grupos, mostrando-se indispensáveis dentro de algumas sociedades.

Importa destacar dos estudos etnográficos de Rospabé (1995) suas análises contrárias à tese de “compra” nestas relações sociais em torno do casamento. Aparentemente, sob um olhar moderno, principalmente mercadológico, a impressão que se tem é a de que houve a compra de uma mulher pelo grupo do homem com o uso, obviamente, de uma moeda própria (moedas selvagens ou arcaicas). De fato, Rospabé (1995) concorda que em algumas sociedades essas trocas com um sentido mercantil se confundem com as relações matrimoniais do *bridewealth* (exemplo do *wen*, do norte da ilha de Bougainville, na Melanésia, onde se usa a mesma palavra para as duas situações). Mas os membros das sociedades, na maioria dos casos, diferenciam claramente o *bridewealth* das compras em moeda (ROSPABÉ, 1995, p. 48).

Um dos contrapontos de Rospabé (1995) contra a tese de se comprar uma mulher diz respeito aos laços que a esposa mantém com os familiares, ligações afetivas que não se desfazem com o casamento. O que ocorre, na concepção do autor, é que “de maneira geral, a mulher serve de laço de união entre os grupos parceiros nas sociedades que praticam a troca cerimonial em grande escala” (ROSPABÉ, 1995, 64). O autor usa as palavras de Lévi Strauss (1967, p. 535-536) sobre a tribo dos *Bantus* africanos: “a mulher não é jamais objeto de uma apropriação; ela não pode ser vendida nem depois de morta; ela tem lugar sob a proteção ciumenta da sua família; e se ela abandona seu marido por um motivo justo, aquele não pode pretender a restituição do *lobolo*”¹⁸. “Assim, a mulher é inalienável com respeito à sua família de origem” (ROSPABÉ, 1995, p. 65).

Esta ideia de inalienabilidade da mulher vai além da impossibilidade de comprá-la, pois, mesmo com o pagamento, permanece uma dívida para com os doadores de suas filhas. Sendo assim, o pagamento pela noiva não paga uma dívida por estar recebendo uma mulher; pagando-a, se contrai uma dívida para com seus doadores. Em alguns casos, inclusive, “o genro fica submisso a uma obrigação perpétua para aqueles que lhe cederam uma esposa”. O autor nota que “o endividamento se traduz ainda por uma série contínua de pagamentos à família da mulher, tanto na África quando na Melanésia, série que se segue até a morte da mulher e perdura às vezes pelos seus descendentes” (ROSPABÉ, 1995, p. 66).

¹⁸ O *lobolo* é um tipo de *bridewealth* ou dote pago a família da noiva pela família do noivo (ROSPABÉ, 1995).

Por fim, Rospabé (1995) considera que essas dívidas contínuas se apóiam em dois princípios opostos. Um é o da dívida, que se embasa na assimetria; o outro é o da reciprocidade, que se constitui no equilíbrio de obrigações entre grupos. Sendo assim, mais do que negar a compra de uma mulher, o autor mostra que se estabelece uma dívida, ou seja, uma ligação durável entre grupos de indivíduos: os doadores e os recebedores. que se envolvem numa relação que nenhuma moeda pode apagar. Portanto, dívida de vida!

Os estudos antropológicos, especialmente os etnográficos, são situados localmente e socialmente. Queremos mostrar com isso que as diferentes moedas e seus diferentes usos estão atrelados a um contexto específico (como dito anteriormente). Sob esta perspectiva, acreditamos ser importante a noção de território que perpassa este trabalho, tendo em vista que as moedas sociais e os BCDs não se encontram desconectados do lugar e do contexto em que circulam. A abordagem antropológica da moeda nos indica, então, a necessidade de se compreender o território enquanto território de uso. Neste território, o sentido do uso das moedas sociais ultrapassa as funções econômicas tradicionalmente entendidas como meio de pagamento, meio de troca, reserva e padrão de valor. Elas adquirem funções de cunho simbólico e político, reforçando a identidade das pessoas e do território onde circulam.

O olhar antropológico sobre a moeda ressalta, então, seu caráter não generalizável e seus diferentes usos e funções. Evidencia também a ideia de não neutralidade. Esta noção diferenciada de moeda convida a uma busca por uma noção também diferenciada de economia (apesar de não ser propósito deste trabalho fazer comparações entre perspectivas econômicas e aprofundamentos mais adequados aos trabalhos deste campo do conhecimento). Nesta busca, encontramos em Polanyi uma referência fundamental e útil para mostrar as implicações sobre a economia e a moeda quando da passagem de formas tradicionais de sociedades para nossa forma moderna.

3.3 A moeda em Polanyi e suas relações com o comércio e o mercado

La subsistance de l'homme: la place de l'économie dans l'histoire et la société, obra inacabada¹⁹ que aprofunda e detalha o pensamento de Polanyi iniciado em *A grande transformação* (1944), mergulha na Antiguidade, principalmente na sociedade grega dos séculos V e IV, para discutir a tese de que “a economia constitui um domínio da atividade humana **encastrada** [*encastrée*] em outras formas de relações sociais (de parentesco, políticas, religiosas) desde a pré-história”. Ao final da obra, o autor levanta fatos históricos que são indícios da instauração de uma “grande transformação” que dá origem à sociedade de mercado do século XIX (CHAVANCE, 2011, p. xi). Em resumo, Polanyi (2011) mostra que essa transformação não se deu de forma linear e progressiva e discute indícios em grande parte da história da humanidade à procura do momento e do contexto em que tal transformação teria ocorrido. O autor, nesse caminho, desconstrói a ideia de que o comércio, a moeda e o mercado são ligados por um movimento histórico orgânico e progressivo que dá origem ao sistema de mercado moderno.

Nos escritos de Polanyi, a nosso ver, não encontramos apenas uma tese, mas teses que se complementam para defender a ideia de que a economia de mercado não surgiu de um processo progressivo a partir das atividades comerciais das épocas anteriores, mas que foi uma ruptura com uma maneira e uma lógica de fazer o comércio em mercados totalmente distintos daquele que conhecemos hoje. Ele se questiona: “**como este mercado fazedor de preços penetra na dinâmica da vida cotidiana?**”. Para Polanyi, o problema que se coloca é de história da economia, e é fundamental que se responda: “onde e quando o comércio se encontrava ligado ao mercado? Dentro de quais circunstâncias os mercados se tornaram o vetor dos movimentos comerciais?” (POLANYI, 2011, p. 160). Em suma, Polanyi entra na história da sociedade relativa ao comércio, à moeda e ao mercado e nas formas institucionais que os originaram e os regulavam com o desafio de responder a questão: Se, na maior parte do curso da história

¹⁹ “A subsistência do homem” (*La subsistance de l'homme*, é tradução francesa da obra em inglês *The livelihood of man*) é resultado de pesquisas de vários estudiosos juntos. Essa obra foi construída por Harry Pearson, amigo e colega de Polanyi, a partir dos seus escritos sobre as sociedades anteriores à sociedade do mercado. Utilizamos aqui a versão francesa, traduzida por Bernard Chavance e publicada em 2011. Atualmente, contamos com uma versão também em português, publicada em 2012, sob o título *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, organizada por Kari Polanyi Levitt. Esta versão em português se diferencia um pouco em termos de organização dos capítulos da versão francesa utilizada neste trabalho.

o comércio, os usos da moeda e os elementos de mercado se encontravam separados, “como tal economia funcionava?” e “como e em que época o comércio veio a se fundir com os métodos tão estrangeiros a toda sua história?”. Ou seja, **“o desafio então é saber como o comércio organizado de modo totalmente diferente se transformou tão profundamente?”** (POLANYI, 2011, p. 214).

O estudo da história da economia e das formas institucionais comprova, para Polanyi, que o comércio, a moeda e o mercado sempre existiram independentemente da sociedade de mercado. A importância dos usos da moeda, por exemplo, dentro da vida econômica não dependia dos mercados e também esta não era um instrumento essencial do comércio (ao contrário, as moedas existiam antes destas instituições – mercado e comércio – aparecerem na história humana). Entre os elementos do mercado, por exemplo, não se encontrava o mecanismo oferta-demanda-preço. Os preços eram definidos pela tradição e por meio da autoridade, assim como as trocas eram realizadas estreitamente com base em mecanismos institucionais. No entanto, quando o mercado domina a sociedade, o comércio e a moeda passam a se tornar seus “apêndices”.

As análises de Polanyi sobre a moeda são encontradas principalmente atreladas às análises do comércio e do mercado. Mas o autor dedica uma parte específica para apresentá-la e discuti-la em *La subsistence de l'homme* (o capítulo 9, p. 163 a 195). Apesar de não considerarmos apenas este capítulo aqui, ele será privilegiado diante das noções mais claras sobre a moeda que nele estão contidas.

O entendimento de Polanyi sobre a moeda não está separado dos seus usos, de modo que ele não se restringe ao objeto monetário em si, mas os relaciona ao contexto, às suas funções e aos seus significados. O sentido que Polanyi privilegia para entender os usos das moedas é o antropológico, no qual cada um dos sistemas de uso possui suas finalidades e se utiliza de símbolos e regras próprios mais ou menos definidos para uma diversidade de situações (como um sistema de linguagem). Mas esse entendimento geral sobre o “sistema de moedas” é próximo do entendimento da moeda moderna, tanto na economia como em outras áreas do conhecimento. O que Polanyi (2011) quer destacar, a nosso ver, é que nas sociedades primitivas e arcaicas²⁰ (Caillé denomina ambas de

²⁰ Polanyi se refere a moedas primitivas das sociedades primitivas, nas quais para ele era impossível organizar a economia de forma separada das relações e do tecido sociais. Ele faz referência a essas moedas principalmente ao se referir a sociedades em que não havia comércio. Nas sociedades arcaicas, que já contavam com um comércio relativamente institucionalizado (a Grécia, por exemplo), as moedas arcaicas não necessariamente estavam atreladas ao comércio e nem mesmo aos mercados, que assumiam características internas e territorializadas.

“primeiras”) existiam particularidades que emergiam fortemente e seus diferentes usos se relacionavam a diferentes objetos simbólicos e situações significativamente específicas e institucionalizadas. Além disso, o termo “moeda” se aplicava, nessas sociedades, a um pequeno grupo de objetos, e nenhum tipo específico merecia a exclusividade da denominação.

Os diferentes usos da moeda que são tratados e reconhecidos pelo entendimento econômico clássico podem ser identificados também em sociedades baseadas em outras lógicas econômicas. Polanyi mostra que eles possuem grandes especificidades dentro das sociedades primitivas. Por exemplo, se por um lado a moeda podia ser vista como meio de medir (avaliar o peso de um objeto), em determinadas situações, sua finalidade era o padrão de valor, pois significava determinar sua importância dentro de certo contexto.

O autor esclarece que, na sociedade moderna, a diferença entre os usos da moeda é acadêmica, pois a moeda que serve como meio de troca desempenha todas as outras funções, o que não acontecia nas sociedades primitivas. Dentre os diversos exemplos apontados na sua obra, destacamos os escravos, que eram utilizados como padrão de valor ou meio de conta, no intuito de avaliar uma parte ou todas as posses daqueles que os possuíam. Eles serviam para avaliar normalmente grandes valores. Já as conchas de búzios, outro exemplo, avaliavam pequenos montantes. Sendo assim, “notamos que a unidade ‘escravo’, constituía-se num valor convencional, que representava uma unidade de conta, enquanto os escravos reais são vendidos a preços variáveis” (POLANYI, 2011, p. 165). Polanyi (2011) ressalta, ainda, que os metais preciosos eram principalmente usados para entesourar a riqueza no comércio externo, e não eram usados no comércio ou trocas internas (locais). Em suma, nas sociedades primitivas, nenhuma regra geral é totalmente válida a não ser aquela em que os usos da moeda se relacionam a uma multiplicidade de objetos. Sendo assim,

[...] a moeda primitiva pode, dentro de casos extremos, utilizar certos objetos como meio de pagamento, um outro como padrão de valor, um terceiro para acumular a riqueza e um quarto para as unidades de troca. Tal moeda se pareceria de certa maneira a uma linguagem dentro da qual os verbos consistiriam em um grupo de letras, os nomes em um outro, os adjetivos em um terceiro e os advérbios um quarto (POLANYI, 2011, p. 166).

A moeda, da forma como a reconhecemos na economia de mercado, teve todos os seus usos subordinados a um uso dominante: o meio de troca. As moedas primitivas e arcaicas não tinham no meio de troca sua função principal e, em muitas delas, as trocas não recorriam às moedas para acontecerem. Nessas sociedades, as moedas também tinham funções ornamentais e mágicas, por exemplo, e seus usos eram institucionalmente separados e independentes uns dos outros. Então, ocorre que as moedas primitivas e arcaicas se diferem da moeda moderna pelo grau de unificação das suas funções, bem como dos seus sistemas simbólicos.

Polanyi (2011), a nosso ver, recorre à análise institucional para compreender as mudanças no comércio, no mercado e nos sistemas de usos de moedas nas sociedades primitivas e arcaicas. Tal análise privilegia não apenas os tipos de objetos que eram usados como moedas, mas as situações e, principalmente, por que eram usados como tal. Nesse sentido, um primeiro passo do autor é identificar a origem do desenvolvimento dos usos das moedas e, para tanto, encontrar as relações entre os objetos físicos usados como moedas e as operações das quais eles faziam parte. A partir daí, o autor se questiona: que efeitos eles (os objetos físicos usados) provocam na situação?

Sobre os objetos, Polanyi (2011) destaca um aspecto comum e fundamental: a possibilidade de quantificar. Em relação à operação em si, ele ressalta a forma como esses mesmos objetos eram manipulados para a satisfação das necessidades. Acerca das situações em que eles eram usados, para o autor, este é um aspecto de sociologia geral, que considera a cultura, a política e o meio social. Em resumo, o uso de determinado objeto como moeda dependia fundamentalmente da relação entre estes três critérios interdependentes: a situação (cultural, social...), a forma de manipulação e as necessidades reais a serem satisfeitas.

Feitas essas considerações de ordem mais geral, sistematizamos a seguir os usos (ou funções) dos objetos intercambiáveis que eram usados como moeda nas sociedades primitivas e arcaicas. São eles: a) o meio de troca; b) o pagamento; c) o padrão de valor (ou meio de conta); d) a reserva de valor.

a) O meio de troca: o uso da moeda como meio de troca diz respeito à utilização de objetos quantificáveis em situações de troca indireta. A operação implica duas trocas consecutivas e os objetos monetários servem de mediação.

Convencionalmente hoje, a moeda é essencialmente considerada como um meio de troca, ou seja, “a aquisição de objetos monetários tem o objetivo de trocá-los por bens

desejados” (POLANYI, 2011, p. 172). A hipótese fundamental do pensamento econômico moderno é que o meio de troca é a função essencial da moeda e todos os demais usos dependem dele. Mas, para Polanyi (2011), esta sentença consiste em um erro quase insuperável nas análises das economias não fundadas sobre o mercado. Ainda, é uma afirmação que é no mínimo limitada dentro dos usos da moeda nas sociedades primitivas.

Segundo esta abordagem típica, a característica essencial da moeda é sua utilização nas trocas, não somente nas sociedades modernas, mas dentro das condições primitivas. Nós apenas podemos considerar como moeda objetos quantificáveis utilizados como meio de troca (POLANYI, 2001, p. 173).

b) O pagamento: como meio de pagamento, a moeda serve para satisfazer uma obrigação. A operação consiste em ceder objetos quantificáveis e o efeito desejado é satisfazer tal obrigação.

Para Polanyi (2011), o uso de objetos quantificáveis não é um aspecto exclusivo da moeda usada como pagamento, mas sim a existência e a satisfação de uma obrigação. Para ele,

para que possamos dizer que a moeda é utilizada, a situação na qual existe a “obrigação” implica a condição seguinte: se não existe ao menos uma outra situação que, tudo estando diferente aos olhos da natureza da obrigação, possa ser resolvida pelos mesmos meios, o “regulamento” efetuado cedendo objetos quantificáveis não é um pagamento em moeda (como quando a gente se libera de certa maneira de uma obrigação que deve ser honrada “in natura”) (POLANYI, 2011, p. 170)²¹.

O sentido moderno do pagamento é a liberação de uma obrigação pela transmissão de unidades quantificáveis. No entanto, de acordo com o autor, a origem do pagamento é anterior ao uso desses objetos. Para entender as diversas formas de pagamento, é preciso retomar a história pré-econômica e pré-jurídica. Por exemplo, a liberação de uma obrigação nem sempre era um pagamento. Pois reparar obrigações sociais ou sagradas, aos olhos de Deus, da tribo, da casta etc., era fazer a coisa correta, no

²¹ Diante da especificidade da citação, julgamos importante apresentar a versão original: *Pour que l'on puisse dire que la monnaie est utilisée, la situation ou l' "on a une obligation" implique toutefois la condition suivante: s'il n'existe pas au moins une autre situation qui, tout en étant différente au regard de la nature de l'obligation, puisse être résolue par les mêmes moyens, le "règlement" effectué en cédant des objets quantifiables n'est pas un paiement en monnaie (comme quand on se libère de cette manière d'une obligation qui doit être Honoré << en nature >>).*

momento correto e de modo correto. Uma série de ações como se casar, se lamentar etc., se constituíam na liberação de uma obrigação, mas não em pagamento. Sendo assim, a existência de uma obrigação não implicava necessariamente em pagamento.

Uma vez que a moeda se estabeleceu como meio de pagamento, a prática de pagar em moeda se expandiu enormemente na sociedade, em todas as direções. Com a introdução do sistema de mercado, o pagamento se torna uma vantagem obtida no curso de uma transação. Nesse sentido, a moeda é um meio de pagamento porque ela é um meio de troca. Para Polanyi (2011), a ideia de independência do pagamento se perde e são esquecidas milhares de civilizações humanas nas quais o pagamento não provinha de transações econômicas, mas diretamente de obrigações religiosas, sociais ou políticas.

c) O padrão de valor (ou meio de conta): o uso habitual da moeda é utilizar uma unidade física de um tipo particular em situações em que é necessário realizar operações aritméticas, sobretudo para objetos diferentes (“maçãs e peras”). A operação consiste em afixar um valor numérico e estabelecer um padrão, de modo que as “maçãs e peras” possam ser adicionadas de maneira pertinente. Por consequência, “a troca é facilitada, já que os objetos podem ser avaliados dos dois lados e seus valores adicionados” (POLANYI, 2011, p. 171).

Nesta função, a moeda se apresenta de modo semelhante ao seu uso para a troca. A necessidade de um padrão de valor, inclusive, tem origem em duas fontes: uma é a troca propriamente dita; outra é a administração central (por exemplo, a estocagem de grãos). Para Polanyi (2011), nenhuma destas duas operações podia ser efetivamente realizada sem um padrão de valor, pois, com a ajuda do cálculo fundamentado sobre um padrão de valor, era possível trocar um lote de terra por arreios de cavalo, bois e inúmeros outros bens.

No entanto, essa origem não significava dependência da função meio de troca para que a moeda fosse usada como padrão de valor. A administração central estabelecia a importância relativa das coisas (equivalências).

As análises dos dados que provêm das sociedades primitivas e arcaicas mostram que o uso da moeda para a troca não pode pretender ter engendrado os outros empregos da moeda. Ao contrário, os usos da moeda para o pagamento, para a reserva e a contabilidade possuem

origens distintas, e foram institucionalizados independentes dos outros usos (POLANYI, 2011, p. 179).

d) A reserva de valor: significa poder guardar a riqueza, ou para usar futuramente ou apenas para ter um tesouro. A situação sociológica é aquela em que as pessoas preferem não consumir ou desfrutar destes objetos no momento, mas querem poder fazer isso no futuro; ou preferem as vantagens da posse pura (poder, prestígio, influência) que dela decorrem. A operação é reter, guardar ou conservar objetos para uso posterior ou para ostentar-se.

Parte da origem deste uso é a necessidade de pagamento, na concepção de Polanyi (2011). Assim como o pagamento, a reserva é mais uma necessidade social do que de subsistência nas sociedades primitivas. A riqueza depositada serve mais ao pagamento de impostos, multas, dons do que para a acumulação. A possibilidade de pagar significava riqueza, ou seja, pessoas ricas eram aquelas que tinham como pagar multas, compensações e taxas por razões sagradas ou sociais.

De novo, não se pode negar o fato que, uma vez que a moeda para a troca se apresenta, ela poderá facilmente ser utilizada como reserva de riqueza. Mas, assim como o pagamento, a condição prévia é que os objetos quantificáveis sejam situados como meios de troca (POLANYI, 2011, p. 178).

Além dessas funções, as moedas tinham também usos não monetários quando, por exemplo, serviam para ensinar aritmética para as crianças. Ou seja, a moeda é moeda quando funciona dentro de certos usos, que podem ser puramente operacionais, estatísticos ou para representar pesos. A tese de Polanyi (2011, p. 179) em relação aos usos da moeda é a de que “[...] a moeda não era utilizada como meio de troca, mas de preferência como meio de pagamento”. A explicação parcial para esta tese, na opinião do autor, está justamente no tesouro e nos produtos de base.

Para Polanyi (2011), o tesouro se diferencia de outros tipos de riqueza que são acumuladas, pois está intimamente relacionado com a posse de bens de prestígio ou cerimoniais. O detentor do tesouro possui autoridade social e poder de influência. Mas tal prestígio implica num movimento, pois ele se manifesta tanto na possibilidade de receber quanto na de dar (finalidade de movimento). Sob essa perspectiva, o tesouro não se relaciona com a subsistência do homem ou da comunidade. Em relação aos tipos de objetos que serviam como tesouro, os metais preciosos eram quase universalmente

aceitos, mas não podiam ser facilmente trocados por produtos de base (tipicamente alimentos). Sobre esta ideia, o autor diz o seguinte:

Existe uma relação entre, de um lado, tesouro e produtos de base e, de outro, a questão dos usos da moeda: os primeiros implicam o funcionamento de diversos usos da moeda e a ausência de um sistema de mercado. Os bens do tesouro podem ser empregados para o pagamento. Eles servem simplesmente para inchar a reserva do tesouro, e não entram necessariamente na cadeia de trocas econômicas. Numa economia não fundada sobre o mercado, o setor muito mais amplo de pagamento concerne evidentemente aos bens de subsistência. Os pagamentos do centro implicados pela redistribuição se encarregam (*prennent en charge*) dos tais objetos quantificáveis, quando eles são utilizados para se liberar de uma obrigação. É assim que o tesouro e os produtos de base fornecem no conjunto da solução do problema posto pelas condições da sociedade primitiva, onde os meios de pagamento podem ser independentes do uso da moeda para a troca (POLANYI, 2011, p. 188).

Tomando como exemplo a Grécia antiga, Polanyi (2011) argumenta que a riqueza sob a forma de tesouro circulava apenas entre uma minoria. Tais tesouros tomavam a forma de moeda utensílios – *trípodes*²² e tigelas – em ouro ou em prata. Neste contexto, os tesouros eram dados em retorno a outros tesouros ou a bens de prestígios, como o acesso aos deuses, aos oráculos, aos reis ou mesmo aos potentados (pessoas poderosas locais). Quando eram dados em troca de outros bens de prestígio, como cavalos, escravos, obras de arte ou vestimentas, a contrapartida deveria ser igualmente um bem de prestígio. Dessa forma se operava a circulação de bens de prestígio na sociedade arcaica, tendo na Grécia seu exemplo mais marcante.

O tesouro era então uma forma móvel de poder e os efeitos de sua posse eram diretos. Seu possuidor era temido e respeitado e as vantagens econômicas que decorriam da posse de um tesouro eram incorporadas ao poder político. Para o autor, as vantagens econômicas e o poder político não podem ser compreendidos de modo separado, pois é apenas com a consolidação do feudalismo (por volta do século VIII) que as vantagens políticas e econômicas acompanham a posse de terras e passam a serem vistas de modo separado. “Nos períodos anteriores, mesmo as vantagens econômicas decorrentes da posse de um tesouro eram em geral incorporadas ao poder político” (POLANYI, 2011, p. 181).

²² O que tem três pés; peça com três pés na forma de um vaso precioso que era consagrado aos deuses ou dado como prêmio aos vencedores dos jogos públicos na Grécia Antiga.

Utilizando-se de inúmeros exemplos de usos de moedas nas sociedades primitivas e arcaicas, Polanyi (2011) dedica-se (nas páginas 190 e 191) a mostrar a estabilidade desses usos nessas sociedades. As moedas de troca e os meios de pagamento eram estabelecidos e fortemente institucionalizados, ao passo que a introdução da moeda na nossa economia tende a uma fluidez e à instabilidade: “nas sociedades arcaicas ela era uma fonte de estabilidade que não necessitava se apoiar em controles burocráticos” (POLANYI, 2011, p. 192).

3.3.1 Especificidades da noção de moeda em Polanyi: a estabilidade e o estabelecimento de equivalências na Antiguidade

As noções de estabilidade e de equivalência nas discussões de Polanyi sobre o comércio, o mercado e a moeda são essenciais para a compreensão do âmago das diferenças entre estas instituições nas sociedades primitivas e arcaicas e na nossa sociedade de mercado.

Na concepção de uma economia de mercado, há o costume de se qualificar a equivalência de “preço”, o que, na opinião de Polanyi (2011), é um erro. Isso porque a equivalência não se restringe às trocas de mercado (nem nos mercados arcaicos), pois, em sociedades primitivas, as instituições que guiavam um certo movimento de trocas dependiam de instrumentos de equivalência. Por exemplo, quando se recebia um dom, o contradom adequado era definido em termos convencionais. Assim, e de modo geral, aceitar um ato de reciprocidade, operar uma redistribuição ou efetuar uma troca dependia das orientações institucionais e de mecanismos determinados de estabelecimento de equivalências, que se distanciavam da noção de preço.

Um dos tipos de equivalência identificados por Polanyi (2011) é denominado de equivalência de substituição. De acordo com o autor, existem inúmeros casos deste tipo de equivalência no mundo antigo, mas ele enfatiza os casos de impérios baseados na irrigação. Neles, uma unidade de terra poderia ser paga em cevada, óleo ou vinho. Ainda, a “ração” do trabalhador ou do soldado poderia ser paga em aveia, vinho ou outros diferentes tipos de bens de subsistência. Nesse contexto, a determinação de um produto único como meio de troca tornaria as trocas impraticáveis na ausência de mercados com moedas.

Além disso, na base das finanças do Estado, havia um sistema de equivalências que regulava e descomplicava as práticas de trocas. Na Babilônia, por exemplo, as trocas

entre o palácio e os camponeses eram baseadas na substituição de artigos numa lista de equivalências das duas partes, regulada pelo governo. A equivalência, por fim, é muito menos um padrão de valor (sentido moderno) do que um meio de compatibilidade.

No caso das equivalências das trocas, elas desempenhavam o papel dos “preços” no caso de ocorrerem trocas indiretas. Mas, de acordo com Polanyi (2011), a gama de equivalências não se limitava a metais preciosos, gêneros alimentícios e matérias-primas. Todas as transações dentro do que o autor chama de economia substantiva se davam sob a “lei da equivalência”. Além disso, as equivalências eram estabelecidas e reguladas com o intuito de inibir ou impedir a “imoralidade de obtenção de ganhos”, créditos ou outras vantagens. Nesse sentido, as equivalências eram proteções contra o perigo do lucro, que era proibido nas tribos e nas sociedades arcaicas.

A noção de equivalência nos ajuda a compreender sua importância nas sociedades desprovidas de mercados e, conseqüentemente, de moeda de troca (caso da maioria das sociedades nos períodos históricos que antecedem a moeda de mercado). Polanyi (2011, p. 126) entende que:

Tudo o que nós podemos dizer de modo certo é que o funcionamento do comércio e da moeda nas sociedades complexas desprovidas de mercados seriam difíceis de compreender com a ausência de equivalências estabelecidas [...]. Além disso, embora considere hipotético e improvável, pode-se supor que algumas situações de equivalência podem ter se tornado mercados fazedores de preços (POLANYI, 2011, p. 126).

A ideia de que as equivalências serviriam para estabelecer padrões de preços fixos e não flutuantes se relaciona à noção de estabilidade. Esta era garantida, fundamentalmente, pelas estruturas, instituições ou pelos arranjos sociais. A moeda primitiva e arcaica, então, contribuía para a manutenção desses arranjos sociais e estruturais. Por seu turno, essas moedas reforçavam a estabilidade. Nesse movimento, “[...] não apenas a estratificação ganhava força, mas as taxas de trocas adquiriam maior estabilidade graças à continuidade das estruturas gerais” (POLANYI, 2011, p. 189). Para Polanyi (2011), o comércio, o mercado e a moeda eram então instituições que, apesar de não terem a mesma origem e não estarem necessariamente atrelados entre si, contribuía para a manutenção da estabilidade de “preços” ou de equivalências, assim como das estruturas gerais para as quais serviam.

Para o autor, esse mundo dos preços em que a sociedade passou a viver no século XIX, como algo que ocorre nas relações cotidianas, é relativamente recente e é entendido

como a extensão de uma instituição bem mais antiga que os mercados e independentes deles: o comércio. Não que antes não houvesse preços, mas eles não faziam parte de um sistema próprio. A moeda, da mesma forma, não era intrínseca num sistema desse tipo e era usada apenas com frequência entre banqueiros e comerciantes, os quais representavam apenas uma pequena parte da economia (que se mantinha rural e não comercial).

Polanyi (2011) de certa forma admite que nos mercados urbanos as moedas e os preços eram conhecidos, mas a lógica que os presidia era outra: a lógica da estabilidade. Assim, os ganhos provenientes do comércio não eram frutos de flutuações nos preços, mas da sua estabilidade fundamental. O lucro provinha de diferenças estáveis de preços entre lugares distantes, e não de flutuações de preços sobre os mercados locais.

De todo o exposto, percebe-se que as noções de moeda em Polanyi (2011) não concordam com a ideia da economia ortodoxa acerca da neutralidade da moeda. Para ele, como visto, a moeda é entendida como moeda de uso, que se insere num contexto histórico e em sociedades específicas, sob a forma de objetos e em situações também específicas. Ela, a moeda, não poderia ser compreendida como um simples instrumento de troca que contempla todas as funções e que independe dos seus usos. Diante disso, podemos entender que Polanyi parte da ideia de não neutralidade da moeda em sua tese acerca dos mercados, do comércio e da subsistência do homem.

3.3.2 Contribuições para a noção de não neutralidade da moeda: reflexões acerca das possíveis relações entre o pensamento polanyiano e o marxista sobre a moeda e sua origem

No intuito de contribuir com a ideia de não neutralidade da moeda, importante para a antropologia econômica, e, ao mesmo tempo, ampliar a discussão sobre assunto, busca-se nesta seção sistematizar algumas reflexões acerca do pensamento da moeda em Polanyi e em Marx. A leitura de Polanyi (2011) revela seu conhecimento sobre as análises de Marx, embora o autor não indique claramente perspectivas marxistas que se aproximam ou que se distanciam das suas próprias análises sobre a moeda. Justamente por isso, considerou-se importante esse exercício de reflexão no intuito de uma contribuição teórica mesmo que ainda inicial. No entanto, a nosso ver, ambos se aproximam no que diz respeito à ideia de não neutralidade da moeda. Polanyi (2011), pelo exposto, mostra que a moeda se define por seus diferentes usos e contextos; Marx

parte da noção que a moeda assume “valores” (valor social, valor de uso, valor de troca) e, portanto, não é neutra.

Porém, antes de iniciarmos esta discussão, responderemos a uma questão que poderia surgir neste ponto: por que não discutir também a noção de moeda em Keynes, tendo em vista sua expressão no entendimento do papel dos sistemas monetários? Primeiro, porque, em sua obra, as noções de dinheiro e de moeda, em certa medida, se confundem, pois o dinheiro “coisificado” e unifuncional passa a ser confundido com moeda. Segundo, porque Keynes compreende o dinheiro imbricado a “todo um conjunto de inovações financeiras e criação de meios circulantes na economia”, ou no sistema econômico moderno. Na opinião de Paiva (1994), “a teoria do dinheiro em Keynes está totalmente imbricada com uma dada leitura do processo especulativo da valorização capitalista” (PAIVA, 1994, p. 587). Ambas características dificultariam sobremaneira nossas reflexões aqui propostas, e se afastariam do arcabouço teórico deste trabalho. Além disso, apesar de Keynes concordar com Marx em alguns aspectos acerca do papel de uma política monetária estatal (PAIVA, 1994), ele não se propõe em suas obras a aprofundar a questão da origem da moeda e das suas funções para além da moeda de mercado – esforço este que é a tese central da noção de moeda em Polanyi (2011) e que Marx faz pelo menos em uma parte de *O capital*.

O pensamento monetário de Marx é exposto de modo fragmentário em sua obra, por isso sua concepção de moeda é relativamente desconhecida (DIETERLEN, 1968; BRUNHOFF, 1967; MOLLO, 1991). Brunhoff (1965, original) fez o importante esforço de sintetizá-lo, mostrando que Marx, além de um conhecedor dos escritos monetários da sua época, avançou mais que a maioria dos seus contemporâneos, pois faz relações com o capitalismo e com o sistema de crédito e destes com a conjuntura de sua época. Além da fragmentação, a preciosidade da Teoria do Capital dentro da sua obra também contribuiu para que muitos estudiosos marxistas negligenciem suas análises sobre a moeda, principalmente as que precedem a produção capitalista (BRUNHOFF, 1967) e que particularmente nos interessa aqui (para uma síntese do pensamento sobre a moeda em Marx, ver Apêndice E).

3.3.2.1 Reflexões possíveis sobre as aproximações e diferenciações nas abordagens de Marx e Polanyi sobre a moeda

Para Polanyi (2011) de Aristóteles a Marx, a economia (com sua especialização e divisão do trabalho) estava tradicionalmente identificada no desenvolvimento do

comércio, da moeda e dos mercados. Tais instituições pareciam apenas representar aspectos diferentes do processo de crescimento econômico. “O comércio se manifestava como o movimento de bens sobre o mercado, e a moeda como o meio de troca que facilitava este movimento” (p. 133).

Mas nós não podemos mais defender este ponto de vista, à luz das descobertas recentes. Como nós já sugerimos na introdução, certas formas de comércio e diferentes usos da moeda tinham adquirido uma grande importância na vida econômica, independentemente de mercados, e anteriormente à sua existência. Mesmo onde os elementos de mercados estão presentes, eles não implicam necessariamente a existência de um mecanismo de preço oferta-demanda. Na origem, os preços (equivalências) são fixados pelas vias da tradição e da autoridade; sua mudança, se ele intervém, resulta de tais meios institucionais, e não de métodos de mercado (POLANYI, 2011, p. 134).

Existem, a nosso ver, diferenças fundamentais entre as noções de moeda de Karl Marx e Karl Polanyi, mas também importantes aproximações podem ser identificadas e discutidas. A principal aproximação que visualizamos é a **crítica fundamental** das duas abordagens: a crítica à sociedade de mercado. Para Polanyi (2011), esta sociedade de mercado é um fenômeno único e recente na história da sociedade, consequência de políticas de um Estado fundado sobre o credo liberal. As sociedades humanas conheceram uma grande diversidade de relações entre economia e sociedade, mas tais relações eram sempre marcadas pelo encastramento [*encastrement*] de atividades econômicas em relações ou instituições não econômicas, que impediam a autonomização perversa da economia e a submissão da “subsistência” da sociedade às motivações lucrativas. Marx, como sabemos, também critica a sociedade de classes, baseada num modo de produção excludente.

A ideia de Polanyi sobre a mudança decisiva que originou a sociedade de mercado tal como a conhecemos parece partir de Marx. Para ambos, foi a transformação do trabalho e da terra em mercadorias, ou seja, como se elas pudessem ser produzidas para serem vendidas. Então, como o trabalho e a terra podiam ser comprados e vendidos conforme os mecanismos de mercado? Haveria, a partir de então, uma oferta e uma demanda para o trabalho, uma oferta e uma demanda para a terra (POLANYI, 2011). Tal transformação fez então surgir um preço de mercado, ou seja, para o uso do trabalho – o salário –, e pelo uso da terra – a renda ou aluguel. “Terra e trabalho foram dotados de seus próprios mercados, semelhantes às mercadorias autênticas produzidas graças a eles” (POLANYI, 2011, p. 45). Nesse processo de transformações, Marx deixa claro que a

moeda também acabou se tornando mercadoria e assumindo o papel de equivalente geral de todas as mercadorias produzidas por essa nova sociedade.

Vale ainda esclarecer, neste ponto de aproximação, que a sociedade de mercado é o centro da crítica de Polanyi, mas o mercado (origens, formas institucionais, moeda etc.) é o centro de suas análises. Este autor, na opinião de Chavance (2011), usa o termo “capitalismo” com reservas. Para ele, capitalismo é o sistema regulador dos mercados e certos aspectos próprios aos teóricos do “capitalismo” ficam em segundo plano em sua obra, como a exploração e a luta de classes de Marx e mesmo a tendência à racionalização e a “gaiola de ferro” weberianas.

Uma das diferenças que se apresentam mais claramente nas duas abordagens diz respeito ao **ponto de partida das análises** sobre a moeda e mesmo aquela dos mercados. A abordagem de Marx parte do estabelecimento do capitalismo a partir do qual o econômico domina diretamente as outras esferas da vida e da sociedade. O contexto em foco das análises marxistas, então, é a dominação da economia sobre a sociedade, a partir da qual ele busca entender como a moeda se tornou uma mercadoria e passou a representar uma nova noção de valor e a desempenhar novos papéis nesta economia de mercado que se afirmava. Embora Marx se preocupe em retroceder na história para mostrar as diferenças das sociedades anteriores à capitalista, ele recorre principalmente à sociedade feudal: na sociedade feudal, por exemplo, “as relações sociais das pessoas nos seus trabalhos respectivos afirmam-se com toda a nitidez como as suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações sociais das coisas, dos produtos do trabalho” (MARX, 2013, p. 23). Polanyi (2011), por seu turno, se difere de Marx (e também de Weber) principalmente pelas ideias de comércio, pelos usos da moeda e pelos “elementos de mercado” cujas origens são anteriores ao feudalismo (sociedades primitivas e arcaicas) e em que a subordinação à redistribuição e à reciprocidade enquanto formas de integração da economia humana estão a serviço da subsistência do homem.

Outra reflexão a partir das leituras de Marx e Polanyi sobre a moeda parte da noção de **equivalência**. Para Marx, existe uma igualdade de essência que permite comparar as mercadorias essencialmente diferentes: o trabalho humano (abstrato). Sem essa igualdade não existe a troca, e essa igualdade deve ser capaz de ser mensurável (horas de trabalho). Essa igualdade de essência que permite comparações acaba por se tornar referência para o estabelecimento de relações de valor entre mercadorias

totalmente diferentes. A partir disso, a moeda passa a significar um equivalente geral com monopólio sobre a representação dos valores das coisas.

Já a ideia de equivalência em Polanyi, como a maior parte da sua análise, se refere ao funcionamento dos mercados administrados (mercados arcaicos) e dos sistemas de comércio que funcionavam com base em inúmeros estabelecimentos de equivalências por parte tipicamente de uma administração centralizada. Tais equivalências tinham como premissas dois aspectos: o de que as equivalências estabelecidas não permitiam o ganho de um sobre o outro; e o de que com elas a estabilidade dos ditos sistemas estaria garantida. Um dos exemplos mais citados por Polanyi (2011, p. 189-192) se refere ao comércio do trigo, o mais importante do período analisado. O autor destaca que

os cereais estavam no conjunto de coisas compradas e vendidas segundo equivalências estabelecidas. Tais equivalências, principalmente relativas aos cereais e ao trigo em especial, eram mantidas ao longo de décadas, independente das flutuações das quantidades dos preços.

De acordo com o autor, a equivalência dos preços do trigo em relação aos da cevada²³ (de dois para um) se manteve do século IV ao século II.

As noções de **crédito** e de **finanças** nas duas abordagens, ao mesmo tempo em que reforçam a diferença do ponto de partida das análises entre Polanyi e Marx, os aproxima quando apontam o crédito como o responsável por ser a base para ampliar e reforçar a economia de mercado nascente. Marx argumenta que o crédito e as finanças se tornaram consideravelmente apropriados ao modo de produção capitalista; e Polanyi (2011) atribui ao banco moderno um meio de expandir o sistema de mercado para além de toda troca simples e imediata de bens. No entanto, acerca do ponto de partida, Polanyi (2011) enfatiza o papel do crédito e das finanças dentro das sociedades anteriores à sociedade de mercado, caracterizando-o como exercendo um papel e um efeito secundário no processo de produção e de troca de bens nas sociedades.

Há uma passagem em Polanyi (2011) que ressalta seu pensamento sobre o crédito nas sociedades primitivas e arcaicas, mas que enfatiza o erro do pensamento econômico tradicional sobre a origem deste sistema. O autor ressalta que esse erro consiste

na consideração de que o crédito e as finanças são fenômenos que surgiram com o mercado moderno. Esse erro foi caracterizado pela

²³ O mais antigo cereal cultivado e o mais comum na Grécia Antiga.

sequência explicada por uma das teorias mais populares que caracterizava uma sequência de etapas da economia dita natural para a economia monetária e enfim a economia do crédito (como num suposto processo de desenvolvimento) (POLANYI, 2011, p. 29).

Embora as noções anteriores estejam relacionadas às concepções de moeda nas duas abordagens, alguns aspectos mais específicos sobre ela também podem ser identificados, sobretudo os que dizem respeito à sua origem; aos seus usos ou funções; e à moeda enquanto moeda de mercado.

Em Marx, sua **origem** parece estar atrelada à transformação da moeda enquanto mercadoria, passando pela utilização do ouro até este se tornar o equivalente geral de todas as demais mercadorias. Para ele, quando a produção de mercadoria e o uso de moeda se generalizam a ponto de determinar a lógica de organização dos indivíduos, é possível falar em sociedade mercantil. Então, a moeda – como mercadoria – seria uma característica da sociedade mercantil. Marx ressalta ainda que a ausência da compreensão da gênese da moeda impede que se investigue a lógica de funcionamento e os fundamentos dos sistemas monetários. Mas ele não retrocede tanto na história e tão profundamente quanto Polanyi (2011) em *La subsistance de l'homme*, principalmente no seu capítulo 9. Polanyi (2011) aprofunda no entendimento das moedas primitivas e arcaicas para argumentar que a moeda não é uma exclusividade do sistema de mercado (mesmo o capitalista) e nem mesmo do comércio. Busca sua origem nos inúmeros sistemas de trocas no decorrer da história, nos vários tipos de mercado e vários tipos de usos de moedas. Pelo visto, para ambos a moeda não é exclusividade da sociedade mercantil, embora para Marx a moeda como mercadoria seja, sim, exclusividade caracterizadora deste tipo de sociedade. No entanto, na opinião de Mollo (1993), Marx admite que nenhuma sociedade é pura, e que sempre haverá traços característicos de outras formas de organização social (MOLLO, 1993).

Em Marx, a transformação de moeda como mercadoria e, por sua vez, como **moeda de mercado** é evidente. Esta moeda passa a servir um complexo sistema de produção com base no financiamento e no crédito, os quais criam e desenvolvem outras moedas. A partir daí, Marx analisa o papel de um novo tipo de moeda, que ele denomina de moeda de crédito. Em Polanyi (2011), nos mercados fazedores de preços, a moeda é principalmente utilizada como meio de troca, e, assim, tanto o pagamento quanto o crédito acessam as funções de caráter novo desempenhados pela moeda.

Ao tratarem de papéis desempenhados pela moeda, tanto Marx quanto Polanyi deixam clara a ideia de **não neutralidade**. Esta ideia remete, essencialmente, à noção de moeda enquanto moeda de usos. A nosso ver, tais usos estão relacionados à noção de circulação, de trocas e de movimento em situações particulares, mesmo que na particularidade de uma sociedade de mercado (em Polanyi, desde transações em mercados como o movimento de dons-contradons nas sociedades primitivas). Em Marx, isso fica mais claro, pois para ele o processo de acumulação afirma a moeda enquanto equivalente geral, e este equivalente geral sustenta e reforça o valor de apropriação privada (acumulação) – “em consequência, a moeda, relação social, não é neutra e não pode jamais ser completamente neutralizada” (BRUNHOFF, 1967, p. 35). Assim, é dentro dos ajustamentos e desajustamentos financeiros que

a moeda mantém-se completamente determinada como “elemento imanente do processo de reprodução” conservando seu caráter próprio. Sua “imanência” não é sua “neutralidade”. Dentro do financiamento a moeda continua sendo uma relação social particular entre agentes econômicos (BRUNHOFF, 1967, p. 37).

Em Polanyi (2011), os **usos ou funções** da moeda aparecem quando ele discute a moeda em situações particulares, e são estas particularidades e não a generalização do seu uso que mostram como ela, a moeda, estava separada dos mercados e mesmo do comércio. As funções ou usos tradicionais da moeda, sejam meio de pagamento, meio de troca, padrão de valor e reserva de valor, são comentados por Polanyi (2011), mas são, todos eles, entendidos dentro de sociedades particulares e para transações particulares. Além disso, vale lembrar que seus usos também estavam separados uns dos outros e, como dito, encastrados na realidade, nas relações sociais e na natureza, servindo à subsistência do homem. No Quadro 5, buscamos sistematizar as reflexões realizadas.

Quadro 5 – Noções para aproximações entre Marx e Polanyi sobre a moeda

	Noções	Aproximações/ distanciamentos	Karl Marx	Karl Polanyi
Aspectos gerais	Crítica fundamental	Aproximam-se	O modo de produção da sociedade capitalista é excludente	Na sociedade de mercado a economia submete a 'subsistência' do homem à motivações lucrativas.
	Contexto de análise	Distanciam-se	Sociedade capitalista, com alguns retrocessos ao feudalismo para explicar algumas mudanças	Sociedades arcaicas, anteriores ao feudalismo, com atenção também nas sociedades primitivas
	Equivalência/valor	Distanciam-se	Existe uma igualdade de essência – o trabalho humano – que permite comparações entre mercadorias.	As várias equivalências eram estabelecidas pelos governos ou tradição, com forte tendência à estabilidade entre elas.
	Crédito e finanças	Distanciam-se	O crédito é o financiador do modo de produção capitalista, dentro do qual a moeda de crédito se torna meio circulante e assume funções de moeda.	O crédito e as finanças não surgiram com o mercado moderno, tendo origens nas sociedades arcaicas e baseados em relações sociais diferentes da lógica do mercado.
Aspectos sobre a Moeda	Origens	Distanciam-se	Origem no estabelecimento de equivalências entre mercadorias (germe) e na definição do equivalente-geral ouro (forma-dinheiro)	Origem primitiva e arcaica, existindo fora de mercados e de relações comerciais, com forte aspecto contextual.
	Moeda de mercado	Aproximam-se	Âncora do sistema de produção capitalista, servindo ao seu financiamento e criando outros tipos de moeda	O mercado fazedor de preço reduz a moeda na função de meio de troca, aparentemente neutra
	Funções/usos	Ora aproximam-se, ora distanciam-se	Se definem pelo contexto (destaque para o contexto do mercado capitalista) definindo e sendo definidos pela noção de valor	Se definem pelos múltiplos usos, contextos e necessidades humanas. Destaque para a lógica da não acumulação e proibição do lucro.
	Não neutralidade	Aproximam-se	Mesmo uma moeda de mercado não é neutra, pois por trás do seu uso existe todas as noções de valores (de uso, de troca e de trabalho) vinculadas	A partir dos diferentes usos e significados, ela não é neutra.

Fonte: Elaboração própria com base nas leituras em Marx (2013a; 2013b), Brunhoff (1967), Mollo (1991) e em Polanyi (2011).

Ressaltamos que este exercício de comparação entre as noções de moeda em Marx e em Polanyi configura-se neste trabalho apenas como uma contribuição teórica. Não intencionamos analisar o fenômeno das moedas sociais brasileiras sob a perspectiva marxista.

Como dito anteriormente, a abordagem da antropologia econômica sobre a moeda e sobre a economia de modo geral oferece maior amplitude acerca da ideia de econômico e redefine alguns debates dentro deste campo. Não é nosso intuito aprofundar o debate, mesmo porque o deixamos aos *experts*. Aqui, apenas nos aproveitamos de conceitos institucionalizados no campo que nos parecem mais apropriados para a compreensão do fenômeno estudado. Ressaltamos neste ponto que a prática dos BCDs e o uso de moedas sociais são tentativas de redefinir o econômico e de aproximar a economia da realidade dos territórios (economia real).

4. A Nova Sociologia Econômica e a Noção Substantiva de Economia

Foi a partir da década de 1980 que, segundo Swedberg (2009), os sociólogos passaram a questionar o funcionamento do mercado e o papel da confiança na economia e a procurar compreender como a ação econômica está imersa nas relações sociais. A partir de então, surge uma Nova Sociologia Econômica (NSE) e, até a década de 1990, um considerável volume de estudos e pesquisas já haviam sido desenvolvidos (LÉVESQUE, 2009).

Mas, porque “nova” sociologia econômica? Para Lévesque (2009), por dois motivos: primeiro porque se diferencia em muito daquela sociologia econômica das décadas de 1920-1970, do paradigma parsoniano e do marxismo²⁴, e daquela sociologia especializada (sociologia do trabalho, da indústria, da empresa e do desenvolvimento etc.), ou seja, uma sociologia econômica que acabava por ratificar a separação entre economia (do mercado e da moeda) e sociologia (das condições de desenvolvimento e das consequências sociais). O segundo motivo da consideração de uma “nova” sociologia econômica é contextual e paradoxal. Para Lévesque (2009), o momento em que ela (res)surge, no final do século XX, é comparável à época da sociologia econômica do final do século XIX²⁵ (momento do capitalismo afirmado pelo *laissez-faire*, pelo imperialismo, pelo sindicalismo e pela economia social). A NSE do século XX (res)surge num momento do “capitalismo reconquistador”, do neoliberalismo e do *laissez-faire*, mas também num momento em que as demandas sociais e necessidades de intervenções estatais ganham uma amplitude jamais vista.

Dentro desta NSE, podem ser apontadas diferentes abordagens, mas seu conjunto dá lugar a um novo paradigma “em que a economia aparece fortemente dependente do social” (LÉVESQUE, 2009, p. 124), mesmo diante do neoliberalismo e sua proposta de autorregulação mercantil. Na perspectiva da NSE,

²⁴ A NSE se diferencia do marxismo “ao reverter o determinismo econômico da sociedade em favor de uma determinação social da economia” (LÉVESQUE, 2009, p. 109).

²⁵ Nesse momento, os clássicos como Weber, Durkheim e Simmel estavam preocupados em discutir as consequências sociais do capitalismo. Para Lévesque (2009), a NSE faz uma releitura dos mesmos.

as relações entre o econômico e o social são reconfiguradas, e seu conteúdo é redefinido. O econômico cessa de ser reduzido ao mercantil para incluir o não mercantil e o não monetário, na acepção de Polanyi, originando a expressão “economia plural” (LAVILLE, 1994). O social, por sua vez, deixa de ser reduzido à distribuição e aos gastos sociais para tornar-se “capital social” (LÉVESQUE, 2009, p. 111).

Dentre as abordagens inerentes ao campo do conhecimento da sociologia econômica apontadas por Lévesque (2009), particularmente duas interessam a este trabalho: a abordagem antiutilitarista de Mauss e a da economia solidária baseada na noção de economia plural e de *embeddedness*. A primeira abordagem interessa, como visto, por ser a base da antropologia econômica e dos estudos sobre os circuitos de troca e os significados das moedas neles usadas. A segunda interessa por carregar a noção de economia que julgamos adequada para entender o campo de práticas das moedas sociais no Brasil. Além disso, a abordagem da economia solidária se relaciona estreitamente com a ideia de território, na medida em que compartilha vários elementos “principalmente no que tange à equidade, à predominância das pessoas sobre o capital, ao domínio das comunidades sobre o seu próprio destino etc.” (LÉVESQUE, 2009, p. 115).

A abordagem maussiana discutida por Lévesque (2009) é aquela já apresentada no capítulo precedente, relativa aos desdobramentos dos estudos de Marcel Mauss, os quais prosseguem e aprofundam a crítica ao utilitarismo e propõem um novo paradigma, o da dádiva. Tal paradigma contraria vários mitos defendidos pelos economistas e estabelece que “se a troca mercantil libera as partes de qualquer dívida, a dádiva cria uma obrigação, como atesta o ciclo da dádiva-contradávica, ou seja, o de dar-receber-retribuir” (LÉVESQUE, 2009, p. 113; CAILLÉ, 1995 e 2002; ROSPABÉ, 1995).

Esse paradigma nos permite pensar a economia imersa na sociedade de modo que as explicações dos fenômenos econômicos podem partir dos seus fundamentos sociais, políticos, culturais e ambientais. Interessa notar ainda que, nesse ponto, Lévesque (2009) propõe que o paradigma da dádiva, diante do papel durável que ele atribui às relações sociais, pode fornecer novos *insights* para a abordagem do desenvolvimento sustentável.

A abordagem da Economia Social e Solidária dentro da NSE está intimamente relacionada com a ideia de economia substantiva ou economia plural, que questiona a separação entre a economia e a sociedade. De modo geral, a economia solidária, sob essa perspectiva, entende a economia de modo diferenciado e ampliado, pois considera como

econômicas não apenas as práticas mercantis, mas uma séria de atividades de troca, produção e consumo, tais como as atividades de redistribuição (realizadas pelo Estado) e as práticas não monetárias, baseadas na reciprocidade e na dádiva. Em resumo,

esta corrente propõe então uma economia plural para a sociedade e a pluralidade de atividades para os indivíduos. Tais propostas abrem espaço para a defesa de uma economia solidária, na qual o Estado é chamado não somente a reconhecê-la, mas também a apoiá-la (LÉVESQUE, 2009, p. 115).

Os estudos e pesquisas desta corrente promovem uma dupla contribuição: de um lado, como dito, uma análise mais apropriada da relação economia-sociedade; e de outro, uma análise de experiências empreendidas no seio da economia solidária. Sendo assim, o que se entende por economia social e solidária engloba um amplo leque de experiências (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; LÉVESQUE, 2009), e, nelas, “busca-se reconhecer a dimensão social, dando prioridade às pessoas sobre o capital, à utilidade social e ao interesse coletivo; e trabalhar com os valores da solidariedade, da cooperação, da ajuda mútua, da equidade e da justiça social” (LÉVESQUE, 2009, p. 126).

É nesse campo de conhecimento que esta tese busca encontrar os elementos ou abordagens conceituais para compreender o fenômeno das moedas sociais no Brasil. Nos próximos tópicos, procuramos compreender um pouco mais essas abordagens, não perdendo de vista a noção substantiva de economia.

4.1 A noção substantiva de economia e os princípios econômicos em Polanyi

A noção substantiva de economia (ou economia plural) parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e a natureza admitem uma pluralidade de princípios econômicos que vão além daquele da concepção formal de economia, qual seja a orientação para ganho, típico da economia de mercado (LAVILLE, 2009). Contrariamente a esta abordagem “formal” (ou “tradicional”) da economia, Polanyi (2000 e 2011) propõe uma abordagem histórica e antropológica para o entendimento do fato econômico. A economia, nesse sentido, seria “o conjunto de fenômenos que decorre da dependência do homem ao contexto da natureza e de seus semelhantes”. Ao longo do tempo e do espaço, diferentes maneiras de trocar bens e serviços ocorrem: 1) o “escambo”, como um modelo de mercado; 2) a redistribuição, que requer um modelo

institucional centralizado; 3) a reciprocidade, encorajada por um modelo institucional simétrico; e 4) a domesticidade, centrada em relações familiares. Esses “princípios de integração econômica” são lógicas estruturantes de maneiras de produzir e consumir, e também daquela das transferências e do financiamento (SERVET, 2013; BLANC, 2013; HILLENKAMP, 2013).

O princípio do mercado diz respeito ao estabelecimento de uma relação de preço e num contrato entre vendedor e comprador. No segundo, a redistribuição, a produção coletiva é distribuída por uma instituição central (o Estado), e a relação é estabelecida entre a autoridade central e os agentes sujeitos à redistribuição. Para Servet (2013), esses dois princípios são os mais amplamente estudados e ilustrados por Polanyi e também os que mais foram (e são) alvos dos debates em torno das suas ideias. Alguns estudiosos afirmam que o princípio da domesticidade recebeu de Polanyi pouca atenção (BLANC, 2013; SERVET, 2013), mas Servet (2013) argumenta que o princípio da reciprocidade também não foi central nas obras do autor.

No intuito de entender o princípio da reciprocidade na contemporaneidade (tendo em vista o foco polanyiano nas sociedades primitivas), o autor indica dois pressupostos para esta análise: primeiro, que ele não é suficiente para construir uma crítica do mercado ou do Estado apenas com o mito ou utopia do dom (mesmo porque a amplitude do uso deste termo é enorme); e segundo que o princípio da reciprocidade ocorre dentro das estruturas de economia solidária tendo em conta o conceito de integração econômica. Para Servet (2013), é na economia solidária (e não na filantropia capitalista) que se pode encontrar ideias e práticas que traduzem a hegemonia do princípio da reciprocidade (que se confunde com solidariedade, no caso), tais como: a busca de uma igualdade econômica e política; a vontade de fazer convergir interesses entre produção, consumo e financiamento; a promoção de práticas autogestionárias; a integração de todos (aqui o autor faz uma crítica, afirmando que a economia solidária não pode ser confundida com a economia da pobreza); e a preocupação com os efeitos da produção e do consumo sobre gerações futuras. Sendo assim, o princípio da reciprocidade, pela própria ideia de princípio, não se trata de algo específico de sociedades primitivas e, por isso, inferior. Para o autor, ele é um “fundamento o qual os efeitos são sensíveis no presente” (SERVET, 2013, p. 194).

Para Servet (2013), há uma confusão entre a ideia de dádiva maussiana e a ideia de reciprocidade em Polanyi. O autor aponta que Polanyi não usa o termo dádiva, assim

como Mauss não usa o termo reciprocidade. A base antropológica em Polanyi para discutir a reciprocidade em sua obra é Thurnwald (quem Polanyi considera o “inventor” do termo reciprocidade) e Malinowski (quem, para Polanyi, desenvolveu a aplicação do termo). O autor esclarece ainda que a ideia de integração é fundamental para compreender os princípios em Polanyi, especialmente este da reciprocidade:

os princípios polanyianos de integração econômica não devem ser assimilados a simples transferências de riquezas criadas e de direitos de propriedade. Esta confusão não permite compreender o princípio da reciprocidade como um modo específico de interdependência de atividades e de usos de recursos disponíveis – e porque a dádiva pode decorrer deste princípio, ele não lhe é equivalente (SERVET, 2013, p. 193).

O princípio da domesticidade (*householding*) em Polanyi é dominante em grupos fechados como a família e a vila²⁶, dentro dos quais a organização interna pode ser caracterizada tanto pela democracia como pelo despotismo (HILLENKAMP, 2013). Hillenkamp (2013) interpreta e amplia esse conceito para compreendê-lo em nossa sociedade, argumentando que Polanyi não se baseia tanto em fatos históricos como para explicar os princípios da redistribuição e da reciprocidade, engendrando uma discussão muito mais abstrata e geral do que uma estrutura institucional. A autora então argumenta que, assim como a reciprocidade, a domesticidade também não se limita às sociedades arcaicas e suas formas aparecem renovadas na sociedade contemporânea.

Em Polanyi, a domesticidade aparece por meio de um conjunto de normas e regras de um grupo relativamente fechado (não necessariamente autárquico) que garante a produção e o compartilhamento dos recursos para a satisfação das necessidades dos membros deste grupo. Nesse processo, configura-se certo nível de estabilidade e de unidade ao processo econômico (HILLENKAMP, 2013). A partir daí, Hillenkamp (2013) identifica dois aspectos básicos do conceito: a lógica do compartilhamento e aquela da identidade. A primeira se refere a formas de produção para seu próprio uso e de compartilhamento que definem a própria existência do grupo. Nesse caso, o compartilhamento não se limita a sociedades autárquicas (autossuficientes em termos econômicos). No entanto, a ideia de identidade parece ser o critério distintivo e não a autarquia, na concepção de Hillenkamp (2013, p. 225):

²⁶ Para Hillenkamp (2013, p. 219), Polanyi não desenvolve a análise da domesticidade como um princípio de integração econômica por considerar que “apenas dentro de uma forma de sociedade agrícola relativamente evoluída que nós podemos praticar economia doméstica”. Sendo assim, elas seriam muito específicas historicamente e por isso conceitualmente muito pouco generalizantes.

a existência de uma identidade comum que define o grupo, fechando-o e no qual o compartilhamento dos recursos confere uma base material. Esta identidade decorre de diversos modos de construção da afiliação e de pertencimento concebidos como hereditários, como a afiliação biológica, a casa ou a comunidade, representando modalidades particulares.

Hillenkamp (2013) destaca ainda que a identidade implica uma dificuldade empírica que é o seu caráter variável ou flutuante no grupo. Sendo assim, incluir o “mundo doméstico” no entendimento da economia real na sociedade implica aceitar essa variabilidade.

Ainda sobre o princípio da domesticidade, a autora destaca que o compartilhamento não significa, necessariamente, a existência de interdependência dentro do grupo e menos ainda equidade. O termo é ambíguo e a domesticidade não exclui a possibilidade de práticas de exclusão e relações de dominação no seio dos grupos. Transpondo o entendimento para a sociedade atual, a autora argumenta que é na “economia popular²⁷” que a economia doméstica aparece mais evidente (para além daquela economia da casa ou moradia). Sua integração com o mercado é também evidente. Em síntese, a reformulação do conceito de domesticidade considera que:

As estruturas institucionais do mundo doméstico são múltiplas e podem visar a produção para o uso e a satisfação das necessidades dos membros do grupo sem estar para tanto fechadas em si mesmas. A análise se movimenta em direção a três principais terrenos: aquele da **identidade do grupo**, a partir da construção da afiliação e de pertencimentos concebidos como heranças, que o constitui como espaços de compartilhamento e no qual o grau de auto-suficiência vis-à-vis ao exterior constitui apenas um parâmetro; aquele da articulação entre o princípio do **compartilhamento doméstico e os outros princípios de integração econômica**, em particular aquele do mercado; e aquele do equilíbrio entre **lógica de solidariedade e função de proteção do grupo doméstico**, através da hierarquização das necessidades e modalidades, democráticas ou não, de compartilhamento de recursos (HILLENKAMP, 2013, p. 236) [grifos nosso].

A noção substantiva de economia, então, se apresenta como um processo institucionalizado e político no qual a domesticidade, “a reciprocidade, a redistribuição e as trocas mercantis são três formas institucionais a partir das quais a sociedade atual

²⁷ Entendida por Hillenkamp (2013, p. 226 *apud* ICAZA, 2006, p. 259) como “conjunto de atividades econômicas e de práticas sociais desenvolvidas pelos grupos populares em vista de garantir, utilizando sua própria força de trabalho e recursos disponíveis, a satisfação das necessidades básicas, materiais assim como imateriais”.

organiza a produção, a circulação e a repartição de bens e serviços”. Esta visão é distinta da visão dos economistas neoclássicos e neoinstitucionalistas, para os quais o mercado é a matriz principal da sociedade (LEMAÎTRE, 2009, p. 58).

De acordo com Lemaître (2009), essa concepção mais ampla de economia permite vislumbrar um campo de possibilidades de atividades e organizações da economia social e solidária, além de permitir interrogar o funcionamento da concepção de economia dominante, por meio de combinações diversas de objetivos, atores e de formas de troca. Como destaca Laville (2009), as pesquisas devem ser orientadas para um exame das práticas destes princípios plurais econômicos, ou seja, do “movimento econômico real”. Isso porque tais princípios são regidos por uma série de novas instituições e formas organizacionais que admitem outras lógicas para o seu funcionamento, a exemplo dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e, especificamente nesta tese, os Bancos Comunitário de Desenvolvimento.

A análise dos princípios permite ainda entender não apenas como as fontes de recursos circulam e são distribuídas, mas também compreender como elas são apropriadas pelos envolvidos. As formas particulares de organização da produção dentro de determinados sistemas sociais, por exemplo, permite diferenciar uns dos outros e compreender os princípios de maneira interdependente (SERVET, 2013).

Comentando a interdependência entre os princípios da reciprocidade e redistribuição, por exemplo, Servet (2013, p. 196-197) argumenta que

os princípios podem e devem ser compreendidos como diferentes modalidades de interdependência entre as atividades de produção, de troca e de financiamento, e de uso de recursos disponíveis: a saber, a complementaridade entre elementos distintos ocupando posições simétricas para isso que é da reciprocidade; e uma relação hierárquica (imposta ou aceita) entre elementos centrais e periféricos para isso que é da coleta-redistribuição.

Esses dois tipos de integração entre atividades de produção, por exemplo, constituem solidariedades, na concepção de Servet (2013), as quais são reconhecidas e às vezes reivindicadas como tais pelas pessoas ou pelos grupos.

A noção substantiva de economia em Polanyi remete a um movimento de integração e desintegração (traduzidos como imbricação e desimbricação) entre os princípios econômicos. O movimento de imbricação está atrelado a uma noção de economia real, na qual as relações econômicas não se limitam ao mercado e os outros

princípios forçam um movimento para dentro da economia. A desimbricação implica num movimento do mercado ao tentar se separar das outras esferas da vida, buscando se tornar único no seio das relações econômicas.

4.1.1 A ideia de imbricação (*embeddedness*) e os movimentos dos princípios econômicos polanyianos

Lemaître (2009, p. 59) sublinha que, em termos gerais, “Polanyi (1983) define imbricação como sendo a inscrição da economia na ordem social, cultural e política que contém”. O termo *embeddedness* significa aqui que a economia se imbrica nessas outras ordens, as quais não se revelam unicamente em termos de ganho material. Além disso, Polanyi (2000) demonstra que a centralidade desse movimento de ganho foi legitimada e generalizada em diferentes momentos no curso da história, e que ele não é natural da sociedade e dos indivíduos. É justamente esse movimento para o ganho que Polanyi critica por entender que ele conduz a destruição do tecido social. O autor aponta para modalidades plurais de imbricação e não unicamente a motivada para o ganho.

Uma dessas modalidades é a imbricação do mercado na regulação pública. Nesta, um conjunto de regulações públicas é necessário para tentar permitir o próprio *laissez-faire* (ou o mercado autorregulável), ou seja, requer instituições que controlem a efetividade das regras. Nesse sentido, a imbricação da economia nas regulações públicas é condição para a própria tentativa ou movimento de separação entre a economia e o Estado: “o mercado regulável não pode acontecer sem uma ordem democrática que opte que assim seja” (LEMAÎTRE, 2009, p. 60). É nesse sentido que o mercado autorregulável é uma utopia (POLANYI, 2000). Além disso, para Polanyi (2000), o movimento reativo de proteção da sociedade para (re)imbricar-se na economia é ainda mais forte do que a tentativa de separação. Este mesmo movimento acaba apresentando ao mercado certas normas e instituições garantidoras de outras lógicas para além da lógica do ganho. Por exemplo, as legislações relativas ao mercado de trabalho.

Uma segunda modalidade de imbricação é a mobilização do princípio da redistribuição e do princípio da reciprocidade, mesmo porque o progresso do mercado não significa o desaparecimento de relações econômicas movidas por outras lógicas diferentes da lógica do ganho material. A lógica da redistribuição, organizada pelo Estado, mostra a imbricação da economia nas políticas públicas e a presença da reciprocidade atesta a imbricação da economia na cultura, movida por uma diversidade

de movimentos que combinam interesse pessoal e altruísmo (POLANYI, 2000; LEMAÎTRE, 2009).

Em resumo, Polanyi (2000) nos apresenta um duplo movimento que caracteriza a sociedade ocidental. De um lado, o movimento de desimbricamento (*disembeddedness* ou *désencastrament*) que ocorre quando a lógica da troca mercantil se reduz unicamente ao ganho e passa a dominar a sociedade. Isso se deu, principalmente, com a introdução da ideia de mercado autorregulável no ocidente, em 1834, na qual o homem, a natureza e a moeda se tornaram mercadorias nas formas de salário, renda e taxa de juros respectivamente (POLANYI, 2000; LEMAÎTRE, 2009). No entanto, um movimento contrário tende a “proteger” a sociedade da atividade econômica unicamente voltada para o ganho, impedindo o desimbricamento entre o econômico e o social que fatalmente traria consequências devastadoras. Esse segundo movimento, de certa forma reativo, é um movimento de reimbricamento (*réencastrament*) da economia com o social, o político e o cultural. Essa “tensão entre a imbricação e a desimbricação constitutiva da economia na modernidade democrática” é assim resumida por Lemaître (2009, p. 61-62):

Esse duplo movimento é uma dialética segundo a qual de uma parte a economia se desimbrica da sociedade, se reduzindo a trocas mercantis impulsionadas pelo movimento do ganho que torna-se o único princípio organizador e que invade as outras esferas da sociedade. De outra parte, a sociedade reage para se proteger dos efeitos devastadores deste mercado autoregulável se imbricando na economia, e a submetendo a instituições garantidoras de uma pluralidade de outras lógicas além da do movimento único para o ganho. (tradução nossa)

Laville (2009, p. 146) completa que

embora exista uma tendência de desimbricação do mercado própria da modernidade, ela foi neutralizada por reações recorrentes da sociedade com o objetivo de “socializar” o mercado, isto é, de inscrevê-lo em um conjunto de regras elaboradas a partir de um processo político de deliberação.

A leitura de Laville (2004, *apud* LEMAÎTRE, 2009) acerca do duplo movimento de Polanyi, acrescenta que o primeiro movimento, o de desimbricação da economia, restrito ao mercado autorregulável, expressa a tendência de apenas um tipo de empresa. O segundo movimento, o de resposta da sociedade, expressa a tendência de uma economia plural e a presença de múltiplas formas de organizações. Para Lemaître (2009), isso reflete na criação de instituições que vão se inscrever nos espaços públicos,

socializando o mercado e permitindo o desenvolvimento de outras iniciativas diferentes de empresas capitalistas.

Essa leitura de Laville (2004, *apud* LEMAÎTRE, 2009) nos permite associar, então, as experiências próprias da economia solidária à noção de economia plural e visualizá-las como resultado do movimento reativo da sociedade diante da tentativa de separação entre mercado e sociedade. Sendo assim, os BCDs e os usos de moedas sociais podem ser vistos como resultados de um movimento de reimbricação da sociedade, diante de um movimento de desimbricação da dimensão social dos sistemas financeiros típicos do mercado. Especificamente, podemos partir da ideia de que os usos das moedas sociais são uma tentativa de reapropriação do dinheiro que se tornou mercadoria e passou a orientar uma nova sociedade a partir de uma lógica de mercado dominante. Nesse contramovimento, reapropriar-se da moeda pode significar a tentativa de tomar em mãos o mecanismo de orientação.

4.2 Economia Solidária e princípios econômicos polanyianos: os BCDs e as moedas sociais enquanto experiências mobilizadoras destes princípios no território

Se, neste ponto, retomarmos as formas de integração econômica entre os princípios polanyianos, identificamos o potencial das ações em economia solidária tanto para construir novas relações entre reciprocidade e redistribuição e reciprocidade e mercado. Para Servet (2013), uma análise da economia solidária a partir da interdependência dos princípios da economia substantiva, principalmente aquela da reciprocidade, permite-nos compreender os laços com o mercado e com o Estado. Para isso, é importante reconhecer a economia solidária para além da forma reciprocitária (tipicamente relacionada ao dom maussiano), mas como campo que nos permite visualizar diferentes formas de interdependência entre os princípios econômicos polanyianos. Para esse autor, “de uma parte, a economia solidária integra um grande número de práticas *a priori* mercantis e, de outra parte, ela funciona bem frequentemente em osmose com intervenções públicas” (SERVET, 2013, p. 199). O próprio Polanyi destacou que o princípio da reciprocidade, por vezes, se reforçava se associado àquele da redistribuição.

Como forma de integração, o princípio da reciprocidade ganha muito em eficácia do fato que ele pode utilizar a redistribuição e mesmo a troca

como métodos subordinados. Podemos alcançar a reciprocidade compartilhando os pesos do trabalho segundo regras precisas de redistribuição, por exemplo quando da realização de tarefas com rotação de papéis (*à tour de rôle*). E mesmo, a reciprocidade se obtém as vezes pela troca segundo equivalências fixadas a fim de dar vantagem ao parceiro que não conta com uma certa espécie de produtos indispensáveis – instituição fundamental dentro das antigas sociedade do Oriente. De fato, dentro das economias não mercantis essas duas formas de integração reciprocidade e redistribuição se praticam geralmente juntas (POLANYI, 1957a, trad. 1975, p. 247 *apud* SERVET, 2013, p. 205).

A relação reciprocidade-mercado também pode ser vista na economia solidária se levarmos em conta, como assinala Servet (2013), que o princípio da reciprocidade polanyiano não é oposto às trocas mercantis, uma vez que funciona reconhecendo o princípio do mercado.

Cada princípio de integração econômica contém em si mesmo, como idealidade, uma dimensão utópica. Ele é utópico no sentido onde ele é um projeto, um sistema de justificação, uma direção dada ao funcionamento geral da sociedade ou aquele de uma organização particular. Mas toda tentativa de lhe reduzir concretamente a um único princípio corre o risco de se tornar totalitário (SERVET, 2013, p. 203).

Isso porque a solidariedade deve ser entendida como elemento de um “todo” que inspire políticas de desenvolvimento que ultrapassem as dualidades mercado-Estado, por exemplo. No entanto, a interdependência entre os princípios não significa desconsiderar a hierarquia deles. Sendo assim, os princípios se articulam uns aos outros, mas uns dominam os outros. No caso da economia solidária, Servet (2013) aponta para o potencial de “mobilizar reciprocidade” mais o do que em ações de filantropia, as quais são para ele de outra natureza.

No mesmo intuito que Servet (2013) de transpor o entendimento polanyiano da reciprocidade para os dias atuais, Hillenkamp (2013) entende o princípio da domesticidade no seio da chamada economia popular (que muitas vezes no Brasil se confunde com práticas de economia solidária, podendo mesmo ser entendidas da mesma forma), marcando também a presença dos três outros princípios, embora a domesticidade se apresente como dominante. É no seio de uma economia popular, comumente informal, que surgem novas estruturas familiares e comunitárias que servem à subsistência (e sobrevivência) de grande parte da população²⁸. Redes

²⁸ Hillenkamp (2013) compreendeu o princípio da domesticidade em El Alto, uma cidade nova na periferia de La Paz, Bolívia, que conheceu um rápido crescimento e recebeu imigrantes das regiões rurais

familiares, por exemplo, compartilham moradia e recursos (dividindo contas de água e energia, por exemplo). A domesticidade se integra ao mercado quando, por exemplo, a produção familiar (ateliês de produção em casa que utilizam mão de obra e conhecimentos dos membros da família) é orientada para o mercado, mas obedece a normas internas de compartilhamento no seio da família, tanto dos produtos quanto do resultado das vendas.

Para França Filho (2006, p. 58) “a economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção e comercialização ou prestação de serviços efetuadas coletivamente (e sob diferentes modalidades de trabalho associado) pelos grupos populares”. Na América Latina, é comum ocorrerem no interior de bairros pobres de grandes cidades. França Filho e Silva Júnior (2006, p. 66) destacam que a economia popular é orientada pela necessidade de produzir para “garantir condições materiais imediatas da vida das pessoas. [...]. Funciona, portanto, no plano de uma reprodução simples da vida, representando apenas uma extensão da unidade familiar”.

Neste ponto, é importante evidenciar a diferença de uma economia dita popular do entendimento de economia solidária. A capacidade da economia popular de construir e agir em espaços públicos é relativamente pequena e restrita ao comunitário. Na economia solidária, o nível de organização é maior, inserido num movimento político-ideológico que não se limita à reprodução simples da vida (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2006). O movimento da economia solidária busca soluções para os problemas econômicos e sociais, articulando atores e mobilizando, inclusive, instituições e recursos públicos.

Voltando aos movimentos de integração de princípios econômicos, interessa notar que a integração domesticidade-mercado na sociedade atual é contraditória do ponto de vista polanyiano, pois

o primeiro visa a satisfação das necessidades dos membros do grupo pelo compartilhamento de recursos e supõe a continuidade do provisão. O segundo se alimenta do horizonte de uma emancipação e de uma ascensão social graças às oportunidades do mercado, e supõe a adaptação dos produtos e quantidades aos jogos de oferta e demanda” (HILLENKAMP, 2013, p. 232).

do país e de comunidades indígenas aymará do Altiplano. A autora remarca novas formas de produzir e de se relacionar, novas estruturas familiares e a construção de novas dinâmicas econômicas de subsistência.

Além desta tensão, a autora ressalta que a existência do princípio da domesticidade está relacionada com a proteção e a subsistência da família, e não implica necessariamente na ausência de relações de dominação (por exemplo, as fundadas sobre as relações de gênero). Seus estudos empíricos da domesticidade apontam para a atualidade do duplo movimento de imbricação e desimbricação (*encastrement et desencastrement*) da economia dentro da sociedade.

O campo da economia solidária no Brasil e a própria ação dos BCDs no território reconhecem práticas domésticas de produção. Por exemplo, existem linhas de crédito direcionadas à produção familiar (casa produtiva, a exemplo de uma das linhas do Banco Palmas) para venda no mercado. Além disso, a aproximação das políticas públicas e de órgãos públicos que se voltam ao apoio e à constituição deste tipo de experiência, como atesta a própria consolidação de uma política de finanças solidárias no Brasil, como visto no Capítulo 1 deste trabalho, apontam para a configuração da relação reciprocidade-redistribuição.

Em resumo, o campo e as experiências de economia solidária permitem, então, entender na nossa sociedade os princípios da reciprocidade e da domesticidade, restritos às sociedades primitivas e arcaicas nos estudos de Polanyi. Sendo assim, um conjunto amplo e diversificado de práticas e formas de produzir, consumir, trocar e financiar serve como realidade para analisar os princípios e suas formas de integração, tais como o comércio equitável, a produção e o consumo responsáveis, as hortas comunitárias familiares, as redes de trocas, as microfinanças, os BCDs e as moedas sociais e complementares. Estes e outros exemplos são formas de mobilizar reciprocidade das mais simples as mais complexas, de acordo com Servet (2013).

PARTE III - Dimensão empírica: a realidade dos BCDs e do uso das moedas sociais no Brasil e o enigmático caso das Palmas

Partimos da premissa de que o **uso das moedas sociais na prática dos BCDs é capaz de transformar a dinâmica das relações socioeconômicas locais**, mas também a questionamos a medida em que nos propomos compreender os desafios que se impõem a este uso na prática dos BCDs. Nesta Parte III, de resultados e de análises, vamos além da identificação dos desafios e dividimos sua apresentação nos Capítulos 5, 6, 7 e 8. No primeiro, os resultados do levantamento-diagnóstico realizado nos BCDs e suas moedas sociais no Brasil objetiva oferecer informações descritivas sobre a situação do conjunto dos BCDs e suas moedas, bem como apontar sua capacidade de integrar princípios econômicos que os aproxima de uma economia real e territorializada. O Capítulo 6 dedica-se ao estudo mais aprofundado das Palmas no Conjunto Palmeiras, considerando a história do bairro e o protagonismo dos moradores e alguns aspectos básicos de gestão do Banco Palmas. Ao final, apresentamos a situação enigmática em que se encontra a moeda social Palmas e, em seguida, os resultados de uma análise mais detalhada do circuito monetário criado por elas no território. Os últimos dois itens são reflexões sobre as moedas sociais dos BCDs a partir da teoria da dívida e da noção de moeda em Polanyi (2011). Por fim, no Capítulo 8, apresentamos as conclusões da tese, organizadas a partir das questões norteadoras e dos objetivos específicos propostos. Nele também importou apontar futuras pesquisas estimuladas pela importância e complexidade do campo e pelo ritmo de inovações que ocorrem.

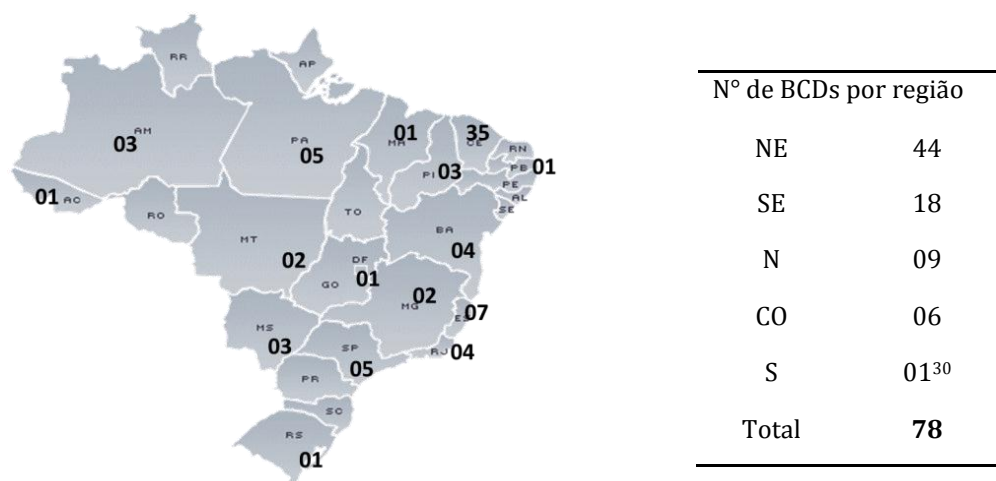
5. Os BCDs e o uso das moedas sociais: Análises a partir do primeiro levantamento no Brasil

5.1 Caracterização do universo pesquisado

Os dados apresentados neste capítulo se referem ao universo dos BCDs brasileiros em agosto de 2012, que somavam 78. Naquele momento, 22 novos BCDs estavam sendo constituídos em diferentes estados do Brasil e muitos outros haviam sido inaugurados há pouco tempo (menos de seis meses).

Foi neste universo em construção que 47 BCDs foram entrevistados, sendo que 43 questionários²⁹ foram aplicados *in loco*, dois BCDs os responderam sob orientação via telefone (BCD Cerrado, MT e BCD Cocais, PI) e outros dois tiveram seus questionários respondidos pelas agentes de crédito em encontros das redes de BCDs (BCD Quilombola de Alcântara, MA e BCD Dunas, SE). A pesquisa contemplou 60,2% do total dos BCDs em 2012. Hoje, no universo de 103 BCDs, os 47 pesquisados representam 45,6% deles, podendo esta ser considerada uma enquete representativa do conjunto de BCDs do Brasil também em 2013.

Figura 5 – Distribuição do número de BCDs e moedas sociais por estado brasileiro em maio de 2012



Fonte: Elaborado com base nos dados do Instituto Palmas (2012).

²⁹ Ver Apêndice F para questionário aplicado nos 47 BCDs do Brasil.

³⁰ O BCD São Leopoldo, na região Sul do Brasil, constava em 2012 nos registros formais da rede brasileira de BCDs, mas não estava em atividade. No novo relatório da rede brasileira de BCDs em 2013, ele foi desconsiderado.

Na Tabela 1, constam os percentuais de casos pesquisados em relação ao total de BCDs brasileiros e ao número de BCDs por região em 2012. Nota-se que, além de representar o universo, a amostra também é representativa nas respectivas regiões. Apenas na região Norte não foi possível, por questões de custos e logística, visitar um número maior de BCDs em 2012. Além disso, grande parte dos BCDs da região Norte estava em vias de constituição.

Tabela 1 – Região dos BCDs pesquisados

Região (Estados)	Total por região 2012	BCDs investigados	% Casos por região	% Casos total	% acumulado total
Norte (AM e AC)	09	3	33,3	6,4	6,4
Nordeste (CE, BA, PI, SE, MA)	44	26	59,1	55,3	61,7
Centro-oeste (MT, MS e DF)	06	4	66,7	8,5	70,2
Sudeste (RJ, SP e ES)	18	14	77,8	29,8	100,0
Sul (RS, encerrou atividades)	01	0	0,0	0,0	0,0
Total	78	47	60,2	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Na Tabela 1.1 identificam-se os respectivos estados do Brasil onde se localizam os 47 BCDs que compõem esta pesquisa (para mais detalhes, ver Apêndice G, Tabelas 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5).

Tabela 1.1 – Estado dos BCDs pesquisados

Localidade/Estado	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Acre	1	2,1	2,1	2,1
Amazonas	2	4,3	4,3	6,4
Bahia	3	6,4	6,4	12,8
Ceará	19	40,4	40,4	53,2
Distrito Federal	1	2,1	2,1	55,3
Espírito Santo	7	14,9	14,9	70,2
Maranhão	1	2,1	2,1	72,3
Mato Grosso	1	2,1	2,1	74,4
Mato Grosso do Sul	2	4,3	4,3	78,7
Piauí	2	4,3	4,3	83,0
Rio de Janeiro	3	6,4	6,4	89,4
São Paulo	4	8,5	8,5	97,9
Sergipe	1	2,1	2,1	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Em 2013, do conjunto de 103 BCDs que compunham a rede brasileira, o estado com maior número de BCDs ainda era o Ceará (37), seguido de São Paulo (10) e da Bahia (8). Estes dois últimos duplicaram seu número de BCDs entre 2012 e 2013.

Na Tabela 2 identifica-se a situação geral em que os BCDs se encontravam, sob a perspectiva dos entrevistados. O funcionamento parcial, 29,8% dos casos pesquisados, significa que o BCD diminuiu suas atividades e o atendimento às solicitações de crédito, mas continua aberto ao público e gerenciando os recursos, a circulação da moeda social e outras atividades relativas aos projetos sociais. Entre estes casos de funcionamento parcial, existem aqueles BCDs recentemente inaugurados, período em que enfrentam dificuldades para captação de recursos tanto para compor a carteira de crédito própria, como para o lastro para empréstimo em moeda social. Já os BCDs temporariamente sem atividades (10,6% dos casos) são aqueles em que o volume de atividades diminuiu significativamente a ponto de inviabilizar o atendimento ao público (pelo menos todos os dias da semana). Nessas duas situações, os BCDs têm buscado as entidades de apoio e fomento e alternativas para formação ou reconstituição do fundo de crédito e do lastro. Vale ressaltar que foi importante na época deste levantamento considerar estes BCDs no

intuito de identificar as dificuldades enfrentadas e as perspectivas de retomarem as atividades plenamente.

Tabela 2 – Situação dos BCDs pesquisados por região

Região pesquisada (Estados)	Nº de BCDs pesquisados	Funcionando Parcialmente	Temporariamente Sem atividades	Funcionando Plenamente
Norte (AM e AC)	3	3	0	0
Nordeste (CE, BA, PI, SE, MA)	26	9	5	12
Centro-Oeste (MT, MS e DF)	4	0	0	4
Sudeste (RJ, SP e ES)	14	2	0	12
Total	47	14	05	28
% Total	100 %	29,8 %	10,6 %	59,6 %

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Sendo assim, do total de BCDs investigados, 59,6% declararam estar em pleno funcionamento. Especificamente em relação aos BCDs da região Norte, todos declararam estar funcionando parcialmente por causa de parcerias que ainda estavam sendo firmadas para constituição dos seus fundos de crédito, correspondentes bancários e lastro (a exemplo dos dois BCDs de Manaus que aguardavam o recebimento de recursos de um edital da prefeitura). Tanto estes BCDs quanto os dois BCDs da região Sudeste parcialmente funcionando haviam sido inaugurados havia alguns meses. No caso dos BCDs do Sudeste, esta situação estava relacionada com o atraso na confecção da moeda e com o fato de eles ainda não terem carteira de crédito própria (operavam um recurso proveniente da carteira de crédito do Bandes – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo).

No caso dos BCDs da região Nordeste, quase a metade dos BCDs investigados não tem funcionado plenamente. Os principais motivos identificados foram a falta de fundo de crédito, dificuldades relativas à circulação e ao empréstimo com a moeda social e dificuldades para pagamento das despesas. Estas dificuldades estão relacionadas tanto àquelas iniciais de formação do fundo de crédito quanto àquelas que surgem ao longo dos anos de atuação (reconstituição do fundo de crédito, lastro etc.). A maioria dos BCDs do Nordeste já havia sido criada até 2009 (15 BCDs dos 26 pesquisados na região Nordeste). Dos 15 BCDs criados até 2009, 8 deles indicaram estarem com grande dificuldade para funcionar (cinco estão parcialmente funcionando e três sem atividades temporariamente). No entanto, encontramos também BCDs recém-criados na região – cinco deles em 2011 e um em 2010 – com as mesmas dificuldades. Os dados indicam,

ainda, que os anos de 2011 e 2012 foram importantes para a constituição da rede nacional de BCDs, tendo sido criados 22 BCDs entre os pesquisados (ver detalhes no Apêndice G, Tabelas 2.1, 2.2 e 2.3).

No entanto, importa ressaltar que mesmo os BCDs que estavam funcionando parcialmente mantinham o atendimento ao público: por exemplo, 19,1% do BCDs que estão nessa situação ficam abertos ao público de seis a oito horas por dia. Além disso, aqueles que se consideram temporariamente sem atividades, ainda mantêm certo nível de atividades em pelo menos quatro horas por dia (ver Apêndice G, Tabela 2.4). Apenas o BCD Bancart, criado em 2006 em Irauçuba, Ceará, não estava aberto ao público.

Nas seções seguintes, apresentamos juntamente com as análises descritivas do levantamento-diagnóstico as evidências empíricas sobre a capacidade dos BCDs de integrarem princípios econômicos plurais, apontando para outro modo de compreender e agir economicamente no local.

5.2 Os Bancos Comunitários brasileiros: evidências sobre sua capacidade de integrar princípios econômicos nos territórios

5.2.1 Os BCDs enquanto experiências territorializadas que potencializam a integração mercado-redistribuição-domesticidade-reciprocidade

As investigações identificaram cinco principais tipos de territórios onde os BCDs atuam no Brasil: ocupação irregular (favelas ou bairros populares que ainda necessitam de um bom nível de urbanização); assentamento rural; bairro ou distrito³¹; programa habitacional; município e comunidade tradicional. A maioria dos BCDs pesquisados atua em bairros ou distritos (31,9% dos casos pesquisados) e em pequenos municípios (27,7% dos casos pesquisados). O número de habitantes nestes dois principais tipos de territórios onde se localizam estes BCDs varia de 10 a 60 mil habitantes. No entanto, nota-se que alguns bancos (cinco BCDs) atuam em territórios maiores, com mais de 60 mil habitantes; e outros (dois BCDs) em territórios pequenos, com até mil habitantes.

É importante ressaltar, ainda, que os tipos de territórios declarados como ocupações irregulares e programas habitacionais, na realidade, se confundem. Ocorre que, tipicamente, esses territórios foram inicialmente programas habitacionais implementados pelos governos e, em seguida, se tornaram alvo de intensa e

³¹ Nesta pesquisa, foram considerados distritos os territórios administrados por governos municipais.

desregulamentada imigração por pessoas do interior do estado ou mesmo de outros estados do Brasil. O caso do bairro Cidade de Deus retrata bem essa situação. Durante as entrevistas, identificamos que inicialmente se tratava de um programa habitacional (com edifícios e casas padronizadas), mas posteriormente novas casas foram construídas de modo desordenado, dando origem a novas ruas, ruelas e becos. Como pode ser notado na Tabela 3, mais de 20% dos BCDs pesquisados (12,8% em ocupação irregular e 8,5% em programa habitacional) atuam em territórios desse tipo, sendo encontrados em grandes bairros das capitais (no caso do conjunto pesquisado, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Vitória).

Tabela 3 – Número de habitantes residentes X modalidade de território de atuação dos BCDs

Modalidade de Território	Número de Habitantes residentes						Total
	Até 1.000 Hab.	Entre 1.001 e 3.000 Hab.	Entre 3.001 e 10.000 Hab.	Entre 10.001 e 30.000 Hab.	Entre 30.001 e 60.000 Hab.	Mais de 60.000 Hab.	
Ocupação Irregular	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 33,3%	2 33,3%	2 33,3%	6 12,8%
Assentamento	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%
Bairro/Distrito	1 6,7%	2 13,3%	1 6,7%	6 40,0%	5 33,3%	0 0,0%	15 31,9%
Programa Habitacional	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 75,0%	0 0,0%	1 25,0%	4 8,5%
Município	0 0,0%	0 0,0%	1 7,7%	5 38,5%	6 46,2%	1 7,7%	13 27,7%
Comunidade Tradicional	1 25,0%	0 0,0%	1 25,0%	2 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 8,5%
Outros	0 0,0%	2 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	1 25,0%	4 8,5%
Total	2 4,3%	4 8,5%	3 6,4%	19 40,4%	14 29,8%	5 10,6%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Complementarmente, identificou-se que, na região Nordeste, a maior parte dos BCDs está localizada em pequenos municípios (25,5% dos BCDs pesquisados no Nordeste), e em bairros (14,9%). Já na região Sudeste, a maioria dos BCDs se localiza em bairros das capitais (notadamente São Paulo e a Grande Vitória, 10,6% dos BCDs desta região), seguido de ocupações irregulares (8,5%). Ainda, a maioria dos BCDs da região Nordeste (23,4%) está em territórios de 10 a 30 mil habitantes e a região Sudeste

concentra o maior número de BCDs em grandes territórios: quatro dos cinco BCDs em territórios com mais de 60 mil habitantes estão nesta região (ver Apêndice G, Tabelas 3.1 e 3.2).

Nas entrevistas pôde-se identificar que os BCDs da Grande Vitória, no ES, foram criados para atuarem em regiões administrativas que agregam vários bairros e possuem elevado número de habitantes. Alguns destes BCDs apontaram essa característica como um aspecto que dificulta suas atividades, inclusive aquelas relativas à circulação da moeda social, que depende de um trabalho de sensibilização constante na comunidade.

Argumenta-se, neste trabalho, como visto no Capítulo 1, que os BCDs são tecnologias sociais que alcançam um público que os bancos comerciais tradicionais que ofertam serviços bancários e financeiros não conseguem ou não se interessam em alcançar – seja pela pouca capacidade de pagamento deste público, seja pela localização dos territórios onde ele está. No entanto, a pesquisa identificou que a maioria dos BCDs se localiza relativamente próximo de outras organizações que ofertam serviços bancários (70,2% dos BCDs pesquisados está a menos de 5 quilômetros do acesso a serviços bancários, provavelmente de correspondentes bancários e não de agências); e 19,1% dos BCDs pesquisados se localiza entre 6 e 15 quilômetros (conforme dados da Tabela 4). Por exemplo, o BCD Ita, de Pontaporã (MT), localizado em um assentamento rural distante do centro da cidade, encontra-se a menos de 5 quilômetros dos serviços bancários (Ver mais detalhes no Apêndice G, Tabela 4.1).

Pode-se então inferir que a proximidade dos serviços bancários não garante o acesso aos mesmos, seja pela excessiva burocracia, seja pela pouca capacidade de pagamento deste público atendido pelos BCDs. Além disso, existem também os problemas específicos dos sistemas de transporte público, como alto custo e má qualidade.

Tabela 4 – Distâncias médias entre os BCDs e o acesso a serviços bancários

Distâncias	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Até 05 quilômetros	33	70,2	70,2	70,2
Entre 06 e 15 quilômetros	9	19,1	19,1	89,3
Entre 16 e 25 quilômetros	2	4,3	4,3	93,6
Acima de 25 quilômetros	3	6,4	6,4	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Identificou-se que estes serviços bancários notadamente são oferecidos por correspondentes bancários dos bancos comerciais – principalmente o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) – localizados em pontos comerciais ou nos correios; e por casas lotéricas (em 72,7% dos territórios dos BCDs). O Banco do Brasil e a Caixa Econômica se destacam nestes territórios, pois 66,0% dos BCDs pesquisados indicaram a presença do BB e 53,2% da CEF. Além disso, nota-se que na região Nordeste os BCDs ainda contam com a presença do Banco do Nordeste (BNB) (14,9%), de cooperativas de crédito e fundos rotativos solidários (em ambos, 8,5% dos casos).

Tabela 5 – Organizações ofertantes de serviços bancários e financeiros nos territórios dos BCDs

Organizações ofertantes de serviços bancários	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Banco do Brasil	31	15,2%	66,0%
Caixa Econômica Federal	25	12,3%	53,2%
Correspondente Bancário (pontos comerciais, correios etc).	34	16,7%	72,3%
Bancos Privados	28	13,7%	59,6%
Casa Lotérica	34	16,7%	72,3%
Banco Comunitário de Desenvolvimento (*)	32	15,7%	68,1%
Fundos Rotativos Solidários	4	2,0%	8,5%
Cooperativa de Crédito	4	2,0%	8,5%
Banco do Nordeste	7	3,4%	14,9%
Outros	5	2,5%	10,6%
Total	204	100,0%	-

(*) Os BCDs respondentes consideraram a si mesmos.
Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. Deve-se considerar o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A Tabela 6 identifica os principais tipos de organizações que são encontradas nos territórios de atuação dos BCDs brasileiros. Notamos que as instituições religiosas e as micro e pequenas empresas existem na quase totalidade dos territórios (95,7%). Os órgãos públicos e as associações de bairro também são organizações que tipicamente estão presentes (85,1% e 93,6% dos casos). Ainda, pôde-se notar a existência expressiva de ONGs (68,1%), grupos culturais (63,8%) e mesmo territórios onde existem grandes e médias empresas (59,6%).

No entanto, menos da metade dos BCDs investigados (48,9%) contam com a presença de empreendimentos de economia solidária nos territórios onde atuam. Se por um lado isso pode indicar uma dificuldade no que se refere à constituição de parcerias com organizações que compartilham a mesma lógica, por outro lado, isso pode indicar um potencial de apoio a novos projetos de economia solidária com vistas à constituição de EES e, posteriormente, ampliar as possibilidades de parcerias. A pesquisa identificou ainda, na categoria “outros”, um território que conta com a presença de uma cooperativa de crédito.

Tabela 6 – Tipos de organizações existentes no território de atuação dos BCDs

Tipos de organizações existentes no território	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Sindicatos	25	6,9%	53,2%
Instituição religiosa	45	12,4%	95,7%
Associação de bairro	44	12,1%	93,6%
Associação de classe	24	6,6%	51,1%
ONGs	32	8,8%	68,1%
Movimento Social (MST, MSTS, etc.).	23	6,3%	48,9%
Empresas (média e grande)	28	7,7%	59,6%
Empresas (micro e pequena)	45	12,4%	95,7%
Órgão Público (prefeitura, secretárias, etc.).	40	11,0%	85,1%
Grupos Culturais	30	8,2%	63,8%
Empreendimentos de economia solidária	23	6,3%	48,9%
Outro	5	1,4%	10,6%
Total	364	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. Deve-se considerar o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Entre os tipos de organizações presentes nos territórios de atuação dos BCDs, identificaram-se aquelas com as quais eles têm construído e mantido parceria. Na Tabela 7, os órgãos públicos locais aparecem como os principais parceiros (53,2% dos casos), seguidos pelas associações de bairro (51,1%) e pelas ONGs (40,4%). É importante notar que tanto as associações de bairro quanto as ONGs são geralmente as organizações que atuam como entidades gestoras dos BCDs, por isso sua alta frequência nos territórios e em número de parcerias. No entanto, identificamos que muitas entidades gestoras não são consideradas pelos BCDs como parceiras. Verificou-se que, nestes casos, estas

organizações apenas “emprestam o CNPJ” para os BCDs atuarem, não se responsabilizando pela gestão do BCD ou por outras atividades que eles desenvolvem.

Tabela 7 – Principais tipos de organizações parceiras dos BCDs no território

Tipos de organizações parceiras	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Sindicatos	9	5,7%	19,1%
Instituição religiosa	16	10,2%	34,0%
Associação de bairro	24	15,3%	51,1%
Associação de classe	7	4,5%	14,9%
ONG's	19	12,1%	40,4%
Movimento Social (MST, MSTS, etc)	7	4,5%	14,9%
Empresas (média e grande)	6	3,8%	12,8%
Empresas (micro e pequena)	11	7,0%	23,4%
Órgão Público (prefeitura, secretárias, etc)	25	15,9%	53,2%
Grupos Culturais	9	5,7%	19,1%
Empreendimentos de economia solidária	16	10,2%	34,0%
Outro	8	5,1%	17,0%
Total	157	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. Deve-se considerar o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

As visitas aos territórios onde atuam os BCDs confirmaram seu potencial em atingir o público de mais baixa renda, ou seja, de promoverem efetiva inclusão financeira. Desta forma, podem ser vistos como instituições criadas para ocupar um espaço deixado por um movimento de afastamento do mercado em relação à sociedade; ou ainda, de uma parcela da sociedade que a maioria das instituições financeiras de mercado não se interessa por integrar.

Esse movimento de afastamento do mercado da sociedade mobiliza, então, dois princípios: o da reciprocidade, por meio da constituição dos BCDs enquanto estruturas simétricas de controle dos recursos; e o da redistribuição, chamando o Estado a financiar parte importante destes recursos. No entanto, vale notar que o mercado não se afasta por completo, pois os BCDs também oferecem serviços financeiros próprios dele, e, em alguns casos, por meio de instituições bancárias privadas (como o caso do correspondente bancário do Bradesco, em um dos BCDs de Manaus).

As relações de parceria que se constituem no território têm potencial para mobilizarem principalmente dois princípios: o da reciprocidade e o da domesticidade. No entanto, não deixam de mobilizar também o princípio da redistribuição e mesmo o do mercado quando chamam para uma mesma rede de relações tanto instituições públicas locais quanto empreendimentos comerciais. O intuito é formar uma “rede de economia plural” localizada que se aproprie do processo de desenvolvimento.

5.2.2 O processo de constituição dos BCDs: rede de apoio e fomento e fontes de financiamento

O processo de constituição de um BCD é relativamente complexo e conta com uma série de atores e instituições envolvidas na concepção da proposta, na execução do projeto e na busca por fontes de financiamento. Os principais tipos de organizações que iniciam e apóiam os projetos de constituição dos BCDs no Brasil são organizações da sociedade civil como ONGs, Incubadoras Tecnológicas em Economia Solidária, associações locais e o próprio Instituto Palmas. Em julho de 2013, diante do novo edital de finanças solidárias da Senaes/MTE, novos atores institucionais se mostraram interessados em participar e trabalhar nos processos de criação e fomento dos BCDs e das moedas sociais no Brasil. Estes “atores” dos projetos de constituição de cada BCD não atuam isoladamente e contam com organizações locais, públicas e privadas como parceiros que se envolvem ao longo do processo. Por exemplo, alguns BCDs criados pelo Instituto Palmas contaram com parcerias diretas com prefeituras municipais, como no conhecido caso do Banco Cocais, no interior do Piauí, e no da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Os projetos executados pelas Incubadoras de Economia Solidária também contam com a participação direta de entidades locais e ONGs, como no caso do Banco Rede Opala, em Pedro II, no Piauí, e dos BCDs Preventório e Saracuruna, no Rio de Janeiro, além de outros.

As fontes de financiamento para a criação dos BCDs também são diversificadas na maioria dos casos, mas a maior parte do processo é financiada com recursos públicos, seja do governo federal, seja de prefeituras. O levantamento identificou que grande parte dos casos em que as prefeituras contribuem financeiramente com o processo de criação e manutenção de BCDs é por meio da concessão das sedes onde eles se instalam (conforme dados da Tabela 7.1 do Apêndice G). Uma fonte de financiamento importante foi o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), especificamente para os BCDs do Estado do Ceará e por meio da atuação do Instituto Palmas, no período entre 2009 e

2011. Ainda notamos recursos de empresas públicas e privadas, como os casos da Petrobrás e da Dow Brasil (*Dow Chemical Company*), nos processos de criação dos BCDs Ecoluzia e Ilhamar respectivamente, ambos localizados na Bahia.

Em suma, o processo se dá por meio da execução de projetos por entidades de apoio e fomento com financiamento público num processo de implementação que demanda recursos para pagamento de pessoal capacitado na metodologia, deslocamentos para visitas de mobilizações no território, materiais e equipamentos diversos, pagamento das agentes de crédito, aluguéis, instalações etc. As incubadoras tecnológicas em economia solidária das universidades têm contribuído neste processo com o trabalho das equipes de estudantes, técnicos e professores envolvidos com a extensão universitária.

Neste processo de constituição de cada BCD e mesmo da rede brasileira de BCDs, a redistribuição se integra à reciprocidade e ambos se reforçam mutuamente, como destaca Servet (2013). Isso ocorre notadamente quando entidades da sociedade civil, principalmente as locais, juntamente com lideranças comunitárias, são protagonistas da mobilização no território, apoiados por instituições públicas e usando recursos públicos. Nesse momento, entidades da sociedade civil executam recursos públicos na construção de um mecanismo traduzido no BCD e no uso de uma moeda social local (os quais posteriormente serão os executores de novos recursos públicos e também privados).

5.2.3 As estruturas de gestão e governança dos BCDs e a mobilização da reciprocidade

Os BCDs não são entidades com personalidade jurídica própria e, para serem constituídos e se manterem, necessitam de uma entidade gestora que “empreste” o CNPJ e que compartilhe sua gestão. Originalmente, são as entidades locais que, por meio dos processos de intervenção e da mobilização no território, optam por criar um BCD. Ou seja, as associações locais atuam por meio do BCD, seus projetos, linhas de crédito e moeda social.

O processo de constituição de um BCD demanda um longo período de formação das pessoas na comunidade: líderes locais, agentes públicos, representantes de diferentes entidades locais participam de um movimento de mobilização em torno dos conceitos e das práticas de economia solidária e cidadania. Nesse momento, a comunidade decide quem serão os agentes de crédito e outros representantes da iniciativa. Estes representantes escolhidos por todos participam de um segundo momento de formação, centrado em questões mais técnicas da gestão do BCD, das suas

linhas de crédito e da gestão da moeda social. Sendo assim, o trabalho dos agentes de crédito tem início já durante o processo de constituição do BCD, pois são eles (apoiadas pela equipe técnica da instituição de apoio e fomento) que coordenam e realizam as atividades de criação da moeda social e sua sensibilização para o uso no território. É neste processo também que se formam **estruturas de gestão** particulares que assumem papéis desde o início dos processos de mobilização nos territórios, como a própria entidade gestora, o conselho gestor e o Comitê de Análise de Crédito (CAC).

As entidades gestoras podem ser de diferentes tipos, conforme detalhado na Tabela 8, sendo que as associações de bairro são as entidades gestoras típicas dos BCDs (53,2%), destacando-se também ONGs locais (23,4%). No entanto, uma variedade de outros tipos de entidades gestoras foi identificada na pesquisa, entre elas os próprios BCDs maiores, que atuam como entidades gestoras de BCDs menores e mais novos (o próprio Banco Palmas e o Banco Paju, ambos no Ceará) e uma CDL local, que representa bem um caso em que uma entidade gestora apenas “empresta” o CNPJ ao banco comunitário (como é o caso do BCD Esperança, no ES).

Tabela 8 – Tipos de entidades gestoras dos BCDs

Entidade Gestora	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Associação	25	53,2	53,2	53,2
OSCIP	3	6,4	6,4	59,6
ONG	11	23,4	23,4	83,0
Outro	8	17,0	17,0	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

As principais estruturas de gestão usadas pelos BCDs nas suas atividades cotidianas no território são as identificadas na Tabela 9. A entidade gestora está presente em quase todos os BCDs (93,6% dos pesquisados). O conselho gestor é encontrado também em grande número dos BCDs pesquisados (61,7% deles indicaram possuir esta estrutura). A estrutura de gestão responsável pelas decisões das solicitações de crédito, o CAC, também está presente em grande parte dos BCDs (83% deles). Estas três estruturas são parte integrante da metodologia de constituição e ação dos BCDs, enquanto espaços coletivos de participação, de gestão e de decisão pelos moradores do território.

No entanto, como mostra a mesma Tabela 9, estas estruturas e espaços não estão presentes na totalidade dos BCDs pesquisados. No caso da entidade gestora, alguns BCDs que contam apenas com o registro jurídico de uma entidade local acabam não a considerando como parte da sua estrutura de gestão. Os BCDs que não indicaram o conselho gestor possuem outros espaços que servem ao mesmo propósito, ou seja, discutir e decidir as atividades do BCD no âmbito da comunidade representada pelos diferentes atores (instituições e lideranças locais). Em relação aos CACs, alguns BCDs têm se utilizado desta estrutura de decisão dos BCDs maiores, especificamente quando são criados e mantidos por eles, fazendo uso das suas linhas de crédito e outros recursos. Os casos mais representativos desta relação são aqueles em que o Banco Palmas disponibiliza as linhas de crédito para outros BCDs do Ceará e também no Rio de Janeiro, assumindo também a responsabilidade e o risco das decisões sobre sua concessão.

Tabela 9 – Principais estruturas de gestão dos BCDs

Principais estruturas de Gestão	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das Ocorrências	
Conselho Gestor	29	24,2%	61,7%
Entidade Gestora	44	36,7%	93,6%
CAC	39	32,5%	83,0%
Outros	8	6,7%	17,0%
Total	120	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o percentual de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A Tabela 10 identifica quais os atores tipicamente compõem o conselho gestor. Ela oferece uma noção da diversidade da representação da comunidade nesse espaço. Nela, percebe-se que as lideranças locais e as associações de bairro estão presentes em 56,2% dos conselhos gestores, seguidos das instituições religiosas locais (50% dos casos pesquisados). Apesar desta participação das instituições religiosas na estrutura de gestão, as visitas em campo não identificaram interferências de crenças religiosas na forma de atuação dos BCDs. Notamos ainda uma significativa participação de ONGs (37,5%) e empreendimentos locais, tanto os de economia solidária (37,5%) quanto de pequenas e médias empresas locais (25%). Outro aspecto que deve ser notado é a

participação de órgãos públicos (31,2%), sendo esta requisitada pelos BCDs na medida em que o conselho gestor se configura também como espaço para a construção de novos projetos, parcerias e futuras formas de apoio.

Tabela 10 – Composição do conselho gestor dos BCDs

Organizações/Instituições que compõem o Conselho Gestor	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Lideranças locais	18	14,9%	56,2%
Escolas	4	3,3%	12,5%
Sindicatos	3	2,5%	9,4%
Instituições religiosas	16	13,2%	50,0%
Associação de bairro	18	14,9%	56,2%
Associação de classe	5	4,1%	15,6%
ONGs	12	9,9%	37,5%
Movimento Social (MST, MSTs etc.)	5	4,1%	15,6%
Empresas (média e grande)	1	0,8%	3,1%
Empresas (micro e pequenas)	8	6,6%	25,0%
Órgão público (prefeitura, secretarias etc.)	10	8,3%	31,2%
Empreendimentos de economia solidária	12	9,9%	37,5%
Outros	9	7,4%	28,1%
Total	121	100,0%	-

Nota1: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o percentual de BCDs.
 Nota2: Nesta questão o total de casos válidos corresponde a 32 casos, tendo em vista que alguns BCDs indicaram não possuir conselho gestor.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A Tabela 10.1 detalha outras estruturas de gestão criadas pelos BCDs para substituir o conselho gestor ou complementar os espaços de decisões e discussões na comunidade. No caso, esses espaços têm a característica de serem mais amplos e abertos, e geralmente discutirem assuntos relacionados ao BCD e ao território de modo geral.

Tabela 10.1 – Outras estruturas de gestão e espaços de discussão criados pelos BCDs

Outras estruturas de Gestão	Nome BCD	Município	UF	Casos	%
Banco Palmas	São Cristovão	Fortaleza	CE	1	12,5
Embaixada da Ecosol	Dunas (SE)	Barra dos Coqueiros	SE	1	12,5
Plenária dos Funcionários	Banco Palmas	Fortaleza	CE	1	12,5
Fórum de moradores	Puã	Vitória	ES	1	12,5
Fórum de desenvolvimento	Abraço	Serra	ES	1	12,5
Fórum Maior	Estrutural	Distrito Federal	DF	1	12,5
Equipe gestora	Bem	Vitória	ES	1	12,5
Conselho fiscal	Saracuruna	Duque de Caxias	RJ	1	12,5
Total				8	100,0

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Além das parcerias, os espaços de articulação política também têm recebido atenção por partes dos BCDs e das entidades de apoio e fomento, tanto no nível local quanto na região, estado ou mesmo do país (conforme dados da Tabela 11). No âmbito local, identificamos que as organizações comunitárias (53,2%) e as feiras (51,1%) são espaços nos quais frequentemente os BCDs estão representados e participando; nos âmbitos regional, estadual e nacional, os BCDs têm participado de fóruns (57,4%) e de redes (59,6%) a exemplo da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e da Rede Nordeste de BCDs. Alguns estados com um número significativo de bancos também têm feito esforços de articulação, como a Rede Baiana de BCDs.

Tabela 11 – Espaços de articulação política que os BCDs participam

Espaços de articulação política	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Organização comunitária	25	12,3%	53,2%
Feiras	24	11,8%	51,1%
Eventos culturais	20	9,8%	42,6%
Fóruns	27	13,2%	57,4%
Poder legislativo (vereadores, deputados etc.)	14	6,9%	29,8%
Governos (municipal/estadual/federal)	20	9,8%	42,6%
Partidos políticos	7	3,4%	14,9%
Conselho de políticas públicas	14	6,9%	29,8%
Redes	28	13,7%	59,6%
Movimento social	18	8,8%	38,3%
Outros	7	3,4%	14,9%
Total	204	100,0%	-

Nota1: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A nosso ver, as estruturas coletivas de gestão e os espaços de discussão criados e utilizados pelos BCDs evidenciam a capacidade de constituição de relações simétricas e da dominância do princípio da reciprocidade. Nas palavras de Servet (2013), elas “mobilizam reciprocidade” – isso porque os espaços públicos criados contribuem para a formação de laços, a manutenção de compromisso mútuos e na definição de papéis e responsabilidades dos atores envolvidos. O BCD, nesse processo, é visto como o centro de um movimento maior, agregador dos atores institucionais e individuais da comunidade em torno de um projeto de economia solidária.

Sendo assim, os BCDs constróem dois tipos de espaços públicos. Os espaços públicos de proximidade, tais como os fóruns locais; e os espaços públicos de segundo nível, como as redes regionais e a própria rede nacional de BCDs (FRANÇA FILHO, 2006 e FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2006). No primeiro, os BCDs constroem formas de democracia local em direção ao desenvolvimento dos seus territórios. No segundo, eles se inscrevem no movimento de economia solidária em direção à defesa de outro agir econômico.

A noção de território e o envolvimento das pessoas do lugar, nesse movimento e nesses espaços públicos e de gestão são fundamentais para mobilizar também o princípio da domesticidade, principalmente na sua dimensão identitária (HILLENKAMP, 2013). Algumas especificidades das pessoas que trabalham nos BCDs à frente da sua gestão puderam ser levantadas na pesquisa e oferecem alguns *insights* para se pensar a integração entre reciprocidade e domesticidade.

5.2.3.1 As pessoas nos BCDs e o seu papel de integradoras entre reciprocidade e domesticidade

Em 2012, um total de 160 pessoas estava trabalhando diretamente nos BCDs pesquisados. Em média, o número de pessoas era de três trabalhadores por BCD, mas identificou-se uma tendência dos BCDs das regiões Norte e Sudeste a possuírem quatro trabalhadores em média. Vale notar que 25,5% dos BCDs com até duas pessoas trabalhando estavam no Nordeste em 2012 (ver detalhes no Apêndice G, Tabelas 12.1, 12.2 e 12.3).

A Tabela 12 detalha os intervalos do número de trabalhadores dos BCDs no Brasil. Identificamos que 57,4% dos BCDs possuem de três a cinco pessoas trabalhando e que 29,8% contam com o trabalho direto de até duas pessoas. Alguns BCDs maiores e mais estruturados possuem mais de dez trabalhadores, sendo que um deles conta com o apoio de 18 pessoas nas suas atividades diárias. Identificou-se ainda que a maioria dos BCDs que possuem de três a cinco trabalhadores estão abertos ao público de seis a oito horas diárias de funcionamento; e que a maioria dos BCDs que possuem até dois trabalhadores está aberto ao público até quatro horas por dia (ver Apêndice G, Tabela 12.4).

Tabela 12 – Número de trabalhadores dos BCDs

Trabalhadores	Casos	% casos	% válido	% acumulado
Até 2 trabalhadores	14	29,8	29,8	29,8
De 3 a 5 trabalhadores	27	57,4	57,4	87,2
De 6 a 9 trabalhadores	2	4,3	4,3	91,5
De 10 a 15 trabalhadores	1	2,1	2,1	93,6
Acima de 15 trabalhadores	1	2,1	2,1	95,7
Não possui trabalhadores	2	4,3	4,3	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

As duas principais funções desempenhadas pelos trabalhadores nos BCDs são as de agentes de crédito e de gerente. No entanto, a grande maioria dos BCDs não conta com o trabalho especializado ou uma pessoa que assuma especificamente a função de gerente. O que ocorre é que as agentes de crédito (tipicamente mulheres) assumem todas as funções relacionadas ao BCD, tanto as relativas ao processo de solicitação, avaliação, liberação e controle dos empréstimos, quanto as relativas ao controle da circulação da moeda social e aos diversos projetos e atividades na comunidade. A Tabela 13 indica que 63% dos BCDs pesquisados não possuem a função de gerente e que 30,4% possuem um gerente. No entanto, entre estes últimos, em alguns casos, a agente de crédito considera que ela assume também essa função. Os BCDs maiores e mais estruturados, a exemplo do Banco Palmas e do Paju em Fortaleza, e do Banco Bem em Vitória, possuem funções gerenciais específicas. Ainda no caso do Banco Palmas, há uma gerência de projetos específica para coordenar uma equipe e a execução dos vários projetos sociais desenvolvidos no território.

Entre os BCDs pesquisados que indicaram possuir gerentes, 58,8% assumem esta função voluntariamente, ou seja, não são remunerados para isso; e 23,5% recebem até um salário-mínimo para exercer essa função (ver Apêndice G, Tabela 13.1).

Tabela 13 – Número de trabalhadores na função gerente nos BCDs

Número de gerentes	Casos	% casos	% válido	% acumulado
Não tem gerente	29	61,7	63,0	63,0
Apenas 1 gerente	14	29,8	30,4	93,4
De 2 a 3 gerentes	2	4,3	4,4	97,8
Não mais que 6 gerentes	1	2,1	2,2	100,0
Não informou	1	2,1	-	-
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

As estatísticas relativas à remuneração apontam que a remuneração máxima recebida por um gerente é de 1.800 Reais. Estes são os casos dos BCDs maiores, nos quais o gerente (ou os gerentes) se dedica em tempo integral às atividades do BCD. A remuneração média dos gerentes é a mesma das agentes de crédito: um salário-mínimo. Como exposto na Tabela 14, os valores encontrados na mediana e na moda representam

melhor o universo pesquisado, pois significa dizer que um maior número de gerentes ou agentes de crédito recebem um salário mínimo de remuneração. Em 2012, havia 81 agentes de crédito e 25 gerentes vinculados aos BCDs no Brasil, mas outras funções puderem ser identificadas, tais como coordenações diversas, estagiários, secretários, entre outras.

Tabela 14 – Estatísticas das funções gerente e agentes de crédito e suas remunerações nos BCDs

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Nº de gerentes	25	2	1	1	1,28	1	6
Remuneração	11.170,00	446,80	622,00	622,00	488,59	0,00	1.800,00
Nº de agentes de crédito	81	2	2	2	1,78	0	12
Remuneração	24.442,00	531,35	622,00	622,00	336,04	0,00	1.080,00

Nota1: A presente tabela leva em consideração apenas os casos válidos em cada função analisada.

Nota2: O valor mínimo de 0,00 na remuneração (provavelmente voluntários) força o valor da média para abaixo de um salário-mínimo.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Esses trabalhadores dos BCDs estão vinculados a eles e às entidades gestoras de diferentes formas. Os projetos de constituição dos BCDs geralmente reservam rubrica para pagamento das agentes de crédito com vínculo CLT ou mesmo sob a modalidade de bolsa. Notamos que, do total dos 160 trabalhadores dos BCDs pesquisados, 64 eram celetistas em 2012 e a média era de dois celetistas por BCD. Além disso, notamos também a importância do trabalho voluntário (47 voluntários identificados) significando uma média de um voluntário em cada BCD. Ainda, os BCDs contam com o apoio de bolsistas, geralmente estudantes ou pessoas da comunidade, um tipo mais flexível de remuneração.

Tabela 15 – Estatísticas das modalidades de trabalhadores e seus vínculos empregatícios nos BCDs

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Celetistas	64	2	0	1	2,55	0	16
Voluntários	47	1	0	1	1,39	0	5
Bolsistas	25	1	0	0	1,30	0	6
Outro vínculo	24	2	1	2	1,82	0	6

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Por fim, ainda caracterizando os trabalhadores dos BCDs, outros tipos de vínculos foram identificados com destaque para aqueles funcionários cedidos ou contratados pelas prefeituras locais, outra importante forma de apoiar e contribuir para a continuidade das atividades dos bancos comunitários nos territórios (ver Apêndice G, Tabela 15.1).

Todos esses trabalhadores são pessoas da comunidade que, direta ou indiretamente, remunerados ou voluntariamente, desempenham o papel fundamental de atender as pessoas no que diz respeito aos serviços oferecidos pelos BCDs e os projetos que eles executam. Esse contato direto entre “vizinhos” tem o potencial de reforçar os laços de reciprocidade e (re)construir a identidade do grupo enquanto moradores do território. A dimensão do compartilhamento da domesticidade, como discutido em Hillenkamp (2013), surge na dinâmica de gestão dos recursos (especificamente fundos para empréstimo), a qual exige dos agentes de crédito o desempenho de um papel moderador entre os recursos do BCD (geralmente insuficientes) e as necessidades de crédito das famílias no território. As pessoas da comunidade envolvidas na gestão do BCD e dos recursos sensibilizam constantemente os demais moradores no que diz respeito à importância do pagamento das parcelas para que outros moradores possam também usufruir dos recursos disponíveis. Isso imprime ao processo uma espécie de controle social, como já apontado por França Filho e Silva Júnior (2009).

5.2.4 O quê e a quem servem? A mais valia social dos BCDs e os mecanismos de integração entre mercado e redistribuição

A noção de mais valia social, como definida em França Filho (2009), relaciona-se aos benefícios, diretos e indiretos, resultantes da criação e atuação de um BCD no

território. Para este autor, os BCDs são organizações únicas que possuem uma maneira também única de atuar.

Em relação ao atendimento ao seu público-alvo, identificou-se que 48,9% dos BCDs possuem expediente de atendimento de seis a oito horas diárias e 27,7% deles até quatro horas diárias. Além disso, quase a totalidade dos BCDs pesquisados funciona de segunda a sexta, sendo que sete deles ainda têm expediente aos sábados (como nos casos do Banco Palmas, do Banco Quixadá, CE, e Banco Rede Opala, PI) e um deles, o Pacatubanco, no Ceará, também no domingo (ver Apêndice G, Tabelas 16.2 e 16.3).

Com base na perspectiva dos entrevistados, a maioria dos BCDs atende mensalmente mais de 300 pessoas (37% dos casos válidos), considerando tanto os demandantes de créditos, os usuários da moeda social e outros moradores participantes de projetos sociais específicos.

Tabela 16 – Quantidade média de pessoas atendidas mensalmente nos BCDs

Quant. pessoas/clientes	Casos	% casos	% válido	% acumulado
Até 40 pessoas	14	29,8	30,4	30,4
Entre 41 e 100 pessoas	7	14,9	15,2	45,7
Entre 101 e 200 pessoas	5	10,6	10,9	56,5
Entre 201 e 300 pessoas	3	6,4	6,5	63,0
Acima de 300 pessoas	17	36,2	37,0	100,0
Não informou	1	2,1	-	-
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

No entanto, vale notar que um significativo número de BCDs atende até 40 pessoas por mês (30,4% dos casos válidos). Entre estes, a maioria está em territórios com mais de 10 mil habitantes. A maioria dos BCDs que atende acima de 300 pessoas por mês está também em territórios com mais de 10 mil habitantes. Sendo assim, ao que parece, o número de habitantes de um território não é determinante do número de pessoas atendidas.

A Tabela 16.1 detalha o cruzamento entre o número de pessoas atendidas e o número de habitantes dos territórios onde se localizam os BCDs pesquisados. Pode-se inferir que a capacidade de atendimento dos BCDs está mais relacionada com suas dificuldades de fundos de crédito e com a ausência de correspondentes bancários do que

com o número de habitantes dos seus territórios. Entre os BCDs que informaram atender até 40 pessoas por mês, nenhum deles possui correspondente bancário. Além disso, seis deles indicaram estarem funcionando parcialmente diante do baixo volume de fundo de crédito para empréstimo.

Obviamente, em pequenos territórios, o fluxo de pessoas atendidas pode ser proporcionalmente menor. Mas podemos citar o caso do BCD Ilhamar, localizado na vila de Matarandiba, habitada por cerca de 900 pessoas, dentre as quais cerca de 70% já tomaram empréstimos no banco comunitário.

Tabela 16.1 – Número de habitantes residentes na área de atuação do BCD X número de pessoas atendidas mensalmente

Pessoas atendidas	Número de habitantes/residentes						Total
	Até 1.000 habitantes	Entre 1.001 e 3.000 hab.	Entre 3.001 e 10.000 hab.	Entre 10.001 e 30.000 hab.	Entre 30.001 e 60.000 hab.	Acima de 60.000 hab.	
Até 40 pessoas	1 2,1%	3 6,4%	0 0,0%	6 12,8%	4 8,5%	0 0,0%	14 29,8%
Entre 41 e 100 pessoas	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 4,3%	3 6,4%	2 4,3%	7 14,9%
Entre 101 e 200 pessoas	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	2 4,3%	1 2,1%	1 2,1%	5 10,6%
Entre 201 e 300 pessoas	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	1 2,1%	3 6,4%
Acima de 300 pessoas	0 0,0%	0 0,0%	3 6,4%	8 17,0%	5 10,6%	1 2,1%	17 36,2%
Não informou	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%
Total	2 4,3%	4 8,5%	3 6,4%	19 40,4%	14 29,8%	5 10,6%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A Tabela 17 indica os principais serviços oferecidos pelos BCDs brasileiros no âmbito da sua atuação nos territórios. Entre os BCDs pesquisados, quase a totalidade (91,5%) indicou oferecer linhas de crédito em Reais. Infere-se que os BCDs que não indicaram esta opção estavam, naquele momento, sem fundo de crédito para realizar tais empréstimos. Nota-se que 76,6% dos BCDs indicaram possuírem a moeda social e apenas 57,4% deles possuem o serviço de crédito em moeda social (ver detalhes no Apêndice G, Tabela 17.2). Esta diferença é explicada pelo fato de que alguns BCDs

também não possuem fundos para servir de lastro para a realização de empréstimos em moeda social, tipicamente para consumo local (alguns destes BCDs são o BCD Padre Quiliano e o BCD Quixadá, no CE; o BCD Liberdade em Manaus; e o BCD Verde Vida em Vila Velha, ES, entre outros).

É importante ressaltar, ainda, que menos da metade dos BCDs pesquisados (40,4%) indicaram possuir correspondente bancário de bancos comerciais, como a CEF e o BB. O correspondente bancário não “resolve todos os problemas” dos BCDs, mas contribui para a formação dos fundos de crédito e de lastro. Sendo assim, os correspondentes bancários em bancos comunitários podem ser vistos como uma forma de os serviços tradicionais dos bancos comerciais alcançarem efetivamente os mais pobres e excluídos do sistema bancário nacional. Além disso, podem ser entendidos como um mecanismo que integra mercado-reciprocidade-redistribuição. Em alguns casos, a redistribuição sob a forma de empréstimos é realizada com recursos provenientes de bancos privados.

Não poderíamos deixar de notar também os serviços de outra natureza oferecidos pelos BCDs, tais como capacitações e assessorias em geral. Estes serviços, direcionados aos empreendimentos e empreendedores do território, são realizados diretamente pelas agentes de crédito ou por intermédio delas junto às organizações de apoio e às parcerias que o BCD constrói ao longo da sua trajetória.

O serviço denominado “poupança do próprio BCD”, que pode ser verificado em entrevistas, refere-se ao serviço de gestão de uma conta-poupança em um banco tradicional que o BCD oferece para, principalmente, empreendimentos locais de economia solidária ou grupos produtivos (ver Apêndice G, Tabela 17.3). Neste tipo de serviço, o BCD não subtrai qualquer valor ou taxa sobre o valor poupado. Como exemplo, podemos citar o Banco Ilhamar, em Matarandiba, que gerencia a poupança do grupo de agroecologia da comunidade no Banco do Brasil.

Tabela 17 – Modalidades de serviços oferecidos pelos BCDs

Serviços oferecidos	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Crédito em moeda social	27	13,1%	57,4%
Crédito em Reais	43	20,9%	91,5%
Microseguro	9	4,4%	19,1%
Correspondente bancário	19	9,2%	40,4%
Moeda Social (circulante local)	36	17,5%	76,6%
Poupança do próprio BCD	6	2,9%	12,8%
Capacitações em geral (oficinas, cursos, formações etc.)	23	11,2%	48,9%
Assessoria a gestão de empreendimentos	14	6,8%	29,8%
Apoio a ações culturais	21	10,2%	44,7%
Outros	8	3,9%	17,0%
Total	206	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A Tabela 17.1 indica que os BCDs são mecanismos de acesso aos serviços bancários dos bancos comerciais, tendo em vista que 15 dos 19 BCDs que informaram possuir correspondente bancário atendem mais de 300 pessoas por mês. A oferta de crédito em Reais, apesar de não ser determinante (importa considerar ainda o tamanho do território e a existência de fundo de crédito) também pode ser vista como um indicador de maior número de pessoas atendidas pelos BCDs.

Tabela 17.1 – Disponibilidade de crédito em Reais e correspondente bancário X média de pessoas atendidas mensalmente nos BCDs

Serviços oferecidos	Média de pessoas atendidas mensalmente pelos BCDs						Total
	Até 40 pessoas	41 a 100 pessoas	101 a 200 pessoas	201 a 300 pessoas	Acima de 300 pessoas	Não informou	
Crédito em Reais	13 28,3%	7 15,2%	4 8,7%	3 6,5%	15 32,6%	1 2,2%	43 93,5%
Correspondente bancário	0 0,0%	0 0,0%	1 2,2%	2 4,3%	15 32,6%	1 2,2%	19 41,3%
Total	14 30,4%	7 15,2%	5 10,9%	3 6,5%	16 34,8%	1 2,2%	46 100,0%

Nota: A tabela se refere ao cruzamento entre questões fechadas simples e de respostas múltiplas, considerando o % de BCDs. Os resultados desta tabela se refere à base de 46 BCDs respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

O correspondente bancário³² é um ponto nevrálgico na atuação dos BCDs no Brasil. De acordo com Joaquim de Melo Neto, diretor do Banco Palmas, o BCD não pode se resumir a um correspondente bancário e este deve estar integrado às demais ações do BCD e do seu conjunto de projetos na comunidade (Informação verbal, out. 2013). No entanto, é evidente que o correspondente é um mecanismo importante, servindo para ajudar na capitalização do fundo de crédito do BCD, que é remunerado por operá-lo. Para se ter uma ideia, o rendimento mensal do Banco Palmas, apenas com as atividades como correspondente da Caixa Econômica Federal, é de 10 mil reais. Este rendimento é proveniente de uma média mensal de 200 contas abertas, 3.200 pagamentos do Bolsa Família e cerca de 22 mil operações diversas, principalmente o pagamento de contas pelas famílias³³.

A política e o dinheiro público que criam os BCDs servem também ao princípio do mercado quando estes passam a oferecer serviços das instituições bancárias tradicionais via correspondentes bancários ou mesmo linhas de crédito específicas, como visto anteriormente. Pode-se marcar aqui um movimento entre o princípio do mercado e o da redistribuição, equilibrado pela reciprocidade, característica essencial dos BCDs enquanto organizações comunitárias de economia solidária. Tal movimento tem sido visto pelo conjunto dos BCDs como fundamental na continuidade das atividades do banco comunitário e aponta para a hibridação de princípios econômicos no mesmo espaço organizacional e territorial.

Essa hibridação ganha escala territorial quando os serviços e atividades oferecidos e realizados pelos BCDs no território são comunicados aos moradores por meio de atividades direcionadas, como o caso das atividades para os comerciantes em relação ao crédito e à aceitação da moeda social, por meio de sistemas de comunicação comuns como o caso de cartazes, jornais e rádios comunitárias, mas, principalmente, por meio do “boca a boca” (85,1% dos casos), o que enfatiza o aspecto informal e comunitário na relação entre o BCD e seu território (ver Apêndice G, Tabela 17.4, para mais detalhes). Além destas práticas de comunicação, os BCDs têm investido em

³² De acordo com Joaquim de Melo Neto, o termo “correspondente bancário” é usado para denominar um acordo ou contrato entre instituições financeiras e pessoas jurídicas (no caso, a associação que abriga juridicamente o BCD) para execução de atividades em seu nome. O responsável pelas operações do correspondente é a instituição financeira, e não a pessoa jurídica que o opera (Informação verbal, out. 2013).

³³ Dados e informações obtidas durante o seminário da Rede Baiana de BCDs realizado em Salvador em outubro de 2013.

mapeamento e diagnósticos socioeconômicos para levantar as reais necessidades do território (ver Apêndice G, Tabela 17.5, para mais detalhes). Apesar da criatividade em termos de materiais de divulgação e comunicação do BCD para com a comunidade, alguns bancos têm apontado esse processo como um desafio, pois, a depender do tamanho do território de atuação e de algumas características territoriais (como os problemas de segurança e violência), ainda há “pouca comunicação, divulgação do banco e dos seus serviços na comunidade” (Informação verbal, out. 2012).

Pôde-se identificar ainda o perfil da maioria dos usuários dos BCDs, conforme a opinião das agentes de crédito entrevistadas que estão inseridas no cotidiano das atividades dos BCDs e no atendimento aos usuários (ver Apêndice G, Tabelas 17.6 e 17.7). Os dados da pesquisa mostram que 68,1% dos BCDs consideram possuir a maioria dos seus usuários formada por mulheres, e 93,6% deles consideram que a maioria é de adultos. Há ainda um caso em que a maioria é de idosos (BCD Dunas, em Acaraú, CE) e outro em que a maioria é de jovens (BCD Quixadá, em Quixadá, CE). Identificamos, ainda, que esse perfil de usuários independe da região onde o BCD se localiza (ver Apêndice G, Tabelas 17.8 e 17.9).

Esta característica dos BCDs de servirem em grande parte às mulheres em idade adulta suscita a questão da pobreza negra e feminina no Brasil. Essas mulheres atendidas são geralmente mães de família, em situação de pobreza e em idade ativa, mas que vivem de subempregos ou dependem do Bolsa Família. A inserção produtiva dessas mulheres indica também o potencial da integração entre a redistribuição, operada pelos BCDs por meio das linhas de crédito provenientes de recursos públicos, e o mercado, ao produzirem para vender neste mesmo mercado.

Na subseção seguinte, apresentamos um panorama do volume de recursos, em sua maioria públicos, oferecidos pelo conjunto dos BCDs e seus mecanismos de redistribuição.

5.2.4.1 A redistribuição em números: as especificidades das linhas de crédito oferecidas pelos BCDs

As próximas tabelas se referem às especificidades das linhas de crédito – em Reais e em moedas sociais – disponibilizadas pelos BCDs referentes ao ano de 2011 e ao primeiro semestre de 2012 (cerca de 18 meses). No entanto, alguns BCDs com apenas seis meses de inaugurados disponibilizaram dados referentes a este período. Sendo assim, as informações coletadas sobre as linhas de crédito, em termos de volume e

quantidade de empréstimos, só podem ser pensadas para o período em questão e considerando o conjunto dos 47 BCDs pesquisados no Brasil. Além disso, pela discrepância de períodos e diante das dificuldades de obtenção dessas informações mesmo *in loco*, estas devem ser entendidas apenas como valores aproximados, embora não deixem de oferecer um primeiro panorama dos recursos redistribuídos e gerenciados pelos BCDs no Brasil.

A Tabela 18 resume os principais tipos de linhas de crédito em reais oferecidos pelos BCDs brasileiros. Nela, podemos destacar a linha de crédito produtivo e a de consumo, ambas respectivamente com o maior e menor percentual de casos. No caso das linhas de crédito produtivo, identificamos que alguns BCDs oferecem mais de uma linha de crédito com esta finalidade (por isso os 128,9% de casos), ou seja, os BCDs separam linhas de crédito produtivo para empreendimentos de economia solidária ou para “casa produtiva”, como no caso da linha de crédito do Banco Palmas específica para produção doméstica e venda no mercado. Esta linha de crédito pode ser vista como a mais próxima do princípio da domesticidade em Polanyi, entendido pela busca da base material por um grupo relativamente fechado, no caso, a família, que produz e compartilha os resultados para a satisfação das necessidades dos membros (HILLENKAMP, 2013). Sua integração com o princípio do mercado é também evidente.

A linha de crédito para a produção é efetivamente o principal serviço oferecido pelos BCDs. No caso da linha de crédito para consumo, tipicamente oferecida em moeda social, identificou-se que poucos BCDs têm a capacidade de oferecê-la em moeda nacional. Nesses casos, duas situações são comuns: o BCD possui fundo de crédito, mas tem dificuldades em fazer circular a moeda social (devido à não aceitação dos comerciantes locais, por exemplo) e optam por emprestar em Real; ou o BCD faz crédito para consumo em Real (integral ou parcial) porque no território não existem todos os produtos e serviços necessários ao solicitante deste crédito. Sobre a questão da não aceitação da moeda pelos comerciantes locais, esta é vista como um dos principais desafios para a circulação efetiva da moeda social nos territórios. Estes desafios são apresentados a seguir, em seção específica.

Destaca-se ainda a linha de crédito habitacional, com 24,4% dos BCDs a ofertando. Esta linha geralmente é direcionada a pequenas reformas em empreendimentos locais ou moradias e conta geralmente com a parceria de lojas de materiais de construção civil do território, como no caso do BCD Preventório em Niterói,

RJ, e do BCD Sol em Cariacica, ES. A linha de crédito empresarial faz parte da carteira de crédito de BCDs maiores, como no caso do Banco Palmas e do Paju, em Fortaleza. São linhas de crédito direcionadas a empreendimentos locais geralmente de pequeno e médio porte, e que necessitam de um valor maior de recursos (no caso do Banco Palmas, até 15 mil reais). Já as linhas de crédito direcionadas às famílias receptoras do Bolsa Família são específicas do Banco Palmas e dos BCDs que se utilizam das suas linhas de crédito e têm a gestão da carteira de crédito feita pelo Banco Palmas.

Tabela 18 – Linhas de crédito em Reais oferecidas pelos BCDs

Linhas de crédito em Reais	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Bolsa Família	7	8,0%	15,6%
Crédito produtivo	58	66,7%	128,9%
Crédito para consumo	5	5,7%	11,1%
Crédito empresarial	6	6,9%	13,3%
Crédito habitacional	11	12,6%	24,4%
Total	87	100,0%	-

Nota 1: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs.
Nota 2: As categorias acima representam as diversas linhas de crédito disponibilizadas pelos BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A Tabela 19 detalha as estatísticas das linhas de crédito oferecidas pelo conjunto dos 47 BCDs pesquisados. Nela, identificamos que o limite para as linhas de crédito oferecidas em Reais é, em geral, de 1.000 Reais a serem pagos em oito parcelas. No entanto, no universo pesquisado, encontramos BCDs que praticam um limite de apenas 150 reais em três parcelas, e até BCDs com linhas de 15.000 Reais em 24 parcelas. Neste último caso, destacam-se as linhas de crédito empresarial do Banco Palmas.

As taxas de juros e as taxas de administração praticadas são, em média, respectivamente, 1,79% ao ano e 1,70% (taxa única sobre o valor do empréstimo). Além disso, alguns BCDs, tipicamente os maiores e com linhas de crédito produtivo de maior limite e volume, praticam um prazo de carência de até seis meses. Sobre a taxa de inadimplência, identificamos uma taxa média de 10,13% ao longo do período, mas ela varia significativamente. Identificou-se que é comum os BCDs não terem inadimplentes (moda igual a 0,0), mas encontramos casos em que a taxa de inadimplência era de 100%

entre os pesquisados. Ou seja, existem bancos sem fundo para empréstimos devido ao não retorno dos empréstimos realizados. Podemos inferir que estes BCDs estão entre aqueles que se consideram não funcionando plenamente ou temporariamente sem atividades, pois, ao verificarmos esta informação apenas para os BCDs que estão funcionando plenamente, a variação na taxa de inadimplência cai para 50% (ver Apêndice G, Tabela 19.2). Outras considerações sobre a inadimplência são apresentadas posteriormente.

A média de número de empréstimos por linha de crédito em Reais no período analisado (2011 e 2012-1) é de 365 empréstimos para empreendimentos formais ou informais e de 131 para pessoas físicas, correspondendo a uma média de 40.572 e 13.355,10 Reais, respectivamente. No entanto, também se identificou uma grande variação do número e do volume emprestado. Há BCDs que não conseguiram realizar empréstimos durante o período (por exemplo, os BCDs São Cristóvão, no CE, e o Quilombola de Alcântara, no MA) por ausência de fundos, enquanto outros emprestaram mais de 1,5 milhão de Reais (caso do Banco Palmas). A mesma variação é interpretada nas linhas destinadas para pessoas físicas, mas com um aspecto que explica ser comum o volume de empréstimos para pessoa física ser nulo (moda igual a 0,0). Ocorre que as linhas de crédito ofertadas em moeda nacional pelos BCDs são tipicamente voltadas para a produção e para empreendimentos (mesmo que informais) e não para pessoas físicas. Sendo assim, mesmo que o empréstimo seja solicitado por uma pessoa ou um grupo com intenção de produzir ou abrir um pequeno negócio, os BCDs consideram “pessoa jurídica informal” e situam a solicitação no âmbito da linha de crédito produtivo.

Por fim, de 2011 até julho de 2012, o volume comum de empréstimos por linha de crédito foi de 7.533 Reais. Neste caso, o valor da mediana representa melhor o conjunto dos BCDs, tendo em vista que os valores emprestados por alguns BCDs (Banco Palmas, Banco Paju e Banco Bem) elevam sensivelmente o valor da média. De todo modo, nesse período analisado, um volume total de 4.081.215 Reais foi liberado.

Tabela 19 – Caracterização das linhas de crédito em Reais oferecidas pelos BCDs – Estatísticas

Modalidades	Estatísticas*						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	148.650,00	1.708,62	1.000,00	1.000,00	2.889,35	150,00	15.000,00
Nº máximo de parcelas	-	10	12	8	7	3	24
Taxa de juros aplicados	-	1,79%	1,00%	1,50%	1,04%	0,00%	5,00%
TAC	-	1,70%	0,0%	2,00%	1,59%	1,00%	5,00%
Carência (em meses)	38	0,4	0,0	0,0	1,2	0,0	6,0
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	28.170	366	0,00	10	2.755	0	24.200
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	3.042.923,00	40.572,00	0,00	4.245,00	199.463,00	0,00	1.703.412,00
Quantidade de empréstimos pessoa física	8.106	131	0,0	0,0	666,93	0,0	4.245
Volume de empréstimos pessoa física	828.016,00	13.355,10	0,00	0,00	51.608,25	0,00	368.681,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	4.081.215,00	52.323,00	0,00	7.533,00	200.405,11	0,00	1.703.412,00
Taxa (%) de inadimplência	-	10,13%	0,00%	0,00%	20,78%	0,00%	100,00%

(*) Nesta tabela geral, os dados dos maiores BCDs – os Bancos Palmas, Paju e Bem – elevam os valores médios. Neste caso, a mediana representa melhor o conjunto de BCDs pesquisados do que a média aritmética.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Como dito, os dados dos BCDs maiores e os do Banco Palmas, principalmente, elevam sobremaneira o valor das médias dos volumes emprestados. Ao retirarmos o Banco Palmas, o Banco Paju e o Banco Bem da amostra, encontramos valores mais condizentes com a realidade da maioria dos BCDs brasileiros. A Tabela 19.1 é uma comparação das médias e dos totais emprestados das linhas de crédito oferecidas em Reais entre os dados do conjunto dos 47 BCDs e os mesmos dados sem considerar o Palmas, o Paju e o Banco Bem (ver detalhes dos outros valores no Apêndice G, as Tabelas 19.3 e 19.4).

Tabela 19.1 – Estatísticas comparativas entre totais e médias de empréstimos dos BCDs

Modalidades	Estatísticas – Total e médias					
	Dados gerais dos BCDs pesquisados		Dados sem o Banco Palmas		Dados sem os Bancos Palmas, Paju e Bem	
	Total	Média	Total	Média	Total	Média
Limite das linhas de crédito	148.650,00	1.708,62	132.100,00	1.610,98	106.100,00	1.377,92
Nº máximo de parcelas	-	10	-	10	-	10
Taxa de juros aplicados	-	1,79%	-	1,75%	-	1,77%
TAC	-	1,70%	-	1,64%	-	1,65%
Carência (em meses)	38	0,4	38	1,0	30	1,0
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	28.170	366	26.620	365	26.278	381
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	3.042.923,00	40.572,00	1.012.958,00	14.267,01	941.596,00	13.847,00
Quantidade de empréstimos pessoa física	8.106	131	4.929	81	4.910	85
Volume de empréstimos pessoa física	828.016,00	13.355,10	459.335,00	7.530,08	380.595,00	6.561,98
Volume total liberado PF + empreendimentos	4.081.215,00	52.323,00	1.682.569,00	23.048,89	1.331.467,00	19.296,62
Taxa (%) de inadimplência	-	10,13%	-	10,13%	-	10,27%

Nota: Esta tabela é resultante da compilação de informações das Tabelas 19.2, 19.3 e 19.4 (no Apêndice G).

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Ao compararmos os dados sem o Banco Palmas com os dados que desconsideram os três BCDs que movimentam maiores volumes de recursos – o Banco Palmas, o Paju e o Bem –, notamos que a variação dos valores das médias não é significativa. Significa que é realmente a realidade do Banco Palmas que se difere sobremaneira dos demais BCDs do conjunto analisado. Pode-se perceber, por exemplo, que o volume médio de empréstimos no período analisado para empreendimentos formais ou informais cai de 40.572 para 14.267,01 Reais ao retirarmos o Banco Palmas da amostra. Se desconsideramos, além do Palmas, também o Banco Paju e o Banco Bem, esse valor médio é de 13.847 Reais, pouco diferente dos dados que desconsideram apenas o Banco Palmas. Interessante notar também que a diferença na quantidade média de empréstimos por linha de crédito no período não é muito significativa entre os três tipos de amostra. Podemos inferir, então, que, em termos de quantidade de empréstimos, o

conjunto dos BCDs mantém a média dos bancos maiores, embora seja mais significativa a diferença em termos de volume emprestado (ou seja, do valor dos empréstimos).

O volume médio total emprestado por linha de crédito do conjunto dos BCDs analisados, foi de 52.323 Reais, significando a liberação de 4.081.215 Reais. Analisando os mesmos dados sem o Banco Palmas, o volume médio emprestado cai para 23.048,89, e o valor total liberado, para 1.682.569 Reais. Em termos percentuais, significa dizer que somente o Banco Palmas foi responsável por 58,77% do volume liberado no período de 2011 a 2012-1 ($1.682.569/4.081.215 = 41,23\%$ foi liberado pelos demais 46 BCDs pesquisados). Além disso, os três maiores BCDs (Palmas, Paju e Bem) foram responsáveis por 67,38% do volume de recursos liberados neste mesmo período.

A partir da Tabela 20, a mesma análise pode ser feita relativa à linha de crédito produtivo, principal linha de crédito em Reais dos BCDs. O Banco Palmas foi responsável por 20,1% do volume de empréstimos para produção, e os três maiores BCDs juntos, por 37,4%.

Tabela 20 – Estatísticas comparativas entre totais e médias de empréstimos da linha de crédito produtivo dos BCDs

Modalidades apenas para linha de crédito produtivo em Reais	Estatísticas – Total e médias – linha de crédito produtivo em Reais					
	Dados gerais dos BCDs pesquisados		Dados sem o Banco Palmas		Dados sem os Bancos Palmas, Paju e Bem	
	Total	Média	Total	Média	Total	Média
Limite das linhas de crédito	83.900,00	1.446,55	82.950,00	1.481,25	61.950,00	1.191,35
Nº máximo de parcelas	-	11	-	12	-	11
Taxa de juros aplicados	-	1,86%	-	1,84%	-	1,85%
TAC	-	1,83%	-	1,79%	-	1,81%
Carência (em meses)	-	1	-	1	-	1
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	26.952	499	26.101	502	25.759	526
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	1.013.038,00	19.481,50	696.453,00	13.929,06	625.091,00	13.022,73
Quantidade de empréstimos pessoa física	4.665	106	4.665	106	4.665	111
Volume de empréstimos pessoa física	244.518,00	5.557,23	244.518,00	5.557,23	244.518,00	5.821,86
Volume total liberado PF + empreendimentos	1.574.515,00	29.157,69	1.257.930,00	24.190,96	985.568,00	20.113,63
Taxa (%) de inadimplência	-	8,14%	-	8,14%	-	8,28%

Nota: Esta tabela é resultante da compilação de informações das Tabelas 20.1, 20.2 e 20.3 (no Apêndice G).

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Uma consideração fundamental neste ponto é, na realidade, o que os BCDs consideram tipicamente como crédito produtivo: linhas específicas para empreendimentos formais ou informais ou indivíduos para desenvolverem uma atividade produtiva. No entanto, existem linhas de crédito que servem indiretamente à produção e à prestação de serviços que possuem outra denominação na carteira dos BCDs, tais como as linhas “Empresarial” e a “Bolsa Família”, no caso do Banco Palmas e de outros BCDs cearenses. Sendo assim, o volume total de 1.574.515 Reais, que significa um percentual em torno de 38% do total liberado (4.081.215 Reais, conforme dados da Tabela 19), representa uma importante parcela de créditos voltados para a produção, mas não sua totalidade.

5.2.4.2 Um mecanismo recíproco de circulação da redistribuição no mercado: a linha de crédito para consumo em moeda social

A Tabela 21 identifica os principais tipos de linhas de crédito ofertados em moeda social pelos BCDs brasileiros. Nela, podemos destacar a linha de crédito para consumo existente em 59,6% dos BCDs investigados. Como visto, nem todos os BCDs dispõem desta linha, ou devido à ausência de fundos para o lastro ou por problemas na circulação da moeda (estas especificidades são apresentadas em seção específica neste trabalho). A pesquisa identificou ainda que 14,9% e 4,3% dos BCDs pesquisados oferecem linhas de crédito produtivo e habitacional em moeda social, respectivamente. Nesses casos, verificou-se que essa oferta é opcional, e o solicitante pode definir que percentual deseja receber em moeda social sobre o qual não incide juros. Verificou-se ainda que a existência destas linhas de crédito mistas depende da rede de empreendimentos locais que aceitam a moeda social, com destaque para aquelas parcerias com lojas de materiais de construção locais, no caso das linhas de crédito habitacionais.

Tabela 21 – Linhas de crédito oferecidas em moeda social pelos BCDs

Linhas ofertadas em moeda social	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% de ocorrências	
Crédito para consumo	28	75,7%	59,6%
Crédito produtivo	7	18,9%	14,9%
Crédito habitacional	2	5,4%	4,3%
Total	37	100,0%	78,8%

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A Tabela 21.1 detalha as informações estatísticas relativas às linhas de crédito ofertadas em moeda social. Por meio dela, verifica-se que o limite médio para as linhas de crédito em moeda social gira em torno de 200 Reais, incidindo em alguns casos apenas a taxa administrativa, com uma taxa média da 0,34% sobre o valor devido. É importante explicar ainda a taxa de juros média de 0,26% que aparece nos dados da Tabela 21.1 – verificou-se que ela se refere a um único caso de cobrança pelo BCD Bancart, em Irauçuba, no Ceará, o qual está temporariamente sem atividades e em um local onde a moeda social Tá já não circula mais. Esta não é uma prática dos BCDs, sendo, inclusive, proibida. Outra informação verificada é que a taxa média de inadimplência nos empréstimos em moeda social (8,41%) é menor em relação aos empréstimos em Reais (10,13%, conforme Tabela 19).

Não são comuns os empréstimos em moeda social para empreendimentos formais ou informais, característica dos empréstimos em moeda nacional e das linhas de crédito para produção. No entanto, como visto, alguns BCDs praticam linhas de crédito mistas. Em média, os BCDs emprestaram em 18 meses para 107 pessoas, significando a movimentação de 3.695,47 moedas sociais (e, obviamente, o equivalente em Reais). Esta movimentação resultou num valor total de 124.205 Reais no mesmo período. No entanto, como na análise anterior, os valores da mediana representam melhor o conjunto dos BCDs pesquisados. Sendo assim, verifica-se que um grande número de BCDs liberam um valor de 1.000 por linha de crédito em moeda social no período analisado.

Tabela 21.1 – Caracterização das linhas de crédito em moeda social oferecidas pelos BCDs – Estatísticas

Modalidades	Estatísticas*						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	7.710,00	214,17	300,00	200,00	159,04	40,00	600,00
Nº máximo de parcelas	-	3	1	3	2	1	10
Taxa de juros aplicados	-	0,26%	0,00%	0,00%	0,74%	0,00%	3,0%
TAC	-	0,34%	0,00%	0,00%	1,08%	0,00%	5,00%
Carência (em meses)	4	0,10	0,0	0,0	0,5	0,0	2,0
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	9.921	354	0	0	1.870	0	9.898
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	6.685,00	238,75	0,00	0,00	943,92	0,00	4.900,00
Quantidade de empréstimos pessoa física	3.325	107	0	27	304,48	0	1.600
Volume de empréstimos pessoa física	118.255,00	3.695,47	0,00	950,00	6.600,95	0,00	31.000,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	124.205,00	3.763,79	0,00	1.000,00	6.598,78	0,00	31.000,00
Taxa (%) de inadimplência	-	8,41%	0,00%	0,00%	19,87%	0,00%	100,0%

(*) As variações dos dados estatísticos relacionados as linhas de crédito em moeda social sem os BCDs maiores não é significativa para esta pesquisa. A análise pode ser feita com base nas informações relativas à média.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Se analisarmos os mesmos dados especificamente para a linha de crédito de consumo, linha mais importante dentre as ofertadas em moeda social, identifica-se um valor total de 121.405 Reais, representando cerca de 98% do total disponibilizado pelos BCDs em moedas sociais (ver Apêndice G, Tabela 21.3). Ou seja, os valores dos empréstimos em moedas sociais nas outras linhas de crédito não são significativos.

Ao compararmos os valores médios e os volumes de recursos em moeda social entre os dados gerais dos BCDs pesquisados e os dados sem os maiores BCDs³⁴, não encontramos diferenças significativas relativas aos dados do Banco Paju e do Banco Bem (ver Apêndice G, Tabelas 21.4). No entanto, levando em consideração apenas os BCDs em pleno funcionamento, identifica-se uma média maior do número de empréstimos concedidos dentro deste conjunto (tanto para empreendimentos quando para pessoa

³⁴ O Banco Palmas não respondeu as questões relativas às linhas de crédito em moeda social. Estes dados foram obtidos durante entrevistas específicas na fase da imersão etnográfica e constam do estudo de caso apresentado no próximo capítulo.

física) (ver Apêndice G, Tabelas 21.5). Sendo assim, o número de BCDs com dificuldade de manter suas atividades tem forçado significativamente as médias dos empréstimos em moeda social para baixo e o volume em circulação nesses territórios também sofre considerável redução.

Tabela 21.2 – Estatísticas comparativas entre totais e médias das linhas de crédito em moeda social oferecidas pelos BCDs

Modalidades apenas para Linhas de crédito em moeda social	Estatísticas – Total e médias – linhas de crédito em moeda social					
	Dados gerais dos BCDs pesquisados (sem o Palmas)		Dados apenas dos BCDs em pleno funcionamento		Dados sem os Bancos Palmas, Paju e Bem	
	Total	Média	Total	Média	Total	Média
Limite das linhas de crédito	7.710,00	214,17	5.770,00	213,70	7.310,00	215,00
Nº máximo de parcelas	-	3	-	3	-	3
Taxa de juros aplicados	-	0,26%	-	0,31%	-	0,27%
TAC	-	0,34%	-	0,46%	-	0,36%
Carência (em meses)	4	0,10	4	1	4	1
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	9.921	354	9.919	472	9.921	367
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	6.685,00	238,75	6.685,00	318,33	6.685,00	247,59
Quantidade de empréstimos pessoa física	3.325	107	3.166	132	3.276	109
Volume de empréstimos pessoa física	118.255,00	3.695,47	95.308,00	3.812,32	114.388,00	3.812,93
Volume total liberado PF + empreendimentos	124.205,00	3.763,79	101.258,00	3.894,54	120.338,00	3.881,87
Taxa (%) de inadimplência	-	8,41%	-	5,10%	-	8,73%

Nota: Esta tabela é resultante da compilação de informações das Tabelas 21.1, 21.4 e 21.5 (no Apêndice G).

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Pôde-se identificar que, de um volume total emprestado em moeda social de 124.205, 101.258 dizem respeito aos BCDs em pleno funcionamento. Sendo assim, os BCDs com dificuldades de constituição de lastro para empréstimo em moeda social são responsáveis por cerca de 18,5% na queda do volume de recursos disponibilizados no período de 2011 a 2012-1.

De modo geral, os recursos mobilizados sob a forma de moeda social pelo conjunto dos BCDs pesquisados são modestos e vários fatores podem ser apontados

como desafios do uso destes circulantes locais nos territórios (os quais são detalhados mais adiante e em outros itens da tese). No entanto, destaca-se aqui a estreita relação entre crédito produtivo em Reais e o crédito para consumo em moeda social. As linhas de crédito produtivo objetivam apoiar o desenvolvimento dos empreendimentos locais e a criação de outros, sejam eles individuais, coletivos, familiares, de economia solidária, sejam mercantis. A linha de crédito para consumo objetiva, em primeiro lugar, satisfazer uma necessidade de caráter emergencial e, em segundo lugar, injetar uma moeda própria do território no intuito de restringir o consumo no âmbito dos empreendimentos locais apoiados (ou não) pela linha de crédito produtivo.

Sob esta perspectiva, o papel da moeda social é dinamizar as trocas entre esta rede de prossumidores que se forma no território entre os tomadores de empréstimos e os usuários da moeda de modo geral. No entanto, essa dinâmica, a nosso ver, é melhor compreendida numa análise mais aprofundada do circuito monetário construído (assunto do Capítulo 6 desta tese) do que do volume em circulação. Isso porque se considera volume em circulação a quantidade de moedas que pode ser injetada na comunidade devido à existência de lastro, e não o que efetivamente está nas mãos dos atores locais envolvidos no circuito monetário.

O que se pode depreender dos dados relativos à linha de crédito em moeda social é que os modestos volumes de crédito liberados estão atrelados às dificuldades de constituição do lastro para garantir os empréstimos, como foi identificado nas entrevistas de campo, e que compõem os principais desafios enfrentados pelos BCDs no que diz respeito ao uso das moedas sociais nos territórios.

A demanda, a oferta, a gestão e a decisão sobre o crédito, tanto nas linhas de crédito em Reais como nas linhas de crédito em moeda social, fazem parte de um processo coletivo de decisão sobre um recurso comumente limitado nos BCDs. No próximo item, apresenta-se esse processo e seu potencial de criar reciprocidade por meio da redistribuição.

5.2.5 O processo de solicitação e as decisões sobre o crédito: criando reciprocidade para a redistribuição e o contra movimento do mercado

Qualquer pessoa na comunidade pode solicitar crédito no BCD. É a partir da demanda que os agentes de crédito e o CAC decidirão sobre o empréstimo a ser ou não realizado. Os mecanismos utilizados num primeiro momento após uma solicitação de

crédito são diversos, e os BCDs têm adotado critérios múltiplos. A pesquisa com a vizinhança, o comprovante de residência e o próprio CAC são os mecanismos mais usados pelos BCDs (respectivamente, 78,7%, 61,7% e 66% dos casos, conforme dados da Tabela 22). A pesquisa com a vizinhança reforça a importância das relações interpessoais e de confiança entre os moradores do território; e o comprovante de residência indica o privilégio que é dado aos seus moradores. Alguns BCDs, ainda, estabelecem um tempo mínimo de residência no território para concessão dos empréstimos (casos, por exemplo, dos BCDs Cidade de Deus, no Rio de Janeiro; Buriti em Mauriti no Ceará; Terra em Vila Velha, Espírito Santo; e Liberdade em Manaus).

Vale notar ainda que alguns BCDs (31,9%) apontaram usar informações do Serasa e SPC neste primeiro momento de análise da solicitação de crédito. Ao que pôde ser identificado nas entrevistas e em alguns casos, esta pesquisa nos órgãos de controle são apenas a título de informação para serem levadas ao CAC, não se configurando como impedimento para a liberação do crédito.

Desse conjunto de informações levadas para o CAC, o comprovante de renda (indicado por 34% dos BCDs pesquisados) é o mais importante, tendo em vista que o CAC leva em consideração a capacidade de pagamento do solicitante e verifica o nível de endividamento que ele pode assumir. Em muitos casos, o CAC pode sugerir que o solicitante receba uma quantia menor do que a solicitada. Estas informações sobre a renda também são importantes para definir o número e o valor das parcelas a serem pagas.

Tabela 22 – Mecanismos e informações utilizados pelos BCDs nas solicitações de crédito

Mecanismos utilizados	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Aval solidário (em grupo)	9	4,8%	19,1%
Pesquisa com a vizinhança	37	19,6%	78,7%
SPC/Serasa	15	7,9%	31,9%
Comprovante de renda	16	8,5%	34,0%
Comprovante de residência	29	15,3%	61,7%
Elaboração do plano de viabilidade	16	8,5%	34,0%
Recomendação de associação ou grupo local	10	5,3%	21,3%
Software especializado	9	4,8%	19,1%
CAC	31	16,4%	66,0%
Outros	17	9,0%	36,2%
Total	189	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Após o recebimento e a agregação das informações, os agentes de crédito levam as solicitações para as reuniões do CAC. Como detalhado na Tabela 23, grande parte dos BCDs (48,9%) leva todas as solicitações para o CAC. Nestes casos, mesmo as solicitações na linha de crédito para consumo que são de natureza emergencial são levadas para o CAC. Nestes BCDs em que o CAC se configura como espaço de decisão sobre todas as solicitações de crédito, as reuniões também podem ocorrer em caráter emergencial. Porém, normalmente, as liberações da linha de crédito para consumo são feitas diretamente pelas agentes de crédito, não sendo enviadas ao CAC.

Outras situações em que as solicitações não aguardam a decisão do CAC são aquelas em que o resultado da pesquisa com a vizinhança não foi favorável ao empréstimo e quando o solicitante não possui um bom histórico dos pagamentos no BCD. Sendo assim, as relações informais e interpessoais têm figurado como eixo condutor no processo de concessão (ou não) do crédito nos BCDs brasileiros.

Os casos em que as solicitações de crédito não estão sendo levadas para o CAC dizem respeito a dois BCDs temporariamente sem atividades; um BCD em que o sistema

de decisão pelo CAC foi substituído por um processo de aval solidário; e um terceiro caso em que o BCD se utiliza efetivamente da consulta nos órgãos de proteção ao crédito.

Tabela 23 – Modalidades de solicitação de crédito levadas para o CAC avaliar

Modalidades de solicitação	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Todas as solicitações	23	41,8%	48,9%
Depende da linha de crédito	13	23,6%	27,7%
Depende do valor solicitado	2	3,6%	4,3%
Depende do histórico do solicitante na comunidade e vizinhança	5	9,1%	10,6%
Depende do histórico do solicitante no BCD	3	5,5%	6,4%
Nenhuma solicitação é levada ao CAC	4	7,3%	8,5%
Outros	5	9,1%	10,6%
Total	55	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Num terceiro momento, as solicitações e as informações são, então, discutidas pelo CAC. Identificou-se que a recomendação pela vizinhança é o principal critério utilizado nesse momento de decisão (70,2% dos BCDs). As documentações exigidas (tipicamente identidade e comprovantes de renda e de residência), bem como o fato de residir na comunidade são igualmente importantes, tendo sido apontados por mais da metade dos BCDs pesquisados (ver dados na Tabela 24).

Entre os 15 BCDs (31,9% do conjunto pesquisado) que solicitam as informações de débitos no Serasa/SPC, dez deles consideram este critério no momento da decisão do CAC. No entanto, a dívida com o próprio BCD é mais importante (para 57,4% dos BCDs) e os novos empréstimos tendem a não ser liberados nesses casos. Da mesma forma, o CAC privilegia as solicitações de moradores que não possuem prestações a serem pagas, mesmo que em dia, com o intuito de beneficiar um número maior de pessoas no território e otimizar os recursos do fundo de crédito.

Estes BCDs que consideram as informações do Serasa/SPC como critério para liberação do crédito possuem a particularidade de utilizarem linhas de crédito de bancos tradicionais, públicos ou privados, que acabam exigindo como critérios de aprovação a ausência de registros nestes órgãos de proteção ao crédito. Nestes casos, os bancos

comunitários atuam como uma espécie de “agência” desses bancos, se obrigado a seguir as regras daquela carteira de crédito que esta operando (SPC, Serasa e outras regras impostas pelo banco). O Banco Tupinambá, em Belém-PA, que opera o CRESCER da Caixa Econômica, e de alguns bancos do Espírito Santo que operam a carteira de crédito do Bandes são exemplos destes casos. No entanto, vale ressaltar que os BCDs que apenas tomam empréstados em bancos públicos, como o Banco Palmas no BNDES, não são obrigados a estabelecer as mesmas exigências deste bancos, sendo a operação própria do banco comunitário.

Tabela 24 – Principais critérios utilizados pelos BCDs na aprovação de uma solicitação de crédito

Principais critérios utilizados	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Usuários não negativado no Serasa/SPC	10	3,8%	21,3%
Aprovado pelo aval solidário (em grupo)	9	3,4%	19,1%
Recomendado pela vizinhança	33	12,5%	70,2%
Apresentar todas as informações/documentos exigidas	26	9,9%	55,3%
Renda acima de determinado valor	8	3,0%	17,0%
Residente na comunidade	25	9,5%	53,2%
Viabilidade econômica comprovada pelo BCD	22	8,4%	46,8%
Finalidade do empréstimo aprovada pelo BCD	22	8,4%	46,8%
Valor do empréstimo dentro do limite da linha de crédito	22	8,4%	46,8%
Não estar inadimplente com o BCD	27	10,3%	57,4%
Não possuir outro crédito em andamento no BCD	20	7,6%	42,6%
Ser morador da comunidade por um mínimo de tempo determinado	25	9,5%	53,2%
Outros	14	5,3%	29,8%
Total	263	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Por fim, mas ainda sobre o processo de concessão de crédito, os principais mecanismos de cobrança usados pelos BCDs foram identificados (ver Apêndice G, Tabelas 24.1 e 24.2). As visitas ao devedor e os telefonemas são os mecanismos mais adotados pelos BCDs (89,4% e 68,1%, respectivamente). As cartas de cobrança também têm sido consideravelmente utilizadas (40,4%). Além destes, restrições ao acesso aos

serviços da associação e mensagens de cobrança via SMS também foram citados por alguns BCDs. As visitas aos BCDs possibilitaram identificar que o “mandar um recado por um conhecido” e as relações de camaradagem também servem ao propósito de cobrança, reafirmando a importância das relações sociais neste processo.

Esta metodologia particular de discutir e decidir sobre o crédito parece apontar para um movimento diferenciado. Ao que parece, não seria o mercado a empreender o movimento de separação da sociedade, mas uma tentativa da sociedade, na figura do BCD, se diferenciar do que é típico do mercado. O princípio da reciprocidade visível na importância dos laços de vizinhança durante o processo (e mesmo o da domesticidade, ao considerarmos a dimensão da identidade no território) mais uma vez surge atrelado ao mecanismo de redistribuição.

No entanto, esse movimento de separação ou de diferenciação encontra obstáculos, principalmente diante da necessidade de otimizar o volume de recursos do fundo de crédito. Essa realidade de grande parte dos BCDs tem levado alguns a reclamarem a importância de se considerar critérios de concessão de crédito típicos de bancos comerciais tradicionais, como o registro nos órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa). Esse contramovimento do mercado, num processo que tem eminentemente se baseado na reciprocidade, é reforçado ao se deparar com a questão da inadimplência. É no intuito de evitá-la que alguns agentes de crédito têm discutido essas questões.

5.2.5.1 A noção diferenciada de inadimplência e as implicações para um possível contramovimento do mercado

Como visto, nestes empreendimentos de finanças solidárias, o processo de solicitação de crédito e as decisões sobre ele são mais sociais e informais, baseadas nas relações de proximidade construídas no território. Esta premissa tem levado à adoção de critérios “flexíveis” de concessão do crédito, mas não indefinidos. Da mesma forma, o controle do pagamento das prestações também se assenta em relações informais, influenciando a noção de inadimplência adotada, ou melhor, construída na prática dos BCDs.

Notamos que a noção tradicional de inadimplência, ou seja, aquela que considera qualquer atraso a partir de 30 dias ou da data definida para pagamento das prestações, é adotada por apenas 23,4% dos BCDs entrevistados. A maioria deles (36,2%) leva em consideração a intenção (comunicada no BCD) do devedor de pagar a dívida,

renegociando-a. Como exposto na Tabela 25, a definição de inadimplência é composta de múltiplos critérios e varia de um BCD a outro. Interessa notar que os BCDs têm combinado um ou dois critérios de inadimplência. Por exemplo, a partir de 30 dias e se a dívida não for negociada; ou depois de algumas cobranças e se ainda assim o devedor não pagar.

No entanto, se por um lado esta multiplicidade de critérios aponta para uma noção mais flexível ou “frouxa” de inadimplência, por outro, ela dificulta sobremaneira a identificação das taxas de inadimplência nos BCDs. De fato, as visitas de campo permitiram identificar que, em alguns casos, o devedor só é considerado inadimplente quando evidencia a não intenção de pagar a dívida (é o caso do BCD Cocais, por exemplo). Esta flexibilidade dificulta o controle do volume devido e o estabelecimento de índices de inadimplência.

Vale notar que esta suposta “frouxidão” é da própria natureza das relações de proximidade que forma a base de atuação dos BCDs nos territórios apontando para a necessidade de redefinir tanto a noção quanto a forma de calcular a inadimplência no caso dos BCDs.

Tabela 25 – Critérios de inadimplência usados pelos BCDs

Critérios de inadimplência	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
A partir de um dia de atraso na data de pagamento	3	4,8%	6,4%
A partir de 30 dias de atraso	11	17,5%	23,4%
A partir de 60 dias de atraso	14	22,2%	29,8%
Atraso não comunicado/justificado	10	15,9%	21,3%
Quando não renegociada a dívida	17	27,0%	36,2%
Outros	8	12,7%	17,0%
Total	63	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Esta noção diferenciada de inadimplência é, a nosso ver, um aspecto importante no conjunto da gestão e do controle do crédito baseado no princípio da reciprocidade. As relações de proximidade permitem aos BCDs, na figura dos agentes de crédito, membros da comunidade, construir mecanismos de cobrança também diferenciados e que

funcionem bem. No entanto, eles não impedem que alguns pagamentos não atrasem ou não se efetuem e acabem refletindo em baixas nos fundos de crédito. Em alguns BCDs, um ou dois pagamentos atrasados ou não efetuados podem se configurar na perda da capacidade do BCD de emprestar durante um determinado período.

Esta fragilidade financeira pode abrir espaço para um possível contramovimento do mercado em direção à reciprocidade que caracteriza a metodologia de concessão, análise e controle do crédito típica dos BCDs. Denominamos contramovimento diante da percepção do movimento do BCD em se diferenciar (ou se afastar) do princípio do mercado por meio do seu modo de atuação no território, especialmente no que diz respeito aos critérios para análise e concessão de empréstimos.

Na Tabela 26, os dados se referem a apenas 36 dos 47 BCDs pesquisados que possuem registros dos devedores com pelo menos um dia de atraso no pagamento das parcelas. Sendo assim, os dados se referem a inadimplência no sentido comum do termo e não no sentido que os BCDs em geral a entendem. Identificou-se que a taxa média geral de inadimplência é de 10,31% (considerando o conjunto das linhas de crédito, tanto em Reais como em moeda social) no período de um ano e meio (2011 e 2012-1). A taxa mensal de inadimplência nos BCDs, considerando um dia de atraso, é em média de 0,57% sobre a base de 36 respondentes (10,31% dividido por 18 meses). Para se ter uma ideia, a taxa de inadimplência³⁵ do programa Crediamigo do Banco do Nordeste nos últimos dois anos foi de 0,74% e 0,63% por mês (BNB, 2012), que é considerada baixa.

³⁵ Significando valores em atraso de um a 90 dias em relação à carteira ativa do mês na posição 31 de dezembro de cada ano.

Tabela 26 – Taxas gerais de inadimplência – Estatísticas

Medidas estatísticas	Valores
Casos válidos/casos omissos	(36) / (11)
Taxa mínima de inadimplência	0,00%
Taxa máxima de inadimplência	55,0%
Amplitude da taxa de inadimplência	55,0%
Taxa média de inadimplência	10,31%
Desvio padrão	13,08%
Taxa modal de inadimplência	0,00%
Taxa mediana de inadimplência	6,50%
1º quartil da taxa de inadimplência	0,50%
2º quartil da taxa de inadimplência	6,50%
3º quartil da taxa de inadimplência	14,75%;

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Embora as taxas de inadimplência dos BCDs, num sentido tradicional, sejam relativamente baixas e em grande parte dos casos ela seja nula (moda igual a 0,0), em alguns casos estas taxas se tornam comprometedoras diante das dificuldades de obtenção dos fundos para empréstimos. Por isso, o atraso no pagamento associado às deficiências no fundo de crédito foram apontados como principal desafio em 28 dos 47 BCDs entrevistados. Para alguns agentes de crédito, os solicitantes não têm conseguido honrar o valor das parcelas, pagando apenas uma parte: “As pessoas estão com dificuldades tanto para pagar em dia, quanto para honrar o valor da parcela” (informação verbal, set. 2012). Estes e outros desafios enfrentados pelos BCDs de modo geral foram sistematizados nos itens seguintes.

5.2.6 A formação do fundo de crédito e outras especificidades: os principais desafios da atuação dos BCDs nos territórios

Menos pela questão da inadimplência e mais pela falta de recursos, os BCDs brasileiros têm enfrentado sérias dificuldades para formação dos seus fundos de crédito. Na falta de um apoio financeiro mais seguro e periódico, os BCDs têm recorrido a fontes múltiplas de recursos, tanto para a constituição do fundo de crédito e lastro, quanto para pagamento das suas despesas de funcionamento. No entanto, essa diversidade das fontes não tem significado suficiência.

Como dito anteriormente, a **falta de recursos financeiros**, tanto para formação do fundo de crédito quanto para manutenção das atividades, associada à inadimplência (que em alguns casos agrava a falta de fundo de crédito) foram apontados como os

principais desafios por 60% (28 casos) dos BCDs pesquisados. A falta de recursos financeiros implica dificuldades que vão desde a simples manutenção ou ampliação do fundo de crédito até sua ausência completa. Essas situações implicam em dificuldades para a manutenção do BCD, tanto em termos de pagamento de contas (energia, aluguel etc.) quanto de pessoal.

Diante dessa realidade, os BCDs têm buscado variadas fontes de formação do fundo de crédito ao longo do seu processo de atuação no território, como detalha a Tabela 27. Os recursos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (Fecop), especificamente nos BCDs do estado do Ceará, se destacam em 23,4% dos casos pesquisados. No entanto, este foi um recurso apenas no processo de constituição (30 mil reais por BCD constituído). De modo geral, os recursos próprios (25,5%, via taxas de juros e administrativas e também via aprovação de projetos específicos) foram citados como recursos importantes para a manutenção das atividades dos BCDs. Foi possível notar ainda a participação em programas de crédito governamental (19,1% dos BCDs), que são tipicamente acessados via bancos públicos.

Tabela 27 – Principais fontes de formação de fundo de crédito dos BCDs

Fontes de formação de fundo	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Doação de empresa	8	12,9%	17,0%
Programa de crédito governamental (prefeitura, estado, federal)	9	14,5%	19,1%
Programa de crédito de bancos (Caixa, BB etc.)	3	4,8%	6,4%
Fecop – Governo do Estado	11	17,7%	23,4%
Doação da entidade gestora/conselho gestor	6	9,7%	12,8%
Doação de entidade de apoio a criação	5	8,1%	10,6%
ONG's de apoio	2	3,2%	4,3%
Doações da comunidade	2	3,2%	4,3%
Captação por meio de eventos locais	4	6,5%	8,5%
Outros – Recursos de rendimento do próprio banco	12	19,4%	25,5%
Total	62	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A pesquisa revelou, ainda, que os BCDs da região Nordeste possuem as formas mais diversificadas de acessarem recursos para formação e manutenção dos seus fundos de crédito, seguida das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Norte. Além disso, os BCDs das regiões Nordeste e Sudeste têm acessado mais fontes de recursos públicas do que os BCDs das regiões Centro-Oeste e Norte. No caso específico dos BCDs pesquisados na região Norte, os eventos e feiras locais eram, no momento da pesquisa, a única forma de captação de recursos.

O acesso direto e regular de fontes públicas de recursos se destaca nos BCDs do Espírito Santo, os quais têm parceria com o Bandes, que disponibiliza e faz a gestão de linha de crédito específica operada por eles. Mas, se por um lado esta relação com bancos públicos (e outras instituições que disponibilizam linhas de crédito para os BCDs) possibilita a manutenção da oferta dos serviços de crédito no território, por outro, significa a perda, mesmo que parcial, do controle das informações sobre este volume de recursos, da inadimplência (tendo em vista que em alguns casos as prestações são pagas diretamente no banco proprietário de recurso), e da metodologia de concessão do crédito. Isso porque, tipicamente, a decisão final sobre o empréstimo é do administrador da carteira.

O estabelecimento de uma relação desta natureza, a nosso ver, não deixa de ser uma opção relativamente segura para os BCDs recém-criados e que ainda buscam alternativas para se fortalecerem no território. Em muitos casos, este significa o único recurso para iniciar seus empréstimos e se tornar legítimo para a comunidade. No entanto, chama a atenção as relações de dependência prolongada e as situações em que o BCD não consegue constituir um fundo próprio de recursos (mesmo que a fonte seja pública) sob a sua gestão e metodologia de concessão de crédito particulares. Os BCDs de Manaus, no momento da pesquisa, realizavam empréstimos com recursos de uma entidade financeira comercial, por exemplo.

Na Tabela 28, a relação de casos válidos e omissos aponta para esta falta de informação sobre a carteira de crédito em alguns BCDs, tanto no que se refere ao valor inicial, ao atual e à carteira ativa (volume total emprestado). Novamente, identificamos enorme variação, provavelmente pela grande capacidade de empréstimo do Banco Palmas e de BCDs maiores, se comparados aos menores e mais novos. O valor médio do fundo de crédito inicial é de cerca de 17 mil Reais, tendo sido encontrados BCDs que começaram com um valor simbólico de 680 Reais e outros com um volume significativo

de 90 mil Reais (caso de um BCD que opera uma linha de crédito de um banco público). Atualmente, 32 BCDs do conjunto dos 47 BCDs investigados dispõem de um total de mais de 3 milhões de Reais. Em 31 deles, a carteira ativa média é de cerca de 75 mil Reais. Também neste caso, os valores da mediana são mais representativos do conjunto dos BCDs pesquisados. Eles revelam um valor para o fundo de crédito atual de 8 mil Reais por BCD e uma carteira ativa de 6.783,00 Reais.

Tabela 28 – Caracterização dos valores do fundo de crédito inicial e atual e da carteira de crédito ativa pelos BCDs – Estatísticas

Características	Estatísticas							
	Válidos/ Omissos	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Valor do fundo de crédito – Inicial	(37 / 10)	638.630,00	17.260,27	30.000,00	10.000,00	17.609,42	680,00	90.000,00
Valor do fundo de crédito – Atual	(32 / 15)	3.801.764,00	118.805,13	0,00	8.000,00	527.568,30	0,00	3.000.000,00
Valor da carteira de crédito ativa	(31 / 16)	2.325.657,00	75.021,19	0,00	6.783,00	304.189,09	0,00	1.700.000,00

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Como dito, o significativo volume da carteira ativa é proveniente do Banco Palmas principalmente, e também em certa medida dos BCDs Paju e Bem. Na Tabela 28.1, compilamos as informações da Tabela 28 com os dados que desconsideram os valores dos fundos de crédito destes BCDs maiores (ver detalhes no Apêndice G, Tabelas 28.2 e 28.3). Notamos que, se desconsiderarmos os valores referentes ao Banco Palmas, o valor do fundo de crédito total dos BCDs cai para 801.764 Reais, ou seja, 3 milhões a menos. Ainda, se desconsideramos os dados do Banco Palmas, do Banco Paju e do Banco Bem, este valor dos fundos cai em 350 mil Reais (significando um total de 451.764 Reais). As médias de fundos de empréstimos por BCD caem de 118.805,13 para 25.863,2 Reais sem o Banco Palmas; e de 25.863,2 para 15.578,07 Reais, se desconsideramos também o Banco Paju e o Banco Bem. A diferença se mantém significativa ao analisarmos os valores da carteira ativa. Na realidade da maioria dos BCDs, a média do volume de recursos emprestado é de 15.367 Reais.

Tabela 28.1 – Caracterização comparativa dos valores do fundo de crédito inicial e atual e da carteira de crédito ativa dos BCDs – Estatísticas

Valores do fundos de crédito	Estatísticas								
	Dados do conjunto dos BCDs pesquisados			Dados sem o Banco Palmas			Dados sem os Bancos Palmas, Paju e Bem		
	Válidos/Omissos	Total	Média	Válidos/Omissos	Total	Média	Válidos/Omissos	Total	Média
Fundo de crédito – Inicial	(37/10)	638.630,00	17.260,27	(36/10)	638.630,00	17.684,17	(34/10)	567.630,00	16.695,00
Fundo de crédito – Atual	(32/15)	3.801.764,00	118.805,13	(31/15)	801.764,00	25.863,35	(29/15)	451.764,00	15.578,07
Carteira de crédito ativa	(31/16)	2.325.657,00	75.021,19	(30/16)	625.657,00	20.855,23	(29/15)	445.657,00	15.367,00

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

O fundo de crédito é sem dúvida o principal recurso e vetor da existência e desenvolvimento dos BCDs no Brasil e, no momento, a formação desses fundos de crédito depende sobremaneira da iniciativa do BCD para empreender parcerias e mobilizar recursos no território. Vale retomar aqui o potencial do BCD como mecanismo de redistribuição que se torna comprometido diante deste desafio. Além disso, identificamos uma potencial abertura para o movimento do mercado na forma de instituições financeiras que podem se utilizar da metodologia de acesso à comunidade para ampliar sua gama de clientes exclusivamente baseadas na lógica do ganho.

As taxas provenientes dos empréstimos foram citadas como as principais fontes de receitas, embora representem, em termos de volume, muito pouco. A taxa de juros foi apontada por 61,7% dos BCDs, enquanto que a taxa de administração do crédito foi indicada por 46,8% dos BCDs. A remuneração dos correspondentes bancários é importante para 29,8% dos bancos pesquisados (lembrando que nem todos contam com esse mecanismo). O volume de recursos provenientes dessas fontes é relativamente pequeno, e tem se mostrado insuficiente para pagar todas as despesas básicas de funcionamento do BCD. As taxas de juros, por exemplo, representam cerca de 30% do total das receitas na percepção dos entrevistados. Outras fontes de receitas foram indicadas por grande parte dos BCDs (22 dos 47 pesquisados), tais como: organização de eventos, feiras e bazares; prestação de serviços para a prefeitura; vendas de produtos; parcerias; financiamento de projetos etc. (ver Apêndice G, Tabela 29.1). Dois BCDs informaram ainda que conseguem captar recursos por meio de capacitações e

realizações de assessorias: o Banco Palmas, em Fortaleza; e o Banco Conquista, em Manaus.

Tabela 29 – Principais fontes de receitas dos BCDs

Fontes de receitas	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Taxa de juros	29	32,6%	61,7%
TAC	22	24,7%	46,8%
Remuneração dos correspondentes bancários	14	15,7%	29,8%
Realização de curso, capacitações e assessorias	2	2,2%	4,3%
Outros	22	24,7%	46,8%
Total	89	100,0%	

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Dentre as principais despesas dos BCDs, notamos as de custeio (água, energia, telefone etc., apontadas por 66% dos BCDs), de pessoal (27,7%) e aluguel (17%) como as mais representativas, como detalhado na Tabela 30. Sobre as despesas com aluguel, apenas 13 BCDs (27,7%) possuem sede alugada e, deste conjunto, cinco BCDs indicaram não possuírem despesas com aluguel, uma vez que a entidade gestora ou os parceiros arcam com todos os custos do cotidiano do empreendimento (são os casos, por exemplo, do Banco Sol, em Cariacica, ES, e do Banco Conquista, em Manaus).

Tabela 30 – Principais fontes de despesas dos BCDs

Principais fontes de despesas	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Aluguel	8	10,7%	17,0%
Pagamento de pessoal*	13	17,3%	27,7%
Transporte	6	8,0%	12,8%
Despesas de custeio (telefone, energia, materiais de escritório etc.)	31	41,3%	66,0%
Compra de equipamentos	5	6,7%	10,6%
Serviços de terceiros	4	5,3%	8,5%
Outros	8	10,7%	17,0%
Total	75	100,0%	-

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de BCDs.

*Entre estas despesas básicas, não estamos considerando as despesas com remuneração de pessoal, tendo em vista que os agentes de crédito dos BCDs, hoje, são remunerados por meio de recursos de projetos específicos gerenciados pelas instituições de apoio e fomento com recursos do governo federal e outros.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Além dos problemas relativos aos recursos financeiros, os BCDs apontaram durante a pesquisa uma série de outros desafios. O segundo desafio em importância citado por 18 BCDs foi a **insuficiência de parcerias (de modo geral)** e o **apoio das entidades gestoras**. É fato que um conjunto de entidades de apoio e fomento tem se esforçado para constituir a rede de BCDs no Brasil, como visto nos capítulos de contexto deste trabalho. No entanto, ao que parece, o apoio mais constante tem sido reivindicado por muitos BCDs.

As parcerias e os apoios mais requisitados pelo conjunto de BCDs pesquisados são com instituições públicas, notadamente prefeituras municipais: “falta apoio dos órgãos públicos”; “é difícil encontrar parcerias, principalmente com os governos”; “voltar a funcionar com o apoio da prefeitura”; “dificuldades de realizar convênio com a prefeitura”; “falta de apoio dos gestores públicos do município, principalmente devido a jogos políticos”; “dificuldades para se manter e de arranjar formas de arrecadação de recursos e de encontrar parceiros, inclusive com o governo” (informações verbais, agentes de crédito, out. 2012). Na opinião dos entrevistados, de modo geral, essas dificuldades de parcerias com órgãos públicos pode comprometer a continuidade dos projetos e das atividades que sustentam o banco comunitário.

Um terceiro desafio apontado por 15 BCDs nas entrevistas se relaciona com a **equipe técnica** e a **insuficiência de formação**. Apesar da média encontrada de dois trabalhadores por BCD, identificou-se que muitos são voluntários e dividem o tempo dedicado às atividades do banco com outras atividades remuneradas. Um dos desafios é conseguir remunerar essas pessoas para que elas possam se dedicar integralmente ao BCD. Além deste, outro desafio relacionado à equipe gestora diz respeito à insuficiência da formação técnica para gerenciamento e controle do banco. Para alguns entrevistados, isso é reflexo da sobrecarga das poucas entidades de apoio e fomento que hoje estão trabalhando na criação da rede de bancos no país.

Um quarto desafio, diretamente relacionado ao primeiro, é a **falta de equipamentos** e os **problemas de estrutura física**, citado por 11 BCDs: “a dificuldade é a estrutura física do local, que impede que o BCD tenha equipamentos como computadores”; “o pagamento do aluguel do espaço onde funciona o banco tem sido um desafio”; “infraestrutura insuficiente para as atividades completas do banco”.

O quinto desafio, ainda em ordem decrescente de importância, citado em nove casos, diz respeito às **pessoas no território**. Estes BCDs demandam um maior envolvimento dos moradores da comunidade e dos comerciantes nas atividades do banco e também na questão do uso da moeda social. Para um destes, “o principal desafio é o de fazer um trabalho diferenciado no processo de organização dos grupos na comunidade, pois não há algo de caráter mais coletivo na comunidade”. Para outros, “não há parcerias com empresas locais para promover o banco e a moeda”; “não tem conseguido uma interação forte com a comunidade” (informações verbais, ago. 2012).

Existem ainda outros desafios diretamente relacionados aos **aspectos do território** de atuação do BCD, citados por seis bancos entrevistados. Nestes casos, eles enfrentam problemas relativos a insegurança e violência no bairro, atrelados ainda a um sentimento de preconceito dos moradores com o próprio território. Um problema relativamente comum nos bairros periféricos de grandes cidades é o que tem ocorrido no caso do Conjunto Palmeiras, território de atuação do Banco Palmas. Joaquim de Melo Neto tem chamado de “nova configuração urbana”:

Outra dificuldade é a nova configuração urbana. Novas pessoas vindo morar no território de atuação do banco, o que dificulta o reconhecimento das pessoas e a identidade com território, com a moeda e mesmo com o banco comunitário e a história de luta de organização do bairro; **Resignificar a identidade** [é necessário pois] as pessoas que

chegam não possuem a identidade com o bairro e por isso não se relacionam com as estruturas comunitárias que foram criadas pelas pessoas (Informação verbal, out. 2012) [grifos nossos].

Ainda sobre os desafios inerentes ao território, alguns BCDs foram criados com o intuito de atuarem numa área considerada muito grande, tanto em termos de distância como em termos de número de habitantes. Como visto anteriormente, há territórios de atuação de BCDs com mais de 60 mil habitantes, o que dificulta as atividades do BCD principalmente as relacionadas à questão da proximidade e das relações de vizinhança, às decisões sobre o crédito e mesmo ao circuito da moeda social. No entanto, se a gestão do circuito da moeda encontra dificuldades em territórios muito grandes, também encontra dificuldades em território onde alguns tipos de empreendimentos não são encontrados: “falta de estrutura das mercearias locais; “ausência de alguns tipos de empreendimentos no local”. Este pequeno número de empreendimentos locais é típico de territórios pequenos e o papel do BCD é apoiar a construção de uma rede de produtores e consumidores comprometidos com o desenvolvimento local, o que se torna uma tarefa ainda mais difícil.

Por fim, a **ausência de um correspondente bancário** é a preocupação principal de seis BCDs. Para eles, o desafio está na difícil articulação com os bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica, para entenderem o papel dos BCDs nos territórios e a importância das operações com o correspondente, tanto para o banco como para os moradores do território.

Os desafios relacionados com os BCDs em si mesmos estão estreitamente relacionados aos desafios do uso da moeda social no território. No item seguinte, procura-se sistematizar estes desafios ao mesmo tempo em que são apresentados os aspectos de gestão do uso da moeda social pelo conjunto dos BCDs pesquisados.

5.3 As moedas sociais nos BCDs no Brasil: aspectos da gestão e os desafios do seu uso no território

No que tange especificamente as moedas sociais e a gestão da sua circulação pelos BCDs, verifica-se que os bancos também têm enfrentado algumas dificuldades, principalmente no que diz respeito ao estímulo ao seu uso no território. As dificuldades para a formação do lastro e a aceitação principalmente por parte dos comerciantes locais podem ser destacados como os principais desafios. A Tabela 31 identifica as

moedas sociais, os BCDs e seus respectivos territórios de atuação onde elas não estavam circulando na época da pesquisa. Este conjunto de 18 moedas sociais das 47 pesquisadas representa cerca de 38% dos casos. Destes casos, o BCD Vale do Acarape, no Ceará, nunca possuiu moeda social. Também no estado do Ceará, mais nove moedas sociais não estavam circulando, a maioria por problemas na constituição do fundo de crédito e a não aceitação dos comerciantes.

As Trilhas, na Bahia, e o caso das Terras, no Espírito Santo passaram por um processo de enfraquecimento da sua circulação no território até o ponto de não mais circularem. Já os casos das Puãs, das Rosas, das Abraços, no Espírito Santo, e das Conquistas, no Distrito Federal não estavam circulando no momento da pesquisa por atrasos e problemas na confecção das cédulas. Os BCDs aguardavam a entrega destas pelas entidades de apoio.

Tabela 31 – Identificação dos BCDs e moedas sociais que não circulam

Nome do BCD	Município	Área de atuação	Estado	Moeda
Vale do Acarape	Acarape	Município	CE	Não possui
Bandesc	Cascavel	Município	CE	Bento
Pirambú	Fortaleza	Bairro Pirambú	CE	Pirambú
Dendê Sol	Fortaleza	Bairro Edson Queiroz	CE	Sol
Padre Quiliano	Caridade	Bairro Campos Belos	CE	Caribelo
Buriti	Mauriti	Município	CE	Grão
Ocards	Ocara	Município	CE	Tupi
Bancart	Irauçuba	Distrito de Missi	CE	Tá
Amizade	Irauçuba	Bairro Cruzeiro	CE	Cactos
Juazeiro	Irauçuba	Distrito de Juá	CE	Cactos
Dunas	Acaraú	Distrito Aranaú	CE	Timbaúbas
Pacatubanco	Pacatuba	Município	CE	Paca
Ecoluzia	Simões Filho	Bairro Santa Luzia	BA	Trilha
Puã	Vitória	Bairro Nova Palestina e vizinhos	ES	Puã (*)
Esperança	Cariacica	Cinco bairros da RA 8	ES	Rosa (*)
Abraço	Serra	Região do Planalto Serrano	ES	Abraço (*)
Terra	Vila Velha	Região da Terra Vermelha e vizinhos	ES	Terra
Estrutural	Distrito Federal	Cidade satélite Estrutural	DF	Conquista (*)
(*) Moedas que estavam ainda em processo de confecção			Total	18

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

O principal desafio relativo ao uso das moedas sociais nos territórios, apontado por 24 entre os 47 pesquisados, são os **problemas na aceitação da moeda social entre os comerciantes e moradores da comunidade**. Ou seja, os BCDs possuem o desafio de sensibilizar constantemente moradores e comerciantes quanto à importância do uso da moeda no território. Alguns depoimentos atestam que: “há fraca aceitação da moeda pelos moradores e comerciantes. Os comerciantes relatam que os clientes não querem receber o troco em moeda social, dificultando a aceitação por parte deles”; “a confiança na moeda, por conta da não divulgação, é que é o grande desafio”; “a constituição do cadastro dos comerciantes para receber a moeda é um desafio, pois existe dificuldade de aceitação entre eles”; “o problema é que os comerciantes moram fora do território e pensam: ‘a gente não vai ganhar nada com isso’” (Informações verbais, ago./out. 2012).

Apesar de haver casos em que os moradores são resistentes em aceitarem o troco em moeda social ou mesmo não se sentirem motivados a realizar a troca direta no BCD para aproveitarem os descontos oferecidos, pôde-se notar que a constituição da rede de comerciantes e produtores para aceitação da moeda é preponderante como desafio a ser enfrentado pelos BCDs nas suas atividades de formação deste circuito monetário local. As situações são diversas, em territórios diversos.

Muitos comércios seguram a moeda porque os compradores não aceitam troco em Tucumã (Informação verbal, BCD Liberdade, Manaus, out. 2012)

Problema de envolvimento dos comerciantes na circulação da moeda, pois eles não estão geralmente disponíveis e dispostos a conversar com as pessoas/clientes sobre a moeda. Eles oferecem o desconto (de 5 a 10%) mas o envolvimento deles no sentido de explicar/divulgar a moeda é pequeno. Além disso, precisam incentivar a questão do troco, mas muitos preferem trocar direto no banco formando um circuito muito curto e cômodo para os comerciantes. Mas, por outro lado, existem comerciantes que nunca foram ao banco trocar moedas sociais e que conseguem gastar tudo na comunidade, inclusive passando troco (Informação verbal, BCD Pirê, Dourados, MS, out. 2012).

Alguns comerciantes importantes não aceitam a moeda, como uma tradicional farmácia do município. As pessoas ainda precisam aprender mais, conhecer melhor e se conscientizar sobre o uso da moeda, principalmente sobre a "permuta" [troca direta, compra de produtos nos mercadinhos locais] (Informação verbal, BCD Dunas, Aracajú, SE, nov. 2012).

O dono argumenta que quer "esperar para ver se vai dar certo mesmo" (Informação verbal, BCD Casa do Sol, BA, set. 2012).

Os problemas de aceitação em torno de cada moeda social revelam a importância de estudos mais aprofundados sobre os territórios onde eles aparecem. Ao que parece, estes desafios estão relacionados ao trabalho que o BCD vem desenvolvendo no local ao longo da sua trajetória. Especificamente sobre a questão da aceitação da moeda pelos comerciantes locais, ela pode estar relacionada com o nível de legitimidade e reconhecimento do BCD no território, o que pode exigir um longo percurso. Além disso, a dimensão associativa que os BCDs se propõem a construir exige pessoas envolvidas e comprometidas com o projeto da circulação da moeda social e do banco, o que imprime sobre os agentes de crédito e outros líderes locais um papel fundamental para a efetividade da circulação da moeda.

O segundo desafio citado por 14 BCDs é justamente a **falta de lastro**, ou seja, **de fundo de crédito para consumo** para que o BCD tenha condições de ofertar a linha de crédito em moeda social e, com isso, emitir um volume maior de moedas no circuito local. Os problemas relativos à ausência de fundo de crédito são vistos com preocupação pelos BCDs principalmente devido à potencial “perda de credibilidade da moeda social diante da demora na obtenção do lastro” (Informação verbal, nov. 2012). Esta preocupação se configura porque “é feito todo um trabalho de sensibilização no território para o uso da moeda e, quando os tomadores de empréstimos procuram o BCD, não tem fundo para emprestar, eles não veem a moeda” (Informação verbal, out. 2012).

Uma situação particular, encontrada em alguns circuitos monetários, é a de que os comerciantes locais “demonstram que querem se livrar do ‘caderninho’ [vales, vendas fiado] e os empréstimos em moeda social ajudariam nesse sentido” pelo seu caráter de urgência. Ou seja, o comerciante receberia a moeda social e o cliente devedor pagaria ao BCD o empréstimo, no prazo e nas prestações acordadas com ele.

As formas de controle e de gestão da circulação das moedas sociais pelos BCDs são relativamente simples. Basicamente são utilizadas fichas de adesão dos comerciantes (68,1% dos BCDs utilizam), planilhas de emissão (51,1%) e planilhas de gerenciamento das entradas e saídas de moedas sociais e de Reais (63,1%). Outros mecanismos têm sido criados pelos BCDs e pelos agentes de crédito para facilitar essa atividade, tais como cadernos de anotações, formulários impressos, entre outros. A maior parte dos BCDs realiza esses registros no momento da operação (51,1% deles),

mas há casos em que tal atividade é realizada ao final do dia ou da semana (12,8% e 6,4%, respectivamente) (ver Apêndice G, Tabelas 31.1 e 31.2). A Tabela 32 indica o tempo médio gasto para essa atividade, em que se verifica que a maioria das agentes de crédito dos BCDs despense no máximo quatro horas por semana para manter os registros e controles da circulação da moeda em dia. No entanto, vale notar que um número expressivo de BCDs não tem realizado tais registros (34,9% dos casos).

Tabela 32 – Total de horas semanais dedicados a gestão da moeda social

Horas Semanais	Casos	% casos	% válido	% acumulado
Até duas horas semanais	11	23,4	25,6	25,6
Acima de duas até quatro horas semanais	11	23,4	25,6	51,2
Acima de quatro até seis horas semanais	4	8,5	9,3	60,5
Acima de seis horas semanais	2	4,3	4,7	65,2
Não realiza	15	31,9	34,9	100,0
Não informou	4	8,5	-	-
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

De modo geral, nos territórios onde os BCDs atuam existe um número de comerciantes suficiente para a construção de uma rede de circulação da moeda social (ver Apêndice G, Tabela 32.1). O desafio é, então, sensibilizá-los quanto à aceitação da moeda. Na Tabela 33, verifica-se que 19,1% dos BCDs construíram até o momento uma rede relativamente curta de circulação da moeda, contando com a aceitação de até dez comerciantes locais. Entre os BCDs pesquisados, 25,5% e 23,4% deles construíram um circuito com dez a 30 comerciantes e de 30 a 50, respectivamente. São poucos os casos nos quais o circuito da moeda conta com mais de 50 comerciantes cadastrados (nove BCDs, 19,1%, contam com 50 a 100 comerciantes; e dois, 8,5%, com mais de 100 comerciantes cadastrados). No entanto, vale ressaltar que o fato de o comerciante aceitar a moeda ou ter cadastro não significa que o circuito da moeda passe efetivamente por ele.

Tabela 33 – Número médio de comerciantes que aceitam a moeda social no território

Núm. comerciantes que aceitam a moeda social	Casos	% casos	% válido	% acumulado
Até dez comerciantes	9	19,1	19,1	19,1
Acima de dez até 30 comerciantes	12	25,5	25,5	44,7
Acima de 30 até 50 comerciantes	11	23,4	23,4	68,1
Acima de 50 até 100 comerciantes	9	19,1	19,1	87,2
Acima de 100 comerciantes	4	8,5	8,5	95,7
Não informou	2	4,3	4,3	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Na Tabela 33.1, que cruza dos dados do número de habitantes dos territórios com o número de comerciantes que aceitam a moeda social (dado de percepção dos entrevistados e de levantamentos recentes no território), mostra que a maior parte dos circuitos de circulação da moeda que contam com mais de 50 comerciantes cadastrados estão em territórios com dez a 60 mil habitantes. Mas podemos dizer que esta é apenas uma tendência, pois encontramos casos de circuitos muito mais curtos (com até 30 comerciantes cadastrados, por exemplo) em territórios do mesmo tamanho. Existe ainda, por exemplo, um território com mais de 60 mil habitantes onde o circuito monetário não conta com mais de dez comerciantes fazendo parte dele.

Tabela 33.1 – Número de habitantes do território X número de comerciantes que aceitam a moeda social

Número de comerciantes que aceitam a moeda	Número de habitantes do território						Total
	Até 1.000 habitantes	Entre 1.001 e 3.000 hab.	Entre 3.001 e 10.000 hab.	Entre 10.001 e 30.000 hab.	Entre 30.001 e 60.000 hab.	Acima de 60.000 hab.	
Até dez comerciantes	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	1 2,1%	2 4,3%
Acima de dez até 30 comerciantes	2 4,3%	0 0,0%	0 0,0%	7 14,9%	1 2,1%	2 4,3%	12 25,5%
Acima de 30 até 50 comerciantes	0 0,0%	1 2,1%	1 2,1%	3 6,4%	6 12,8%	0 0,0%	11 23,4%
Acima de 50 até 100 Comerciantes	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	4 8,5%	3 6,4%	1 2,1%	9 19,1%
Acima de 100 comerciantes	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	2 4,3%	1 2,1%	4 8,5%
Não informou	0 0,0%	2 4,3%	1 2,1%	4 8,5%	2 4,3%	0 0,0%	9 19,1%
Total	2 4,3%	4 8,5%	3 6,4%	19 40,4%	14 28,9%	5 10,6%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Da mesma forma, a Tabela 33.2, que cruza os dados do número total de comerciantes do território com o número de comerciantes que aceitam a moeda, mostra que existem territórios com poucos comerciantes (exemplo, até 30 a 80 comerciantes) onde uma grande parcela aceita a moeda (exemplo, de 30 a 50 comerciantes); ou seja, forma-se uma rede de aceitação da moeda social com potencial de atingir efetivamente todo o território de atuação do BCD. No entanto, os dados mostram também que existem territórios com um número razoável de comerciantes (exemplo, acima de 500 comerciantes) com no máximo dez comerciantes aceitando a moeda.

Tabela 33.2 – Número de comerciantes do território X comerciantes que aceitam a moeda social

Número total de comerciantes	Número de comerciantes que aceitam a moeda social						Total
	Até dez comerciantes	Acima de dez até 30	Acima de 30 até 50	Acima de 50 até 100	Acima de 100	Não informou	
Até 30 comerciantes	1 2,1%	3 6,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	5 10,6%
Acima de 30 até 80 comerciantes	0 0,0%	1 2,1%	3 6,4%	0 0,0%	0 0,0%	2 4,3%	6 12,8%
Acima de 80 até 150 comerciantes	0 0,0%	1 2,1%	1 2,1%	4 8,5%	0 0,0%	0 0,0%	6 12,8%
Acima de 150 até 350 comerciantes	0 0,0%	2 4,3%	3 6,4%	3 6,4%	2 4,3%	0 0,0%	10 21,3%
Acima de 350 até 500 comerciantes	0 0,0%	2 4,3%	1 2,1%	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	4 8,5%
Acima de 500 comerciantes	1 2,1%	2 4,3%	3 6,4%	1 2,1%	2 4,3%	0 0,0%	9 19,1%
Não informou	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 12,8%	7 14,9%
Total	2 4,3%	12 25,5%	11 23,4%	9 19,1%	4 8,5%	9 19,1%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

A pesquisa pôde identificar que o volume médio de moeda social que é trocado semanalmente nos BCDs não está diretamente relacionado com o número de comerciantes que aceitam a moeda. O intuito, com este cruzamento, foi obter informações que dessem uma ideia do movimento monetário no circuito, embora elas não sejam indicadoras da velocidade de circulação da moeda. O volume de troca no BCD, de modo geral, não pode ser visto como um indicador de uso da moeda no território, pois pode significar a concentração de moeda nas mãos de poucos comerciantes que têm a necessidade de trocá-las por moeda nacional para se abastecerem fora da comunidade.

Na Tabela 34, identificou-se que o volume médio de moeda social trocado nos BCDs por semana é de 150 (valor sempre equivalente em moeda nacional) na maioria dos casos (27,7% dos casos). Em cinco casos, as trocas são de valores acima de 500 moedas sociais e, em 15 casos, não têm havido trocas. Os casos nos quais não há trocas são aqueles em que as moedas sociais não circulam mais nos territórios e os casos em que os BCDs não souberam responder são aqueles em que os agentes não conseguiram estimar um valor semanal trocado, mas asseguraram que ele é baixo.

Numa situação ideal, quanto menor o valor trocado no BCD, supõe-se ser maior o uso da moeda entre os membros (comércios e indivíduos) do circuito, pois significa que os comerciantes não precisam trocar moedas sociais pela moeda nacional, tendo em vista que o volume que ele recebe em moeda social é gasto dentro do próprio circuito (seja com compras para o comércio, seja para pagamento de funcionários etc.). No entanto, sabe-se que tipicamente os comerciantes, principalmente os maiores, por não encontrarem suas fontes de abastecimento dentro do território, trocam periodicamente a moeda social recebida por Reais no BCD, que as lança novamente no circuito sob forma de troca direta, empréstimos, pagamentos de parte da remuneração dos funcionários e outros mecanismos.

Tabela 34 – Volume médio de moeda social trocado semanalmente nos BCDs

Volume médio de moeda social	Casos	% casos	% válido	% acumulado
Até 150	13	27,7	27,7	27,7
Acima de 150 até 300	6	12,8	12,8	40,4
Acima de 300 até 500	3	6,4	6,4	46,8
Acima de 500 até 700	3	6,4	6,4	53,2
Acima de 700	2	4,3	4,3	57,4
Não houve troca	15	31,9	31,9	89,4
Não soube informar	5	10,6	10,6	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012)

A aceitação e o uso da moeda social pelos comerciantes e moradores do território dependem sobremaneira das ações e instrumentos pedagógicos, de sensibilização e de divulgação que os BCDs criam e utilizam para este fim. Nos BCDs Buriti, Bandesc e Vale do Acarape, no Ceará, nunca foram feitos esforços nesse sentido, e são casos em que a moeda social nunca circulou efetivamente (ver Apêndice G, Tabela 34.1).

De modo geral, identificou-se que, durante a fase de criação do BCD e implementação da moeda, os agentes de crédito e outras pessoas envolvidas no processo investem em palestras (48,9% dos casos); capacitações, tais como oficinas e formações (46,8% dos casos); materiais de comunicação (61,7% dos casos); meios de comunicação locais, como sistemas de som, boca a boca e rádio comunitária (55,3% dos casos); divulgação em eventos e feiras (48,9% dos casos); em atividades específicas com

os comerciantes (70,2% dos casos); e mesmo nas escolas da comunidade (23,4% dos casos) (ver detalhes no Apêndice G, Tabela 34.1).

No entanto, a pesquisa identificou também que esses esforços dos BCDs para a divulgação do papel da moeda no território tendem a diminuir ou se extinguir ao longo do tempo. A Tabela 35 mostra quais destas atividades ainda estavam sendo realizadas pelos agentes de crédito no momento da pesquisa. Nota-se que em 46,8% dos BCDs pesquisados (ou seja, 22 deles) nenhuma destas ações estava sendo realizada. Apenas 23,4% dos BCDs elaboram e usam materiais de comunicação e 17% fazem palestras, usam meios de comunicação locais e fazem divulgações em eventos e feiras. Ressalta-se ainda que apenas 14,9% dos casos indicou realizar atividades específicas com os comerciantes locais, atores sem os quais o circuito da moeda não se constitui.

Tabela 35 – Ações atuais e instrumento de estímulo ao uso da moeda social no território pelos BCDs

Ações e instrumentos utilizados	Respostas		% de BCDs
	Nº de ocorrências	% das ocorrências	
Não existem	22	28,9%	46,8%
Palestra	8	10,5%	17,0%
Capacitações (oficinas, cursos e formações etc.)	5	6,6%	10,6%
Material de comunicação (cartaz/ <i>banner</i>)	11	14,5%	23,4%
Meios de comunicação locais (sist. de som, boca a boca, rádio comunitária)	8	10,5%	17,0%
Eventos e feiras	8	10,5%	17,0%
Atividade específica com os comerciantes	7	9,2%	14,9%
Atividade nas escolas da comunidade	2	2,6%	4,3%
Outros	5	6,6%	10,6%
Total	76	100,0%	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Os **problemas relativos à divulgação da moeda no território** foram reconhecidos como um dos principais desafios do uso delas, apontado por 13 BCDs: “a maior dificuldade é a pouca divulgação da moeda; materiais de divulgação” (Informação verbal, out. 2012). Vale ressaltar que os problemas de divulgação estão mais atrelados à manutenção dos mecanismos de comunicação do que quando da criação do BCD e da moeda, exigindo dos agentes de crédito e dos trabalhadores dos bancos comunitários

em geral a continuidade dessa tarefa. Isso se torna ainda mais importante no contexto de territórios com características de um movimento intenso de migrações e emigrações, como no caso do Conjunto Palmeiras, como apontou Joaquim de Melo Neto em entrevista.

Como ressaltado anteriormente, não se pode com isso negligenciar talvez a questão que envolve a legitimidade e o reconhecimento do trabalho do BCD pelos moradores. A confiabilidade e o respeito dos moradores na iniciativa do BCD pode influenciar sobremaneira na forma como a moeda social circula. Além disso, questões conflituosas (político-partidárias, por exemplo, como percebidas em Matarandiba, território do BCD Ilhamar) também possuem poder de influenciar negativamente a circulação da moeda entre os moradores e empreendimentos.

Remunerar seus membros e trabalhadores com moeda social é uma forma de lançar a moeda social no território de modo mais constante. No entanto, apenas quatro BCDs, todos na região Nordeste, possuem esta política e prática, com o pagamento que varia de 10% a 50% do valor da remuneração total.

Destacam-se o BCD Ilhamar, que remunera 10% do valor do pagamento em moeda social, e o BCD Cocais, que pratica um percentual de 50% do valor do salário em moeda social. Vale ressaltar que, neste caso, é sabido que praticamente todo o município aceita a moeda social “Cocal”, sendo ele conhecido como um dos circuitos mais dinâmicos de moeda social no Brasil. Por fim, o BCD Ecoluzia, na época da pesquisa, não mais remunerava seus membros em moeda social diante das dificuldades de fazê-la circular. No entanto, anteriormente, já praticou um percentual de 10% do valor da remuneração.

Tabela 36 – BCDs que usam a moeda social como forma de remuneração dos membros

Nome do BCD	Município	Estado	% remunerado em moeda social
Cocais	São João do Arraial	Piauí	50%
Ecoluzia	Simões Filho	Bahia	0%
Ilhamar	Vera Cruz	Bahia	10%
Palmas*	Fortaleza	Ceará	20%

*O banco Palmas há cerca de um ano não pratica mais esta remuneração em Palmas, devido a passar a realizar o pagamento em folha.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Por fim, os dados da Tabela 37 confirmam que os BCDs têm tido dificuldades para a formação do lastro para disponibilizar os recursos em moeda social no território, seja sob a forma de crédito, seja sob a forma de pagamento de salários (no caso da troca direta, o lastro é simultâneo e o volume trocado é geralmente baixo). O fundo inicial disponível para fazer circular a moeda social no território é em média 3.196 Reais. No entanto, destaca-se que alguns BCDs começam suas atividades sem qualquer recurso para transformar em moeda social (mínimo 0,0). Alguns BCDs têm este fundo significativamente diminuído à medida que a demanda pela moeda social cai.

O total de fundo do conjunto de BCDs é de 408.508, sabendo que 200.000, ou seja, quase 50%, é relativo ao fundo do Banco Palmas. No entanto, nem todo o fundo circula no território diante das próprias limitações do circuito. O volume médio disponível, ou seja, já lançado e que entra e sai dos caixas dos BCDs, é em média o equivalente a 3.150. No entanto, os valores da mediana de 1.000 para o volume de moeda social disponível e de 400 para o volume médio em circulação do território, por estarem bem abaixo da média, mostram que é grande o número de BCDs com baixo volume de moeda social em circulação.

Considerando os BCDs que responderam a esta questão (41 dos 47 BCDs), no conjunto dos circuitos que eles construíram circulam 129.158 reais sob a forma de moedas sociais. No entanto, sabe-se que no caso do Banco Palmas circulam cerca de 40 mil Palmas. Sendo assim, as Palmas representam cerca de 31% do volume de moeda social lançado nos territórios dos BCDs pesquisados.

Tabela 37 – Caracterização dos volumes inicial, atual e médio de moeda social em circulação nos territórios

Caracterização volume de moeda social	Estatísticas							
	Válidos/Omissos	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Vol. inicial lançado	(42/5)	134.232,00	3.196,00	0,00	2.000,00	4.370,70	0,00	19.250,00
Vol. atual disponível (inicial + novos)	(41/6)	408.508,00	9.963,61	0,00	1.000,00	31.891,50	0,00	200.000,00
Vol. médio de moeda em circulação no território	(41/6)	129.158,00	3.150,20	0,00	400,00	8.067,97	0,00	40.000,00

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Um quarto e último desafio diz respeito também a **certas características do território** onde a moeda social circula. Por exemplo, a proximidade do território com o centro da cidade ou áreas comerciais dificulta a sensibilização dos moradores em relação ao consumo local, com ou sem moeda social. Além deste, a própria característica do circuito monetário imediato no território (o circuito que o BCD consegue construir antes dos empréstimos na linha de crédito produtivo surtirem os efeitos de ampliação e diversificação da rede de produtores e consumidores) pode se configurar em um desafio, quando o BCD “não consegue fazer com que a moeda não retorne ao BCD, principalmente devido ao fato de o(s) maior(es) mercado(s) na comunidade concentrar(em) o recebimento das moedas e trocar diretamente no banco” (Informação verbal, out. 2012). Essa é uma característica de um circuito curto, mas com potencial de se tornar mais amplo à medida que os efeitos dos empréstimos para a produção se combinam com os efeitos dos empréstimos na linha de crédito para consumo em moeda social.

A moeda social Palmas, criada e gerida pelo Banco Palmas desde 2002, pode ser considerada a experiência mais emblemática do conjunto de moedas sociais dos BCDs no Brasil. Além de ter sido a primeira e inspirado os outros BCDs na criação de suas moedas, parece ter constituído um importante circuito no território ao longo desses 11 anos. No entanto, de acordo com Banco Palmas e com os resultados de alguns estudos (MEYER, 2012), o volume e o circuito das Palmas se encontra bastante reduzido, levando o Banco Palmas a questionar a viabilidade de mantê-las na comunidade. No próximo capítulo, são apresentados e discutidos alguns aspectos importantes acerca da atual situação das Palmas e levantadas algumas reflexões sobre os motivos que têm levado as Palmas ao desuso na comunidade.

No entanto, as Palmas e as moedas sociais de modo geral não podem ser entendidas desconectadas do conjunto de ações dos BCDs, e ambos não podem ser entendidos sem o mínimo conhecimento do território, especialmente sua história de lutas e de organização social. É num contexto de lutas por melhores condições de vida que nasce a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, em 1981. E é num contexto de avançada organização social que nasce o Banco Palmas com sua moeda social, no “bairro da economia solidária”.

A história do Conjunto Palmeiras e a do Banco Palmas já foram contadas por alguns estudiosos (SILVA JUNIOR, 2002; BORGES, 2011a; e outros). O livro *Viva Favela: quand les démunis prennent leur destin em main*, escrito por Élodie Bécu e Carlos de Freitas com testemunho de Joaquim de Melo Neto, publicado na França, em 2009, detalha o dia a dia do protagonismo dos atores do território (notadamente Joaquim Melo Neto) num processo de lutas por melhores condições de vida naquele lugar.

Sendo assim, neste trabalho, optou-se em recontar esta história de um modo mais descontraído e baseando-se nos depoimentos diretos de atores locais fundamentais na luta contra a miséria. O intuito é oferecer um panorama da organização social do território, que culmina (mas não termina) na criação do Banco Palmas. Em seguida, apresentados algumas especificidades da atuação do Banco Palmas para depois colocar ênfase sobre a moeda social Palmas.

6. O Conjunto Palmeiras, o Banco Palmas e o Enigmático Caso da Moeda Social Palmas (P\$)

6.1 Conjunto Palmeiras: o bairro da economia solidária e sua história contada por um “soldado” do movimento popular

Em Fortaleza, Ceará, ao chegar na rua Valparaíso, pela Travessa Edilson Candeia no sentido Messejana-Conjunto Palmeiras, o visitante lê, num grande muro branco à sua frente, a frase: “Conjunto Palmeiras, o bairro da economia solidária”. Alguns metros à frente, atravessando a rua Valparaíso, número 698, está localizado o Banco Palmas, famoso no Brasil e no mundo pela criação de uma moeda social circulante local e por uma inovadora iniciativa pautada na concessão de microcrédito aos moradores do bairro. Algumas especificidades dessa história foram expostas no Capítulo 1, quando contextualizamos as moedas sociais no Brasil. Neste ponto, apresentamos o bairro e a sua história por meio das vozes de alguns dos seus protagonistas.

Hoje, quando andamos pelas principais ruas do Conjunto Palmeiras, nós o identificamos como um bairro popular, com ruas asfaltadas, mercadinhos e mercados maiores, farmácias, salões de beleza, armarinhos, lanchonetes e restaurantes. As casas são simples, mas de alvenaria, e parecem oferecer suficiente conforto para uma vida digna na comunidade. Há escolas públicas, creche, posto de saúde dentre outros serviços públicos como os oferecidos pelo Cras (Centro de Referência e Assistência Social) da prefeitura municipal. O bairro conta também com algumas opções de transporte coletivo. Ou seja, um bairro popular como inúmeros outros espalhados pelas grandes cidades brasileiras.

“Tudo o que criaram no Palmeiras foi por necessidade”, diz, em entrevista a um grupo de alemães que visitava a experiência do Banco Palmas, em janeiro de 2012, o senhor Augusto, com 62 anos, residente no bairro desde 1976. Hoje ele é presidente da ABVV (Associação Beneficente de Valorização à Vida), que compõe o conjunto das várias associações que existem no bairro. A ABVV atende 130 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, por meio do ensino da música, da capoeira, do teatro e da inserção digital.

Ele conta que o bairro era, em 1973, uma fazenda do senhor José Queiroz que foi desocupada no governo Virgílio Távora para ser ocupada pelas famílias pobres que o próprio governo tinha retirado de áreas centrais de Fortaleza. Entre elas, muitas famílias

de pescadores que moravam à beira do mar. Junto com estas famílias, outras que haviam perdido tudo numa grande enchente da época também foram enviadas pelo governo para esta área. Os primeiros moradores somavam cerca de 3 mil pessoas. De acordo com o senhor Augusto, não foram todos os pobres que foram enviados para lá, pois “fizeram um tipo de triagem e mandaram apenas os mais pobres” (Informação verbal, jan. 2012).

Em 1976, os moradores contavam com uma escola municipal que funcionava em um curral onde as crianças e professores aprendiam com o gado que pastava ao redor. Seria bucólico, se não fosse trágico, pois todo o resto lhes faltava. Não havia água encanada, não havia energia elétrica, muito menos saneamento e transporte público. As casas eram feitas de pau a pique, papelão ou restos de madeira, materiais que os moradores podiam encontrar sem nenhum custo. As ruas, obviamente, eram de poeira ou barro, dependendo das chuvas. Todo o bairro era um “alagado”, onde abundavam palmeiras, plantas que deram nome ao bairro.

Abandonados, conta o senhor Augusto que os moradores passaram, aos poucos, a se organizarem para suprirem as necessidades mais básicas da vida e enfrentarem as hostilidades daquele lugar. O primeiro movimento nesse sentido foi de cunho religioso sob a forma de novenas. Nas palavras do senhor Augusto, “Maria (Mãe de Deus para os católicos) estava feliz pela fé da comunidade, mas triste diante da miséria em que todos ali viviam”. Nos encontros das novenas, as conversas começaram a ir além das orações e dos rosários, e os moradores começaram a discutir as suas necessidades e as condições da vida ali. E não faltava assunto: pessoas feridas não tinham ambulância; crianças morriam de desnutrição; mulheres não tinham onde dar a luz; mortos não tinham caixão; trabalhadores ou não tinham onde trabalhar ou eram discriminados por morarem ali; o transporte até “a cidade” (centro de Fortaleza) era num caminhão que saía de manhã e voltava no final da tarde. Quem o perdia, ou faltava ao trabalho, ou voltava cerca de 30 quilômetros andando. Tudo isso e mais os assuntos recorrentes como a falta de água, energia e saneamento.



Fotografia 2 – Primeiras moradias do bairro; construção coletiva do canal de drenagem.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

As conversas nos momentos das novenas deram origem a pequenas ações coletivas e que posteriormente tomaram maiores proporções. Uma delas foi a criação da CEB (Comunidade Eclesial de Base) e outros grupos organizados sob a orientação, principalmente, de padres e seminaristas que eram enviados pela Igreja Católica para aquela comunidade. Por meio dessas ações iniciais, algumas capacitações foram realizadas junto aos trabalhadores, como para marceneiros e eletricitas; outros grupos foram formados e a mobilização da comunidade em direção a resolução dos seus problemas ganhou força e visibilidade. Alguns episódios das lutas pelas melhorias das condições de vida no bairro valem a pena serem lembrados.

A luta pela água, já em 1988, não apenas levou os moradores a conseguirem água tratada e encanada para suas casas, mas mostrou a eles que juntos poderiam conseguir tudo mais o que precisassem. De acordo com seu Augusto, eles bebiam lama. Os moradores buscavam água em poços, abertos por eles mesmos “da forma como dava para fazer”, desprotegidos da chuva, lama e de outras formas de contaminação da água. Um dia perceberam que ali mesmo, no meio do bairro, atravessava um enorme duto de água da Cagece (Companhia de Água e Esgoto do Ceará) e ameaçaram a empresa de cortar o duto, caso a empresa não providenciasse água tratada e encanada para o bairro. Foram avisados pela empresa que, se fizessem isso, a água seria jorrada com tamanha força e pressão que ameaçaria a vida dos que estivessem perto. Conta o seu Augusto que

os moradores chegaram a organizar um sorteio entre eles para saberem quem iria cortar o duto. Nas inscrições para o sorteio, até mesmo as mulheres fizeram questão de participar. Vendo a disposição dos moradores, a empresa providenciou em pouco tempo a água para o bairro. Na opinião do seu Augusto, mais importante que a água, aquela ação levou o grupo a frequentemente pressionar o governo e as entidades responsáveis para que resolvessem outros problemas do bairro. Por exemplo, o movimento que os moradores chamavam Lamparina culminou na visita de um técnico da Coelce (Companhia Elétrica do Ceará) junto com um grupo de moradores durante a noite. “De repente, o técnico caiu dentro de um buraco e, definitivamente, percebeu a importância da energia para o bairro”.

Houve, nessa mesma época, um protesto no Cambeba (bairro sede administrativa do Estado de Ceará) no qual o Bispo Dom Aluísio Lorscheider participou, junto com um grupo de moradores, de sete dias de greve de fome. Neste protesto, entre outras solicitações, os moradores reivindicavam a construção de moradias. Por vezes, chegaram a ocupar terras e propriedades de empresários e políticos nas redondezas da comunidade no intuito de construírem as suas moradias.

A luta pela melhoria do transporte também é interessante de ser lembrada. Nas negociações dos moradores com a empresa de transporte da cidade, o empresário disse que 12 ônibus faziam as viagens para o Conjunto Palmeiras, mas os moradores sabiam que a situação não era essa. Foi então que eles resolveram se organizar para provar para as autoridades que as condições de transporte no bairro eram as piores possíveis. Eles se dividiram e passaram a vigiar os ônibus, anotando suas placas e horários. Levantaram também os vários acidentes que ocorreram por conta das más condições desses veículos. Identificaram apenas quatro ônibus que faziam viagens para o Conjunto Palmeiras e ameaçaram a empresa e a prefeitura de quebrar os ônibus se alguma coisa não fosse feita para aumentar o número de ônibus e melhorar suas condições. Conta o seu Augusto que eles chegaram a quebrar alguns ônibus e que alguns moradores reprovaram a atitude do grupo. Mas logo entenderam os motivos quando a empresa disponibilizou mais transporte para o bairro.

Questionado se realmente o governo acreditava e se amedrontava com as ameaças dos moradores, seu Augusto comenta: “não sei, mas que sem essa pressão não teriam conseguido nada, isso sim”. Ele diz orgulhoso que, hoje, o bairro e o Banco Palmas são visitados por políticos de todo o Brasil, entre deputados, senadores e ministros. Até

mesmo o presidente Lula já esteve ali, curioso para saber como funcionava o banco e a sua moeda social. Pesquisadores e interessados de todo mundo querem aprender com o Palmeiras, seu banco comunitário e sua moeda Palmas. Na ocasião da entrevista com seu Augusto, um grupo de alemães passava a semana na comunidade, buscando informações e aprendendo com a experiência para levá-la para as cidades de seu país que atualmente sofrem com a crise na Europa (janeiro de 2012).

Essas lutas, pressões e ações dos moradores se confundem com a história do bairro, com a história da Associação de Moradores e com a do próprio Banco Palmas³⁶. Sua sequência é confusa, mas permite entender que os grupos organizados, formalmente ou informalmente, ao longo da história do Conjunto Palmeiras foram fundamentais para a conquista dos direitos básicos da população do bairro e das melhorias necessárias para a vida naquele lugar. Para termos uma ideia, os moradores chegaram a criar uma casa de parto para apoiar as mães com dificuldades de se deslocar até a maternidade no centro de Fortaleza. Criaram também uma funerária comunitária, para oferecer um enterro mais digno aos mortos na comunidade.

A Asmoconp (Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras) foi criada em 1981, quase dez anos depois da chegada dos primeiros moradores, já que as condições de vida no bairro não tinham mudado muito. A ideia da associação surgiu em meio a um projeto do governo federal, chamado projeto Random, que previa o envolvimento de estudantes universitários em comunidades carentes espalhadas pelo Brasil. Foi então que, em 1980, nos encontros com os estudantes surgiu a ideia de criarem uma associação e, em 1981, ela se constituiu formalmente. O processo de organização da associação de moradores e sua constituição deram fôlego às lutas políticas dos moradores, aos movimentos sociais no bairro e à organização da comunidade para as suas numerosas reivindicações. Pressões e ameaças foram feitas, passeatas e seminários de discussão foram organizados e novas conquistas foram alcançadas, a exemplo da água, do transporte e do saneamento básico.

Na época, as condições de moradia ainda eram péssimas. As casas eram de papelão ou taipa (ou pau a pique), inclusive as duas primeiras sedes da associação. A primeira foi na casa da sócia e fundadora Dona Marinete, a segunda foi construída

³⁶ Um sequência mais exata da história da Asmoconp e do Banco Palmas é feita em Silva Júnior (2004), Melo Neto e Magalhães (2008) e Borges (2011a). Neste trabalho, optou-se por (re)escrever a história com base nas informações obtidas durante a pesquisa de campo realizada em janeiro de 2012, sob o olhar, principalmente, de um antigo morador do bairro.

exclusivamente para a associação. A sede de alvenaria atual é dos anos 1990, e a partir daí muitas melhorias e mudanças foram feitas para incorporarem o Banco Palmas e as atividades de muitos projetos.



Fotografia 3 – Sede da Asmoconp e do Banco Palmas em 2012

Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

Hoje a associação conta com 1.500 associados, os quais contribuem com dois reais por mês. As assembleias são abertas a todos, inclusive aos que não moram no bairro. Todos os moradores podem votar, independentemente de serem associados, quando o assunto é de natureza mais geral, como a melhoria das ruas. Quando o assunto é mais específico da associação, como a constituição de uma chapa, somente os associados em dia com suas mensalidades votam.

Ainda nos anos 1990, 26 outras associações se organizaram no bairro com diferentes objetivos: produção coletiva, assistência às crianças e adolescentes, ensino e apresentação de dança, arte circense, entre outras. Essas organizações faziam parte da União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras (Uagoconp) e, neste espaço, desempenhavam o papel fundamental de discutir as diretrizes para diagnosticar e solucionar os problemas comuns. Já nessa época, muitas ações eram empreendidas como um jornal comunitário chamado “Desperta Palmeiras”, várias manifestações e publicações, bem como a construção de um canal de drenagem e de esgotamento sanitário (BORGES, 2011a).

Hoje, além dessas organizações, o bairro conta com nove escolas, sendo uma delas estadual, e dois postos de saúde. O conjunto de associações do Conjunto Palmeiras se reúne no Fecol (Fórum Socioeconômico Local). Organizado pela Associação e pelo Banco Palmas, o Fecol é uma reunião mensal na qual participam os representantes das várias organizações do bairro para discutirem assuntos relativos ao Conjunto Palmeiras.

Ao longo da existência da associação, a organização de seminários para discussão e resolução dos problemas comuns foram constantes. A presidente da Asmoconp se

lembra de um seminário chamado “Habitando o Inabitável”, que objetivou discutir a questão da urbanização do bairro. Nessa caminhada, perceberam que o bairro se organizou e avançou politicamente. De certa forma, construíram uma identidade por meio de ações coletivas e movimentos e lutas para pressionar o governo a “olhar” para os problemas do bairro, assim como por meio de organizações comunitárias voltadas para tais problemas. Mas, embora muitos problemas tivessem sido solucionados, como as questões da água e da energia (e, em parte, o esgotamento sanitário e o transporte), um deles ainda se mantinha: a questão do trabalho e da renda. Afinal, a água encanada e a energia elétrica geravam contas, as quais muitos moradores não tinham condições de pagar. Joaquim de Melo Neto lembra que muitos moradores começaram a sair do bairro em direção a bairros mais pobres, onde não teriam esses custos.

Sob certo aspecto, os avanços nas questões sociais e políticas do bairro serviram de base para discutirem e avançarem na questão econômica, pois a questão do trabalho e da renda se tornou ainda mais essencial para muitas pessoas no bairro e para a efetiva melhoria da qualidade de vida nele. Foi desta preocupação que surgiu a ideia da criação do Banco Palmas, quase 20 anos depois da criação da associação.

No início dos anos 2000, as atividades do Banco Palmas começaram a se complexificar e outras demandas dos moradores foram surgindo e sendo identificadas. A equipe passou, então, a buscar informações em outras experiências, para fortalecer as ações e melhorar o funcionamento do Banco Palmas.

Em 2002, a criação do Instituto Palmas se fez necessária diante da exigência das parcerias e projetos (tendo em vista que o Banco Palmas não tem forma jurídica e que a forma jurídica das associações não é adequada a determinados fins, projetos e parcerias). O Instituto, na forma jurídica de Oscip de microcrédito, também foi fundamental para a expansão da experiência do Banco Palmas para outros bairros de Fortaleza, municípios do Ceará, estados brasileiros e países. Hoje, apesar da maior visibilidade do Banco Palmas e da “marca” “Palmas”, a Asmoconp, financiada em parte pelo Instituto Palmas, continua a dedicar suas ações em prol da melhoria da vida no bairro e a tentar atender as reivindicações da comunidade. De acordo com a atual presidente da Asmoconp, apesar de terem, de certa forma, conseguido urbanizar o bairro, muitas ações ainda estão por serem planejadas e alcançadas. Uma delas, na sua opinião, se relaciona com a questão da violência na comunidade que preocupa todos os

moradores. “Enquanto há vida, há busca por sua melhoria. E, nossos pobres ainda não são como os pobres da Alemanha” (Informação verbal, jan. 2012).

6.2 “Ninguém supera a pobreza sozinho”: a atuação do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras

Na fachada do Banco Palmas está escrito: “Ninguém supera a pobreza sozinho”, uma frase dita por Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária. Seu significado tem a ver com a importância da solidariedade e das ações coletivas em prol da melhoria da vida de grupos e comunidades. Esta ideia transmite, de modo simples, o pilar do trabalho realizado dentro e pelo Banco Palmas.

Às 7:30h da manhã, o Banco Palmas abre para seu público. Alguns funcionários chegam bem cedo para preparar o café, cuidar das plantas e aprontar tudo para mais um dia de trabalho. A sede do Banco Palmas até 2012 era relativamente grande, sendo que alguns espaços foram construídos ao longo das conquistas e do desenvolvimento dos projetos sem um planejamento prévio de toda a obra. O setor de atendimento ao público era o primeiro espaço visto ao entrar na organização. Nele, estavam os caixas do banco, as mesas para recebimento dos pedidos de crédito, uma porta que dava acesso à sala para os correspondentes bancários e outra para a Asmoconp. Pessoas do bairro e também da vizinhança entravam e saíam durante todo o dia; umas para pagar suas contas, outras para quitar parcelas dos seus empréstimos e outras para solicitá-los. Antes da criação do Banco Palmas, este espaço era apenas da Asmoconp e ainda preservava o palco de alvenaria que servia aos teatros realizados pela associação nas ações de conscientização da comunidade. Onde eram os bastidores do teatro, ficavam as pessoas nos caixas do banco, de modo a atenderem os clientes por meio de uma abertura na parede. Nesse espaço de atendimento, havia ainda uma mesa central para abertura de contas, e uma recepção para informações logo na sua entrada.

Saindo desse salão de atendimento ao público, logo à esquerda havia uma copa e banheiros. Em frente, depara-se com um agradável e inesperado espaço descoberto, com plantas trepadeiras e pequenas árvores frutíferas. Este espaço dá acesso a outras construções – uma que servia para a administração dos projetos, outra para a administração do Instituto Palmas e do Banco Palmas, e outras, mais amplas, para capacitações e cursos para a comunidade. Dois destes espaços mais amplos estão cheios de máquinas de costura e, em janeiro de 2012, iniciava-se um curso básico de costura

para as mulheres beneficiárias do Bolsa Família. Um terceiro espaço, com laterais abertas, contava com cadeiras, mesa e quadro para reuniões e cursos. Foi a estrutura que serviu para o funcionamento da Palmatech³⁷. Os recursos destinados a essa obra ajudaram a lançar as primeiras moedas sociais na comunidade sob a forma de parte dos salários dos trabalhadores.



Fotografia 4 – Espaço de atendimento do Banco Palmas e fila para solicitação de crédito
Fonte: Arquivos da pesquisa (2012).

O intuito desta rápida explanação sobre a estrutura do Banco Palmas é dar minimamente a noção da quantidade e da complexidade dos trabalhos ali realizados. Além da administração do banco em si mesma, por meio do controle dos empréstimos, administração dos recursos dos correspondentes bancários (um da Caixa Econômica Federal e outro do Banco do Brasil) e o controle sobre a circulação das moedas sociais, uma série de outras atividades de diferentes projetos são realizadas. Uma equipe é destinada para administração e execução dos projetos direcionados à comunidade e à circunvizinhança (capacitações, criação de empreendimentos solidários específicos, projetos direcionados às mulheres que recebem o Bolsa Família, entre outros); outras pessoas se envolvem na implementação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (Rede-BCDs) por meio de um projeto em conjunto com a Senaes/MTE e outros parceiros, como Incubadoras de Empreendimentos Solidários e Bancos Comunitários (voltaremos às ações desta rede ao final deste capítulo).

Atualmente, o Instituto Palmas possui sede própria e nova. A sede antiga é inteiramente dedicada às ações da Asmoconp e dos cursos de capacitação em costura. Nesta nova sede funciona toda a parte administrativa do Instituto e do Banco Palmas, bem como o setor de solicitação de crédito e a gestão dos projetos sociais que são desenvolvidos. No entanto, por uma questão de comodidade e de segurança, os caixas do

³⁷ É um espaço construído no início das atividades do Banco Palmas, localizado na sua sede, para oferecer as várias capacitações demandadas pelos diferentes projetos sociais do Instituto Banco Palmas e da Asmoconp.

banco estão alocados no espaço que a Palmafashion usava para expor e vender seus produtos, que se localiza entre a sede da associação e a sede nova do Banco Palmas.



Fotografia 5 – Sede nova do Banco Palmas
Fonte: Arquivos da pesquisa (nov. 2013).

Os projetos sociais do Banco Palmas são fundamentais e acompanham sua busca pelo desenvolvimento do território por meio da concessão de crédito. Estão voltados a vários assuntos, como os relativos à cultura e à educação. Cada um desses projetos é financiado por instituições e parceiros diferentes, por meio da participação do Instituto Palmas ou da Asmoconp nos editais publicados, tanto por órgãos públicos quanto por entidades privadas ou não governamentais. Por exemplo, os editais da Caixa, Petrobrás, Avon, BNB e BNDES. Um projeto com o BNB, por exemplo, deu origem aos Consultores Comunitários, um curso de capacitação que acontece anualmente para formar jovens da comunidade nas atividades de todos os setores do Banco Palmas. São quatro meses de curso e mês a mês de estágio. Os estudantes passam pelos caixas e também dão apoio aos empreendimentos, coletam dados para o mapa da produção e consumo, enfim, envolvem-se nas mais diferentes atividades dentro do BCD. As bolsas são de 250 Reais e as turmas são compostas por até 15 alunos. Até janeiro de 2012, cinco turmas de consultores haviam sido formadas, e muitos estudantes permanecem como membros do Banco Palmas. Dessa maneira, o Banco Palmas capacita seus futuros gestores e mantém sua gestão entre os membros da comunidade e de bairros circunvizinhos.

Há ainda capacitações planejadas nas mais diferentes áreas, voltadas para demandas da comunidade, chamadas de Setoriais. Em janeiro de 2012, acontecia um “setorial de costura”, com duas turmas. Mas há também previsões para setoriais de beleza e de informática, por meio de uma parceria com a Caixa, que disponibilizará 20 computadores. A Asmoconp também se envolve no oferecimento de capacitações diversas e complementares aos setoriais, como o curso de elaboração de bijuterias que havia ocorrido recentemente. Dessa maneira, no Banco Palmas “sempre estão

acontecendo capacitações para o trabalho e para a vida” (Informação verbal, coordenação de projetos, jan. 2012).

Uma importante ação da equipe dos projetos em relação à moeda social se constituiu numa série de apresentações teatrais nas escolas do bairro. A equipe se preparava numa sala e as turmas eram liberadas para assistirem ao teatro de bonecos que explicava como a moeda funciona e a importância de utilizá-la na comunidade. De acordo com um membro da equipe de projeto, os professores também acabam ficando interessados, porque muitos não moram no bairro e não conhecem a moeda social que ali circula.

Um dos projetos em destaque no Banco Palmas é o projeto Elas, criado e implementado especificamente para as mulheres beneficiárias do Bolsa Família. Este projeto envolve a parceria de várias instituições como a Senaes/MTE, o BNDES, o BNB, a Caixa, o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza.

O projeto [Elas] caracteriza-se pelo desenvolvimento de um conjunto de ações de promoção, educação e acompanhamento das mulheres do programa Bolsa Família, tomadoras de crédito do Banco Palmas, tendo como objetivo a inclusão e emancipação socioproductiva, financeira e bancária das mesmas (INSTITUTO PALMAS, 2011b, p. 02).

Até julho de 2011, 1.800 mulheres já tinham sido atendidas pelo projeto Elas, que abrange a região do Alto Jangurussu, composta por 11 bairros da regional VI³⁸ de Fortaleza, uma das regiões mais pobres da cidade, com cerca de 300 mil habitantes (INSTITUTO PALMAS, 2011b). Para fazer parte do projeto, basta a mulher apresentar o cartão do Bolsa Família e se dirigir a um atendente do banco para que faça o primeiro empréstimo (valor máximo de 150 reais). A partir daí, ela está inserida no projeto e será acompanhada pelos agentes de inclusão socioproductiva, recebendo pelo menos uma visita mensal para orientações. O intuito é que elas possam ter acesso, com o tempo, a todas as linhas de crédito do banco.

O Quadro 6 abaixo oferece apenas uma ideia dos projetos sociais que são desenvolvidos pelo Instituto Palmas. Publicado em 2010, não contém as novas versões dos projetos que se recriam ano a ano, e nem mesmo os projetos novos, como o o Banco Palmas na Copa das Confederações, o PalmasLab, criado em 2013, e as Palminhas,

³⁸ A regional VI é a que mais cresceu na cidade nos últimos 15 anos, sendo que de 1991 a 2000 seu crescimento foi de 53,98%, e as regionais V e VI juntas abrigam mais de 40% da população da cidade (BORGES, 2011a, p. 258).

também de 2013. Estes dois últimos serão comentados na seção específica sobre a moeda social Palmas.

Quadro 6 – Relação de alguns projetos sociais do Banco Palmas

Projetos	Descrição do projeto
Incubadora Feminina	Objetiva a inclusão social de mulheres em situação de risco social e pessoal na comunidade por meio da capacitação para o trabalho. São 18 meses de curso, com alimentação diária e bolsa de 100 reais por mês. Ao final, recebem um empréstimo do Banco Palmas para começarem um pequeno negócio produtivo ou são encaminhadas para o mercado de trabalho.
Escola Popular Cooperativa Palmas (EPC)	Volta-se para a juventude do bairro no intuito de contribuir para a inserção dos jovens na Universidade. São 600 horas de curso em seis meses. Conta com professores (geralmente, ex-alunos universitários) que recebem uma bolsa de 100 reais por mês. Os alunos recebem o uniforme e todos os materiais didáticos.
Academia de Moda Periferia	Direcionado aos jovens do bairro, constitui em um espaço de capacitação e produção no campo da moda. Funciona em um espaço na sede da Asmoconp equipado com máquinas e outros materiais. O intuito é permitir que os jovens ingressem no mercado de trabalho ou montem seu próprio negócio.
Bairro Escola	Constitui em um processo formativo dividido em três fases: 1ª Formação básica (60h) – curso teórico sobre empreendedorismo, economia solidária, relações humanas e a história da comunidade 2ª Formação específica (300h) – o jovem é encaminhado a uma empresa do bairro (mercearia, comércios em geral, salão de beleza etc.) na qual faz um estágio de quatro horas por dia durante três meses. O intuito é que aprendam a prática no dia a dia. 3ª Formação complementar (20h) – os jovens retornam a sede do Banco Palmas para cursos sobre gestão de negócios e <i>marketing</i> .
Consultores Comunitários	Curso de economia solidária, destinado aos jovens do bairro, no qual estes são treinados a dar consultoria aos negócios do bairro e aos BCDs de toda a rede do Ceará. O intuito também é o de que contribua para formar futuros membros do Banco Palmas.
Feira Solidária	Espaço público de comercialização semanal de produtos produzidos na comunidade. Abre espaço também para apresentações culturais locais.
Loja Solidária	Espaço anexo a sede do Banco Palmas para comercialização coletiva dos produtos do bairro. Os produtores são pagos na proporção da venda de seus produtos, descontando uma taxa de 2% para pagamentos dos custos operacionais do espaço.
Fecol – Fórum Sócioeconômico Local	Espaço de diálogo entre as entidades locais sobre as questões econômicas e sociais do bairro, no intuito de promoverem o desenvolvimento endógeno do território com base na economia solidária. A Fecol é responsável por fazer a controladoria social do Banco Palmas.
Faces – Fundo de Apoio à Cultura e ao Esporte Solidário	É um fundo solidário, rotativo, de natureza associativa e comunitária. É destinado aos grupos culturais e esportivos da comunidade, sob o qual não incide juros. A avaliação e decisão acontecem no âmbito da Fecol. Um grupo apresenta a proposta e o grupo beneficiado paga apenas 30% do valor solicitado e os 70% são pagos em serviços para a comunidade (realizando, por exemplo, apresentações nos espaços e festas da comunidade). O crédito é pago em até 12 meses.
Jornal Banco Palmas na Rede	Jornal comunitário totalmente elaborado por uma equipe de jovens do bairro. O jornal divulga notícias do bairro, suas lutas e conquistas, desafios, reuniões, eventos e destaca as lideranças que contribuem para o bairro. O jornal possui uma tiragem de 5 mil exemplares distribuídos gratuitamente à população do bairro.
Cia Bate Palmas	Constitui de um estúdio de música, uma banda e uma pequena oficina de criação de instrumentos musicais. No carnaval a banda se transforma no bloco Bate Palmas.

Fonte: Instituto Palmas (2010).

6.2.1 A concessão de microcrédito pelo Banco Palmas

Entre os agentes de crédito do Banco Palmas, costuma-se dizer que as agentes internas são os “ouvidos” e o agente externo os “olhos”. Isso porque as solicitações de crédito produtivo (acima de 500 reais) passam pela visita de campo na qual o agente externo avalia a veracidade das informações prestadas e a própria viabilidade da proposta. Estas solicitações seguem para o Comitê de Análise de Crédito (CAC) que se reúne periodicamente para analisá-las. Também são analisadas pelo CAC as solicitações de crédito com algum componente crítico que exija atenção maior por parte da equipe do banco. Fazem parte desse comitê a gerente do Banco Palmas, um analista de crédito e um técnico do Instituto Palmas (BORGES, 2011a).

Durante a vivência e convivência na fase exploratória da pesquisa, foi possível acompanhar durante um dia inteiro todo o processo de concessão de crédito pelas agentes internas do banco, além de entrevistá-las. Com isso, alguns aspectos desse processo são importantes serem ressaltados, tendo em vista que qualificam as ações não só do Banco Palmas, mas de toda rede de BCDs que compartilha a mesma filosofia e metodologia.

a) As especificidades das linhas de crédito

Os produtos financeiros do Banco Palmas podem ser subdivididos em dois grupos: o microcrédito para a produção, concedidos em Reais; e o microcrédito para consumo, concedido em moeda social (as Palmas). No grupo do microcrédito produtivo, outras modalidades ou linhas de crédito são oferecidas, dependendo das características do solicitante ou empreendedor, do valor do empréstimo, das taxas de juros e do valor dos reembolsos mensais. Estas linhas de crédito produtivo são: 1) a linha Empresarial, maior linha de crédito do Banco Palmas, destinada a empresários locais; 2) Economia popular e solidária, destinada a constituição de empreendimentos solidários e a grupos que pretendem produzir coletivamente; c) a Casa produtiva, destinada a um produtor ou grupo produtivo familiar que utiliza os recursos da sua residência (água, energia e mão de obra) para produzir; d) a linha para Revendedor, criada para pessoas que trabalham com a revenda de produtos de porta em porta, a exemplo de mulheres revendedoras de produtos de beleza; e e) a linha Bolsa Família, pensada para as famílias beneficiárias dos recursos deste programa, no intuito de que comecem, se mantenham e cresçam num processo socioprodutivo. A Tabela 38 resume essas linhas de crédito produtivo e suas

características em termos de volume de crédito, além de o que ele representa no total das carteiras do Banco Palmas.

Tabela 38 – Volume de crédito dentre as diferentes carteiras do Banco Palmas

Cifras de 01 de janeiro a 31 de julho de 2011									
Tipo de crédito	Valor do crédito (em R\$)	Tx. de juros (%)	Qtd. de créditos	Qtd. de crédito no total concedido	Valor total por tipo de crédito (em mil R\$)	% do valor na carteira de crédito	Tx.de juros média (%)	Total de créditos concedidos	Valor total emprestado (em mil R\$)
Empresarial	Até 2 500,00	2,5	245	9,90 %	274,26	21,13	2,81	2476	1.298,22
	2.501,00 a 5 000,00	3,0	58	2,34 %	196,18	15,11			
	5.001,00 a 15.000,00	3,5	49	1,98 %	481,50	37,09			
Economia popular e solidária	Até 500,00	2,5	322	13,00 %	113,67	8,76			
Casa produtiva	Até 450,00	2,0	16	0,65 %	7,85	0,60			
Revendedor	Até 400,00	2,5	114	4,60 %	49,77	3,83			
Bolsa Família	Ate 150,00	1,5	1672	67,53 %	174,95	13,48			

Fonte: França Filho et al. (2012, p. 04).

Vale ressaltar que os empréstimos com um valor inferior a R\$ 500,00 são concedidos imediatamente após a entrevista com o agente de crédito, tendo este que apresentar apenas os documentos de identificação e as faturas que comprovem que usou os recursos do empréstimo anterior na sua atividade produtiva. Os empréstimos para as atividades informais (das linhas Economia popular e solidária, Casa produtiva e Revendedor) possuem taxas de juros mensais entre 2,0% e 2,5%, reembolsáveis entre quatro e oito meses (INSTITUTO PALMAS, 2011b; FRANÇA FILHO et al. 2012). A linha de crédito especialmente criada para as mulheres que recebem do programa social Bolsa Família de redistribuição de renda possui uma taxa de juros bem baixa de 1,5% ao mês e libera valores até R\$ 150,00 a serem pagos em até quatro vezes. É importante notar que os beneficiários de programas sociais são os principais clientes, considerando que a comunidade é caracterizada pelo alto índice de pobreza.

Vale ressaltar ainda que, como sabemos, há no Brasil um sistema de proteção de crédito (SPC), que é constituído por todas as pessoas com dívidas atrasadas. Uma vez inscrito no SPC, é quase impossível recorrer a novos empréstimos. No Banco Palmas, apenas a linha de crédito Empresarial leva em consideração os resultados desta consulta

na decisão de emprestar ou não. Nas demais linhas, ou a consulta não é feita ou, se realizada, o resultado fica apenas como uma observação no cadastro do usuário.

O crédito para consumo tem sido importante para a emissão de moedas social na comunidade. Nesta linha, o valor máximo era de 300 Palmas até 2012, passando para 600 em 2013. As razões para o empréstimo não interessam muito ao Banco Palmas. Isso porque é uma linha de crédito concedido imediatamente para atender as diversas necessidades de compras emergenciais dos moradores, como um botijão de gás, um medicamento, uma consulta médica e mantimentos. A maioria das pessoas que recorre a esta linha de crédito é motivada pelo término do salário antes do final do mês. Dados do Banco Palmas mostram que, em 2005, 70 pessoas recorreram a esta linha de crédito, tendo sido crescente este número nos anos seguintes até 2009. Naquele ano foram 340 pessoas atendidas nesta linha.

Para termos uma noção melhor dos resultados das ações da oferta de crédito no bairro, dados do Banco Palmas mostram que de 2007 a 2009 foram realizadas 3.139 operações de crédito, com um volume emprestado de mais de 4 milhões de Reais. Ao todo, 2.500 famílias foram beneficiadas, 8 mil postos de trabalho foram mantidos e 2 mil foram gerados. O correspondente bancário realizou 28 milhões de transações e fez a gestão de quase 80 milhões de Reais (INSTITUTO PALMAS, 2010).

b) O sensível papel das agentes de crédito

“O cliente chega no banco sabendo que quer dinheiro, mas muitas vezes não sabe quanto quer, quanto precisa e como usar”, diz em entrevista uma das agentes de crédito do Banco Palmas. O papel das agentes internas de crédito (todas mulheres), ao receber as solicitações, é mais do que registrar informações objetivas dos solicitantes. Elas desempenham um importante papel orientador. Conversando calmamente com o usuário do banco, elas identificam a linha de crédito na qual o pedido se encaixa, explicam como funcionam algumas linhas e serviços, os valores máximos de crédito que o usuário pode pedir e, até mesmo, ajudam a dissuadir os solicitantes de ideias “absurdas” para utilizar o crédito. Este processo pode durar até 40 minutos, dependendo do caso. Nesse período, as agentes demonstram toda sensibilidade para orientar os usuários a darem as informações necessárias, pois muitas vezes eles não sabem informar, por exemplo, quantos equipamentos o seu negócio tem, ou mesmo o volume de vendas por semana. Aos poucos, as agentes perguntam de diferentes maneiras para

obterem as informações e preencherem um formulário eletrônico de solicitação de crédito.

[...] a grande maioria dos clientes não sabe repassar as informações dos seus empreendimentos, como o valor em estoque, e até mesmo o mínimo e máximo das vendas por dia. Sendo assim, as informações são um apanhado do que agente consegue ‘captar’, com sensibilidade e fazendo contas [às vezes o cliente não responde quanto ganha num dia, mas sabe dizer quanto ganha por semana]. A gente vai buscando as informações, questionando de diferentes formas o cliente (Informação verbal, agente de crédito, jan. 2012).

Outro aspecto importante é que as agentes possuem certa liberdade, mesmo utilizando o sistema, de indicar um valor de crédito máximo para o cliente. No caso da linha das mulheres que recebem Bolsa Família, atualmente as usuárias mais críticas do banco, as agentes de crédito acabam se envolvendo com elas e com seus problemas, encontram-nas pelo bairro, no mercado – o que torna o processo significativamente relacional e pessoal.

Uma das agentes de crédito diz que “de maneira especial, os créditos para as mulheres do Bolsa Família emocionam, muitas vezes. Algumas vivem com 60 reais por mês, outras foram espancadas pelo marido no dia anterior” (Informação verbal, agente de crédito, jan. 2012).

c) A “naturalidade” do processo de concessão de crédito: exemplos a partir da realidade

O senhor Francisco é um dos poucos homens clientes do Banco Palmas na linha de crédito dos beneficiários do Bolsa Família. A grande maioria é de mães de família, mesmo porque o governo federal direciona o pagamento do benefício a elas. Em janeiro de 2012, era o quarto empréstimo que o senhor Francisco solicitava no banco. Nesta ocasião ele pediu 150 Reais, valor máximo a ser emprestado nessa linha de crédito. Em novembro de 2010 ele tomou 120 Reais emprestado; em março e em julho de 2011, mais 150 reais por solicitação. O senhor Francisco investe numa banca de bombons e guloseimas e estes recursos são utilizados para comprar em maior quantidade e mais barato. Quando o senhor Francisco terminar de pagar as parcelas, ele deve apresentar ao Banco Palmas as notas fiscais das compras dos produtos. Com isso, ele poderá, se quiser, solicitar valores cada vez maiores para seus investimentos e passar a solicitar empréstimos em outra linha de crédito.

Em média, cada uma das duas agentes internas de crédito recebe e processa de 18 a 25 solicitações de crédito semelhantes a essa por dia. Atualmente, a maioria dos atendimentos são do público beneficiário do Bolsa Família. Durante a experiência da pesquisadora no setor de solicitação de crédito, não houve nenhuma solicitação na linha de crédito para consumo. As solicitações ou eram da linha Bolsa Família ou nas linhas de crédito produtivo. Como nos casos de Ana, a quem um crédito de 500 reais foi aprovado para investimento no seu armário; da artesã que morava no bairro vizinho que precisava comprar linhas para fazer seus bordados para vender; do professor de educação física que queria melhorar as instalações da sua pequena academia; do senhor do bairro vizinho que faz salgados e doces para festas e vende quentinhas para almoço que precisava comprar os produtos para manter sua produção; do feirante que precisava comprar frutas e verduras em grande quantidade na linha de crédito Empresarial, e assim por diante.

Ao receberem uma solicitação de crédito, as agentes de crédito buscam no sistema chamado Sipweb (o qual estava começando a ser usado em janeiro de 2012) o cadastro com o histórico do usuário. Nele, pode-se obter informações sobre quais empréstimos já foram feitos em seu nome (valores, linhas de crédito, datas, pagamento das parcelas, atrasos, entre outros detalhes). A partir daí, as agentes de crédito sabem que o máximo a ser emprestado nesta nova solicitação é o dobro do valor do último empréstimo. Ou seja, se o usuário pediu 200 Reais no último empréstimo, o valor máximo do próximo empréstimo é de 400 Reais (respeitando também o limite da linha de crédito em que o solicitante se encaixa). Mesmo assim, elas perguntam ao solicitante quanto ele precisa e em quantas parcelas pode pagar. De acordo com elas, isso é importante para ter uma ideia das expectativas deles em relação à quantia de recursos. Relatam também que, na maioria das vezes, os solicitantes pedem um valor maior. Esta restrição é entendida como um mecanismo para evitar endividamentos excessivos, e reforçar a importância dos usuários honrarem seus compromissos para que possam obter valores maiores futuramente.

Vinculado ao cadastro do solicitante, há um levantamento socioeconômico do negócio que, em toda solicitação de crédito daquele cliente, é preenchido ou atualizado. O intuito é obter um histórico da evolução da atividade ou negócio à medida que ele vai usando os recursos dos empréstimos realizados no banco. Nos casos dos créditos para consumo, esse levantamento não é realizado. Nesse levantamento, constam informações

tais como: renda familiar, gastos da família com as contas do mês (água, luz, telefone, gás, por exemplo); o valor das vendas diárias (mínimo e máximo); os valores gastos semanalmente ou mensalmente com compras para o negócio; os melhores e piores meses para trabalhar; o valor total estimado do estoque ou equipamentos disponíveis etc. Além disso, pergunta-se se o pequeno negócio é na casa do cliente (para saber se as contas são as mesmas); se o cliente paga outras prestações, se usa cartão de crédito para fazer compras para o negócio; se trabalha todos os dias da semana, entre outras questões desta natureza.

Esse processo, apoiado pelo novo sistema, parece ser consideravelmente flexível. Ao final, quem elabora o parecer do valor do crédito e as parcelas são as agentes de crédito, com base, essencialmente, no histórico dos pagamentos do solicitante, no limite da linha e na regra de, no máximo, dobrar o último valor do empréstimo.

O crédito, então, “sai na hora”. Ao sair do balcão de solicitação de empréstimo, o usuário vai, com a autorização em mãos, direto para o caixa retirar sua quantia. Apenas alguns casos de solicitação de crédito passam pelo Comitê de Avaliação de Crédito (CAC), tais como: o primeiro empréstimo da linha empresarial; os casos em que o solicitante possui alguma observação crítica em seu cadastro (por exemplo, “o cliente apresentou notas que pareciam falsas”) ou apresentou algum problema; e os casos em que usuários da linha empresarial que solicitam mais do que o dobro do último empréstimo. Além disso, para os empréstimos de maior valor e que significarem considerável mudança no empreendimento, o CAC leva em consideração as informações da visita do agente externo ao empreendimento.

Algumas vezes, as agentes de crédito acabam por “colocar a culpa no sistema” para evitarem qualquer tipo de conflito pessoal. Quando percebem que o solicitante está com notas fiscais falsas (no caso do crédito da linha Economia popular, o usuário tem que comprovar, no segundo empréstimo, que ele usou os recursos para realizar compras para o empreendimento), por exemplo, evitam conceder o empréstimo e deixam uma observação no cadastro do solicitante. Estes casos quase sempre são levados ao CAC para uma melhor análise. Muitas vezes, ainda, o usuário comete algum equívoco, e, nestes casos, são devidamente orientados pelas agentes.

d) O crédito para quem “nunca” o teria

Inicialmente, o Banco Palmas emprestava para pequenos negócios (linha Empresarial) e para pessoas com pelo menos seis meses de experiência. Mas, entre as inúmeras necessidades da comunidade, outros usuários foram identificados ao longo destes 15 anos do banco. Foi com base nesta demanda que foi criada a linha de crédito para os beneficiados pelo Programa Bolsa Família, com significativo destaque para as mulheres, como visto no âmbito do Projeto Elas. O valor máximo do crédito para este público é de 150 Reais. A ideia é que seja um valor que não comprometa a renda da família, e nem um valor muito insignificante, que não dê para realizar nenhum tipo de investimento.

No entanto, dentro do grupo das mulheres que recebem Bolsa Família, existe um outro que é o das mulheres que possuem o “nome sujo”, ou seja, estão inscritas nos sistemas de proteção ao crédito (como o SPC ou Sociedade Anônima de Centralização de Serviços Bancários – Serasa). A este grupo o Banco Palmas chama de “Semente”, no intuito de indicar que podem receber o primeiro crédito. No caso, o valor é 50 Reais, podendo ser pagos em até quatro vezes. A partir do momento que elas pagam estes 50 reais, para o Banco Palmas, é como se elas “limpassem o nome”, e se tornassem aptas a receberem empréstimos cada vez maiores podendo, inclusive, optarem por outras linhas de crédito após atingirem o valor máximo da linha Bolsa Família (150 Reais) e realizarem seus pagamentos adequadamente.

Assim, é possível perceber as linhas de crédito no Banco Palmas sob a forma de uma escada de seis degraus: o primeiro degrau seria o crédito da linha Semente, o segundo o Bolsa Família propriamente dito, o terceiro o crédito para Revenda, o quarto o crédito da Casa Produtiva, o quinto da Economia Popular e, por fim, o Empresarial. O esforço é para que todas as mulheres que recebem Bolsa Família tenham a chance de subir estes degraus por meio do acesso ao crédito e da produção.

Vale ressaltar que o crédito não é simplesmente concedido, existe uma preparação básica anterior à sua concessão. Todas as sextas, às 16 horas, elas têm a oportunidade de participarem de um curso básico sobre educação financeira. No curso, além de serem informadas sobre o crédito em si e sobre a importância de honrar seu compromisso, acabam construindo vínculos de amizade, de forma a se apoiarem mutuamente. Inclusive, diz a agente de crédito em entrevista, que elas se cobram por

terem consciência de que a falta de pagamento por parte de uma delas pode prejudicar a concessão de crédito para as outras.

De modo geral, este grupo de mulheres tem conseguido pagar. Na verdade “elas ficam chateadas por acharem 50 Reais muito pouco, mas depois elas acabam entendendo que estes 50 Reais são apenas o início e que existem outras questões por trás do simples valor” (Informação verbal, agente de crédito, jan. 2012). É apenas uma semente...

6.3 As Palmas (P\$): história e mecanismos de gestão

Na primeira semana de convivência no Banco Palmas, um grupo de alemães visitava a experiência, interessado especificamente no modo de funcionamento da moeda social. O intuito deste grupo era o de levar a uma determinada cidade do interior da Alemanha a ideia para que os moradores pudessem vislumbrá-la como alternativa para minimizar os efeitos da crise atual da Europa.

Ao pessoal do Banco Palmas isso causou estranhamento porque, justamente, uma das entidades que apoiou o início da iniciativa da criação do banco e da moeda social foi a GTZ, ONG alemã para Cooperação Internacional. Mas é estranho também, pelo grande número de experiências de uso de moedas complementares regionais que existem na Alemanha, como os levantados por Lietaer e Kennedy (2010).

A moeda Palmas é uma segunda versão da moeda Palmares, que era usada pelo Banco Palmas no clube de trocas realizado com os moradores da comunidade interessados em trocar produtos e serviços. Sandra Magalhães destacou a riqueza do processo de criação da moeda Palmares, para o qual várias assembleias foram realizadas para que, coletivamente, decidissem que desenhos trariam e que nome teria. Para ela, “o processo é muito rico, porque cria-se um dinheiro, um valor. O dinheiro nos domina, então o fato de uma comunidade criar seu próprio dinheiro é um processo de empoderamento” (Informação verbal, jan. 2012).

A ideia desse clube de trocas, assim como outros no Brasil, se inspirou na experiência argentina. Eles perceberam que as pessoas produziam muitas coisas ao mesmo tempo que precisavam de muitas outras. E assim decidiram criar seu próprio dinheiro, já que as pessoas não tinham a moeda oficial para comprar o que precisavam. Na época, o nome Palmares foi muito significativo porque era o nome do principal quilombo do Brasil. Os desenhos da capoeira, das palmas (“havia muitas palmeiras de

carnaúba no território, até a prefeitura acabar com elas”) significam traços da cultura brasileira, dos negros e do local. A pobreza no Brasil, de acordo com Sandra Magalhães, é fundamentalmente negra e feminina, e a primeira moeda tentou mostrar isso. Na época, como o processo foi aberto e participativo, cada um dos moradores trazia suas sugestões e argumentava a seu favor. Surgiram nomes como “colaboração”, “desenvolvimento”, “energia” e outros. Mas quando surgiu a ideia dos Palmares, ela ganhou por consenso.

As Palmares, usadas apenas nos momentos do clube de trocas, foram elaboradas e impressas no próprio Banco Palmas e sem muitos cuidados com falsificações. Mesmo porque, ao final de cada encontro, os produtores e consumidores devolviam as Palmares que haviam recebido pelos seus produtos e serviços.

Os questionamentos em torno do clube de trocas e seu esvaziamento levou à criação de uma moeda nova que traduzisse uma proposta também nova. No clube de trocas, começou a ocorrer um “descasamento” entre oferta e demanda por produtos alimentícios, os mais procurados pelos moradores participantes. A maioria levava para as trocas vestuário e artesanato, enquanto a grande procura era por alimentos. Além disso, no clube de trocas, era difícil definir o preço das coisas que as pessoas levavam. Ao chegar com os produtos, trocavam-nos no caixa por Palmares e começavam as trocas utilizando as moedas. A ideia do clube de trocas era apenas facilitar a troca dos excedentes daquilo que as pessoas produziam ou tinham capacidade de fazer. Mas este sistema de trocas não mais atendia às necessidades dos participantes.

Esse descontentamento despertou a possibilidade de transformar todo o bairro num grande clube de trocas que funcionasse todo o tempo. Mas, para tanto, foi necessário mudar o aspecto da moeda e passar a confeccioná-la com mecanismos de segurança para facilitar sua aceitação pelos comerciantes do bairro. Assim, como o Banco Palmas já era conhecido no território (desde 1998) e já haviam projetos que mantinham a marca “Palmas” no nome (como a Palmatech e o Palmacard), decidiu-se pelo nome “Palmas”. As Palmas foram criadas em 2002 e, como as Palmares, ficavam no Banco Palmas após cada clube de trocas, o processo de substituição foi imediato.

Para a confecção das moedas, o Banco Palmas buscou parceria na Argentina, pois no Brasil não se encontravam gráficas que fizessem este trabalho. Existem quatro mecanismos de segurança na moeda social Palmas e nas demais moedas sociais vinculadas aos BCDs no Brasil: a) o número de série, pelo qual elas são cadastradas; b) a marca d’água, que dificulta a impressão; c) o código de barras; e d) e a marca para

leitura ultravioleta. Todos estes mecanismos eram fundamentais não apenas para evitar falsificações, mas para que os comerciantes aceitassem a moeda.

Nos primeiros lançamentos das Palmas no Conjunto Palmeiras, apenas dois empreendimentos no bairro a aceitavam. À medida que outros empreendimentos perceberam que o movimento naqueles dois concorrentes estava aumentando, passaram também a aceitá-la. De acordo com a lista de cadastro do Banco Palmas, hoje são 240 estabelecimentos que aceitam as Palmas no bairro e na circunvizinhança. No entanto, estima-se que um número maior aceite, tendo em vista que muitos a recebem de modo informal, não realizando o cadastro e utilizando-a para comprar insumos dentro do próprio bairro.

Outro mecanismo que oferece segurança aos comerciantes e aos usuários de maneira geral é o sistema de lastro. Para cada moeda Palmas que circula na comunidade, existe seu correspondente em Real nos cofres do Banco Palmas ou em conta bancária específica. Isso é particularmente importante para os comerciantes do bairro porque seus fornecedores não estão no bairro, o que os força a realizar grande parte das suas compras fora dele. Além disso, esta é também uma exigência do Banco Central do Brasil.

Além do lastro e da confiabilidade na moeda, foi importante a utilização de diversos mecanismos de sensibilização dos comerciantes e dos moradores do bairro sobre a importância do uso da moeda social para o território. Como relata Sandra Magalhães, “é importante que muitos comerciantes aceitem a moeda para que os consumidores saibam o que fazer com elas [onde gastar].” (Informação verbal, jan. 2012).

Por isso, o Banco Palmas utilizou um conjunto de mecanismos que estimularam a aceitação e circulação da moeda. Com tais mecanismos, buscaram formas de explicar para a comunidade assuntos como economia e finanças solidárias, consumo local e moeda social, entre outros relativos a estes. Assim, foram elaborados vídeos, cordéis, canções, peças teatrais, e até uma fotonovela. A ideia era sensibilizar os comerciantes a aceitarem a moeda e as pessoas a comprarem no bairro. O *slogan* girava em torno de algo como: “compre no bairro, é mais emprego”. Nesse mecanismo, destacaram-se elementos do lugar como sua história e seus moradores.

Por exemplo, a fotonovela, com personagens do bairro, mostrava o nome dos comércios nos quais a moeda social era aceita, que tipos de produtos poderiam ser comprados com ela, e outros detalhes. Outro exemplo interessante foram os cadernos de

exercícios usados nas escolas. Os exercícios eram respondidos pelos alunos, após oficinas realizadas pela equipe do Banco Palmas junto com os professores. Atualmente, embora estes materiais não estejam mais sendo confeccionados com tanta regularidade, os espaços de discussões criados, a exemplo do Fórum de Arte e Cultura (no qual todos os grupos de cultura do bairro se reúnem a cada três ou quatro meses) e o Fecol servem para discussões também sobre esses temas.

Tanto para as emissões das moedas na comunidade quanto para o seu controle, há um conjunto de instrumentos criados. São planilhas criadas para facilitar o trabalho dos bancos comunitários sob a orientação do Instituto Palmas. Mesmo porque “as pessoas que trabalham nisso, muitas vezes, não têm muita escolaridade” (Informação verbal, gerente administrativo, jan. 2012).

Na planilha de emissão de moeda social, os conjuntos de moedas sociais lançadas são registrados pelos números de série³⁹ (por exemplo: número de série 001 a 1.000, de moedas de 0,50 Palma; número de série 001 a 1.000 de moedas de 2,0 Palmas e assim, com cada valor de moeda). Assim, ficam registradas as quantidades de moeda de cada valor e, com a soma delas, o volume que passou a circular na comunidade. Além disso, sabendo quais números de série foram lançados, o banco sabe que os números fora destes intervalos que por ventura venham a ser trocados no banco são falsos. À medida que forem lançados novos lotes de moeda, novas planilhas vão sendo preenchidas, e estas consideram os valores da planilha anterior. Sendo assim, na última planilha consta o total da quantidade e do volume de moedas em circulação e o conjunto das planilhas anteriores fornece o histórico dos lançamentos das moedas sociais na comunidade. A Tabela 39 é o modelo de planilha que o Banco Palmas utiliza e orienta os demais bancos comunitários quando da criação de uma nova moeda social pelos BCDs.

³⁹ Para cada intervalo, são impressas moedas de cada um dos valores (normalmente 0,50; 1,0; 2,0; 5,0 e 10,0). Além disso, as moedas para amostras são desconsideradas das planilhas de emissão. Geralmente os bancos comunitários separam uma pequena parte de cada valor para servir amostras.

Tabela 39 – Modelo de planilha para emissão de moedas sociais do Banco Palmas

CONTROLE DE EMISSÃO DE MOEDAS				FICHA Nº 0001/2011	
DATA	HISTÓRICO	CIRCULANTE - CÉDULAS CAIXA			
		RESUMO			
		EMIÇÃO		SALDO	
		Nº CÉDULAS	VALOR	Nº CÉDULAS	VALOR
08/07/2011	CÉDULAS 0,50 - 0001 A 0200	200	R\$ 100,00	200	R\$ 100,00
	CÉDULAS 1 - 0001 A 0200	200	R\$ 200,00	200	R\$ 200,00
	CÉDULAS 2 - 0001 A 0100	100	R\$ 200,00	100	R\$ 200,00
	CÉDULAS 5 - 0001 A 0050	50	R\$ 250,00	50	R\$ 250,00
	CÉDULAS 10 - 0001 A 0025	25	R\$ 250,00	25	R\$ 250,00
TOTAL GERAL		575	R\$ 1.000,00	575	R\$ 1.000,00

Fonte: Instituto Palmas (2012).

Para exemplificar, na criação do Banco Comunitário da comunidade Cidade de Deus no Rio de Janeiro e no lançamento das moedas sociais chamadas CDDs, foram lançadas CDDs com números de série de 001 a 1.000, nos valores de 0,50, 1,0, 2,0, 5,0 e 10,0 CDDs. Isso significou a quantidade de 5 mil cédulas e um volume de 18.500 CDDs em circulação⁴⁰.

Quando da confecção das moedas, os bancos procuram imprimir uma quantidade maior no intuito de reduzir os custos e de se prevenir em relação às novas necessidades de lançamento e futuras possibilidades de constituição de lastro. No caso das CDDs, 4 mil moedas de cada valor (números de série 1.000 a 5.000) foram guardadas na secretaria municipal, significando o volume de 74 mil CDDs em estoque .

Após a emissão de um conjunto de moedas, sua movimentação também é controlada com base numa planilha. A cada transação realizada com moeda social no BCD, seja devido à troca direta de real por moeda social, seja por empréstimos ou pagamentos de contas, registra-se o valor em moeda social que saiu ou entrou e o respectivo valor em Real que saiu ou entrou. A Tabela 40, também utilizada pelo Banco Palmas, mostra como os registros são feitos.

⁴⁰ Ou seja, 1.000 moedas vezes (0,50; 1,0; 2,0; 5,0 e 10,0) = 500 + 1.000 + 2.000 + 5.000 + 10.000 = 18.500.

Tabela 40 – Modelo de planilha para controle da movimentação de moeda social do Banco Palmas

CONTROLE DA MOVIMENTAÇÃO DA MOEDA							
	EXEMPLOS	PARA CIRCULAR	1.000,00				
Saldo anterior:	0	NO COFRE	2.050,00				
Nova Entrada:	1.000,00	TOTAL	3.050,00				
Total:	1.000,00						
Data	Histórico	MOEDA P\$			LASTRO R\$		
		ENTRADA (CRÉD)	SAÍDA (DÉB)	SALDO	ENTRADA (CRÉD)	SAÍDA (DÉB)	Saldo
08.07.08	EMISSÃO DE MOEDA	1000,00		1000,00	0,00	0,00	0,00
09.07.08	EMPRÉSTIMO EM MOEDA	0,00	2,00	998,00	2,00	0,00	2,00
10.07.08	MOEDA POR REAL	2,00	0,00	1000,00	0,00	2,00	0,00
	troca	0,00	50,00	950,00	50,00	0,00	50,00
				950,00	0,00	0,00	50,00
				950,00	0,00	0,00	50,00
				950,00	0,00	0,00	50,00
	TOTAL			950,00			50,00
			TOTAL GERAL	1000,00			

Fonte: Instituto Palmas (2012).

Assim, tomando como exemplo um volume de 1.000 Palmas em circulação (saldo emitido na Tabela 39 posto em circulação), a cada transação que envolve a moeda social registra-se a entrada e a saída. Na Tabela 40, verifica-se que no dia 09/07/2008 foi realizado um empréstimo em moeda social no valor de 2,0. Nessa transação, saem 2,0 Palmas e entra para o lastro 2,0 Reais. Numa segunda transação, foram trocados 2,0 Reais por 2,0 Palmas. Portanto, entraram 2,0 moedas sociais e saíram 2,0 Reais do lastro. No caso da “troca”, exemplo da terceira transação, nota-se que saíram Palmas e entraram Reais no valor de 50,0. Ou seja, a “troca” foi de Reais por Palmas.

A Tabela 40 foi elaborada tanto para o controle diário quanto para o controle mensal. No caso do primeiro, registra-se a data e a natureza da transação, como no nosso exemplo. No caso do controle mensal, é possível registrar diretamente os saldos nos dias do mês, a partir das planilhas diárias.

Como dito anteriormente, as Palmas, bem como as moedas sociais brasileiras de bancos comunitários só podem circular mediante a existência do lastro. No caso do Banco Palmas, uma parte menor do lastro fica guardada em cofres no próprio banco, e a maior parte em conta bancária padrão. O lastro da moeda social não é aplicado sob a forma de investimentos financeiros nem utilizado para outros fins. O intuito é assegurar que, a qualquer hora, todas as moedas em circulação possam ser trocadas pela moeda nacional.

De acordo com a gerente administrativa entrevistada no Banco Palmas, os instrumentos e o modo como controlam a moeda é ensinado aos novos bancos comunitários, mas cada um deles pode fazer as alterações que julgarem necessárias. O

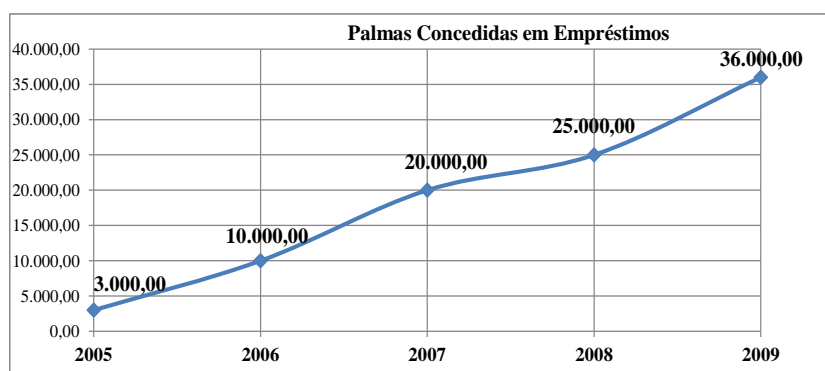
desafio atual é o de construir um *software* comum para todos os BCDs para apoiar o controle das suas moedas sociais, assim como a gestão do banco.

6.3.1 As emissões e a circulação das Palmas no Conjunto Palmeiras

Em janeiro de 2012, estimava-se que quase 40 mil Palmas circulavam no bairro. Este volume de moeda, de acordo com o Banco, tem se mostrado suficiente desde 2009. Ele foi sendo lançado aos poucos na comunidade por meio de alguns mecanismos. Um destes mecanismos são os empréstimos concedidos para consumo, os quais são realizados em Palmas (até 600 Palmas), embora em alguns casos o tomador de crédito possa querer receber parte em Palmas e parte em Reais em outras linhas de crédito. Outra forma de lançar as moedas sociais na comunidade é pelo pagamento de parte da remuneração dos membros do banco em Palmas (10% da remuneração). Algumas entidades parceiras locais também podem oferecer parte da remuneração em Palmas. Além disso, qualquer pessoa pode trocar Reais por Palmas nos caixas do banco para consumir na comunidade estimulada pelo desconto de 5% nas compras com a moeda social oferecido por alguns comerciantes.

No Gráfico 3 podemos notar o aumento do volume de Palmas lançado na comunidade ao longo de cinco anos (de 2005 a 2009) apenas sob a forma de empréstimo, notadamente, na linha de crédito para consumo.

Gráfico 3 – Evolução do volume de Palmas emitidas sob a forma de empréstimo

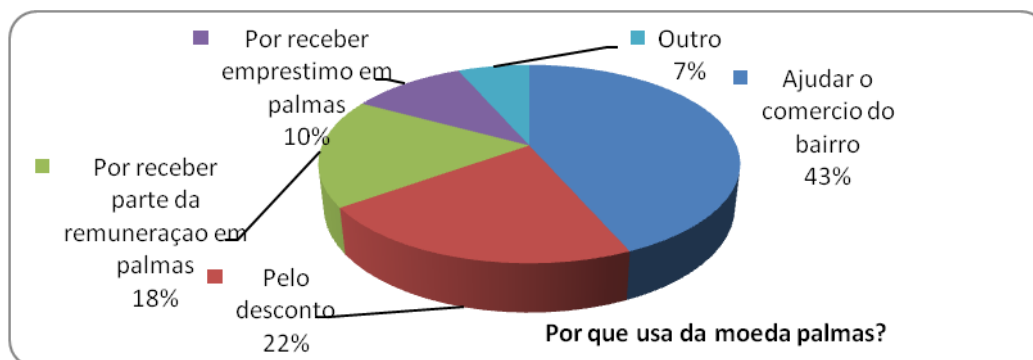


Fonte: França Filho et al. (2011).

Questionados, numa pesquisa em 2008, sobre os motivos que levam a usar as moedas sociais Palmas, a maioria dos moradores respondeu que era para ajudar o comércio do bairro, como mostrado na Gráfico 4. Os resultados desta pesquisa de

avaliação demonstraram os efeitos positivos dos processos de sensibilização sobre o uso da moeda social empreendidos pelo Banco Palmas. Nesse momento, tanto os comerciantes como os moradores tinham clareza do papel da moeda social e dos seus potenciais efeitos positivos para o território.

Gráfico 4 – Razões do uso da moeda social Palmas



Fonte: Adaptado de SILVA JÚNIOR. *Avaliação de impacto e de imagem: Banco Palmas – 10 anos*. Fortaleza: Instituto Palmas, 2008.

Esta primeira avaliação considerou um universo de 253 respondentes entre os quais 58% afirmaram usar ou ter usado a moeda social Palmas em 2008. No entanto, pesquisas mais recentes, como a de Meyer (2012), indicaram um percentual pequeno de usuários, embora sua base de respondentes tenha sido pequena (21 moradores).

Uma análise com base nas entradas e saídas de moedas sociais no Banco Palmas no período de janeiro a outubro de 2011 possibilita identificar que o pagamento de parte do salário dos funcionários é o principal meio de lançar as Palmas no território, responsável por 73% das emissões do período analisado. O crédito para consumo, com uma média de 12 liberações mensais, respondia apenas por 27% do volume lançado. Ao analisar os retornos das Palmas para o Banco, Meyer (2012) identificou uma concentração do volume de Palmas no único posto de gasolina do bairro (81% do volume que retornou no período). Isso porque as Palmas recebidas pelos empreendimentos locais de maior porte eram em sua grande parte usadas para abastecer automóveis e motos (notadamente as de serviço de entrega em domicílio), encurtando sobremaneira o circuito monetário.

Tabela 41 – Saídas e entradas de Palmas de jan. a out. de 2011

2011	SAIDAS DE PALMAS				RETORNO DAS PALMAS			
	Crédito para Consumo		Sal. Func. (73%)	Total	Posto de Gas.	CB-contas	Outros	Total
	Comum.(15%)	Func. (12%)						
Jan	1500	1100	5.120	7.720	6200,5	722,5		6923
Fev	1000	700	5.120	6.820	3150	350		3500
Mar	710	450	5.120	6.280	4600	530,5		5130,5
Abr	1350	550	5.120	7.020	3405,5	2154,5		5560
Mai	1150	1050	5.120	7.320	6352,5	1110		7462,5
Jun	750	980	5.120	6.850	5055	805		5860
Jul	1080	650	5.120	6.850	3585	87		3672
Ago	750	1300	5.120	7.170	5785,5	256		6041,5
Set	900	800	5.120	6.820	6850	3533,5	1000	11383,5
Out	1350	1100	5.120	7.570	3625	762		4387
Total	10540	8680	51.200	70.420	48609	10311	1000	59920
% de saídas	15%	12%	73%	100%	81%	17%	2%	100%

Fonte: Compilados a partir dos dados do Instituto Palmas (2012).

Para Meyer (2012, p. 101), o fato dos funcionários se apropriarem de 85% das emissões (73% sob a forma de salário e 12% sob a forma de crédito para consumo) e o fato do volume de moeda social se concentrar no posto de gasolina do bairro restringe a apropriação comunitária da moeda: “A apropriação é de fato concentrada nas mãos de alguns grupos territoriais (pessoal do BP, posto de gasolina) que impede as Palmas de serem empregadas por um número importante de habitantes no bairro”. O autor argumenta que esta situação indica uma fraca viabilidade social da moeda.

No entanto, a nosso ver, a pouca apropriação da moeda pelos moradores tem outros motivos, tendo em vista que o lastro e o crédito para consumo estão disponíveis no Banco Palmas e com um volume considerável. Como visto nas análises do capítulo anterior, o Banco Palmas não tem qualquer problema atualmente com a ausência de fundos para empréstimos em moeda social. Além disso, como o próprio Meyer (2012) identificou, a troca direta de Real por Palmas pelos moradores é mínima, indicando talvez uma falta de necessidade ou de interesse em usar a moeda social.

Interessa ainda ressaltar que, levando em consideração o período analisado, um valor de 70.420 P\$ foram lançadas e 59.920 P\$ retornaram, significando que 10.500 P\$ ficaram em movimento na comunidade. Se o lastro, de acordo com o Banco Palmas, é de cerca de 40 mil Reais, significa que o circuito das Palmas é mais amplo do que aquele identificado por Meyer (2012).

No Quadro 7, pode-se perceber que o número de empreendimentos cadastrados como recebedores de moedas sociais aumentou. Isso também pode indicar a possibilidade de existir um circuito maior de circulação da moeda no território. No entanto, a partir de 2010, nota-se uma diminuição da demanda por crédito para consumo, o que pode significar uma diminuição considerável do volume lançado. Em

média, são realizados 12 créditos para consumo por mês, enquanto a demanda e a liberação pelo crédito produtivo é em média 392 por mês.

Quadro 7 – Evolução do número de pessoas beneficiadas com crédito para consumo e de empreendimentos locais aceitando as Palmas (2005 a 2011)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de pessoas beneficiadas com crédito para consumo	70	97	170	310	340	109	127
Nº de empreendimentos locais aceitando Palmas	90	99	130	180	240	240	250

Fonte: Instituto Palmas (2012) e Meyer (2012, p. 61).

A situação das Palmas resta então emblemática, principalmente quando se considera que os custos para mantê-la circulando giram em torno de 8.000 Reais por ano relativos à sua gestão, deterioração, impressão e ao próprio lastro (MEYER, 2012).

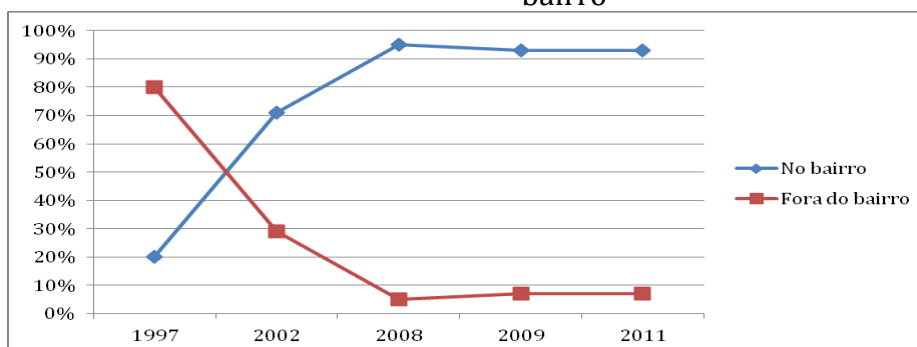
6.3.2 A enigmática situação das Palmas no Conjunto Palmeiras

Apesar da difusão cada vez maior da experiência do Banco Palmas e da sua moeda social, as Palmas vivem atualmente uma situação enigmática: sua circulação no Conjunto Palmeiras tem diminuído notavelmente. Para os representantes do Banco Palmas e os criadores da moeda, parece que sua moeda social cumpriu seu papel principal, ou seja, o de fazer com que as pessoas consumissem no bairro. Seria como um ciclo que estivesse a ponto de terminar? O Palmacard é um exemplo disso, pois deixou de ser utilizado após a introdução da moeda social.

Em entrevista com Joaquim de Melo Neto, algumas reflexões foram feitas sobre este enigma. Os custos que envolvem a manutenção da sua circulação na comunidade têm sugerido a discussão sobre a real necessidade de mantê-la funcionando. Ele questionou se “a moeda social é para ser eterna ou não?” (Informação verbal, jan. 2012). Mas esta reflexão não diminui a importância que o Banco Palmas percebe no uso das moedas sociais como um mecanismo, mesmo que temporário, para estimular o consumo interno e a valorização das coisas do lugar: “as moedas sociais não podem, então, serem vistas de forma apologética ou como uma panaceia, mas como um instrumento com papéis a cumprir” (Informação verbal, jan. 2012).

No caso do Conjunto Palmeiras, ao analisarmos o consumo no bairro, verifica-se que, mesmo com a diminuição do uso das Palmas, o nível de consumo no bairro se mantém elevado. De acordo com o mapeamento da produção e do consumo empreendido pelo Banco Palmas a cada dois anos, entre 93% e 95% dos moradores consomem no próprio bairro. Os Gráficos 5, 6 e 8 oferecem ainda informações sobre que tipo de despesas básicas são feitas no bairro pelos moradores.

Gráfico 5 – Percentual de moradores do Conjunto Palmeiras que consomem no bairro



Fonte: Dados do Instituto Palmas (2012).

Gráfico 6 – Evolução das despesas básicas no Conjunto Palmeiras (2002 a 2011) – Absoluto

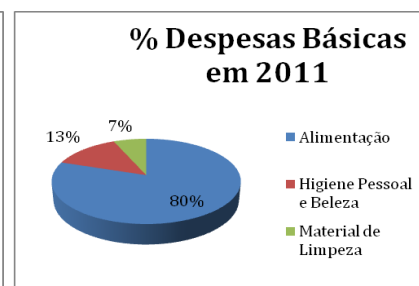
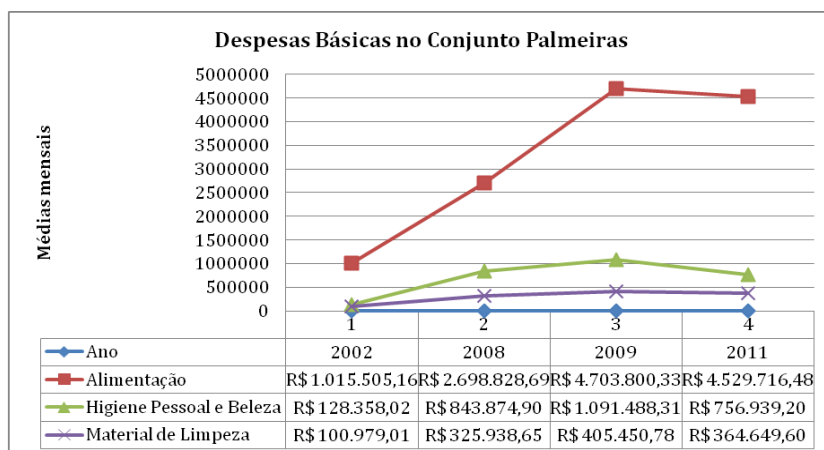


Gráfico 7 – Percentual das despesas básicas no Conjunto Palmeiras em 2011

Fonte: Dados do Instituto

Fonte: Dados do Instituto Palmas (2012).

Diante desta situação, pode-se dizer que os moradores continuam comprando no bairro, mas usando a moeda nacional. E o que estaria levando as pessoas a não mais usarem a moeda social? Algumas razões podem ser inferidas, tais como a não atração dos moradores pelo desconto de 5% nas compras com moeda social oferecido por

alguns empreendimentos locais, o que diminui a emissão de Palmas via troca direta no banco; e o uso do cartão de crédito no bairro por inúmeras pessoas que, antes, não tinham acesso à conta bancária. Ou seja, o aumento da liquidez no bairro e a facilidade em acessar o Real influencia no desinteresse em usar a moeda social. Então, pode-se pensar retirar as Palmas de circulação e cortar o custo de mantê-la? Ou mantê-la para que ela possa cumprir outros papéis no território?

Essas reflexões e questionamentos pedem uma análise mais detalhada do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras, no intuito de (re)significar seu sentido e seus usos no território. As análises das entradas e saídas oferecem indícios, mas apontam para a importância de entender mais aprofundadamente o caso.

Nesse intento, apresenta-se na próxima seção os resultados e discussões de um mapeamento do circuito das moedas sociais Palmas no Conjunto Palmeiras, por meio de algumas ferramentas da análise de redes sociais. O propósito e a escolha desses instrumentos se baseou mais na facilidade oferecida por eles de compreender melhor os atores (nós) e as relações entre eles (laços) que compõem o circuito monetário do que pelos cálculos matemáticos que podem ser realizados para toda análise de rede. Além disso, a construção gráfica do circuito oferece uma forma interessante de visualização.

No entanto, além de compreender e visualizar o circuito e suas mudanças, o aprofundamento da discussão permite elaborar algumas reflexões baseadas nas concepções da antropologia econômica, notadamente as abordagens privilegiadas nos capítulos teóricos desta tese: a antropologia da moeda e a teoria do dom. Buscou-se também não perder de vista as possíveis relações com as noções de moeda em Polanyi.

7. O Circuito das Palmas: mapeamento e interpretações a partir da antropologia econômica

A moeda social só existe enquanto está ligada a um território, a uma comunidade. De modo diferente, ela perde o sentido de ser. (MELO NETO, Joaquim de, jan./2012)











A moeda social não é um instrumento, um pedaço de papel, ela é uma filosofia. (MELO NETO, Joaquim de, nov./2013)

7.1 O circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras: especificidades dos atores e das relações socioeconômicas e de troca

No período de imersão etnográfica no Banco Palmas, questionou-se ao gerente de um dos principais mercadinhos do bairro sobre a possibilidade de se retirar as Palmas de circulação. A resposta foi que uma medida dessa prejudicaria o negócio. No entanto, ao analisar o volume de compras com Palmas nesse mercadinho, identificou-se que este era baixo e que não afetaria as vendas do empreendimento. Essa situação permeia todo o circuito da moeda e tem demonstrado a redução do seu uso e um enfraquecimento significativo do fluxo de moedas sociais, tanto em termos de volume, quanto em termos de amplitude e frequência. Essa constatação a partir de entrevistas e conversas no território influenciou na necessidade de se compreender melhor o circuito monetário construído pelo Banco Palmas, suas especificidades em termos de atores envolvidos e das relações entre eles. Sendo assim, empreendeu-se, em novembro de 2013, um mapeamento do circuito completo, que identificou os atores envolvidos, as relações e os sentidos do fluxo monetário entre eles. Esse mapeamento possibilitou a elaboração gráfica em forma de redes, bem como apontar as alterações no circuito e fazer algumas inferências sobre sua tendência.

A elaboração gráfica do circuito das Palmas no território seguiu a seguinte legenda para todas as redes apresentadas aqui:

Quadro 8 – Legenda para leitura das redes representativas do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras

	Empreendimentos locais que usam Palmas		Funcionários do Banco Palmas
	Empreendimentos locais que deixaram de aceitar Palmas		Prossumidores
	Empreendimentos locais que não aceitam Palmas		Banco Palmas
	Empreendimentos locais que gostariam de aceitar Palmas		Relações existentes
	Moradores do Conjunto Palmeiras e de bairros vizinhos		Relações passadas ou enfraquecidas

A Figura 6 representa a rede completa que considera todos os atores envolvidos no circuito e as relações entre eles. O sentido das setas indica o sentido do fluxo da moeda social Palmas. Dos 240 empreendimentos cadastrados no Banco Palmas como receptores da moeda social, foram mapeados 46 empreendimentos que ainda existem e aceitam a moeda. Muitos deles, cerca de 100, não existiam mais, haviam trocado de proprietário ou estavam fechados para atendimento dos pesquisadores. Além destes, 12 empreendimentos disseram não aceitar mais a moeda principalmente por dois motivos: por não estarem mais recebendo há muito tempo e porque o volume recebido era muito baixo. Além do cadastro, o mapeamento possibilitou identificar 11 empreendimentos que não estavam cadastrados mas aceitavam e usavam a moeda social e 7 empreendimentos que não a usavam, mas que gostariam de usar. Estes últimos indicaram não conhecer bem o funcionamento da mesma e que era necessário uma maior divulgação.

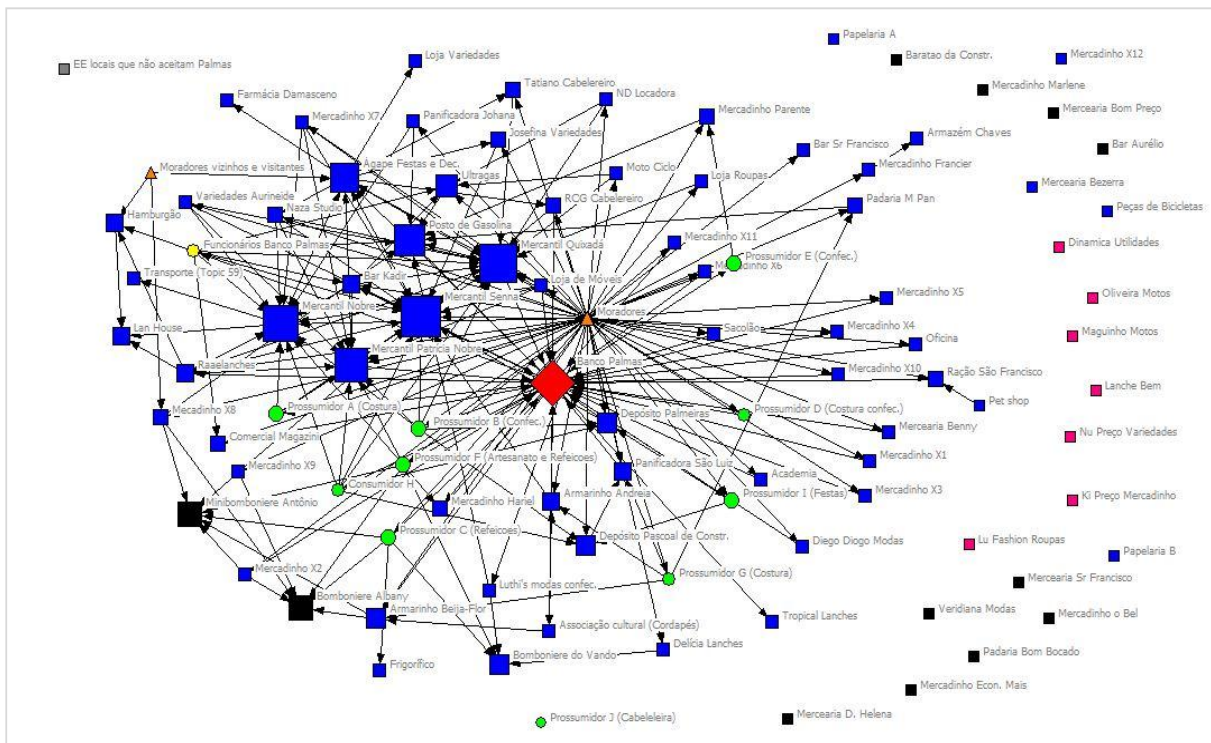
Além do cadastro de empreendimentos locais, foram entrevistados 10 produtores e consumidores locais tomadores de empréstimo produtivo e de consumo que aceitam e usam Palmas. Tais atores foram denominados de *prossumidores*. Além destes, também foi contatada uma associação cultural. Os *prossumidores* e a associação foram selecionados a partir dos registros de crédito do Banco Palmas e no intuito de diversificar os tipos de atores do circuito. Também faz parte da rede o próprio Banco Palmas, como emissor e gestor da moeda.

Ainda entre os atores que compõem o circuito das Palmas, quatro deles representam grupos maiores de atores do território, tendo em vista as dificuldades metodológicas de identificar cada um deles. Estes atores são os moradores em geral, que foram caracterizados por meio da aplicação de 97 questionários específicos; os moradores de bairros vizinhos, que foram citados em algumas entrevistas; e os próprios funcionários do Banco Palmas, por receberem parte do salário em moeda social e serem um tipo específico de atores para a emissão de moedas no bairro. Também foram

representados na rede os demais empreendimentos do território que não estão cadastrados e que não aceitam a moeda (seis deles foram entrevistados no intuito de identificarmos os motivos e a percepção sobre a moeda social no território). Por fim, mais sete empreendimentos compõem a rede por terem sido citados como receptores ou recebedores de moedas, mas não puderam ser entrevistados pelos pesquisadores em campo (ou por não existirem mais ou por não constarem no cadastro impossibilitando encontrá-los sem dados de endereço).

Os atores individuais mapeados juntamente com os grupos de atores representados formam uma rede de 99 nós e um emaranhado de relações socioeconômicas e de troca. Alguns desses atores, notadamente o Banco Palmas e alguns empreendimentos locais, assumem o papel preponderante no circuito. Esses atores são representados no esquema da rede por símbolos maiores, com tamanho proporcional ao número de relações direcionadas ao ator (*indegree*). Essa é uma medida de centralidade na análise de redes sociais e que, neste caso, indica os atores que concentram o sentido do fluxo da moeda. Ou seja, são os principais recebedores de Palmas no território. A Figura 6, elaborada por meio de um *software* específico para análise de redes sociais, oferece uma ideia do circuito completo da moeda Palmas entre os 99 atores locais mapeados.

Figura 6 – Rede do circuito completo das Palmas no Conjunto Palmeiras (99 atores)



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2013).

Na Figura 6, pode-se identificar dois grandes grupos: os empreendimentos conectados à rede e aqueles desconectados dela. Destes últimos fazem parte aqueles empreendimentos que deixaram de aceitar a moeda (representados em preto); aqueles que aceitam mas nunca a receberam (representados em azul); e aqueles que não aceitam por desconhecimento, mas gostariam de aceitá-la (representados em rosa). Entre esses atores desconectados, foi possível identificar ainda um prossumidor (representado por círculo verde) que deixou de aceitar a moeda por acreditar que ela não circula mais.

No conjunto da rede propriamente dita, ou seja, dos atores conectados, foram identificados sete atores de maior centralidade: o próprio Banco Palmas (em vermelho), como ator central receptor e emissor da moeda; quatro mercadinhos locais que vendem itens de primeira necessidade; o posto de gasolina do bairro e uma loja de festas e decoração. Além desses, duas *bombonieres* também se mostraram importantes ao longo

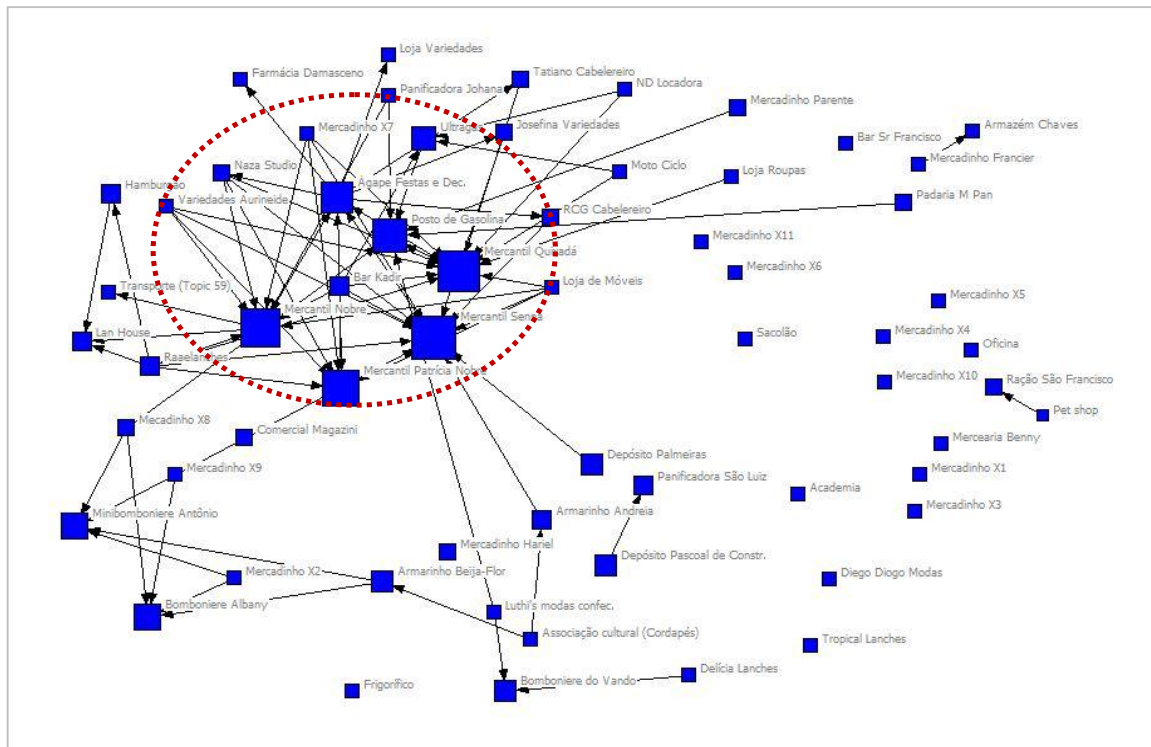
da história do circuito, embora no momento da entrevista elas declararam não aceitarem mais a moeda (por isso representadas em preto).

Notamos o papel preponderante do Banco Palmas como receptor da moeda social, mais do que de emissor. Isso pode ser explicado pela notável diminuição do volume de crédito para consumo e pela interrupção do pagamento de parte dos salários (10%) dos seus funcionários em moeda social. No entanto, ainda é esta modalidade de crédito o principal “motor” da rede, tendo em vista que é o conjunto dos moradores do bairro que direciona o maior fluxo de moeda para os empreendimentos locais.

Essa relação estreita entre crédito para consumo e fluxo de moeda social fica mais evidente se consideramos no circuito apenas os empreendimentos locais e retirarmos o Banco Palmas e seus funcionários, os moradores, vizinhos e prossumidores; ou seja, os principais tomadores de crédito para consumo. Na Figura 7 nota-se que, apesar de ainda restar um circuito monetário notadamente em uma “ilha” de empreendimentos na qual os mercadinhos maiores assumem a centralidade do fluxo, este circuito é restrito. À primeira vista, essa “ilha” de circulação da moeda entre os empreendimentos é relativamente independente do Banco Palmas e os mercadinhos locais maiores assumem o papel de principais receptores da moeda. No entanto, é possível perceber que a não alimentação do fluxo pelos moradores e prossumidores tende a enfraquecê-lo.

A nosso ver, seria possível manter certo nível de circulação entre esses empreendimentos, tendo em vista que há diversidade entre os 15 atores dessa “ilha” de circulação da moeda. Nota-se que ela é formada por cinco mercadinhos que comercializam as mesmas mercadorias – um bar, uma loja de móveis, duas lojas de variedades, dois salões de beleza, o posto de gasolina, uma distribuidora de gás de cozinha, uma panificadora e uma loja de festas e decoração. No entanto, o próprio posto de gasolina é um ponto de “estrangulamento”, na medida em que ele é o único no território e que não realiza compras com outros empreendimentos do circuito.

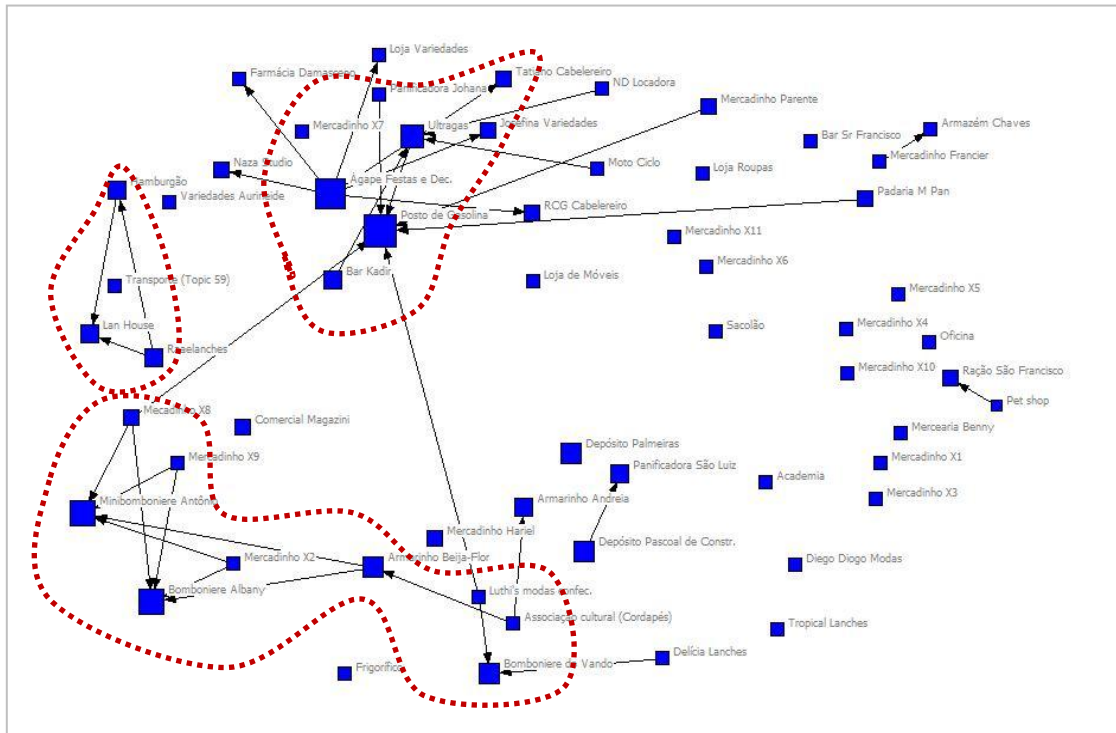
Figura 7 – Circuito das Palmas apenas entre os empreendimentos locais do Conjunto Palmeiras



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2013).

Na sequência, representada pela Figura 8, é possível evidenciar ainda mais a centralidade dos mercadinhos locais quando os retiramos da configuração representada pela Figura 7, a anterior. Visualiza-se, assim, 33 empreendimentos fracamente conectados em três “ilhas” nas quais o circuito da moeda provavelmente não se manteria. Pode-se notar que a maioria das relações entre os atores que restaram no circuito são de “mão única”, o que denota uma probabilidade ainda maior de redução do fluxo e o restringe a trocas pontuais entre um pequeno número de atores. Além disso, nota-se que, ao desconsiderarmos os mercadinhos maiores e o Banco Palmas, os prossumidores desaparecem do circuito, pois eles usam mais a moeda social para realizarem suas compras (tipicamente nos mercadinhos maiores) do que a recebem.

Figura 8 – Circuito das Palmas apenas entre empreendimentos locais do Conjunto Palmeiras (sem os quatro mercadinhos principais)



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2013).

As inferências até então realizadas levaram pouco em consideração às informações qualitativas que foram levantadas em campo e que também indicam o progressivo enfraquecimento do fluxo das moedas Palmas no território. Por exemplo, duas dessas “ilhas” de empreendimentos locais identificadas possuem o posto de gasolina e duas *bombonieres* como atores centrais. Nas entrevistas, o posto declarou não receber moeda há alguns meses e as *bombonieres* declararam não mais receberem Palmas por não terem “visto vantagem” devido ao baixo volume que recebiam. Por meio desse tipo de informações levantadas a partir de quase todos os atores da rede (poucos não responderam às questões abertas), foi possível retrabalhar a rede de 99 atores e compreender seu enfraquecimento de uma maneira progressiva.

A diminuição do uso das Palmas no território e a desconexão de um certo número de atores (e vice-versa) tem levado a um notável enfraquecimento do fluxo da moeda e das relações (frequência e volume de moeda) entre os diferentes atores. Na Figura 9, pode-se identificar o emaranhado de relações que deixaram de ser realizadas em moeda social (representado na cor vermelha). As entrevistas puderam identificar que há relações que não acontecem há mais de cinco anos, mas a maioria dos entrevistados que

apontaram não recebem ou usam a moeda social em média há dois anos. Durante as entrevistas com empreendimentos locais, alguns comentários eram comuns, tais como: “Faz tempo que ninguém compra com Palmas”; “Não recebi mais a moeda”; “Não chegou mais Palmas, e eu só recebi uma vez”; “Eu aceito, mas nunca ninguém veio comprar com Palmas”; “Há anos não recebo mais, desde 2010”; “Há alguns anos não as recebo, nem sabia que ainda circulavam”; “Há mais de anos que não recebo, a moeda circula mais no centro”; “Não recebo há anos, já nem ouço mais falar”; “Já recebi muitas Palmas no passado, mas hoje é praticamente nada”; “A circulação diminui muito e parou desde o assalto ao Banco Palmas”⁴¹.

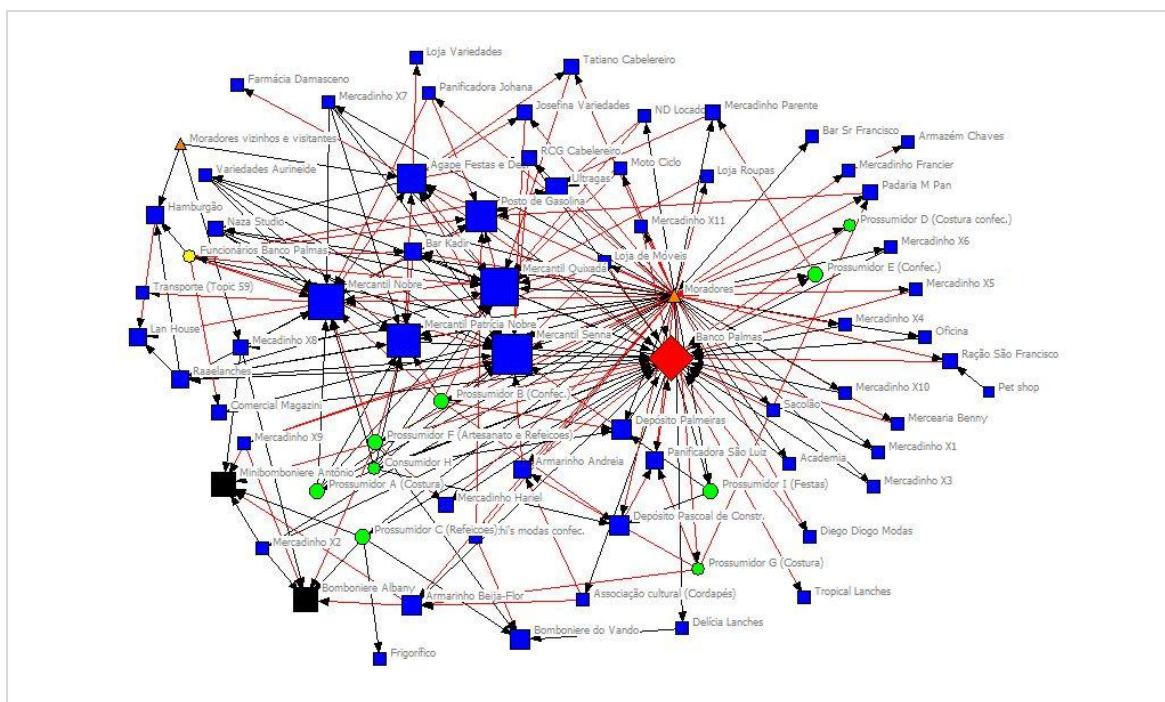
Nos depoimentos, nota-se que a pouca circulação ou uso da moeda estão relacionados menos com a não aceitação dos comerciantes, e mais com o não uso dos moradores em geral. Outro aspecto a ser notado é uma certa progressividade no desuso das Palmas, pois as pessoas apontam que nos últimos anos não têm recebido mais ou mesmo ouvido falar.

Associado a isso, o Banco Palmas diminui os esforços na divulgação da moeda no bairro. Isso se configura como um fator importante, tendo em vista que a dinâmica de chegada e saída de pessoas no território tem sido intensa nos últimos anos, notadamente após sua urbanização. Além de receber com frequência novos moradores, o número de e a velocidade com que novos empreendimentos são criados ou deixam de existir no bairro são consideráveis. Dos 240 empreendimentos cadastrados no Banco Palmas como recebedores das Palmas, muitos não existiam mais em novembro de 2013. Tais aspectos territoriais exigem do Banco Palmas um programa de sensibilização constante sobre a importância do consumo no bairro tendo como instrumento pedagógico a moeda social Palmas.

A Figura 9 representa, então, um circuito que dá sinais de enfraquecimento desde os últimos cinco anos.

⁴¹ Na madrugada do dia 20 de janeiro de 2013, três assaltantes renderam os seguranças e roubaram quase 70 mil reais. O caixa eletrônico do Banco do Brasil foi arrombado. Do cofre do Banco Palmas foram subtraídos cerca de 6 mil Palmas. Este incidente, ao que parece, pode ter acelerado o processo de desuso das Palmas no bairro no último ano.

Figura 9 – Circuito completo das Palmas e as relações que não se realizam mais em Palmas no Conjunto Palmeiras



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2013).

Ao retirarmos do circuito essas relações de troca que não acontecem mais em moeda social, nos aproximamos de um circuito mais próximo do circuito “atual” das Palmas no Conjunto Palmeiras. Nota-se na Figura 10 que, neste circuito “atual”, 31 atores deixaram de fazer parte da rede e somam-se aos 24 atores que já não estavam conectados anteriormente. Sendo assim, de uma rede com 99 atores, progressivamente o circuito se resume a 43 atores. No entanto, sobre esta base de 43 atores, novas configurações podem ser construídas, tendo em vista que alguns atores indicaram receber Palmas de vez enquanto ou raramente.

A relação destacada em vermelho entre o Banco Palmas e os moradores representa a diminuição na demanda por crédito para consumo que é oferecido em moeda social pelo Banco Palmas. Essa redução no volume de crédito reduz também o número de relações entre os moradores e os dois empreendimentos locais maiores que restaram no circuito. A tendência, então, é a de que o fluxo em direção ao posto de gasolina e mesmo ao Banco Palmas para pagamento de contas ou troca direta por esses empreendimentos também diminua.

Paralelamente à diminuição da demanda e, conseqüentemente, da oferta de crédito para consumo no bairro, a interrupção do pagamento de parte dos salários dos funcionários do Banco Palmas em Palmas também influenciou sobremaneira a diminuição do volume e da frequência do uso da moeda no território. Esse conjunto de atores foi apontado por vários empreendimentos (transporte, academia, revendedora de gás de cozinha, entre outros) como importantes dentro do circuito monetário de uso das Palmas. Como visto na sessão anterior, 73% do volume de Palmas lançados mensalmente era sob a forma de parte dos salários dos funcionários do banco.

Essa progressividade do desuso das Palmas no território foi agravada após o assalto ao Banco Palmas, em janeiro de 2013. Nele, cerca de 6 mil Palmas foram roubadas (entre outros itens e valores em moeda nacional), o que levou o Banco Palmas a tirá-las de circulação momentaneamente. Todas as moedas foram substituídas por cédulas novas, identificadas com o símbolo dos 15 anos do Banco Palmas. Esse fato, como declararam alguns atores do circuito entrevistados, deixou alguns proprietários confusos se ainda poderiam ou não receber Palmas. Além disso, foram identificadas falhas no processo de comunicação do banco com alguns empreendimentos locais sobre o retorno das cédulas novas ao circuito.

Diante das análises até aqui empreendidas, o circuito monetário construído pelo Banco Palmas ao longo desses anos de uso de moeda social não tem se fragilizado por conta da não aceitação dos empreendimentos locais. Ao contrário do que ocorre em grande parte dos circuitos de moeda social dos BCDs brasileiros, como visto no Capítulo 5, como o principal desafio da circulação das moedas nos territórios, formou-se no Conjunto Palmeiras uma rede de aceitação da moeda significativamente extensa e que oferece legitimidade às Palmas e ao seu emissor. Configura-se atualmente no bairro uma forte rede de aceitação da moeda, mas com fluxo de moeda cada vez mais enfraquecido.

A nosso ver, os moradores do bairro constituem os atores, nesse momento, mais

relevantes para a reconstrução do circuito. Se no Banco Palmas as moedas estão disponíveis sob a forma de crédito para consumo ou troca direta (tendo em vista que não há problema de insuficiência de lastro no banco), depende dos habitantes o interesse em ir acessá-las.

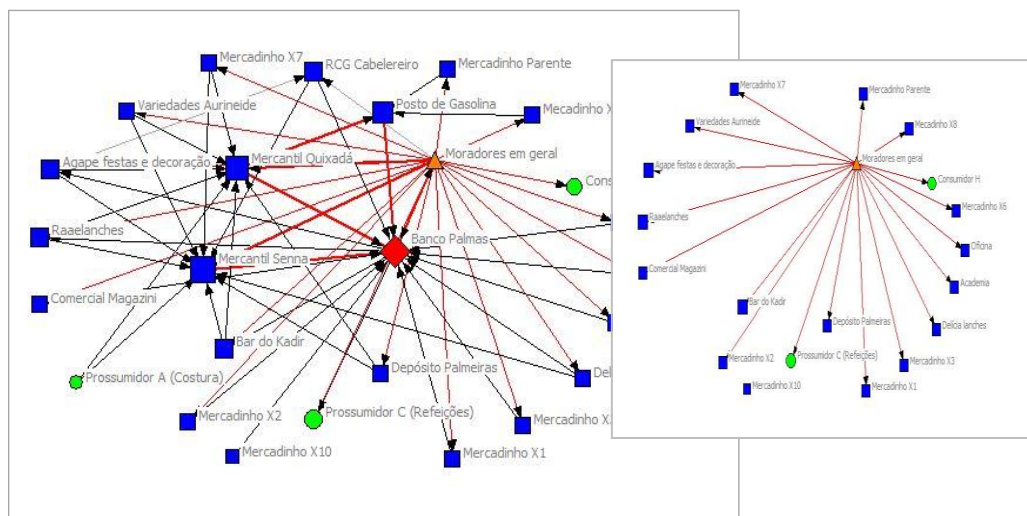
7.1.2 Uma enquete sobre as Palmas na perspectiva dos moradores do Conjunto Palmeiras

Dos 90 moradores entrevistados no Conjunto Palmeiras (sete entrevistados eram moradores de bairros vizinhos), aproximadamente 87,8% (79 moradores) moram no bairro há mais de cinco anos. Nesse conjunto de respondentes, a maioria conhece a moeda social Palmas (cerca de 90% dos respondentes). Entre os vizinhos, a moeda também é conhecida, sendo menos conhecida entre aqueles que estão habitando no bairro há menos de cinco anos. No entanto, identificou-se dois moradores que não conhecem a moeda, mas moram no Conjunto Palmeiras há mais de 20 anos.

Apesar de amplamente conhecida, a moeda social Palmas está sendo pouco utilizada pelos moradores em geral. Entre todos os entrevistados, entre moradores e vizinhos, apenas 16 já usaram e, destes 16, apenas três declararam ainda usá-la. Isso explica o fato de grande parte dos empreendimentos que compõem o circuito monetário informar que tem recebido baixo volume e com rara frequência em moeda social nas suas vendas, confirmando a progressividade da diminuição do fluxo de moeda social no circuito.

Na Figura 13, foi ainda possível identificar quais relações entre moradores e empreendimentos são raras, e apontar uma nova configuração do circuito.

Figura 13 – Circuito atual das Palmas no Conjunto Palmeiras e o desuso pelo moradores



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2013).

A maioria dos moradores entrevistados responderam não ter interesse em usar a moeda (38%) ou não ter sentido necessidade de usá-la (17,7%). Alguns disseram não ter tido a oportunidade (8,9%), o que pode ser explicado pelo próprio enfraquecimento do circuito. Configura-se, assim, um movimento de duplo sentido: quanto mais o circuito enfraquece em termos de volume e de frequência de uso, menor a chance de o morador recebê-la na forma de troco, por exemplo. Ao mesmo tempo em que quanto menos o morador usa, mais fraco se configura o circuito. Algumas pessoas declararam não ver importância no uso da moeda (três respondentes), outras não viram vantagem em usá-la (4) e outras achavam o modo de funcionamento complicado e não o entendiam (cinco). Foram identificados ainda alguns moradores que não a usavam porque consumiam fora do bairro (três).

A maioria dos entrevistados, então, apontou não ter interesse ou não ter sentido necessidade de utilizar a moeda. No entanto, considerando que haveria interesse caso houvesse necessidade, e tendo em vista a disponibilidade de moeda no Banco Palmas, infere-se que a maioria dos moradores não tem sentido necessidade em usá-la. Isso está associado, pelo menos em parte, com a baixa demanda pelo crédito de consumo. Ou seja, há menos urgência de acessar os recursos desta linha de crédito pelos moradores. Sendo assim, pode-se inferir que há mais liquidez no território.

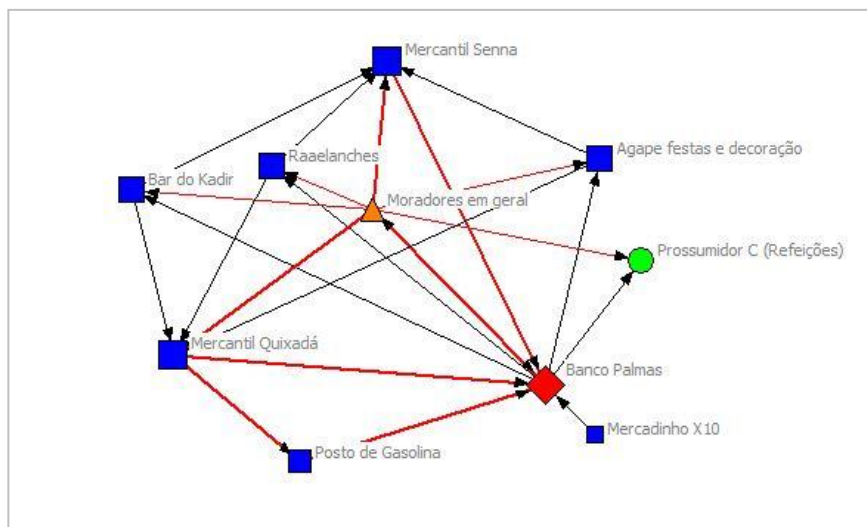
Parte dessa liquidez, que se reflete na diminuição das solicitações do crédito para consumo e no uso da moeda social no território, é proveniente de mecanismos de

inclusão financeira que o próprio Banco Palmas implementou ou disponibilizou para a população local. O acesso à abertura de contas e ao cartão de crédito no correspondente bancário da Caixa Econômica que o Banco Palmas opera é, a nosso ver, o principal mecanismo de acesso a recurso imediato. Muitos moradores, agora, em vez de solicitarem o crédito para consumo para comprar itens de urgência, fazem-no com o cartão de crédito, que também possibilita pagamento posterior da dívida. Podemos inferir também que o acesso ao recurso do Bolsa Família por grande parte dos moradores diminui a demanda pelo crédito para consumo e contribui para o aumento da liquidez no bairro.

Essas variáveis relativas ao aumento da renda dos moradores; ao acesso ao sistema financeiro tradicional (notadamente abertura de conta e cartão de crédito); à interrupção pelo Banco Palmas do pagamento de parte dos salários dos seus funcionários em moeda social; à ausência de continuidade de divulgação da moeda social no território em transformação; e ao assalto ao Banco Palmas e aos problemas de comunicação em torno da nova edição das Palmas, associadas entre si, têm – ao longo dos últimos anos – provocado o enfraquecimento do fluxo de moeda social na rede de aceitação construída até então pelo Banco Palmas.

Ao desconsiderarmos as relações em vermelho que partem dos moradores, outros atores se desconectam do circuito. Na Figura 14 pode-se visualizar uma rede aproximada de trocas em Palmas que pode se configurar em breve. Nela, ainda é possível identificar atores com tendência à desconexão, como o Prossumidor C e o Mercadinho X10, por não estarem bem integrados ao fluxo monetário e a outros atores.

Figura 14 – Circuito atual das Palmas no Conjunto Palmeiras e a tendência ao desaparecimento



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2013).

Deste circuito projetado, pode-se inferir que o circuito das Palmas no território tende naturalmente a desaparecer ou, ainda, que o Banco Palmas pode capturar as moedas sociais facilmente e retirá-las de circulação definitivamente. As preocupações em relação aos custos de manter o circuito têm estimulado reflexões a respeito dessa situação, como visto anteriormente.

Teriam, então, as moedas sociais um caráter transitório e de urgência? A diminuição do volume de moeda e da frequência das trocas levam à interrupção efetiva do circuito? Que outros dispositivos monetários complementares podem ser criados no mesmo território?

A preocupação com a questão do consumo local e a manutenção das poupanças e da riqueza no território é central nas ações do Banco Palmas. Por isso, ele tem buscado outras estratégias relacionadas à revitalização do uso da moeda social na comunidade. Cabe aqui uma breve descrição das ideias em torno destas iniciativas.

7.1.3 O futuro das Palmas e as ideias que se concretizam: do museu da moeda social à moeda social eletrônica

Em janeiro de 2012, durante a imersão da pesquisadora no Banco Palmas, havia três ideias em relação à moeda social Palmas que permeavam a discussão da enigmática situação exposta anteriormente: haveria a moeda social cumprido seu papel econômico de incentivar as pessoas a consumirem no território e, com isso, dava-se início a um

processo de enfraquecimento do seu uso? No entanto, nenhuma dessas ideias ia na direção da extinção ou retirada das moedas sociais do território, mas caminhava para o sentido de fazer uso não econômico delas e de reinventá-las dentro do território. Estas ideias eram: a criação do museu da moeda social; a criação das Palminhas direcionadas às crianças da comunidade; e a moeda social eletrônica⁴², que funcionaria por meio do pagamento via celular.

Em novembro de 2013, de forma simples e organizada, o museu da moeda social ocupava uma pequena sala na antiga sede do Banco Palmas e exercia um papel simbólico. Divididas por região, o museu conta com várias amostras das moedas sociais dos BCDs de todo o Brasil. Contava também com alguns exemplares de moedas sociais e complementares de experiências estrangeiras. Os moradores, as crianças e os visitantes passaram a entender que as Palmas originaram e compõem um movimento maior, que envolve outras comunidades com problemas semelhantes e espalhadas pelo Brasil. O museu possibilita também o resgate da história da própria criação das Palmas, retomando as Palmares do Clube de Trocas. Fotografias ampliadas nas paredes retomam também a história do território, enfatizando as lutas e conquistas pelos moradores por melhores condições de vida no lugar. Este espaço, na sua simplicidade e repleto de significado, representa a importância do protagonismo dos moradores na luta contra a pobreza extrema, tendo no Banco Palmas e na moeda social exclusiva do Conjunto Palmeiras os emblemas da sua capacidade de construir sua própria história e reconstruírem o lugar onde moram.

As Palminhas surgiram da ideia de sensibilizar as crianças, futura geração do território, para a importância do consumo local. Em abril, maio e junho de 2013, a equipe do projeto implementava as Palminhas, o que envolveu as escolas do bairro numa programação feita junto com as diretoras e os professores no horário das aulas. Por meio de peças de teatro, teatro de bonecos, músicas e brincadeiras, cerca de 720 crianças de 1^a a 4^a séries conheceram as Palminhas, com suas notas de 5, 10, 25 e 50 centavos. Ao final das apresentações, montava-se uma feira com materiais escolares e cada criança recebia 1,5 Palminhas para gastar. O preço do material era simbólico (bem abaixo do “preço de mercado”) e as crianças eram estimuladas e desafiadas a priorizarem a compra dos materiais de que mais necessitavam. Além do consumo

⁴² O *chip* seria associado a uma conta bancária (no caso na CEF). Cada comerciante do Conjunto Palmeiras associado ao Banco Palmas teria um código. Campanhas seriam feitas para estimular o uso deste sistema, que estaria associado ao uso do papel moeda das Palmas.

consciente e da importância de comprar na comunidade, elas participavam de um processo de educação financeira. Além disso, nos teatros “elas aprenderam a importância da moeda social, a história do banco e sobre economia solidária. Aprenderam também um pouco de arte, matemática, comunicação e negociação” (Informação verbal, Coordenadora do projeto, out.2013).

Ao final do projeto, todas as Palminhas ficaram no Banco Palmas e algumas crianças foram até lá trocar moedas de Reais por elas. Durante as entrevistas para o mapeamento das Palmas, algumas crianças manifestaram conhecimento sobre a moeda do Conjunto Palmeiras. De acordo com a Coordenadora de Projetos, o projeto cumpriu sua finalidade, mas as transformações no território demandam novas ações relacionadas às futuras gerações e ao uso da moeda social.

O teste da moeda eletrônica via celular que estava sendo realizado em janeiro de 2012 não deu certo. A companhia de celular “dona” da tecnologia não “compreendeu o espírito da coisa”, e os custos ficariam altos para os usuários. No entanto, o que à primeira vista poderia ser um motivo para desistirem das Palmas eletrônicas, se tornou uma nova ideia: “por que não sermos criadores da nossa própria tecnologia?”.

Nasce então o PalmasLab, um programa que agrega projetos diversos voltados para a criação de novos produtos tecnológicos para facilitação da gestão do banco e, conseqüentemente, da moeda social. Os três primeiros e principais objetivos do PalmasLab nos dois primeiros anos de implantação são: a) elaborar aplicativos para celular e para computadores. Entre esses aplicativos, três já estão sendo implementados: o primeiro foi construído para facilitar o mapeamento da produção e do consumo nos territórios onde os BCDs atuam ou atuarão. O questionário é aplicado via celular e as respostas são imediatamente enviadas a um celular receptor. Dele, os dados são transferidos para um outro aplicativo com interface com programas tradicionais, como o Excel, capazes de gerar e atualizar planilhas e relatórios de modo quase simultâneo. Tais aplicativos poderão ser empregados em novas pesquisas de campo com diferentes objetivos. Um segundo aplicativo a ser criado é baseado na tecnologia IVR (*Interactive Voice Response*), que possibilitará a comunicação rápida entre o Banco Palmas e todo o território via mensagem de texto ou de voz. Um terceiro, e talvez mais complexo aplicativo, será baseado no *OurBank* da tecnologia indiana (Mahiti) de *software* livre. Seu intuito é facilitar toda a gestão do Banco Palmas e dos BCDs em geral.

O segundo objetivo do PalmasLab está voltado para as capacitações na comunidade e visa b) implementar a “Incubadora de jovens” para capacitar, inicialmente, cerca de 15 jovens da comunidade em cursos de programação. Os cursos estão planejados para acontecerem em seis meses com quatro horas diárias. Ele conta com o apoio de um professor da Universidade Federal do Ceará e bolsas de estudos. Por fim, o terceiro objetivo do laboratório é c) aproximar o Banco Palmas e o território da Universidade para criação e melhoria de instrumentos de gestão e de avaliação. Nesses aspectos, já podem considerar as parcerias com o Nesol/USP, a ITES/UFBA e com a Universidade de Columbia. No entanto, as universidades cearenses ainda estão um pouco distantes, de acordo com entrevista com a equipe do PalmasLab.

Durante esse movimento de aproximação com as universidades, estão em andamento novas discussões sobre a moeda social eletrônica, ou Palmas eletrônica. O PalmasLab, junto com uma equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de São Paulo, intencionam criar um sistema de pagamento próprio do Conjunto Palmeiras, que funcionaria por meio do uso das Palmas em formato de cartão magnético. A ideia é a de que o Banco Palmas ofereça seu próprio cartão (de crédito ou débito), que pode ser carregável ou mesmo estar associado a uma conta bancária (gerenciada pelo Banco Palmas). Mas, além disso, a rede de aceitação da moeda social, que hoje é relativamente densa no território, apesar do enfraquecimento do fluxo, utilizaria um sistema de plataformas de pagamento móvel do Banco Palmas. Isso conferiria maior segurança e praticidade nas relações de compra e venda, bem como um custo menor para o usuário (morador e empreendimento). De acordo com Joaquim Melo Neto, seria possível também reverter a taxa que é paga pelos usuários para as operadoras de cartão crédito para o BCD. Este volume de recursos seria convertido em fundos para empréstimo e para própria manutenção das atividades do banco. Sendo assim, em vez de os usuários pagarem taxas para operadoras de cartões tradicionais e “enviarem dinheiro para fora da comunidade”, o dinheiro ficaria no território para ser investido e redistribuído. Para Joaquim Melo Neto, esse é o futuro das Palmas e das moedas sociais no Brasil⁴³.

⁴³ O lançamento da Moeda Social Eletrônica em Maricá, no dia 30 de dezembro de 2013, inaugura, na minha avaliação, um novo ciclo na história das Moedas Sociais e dos Bancos Comunitários no Brasil (Notícia enviada por Joaquim de Melo Neto, por email, em vias de finalização da versão final desta tese).

A capacidade de inventividade do Banco Palmas, apoiada por sua rede de parceiros e sua legitimidade no território, aponta para um movimento de requalificações do uso das Palmas, o que também coloca em dúvida o cálculo utilitário e restrito do uso da moeda (ZELIZER, 2005; CAILLÉ, 2002), evidenciando a adequação dos conceitos e análises da antropologia da moeda e da sociologia econômica para a compreensão tanto do fenômeno territorializado como do movimento mundial em torno da criação de moedas sociais e complementares.

Nas seções seguintes, buscamos elaborar duas reflexões a partir dos achados sobre as Palmas, que, em certa medida, representam o conjunto das moedas sociais dos BCDs no Brasil. Uma reflexão à luz do paradigma do dom e de alguns conceitos da antropologia da moeda e outra à luz dos conceitos de moeda da sociologia econômica polanyiana.

Outros conceitos que perpassam estas discussões, como as que estão em torno da ideia de não neutralidade da moeda (ZELIZER, 2005, AGLIETA e ORLEANS, 1990; BLANC, 1998; POLANYI, 2012) e da noção de território (ABRAMOVAY, 2006; SANTOS, 1996 e 2001), nos ajudam a situar a discussão na realidade das moedas sociais dos BCDs brasileiros.

7.2 O “pano de fundo” da “filosofia” do dom e da moeda social e o intuito de transformar o território

O uso de moedas sociais pelos BCDs indica que, ao lado do mercado de bens e serviços e dos mecanismos de redistribuição, ambos integrados pelos BCDs como discutido no Capítulo 5, existe uma série de experiências que se baseiam em laços sociais e relações de confiança. No caso da experiência do Banco Palmas, ficou evidente que o banco conseguiu construir uma rede de aceitação da moeda no território baseada na relação de confiança estabelecida ao longo dos anos da sua atuação no bairro. Sendo assim, a confiança parte menos do objeto em si (papel moeda), e mais da legitimidade do banco comunitário e de todos os instrumentos ou mecanismos que ele cria (e imprime a marca “Palmas”) com o intuito de desenvolver o local.

Na nossa análise, a tríplice ação dar-receber-retribuir aparece como “pano de fundo” da atuação do Palmas, tendo no uso de uma moeda social uma “filosofia”, como

nas palavras de Joaquim Melo, da forma de atuar no território. No entanto, no que diz respeito ao uso específico da moeda por cada ator da rede ou circuito monetário criado, a satisfação dos interesses, notadamente econômicos, se manifesta mais evidentemente do que os laços sociais criados como possíveis relações de amizade ou familiares. No mapeamento do circuito monetário e diante do esforço de qualificar as relações de troca nele, não foram encontrados indícios de que o uso da moeda cria ou reforça laços entre os atores.

O estabelecimento de uma dívida, nas relações de troca analisadas pela antropologia da moeda, baseadas na teoria do dom, ocorre no intuito de estas relações serem mantidas, de estabelecer “uma ligação durável entre grupos de indivíduos”. Uma relação que nenhuma moeda pode apagar (ROSPABÉ, 1995). O que se percebe no caso das Palmas é que esta relação duradoura ocorre entre a rede de aceitação e o Banco Palmas.

A confiança, no entanto, permeia as relações entre o BCD e a comunidade. Sendo assim, o uso da moeda no território está intimamente relacionado com o papel do BCD, sua política, sua atuação e sua capacidade de sensibilização dos atores locais para a construção e o funcionamento de um circuito monetário local. Nesse sentido, o movimento entre as ações da tríplice ação dar-receber-retribuir estaria menos presente nas relações entre os atores da rede (indivíduos e empreendimentos) e mais evidente no conjunto de ações do BCD para como a comunidade e vice-versa.

Assim, a ação de **dar**, que gera expectativa, é empreendida pelo Banco Palmas ao atuar na comunidade, facilitando a concessão de empréstimos, humanizando a cobrança e o processo de decisão sobre a concessão. O **recedor**, tendo suas expectativas satisfeitas, **retribui** ao estabelecer uma relação de confiança com o BCD, acreditando nos seus mecanismos de desenvolvimento local, entre eles, a moeda social. O uso da moeda no circuito é, então, viabilizado por esta relação duradoura de confiança estabelecida. No entanto, como visto anteriormente, o uso das Palmas está condicionado à satisfação de uma necessidade econômica. Os atores confiam no Banco e na moeda, mas a satisfação de uma necessidade ou o interesse permanecem privilegiados quando da decisão de usar ou não a moeda.

Esse sistema em movimento criado pela atuação do BCD no território assentado no uso de uma moeda social exprime também os paradoxos da teoria do dom apontados por Caillé (2002). O movimento entre o livre e o obrigatório ocorre quando ao mesmo

tempo em que a aceitação e uso da moeda é livre, ela pode ser vista como uma obrigação, sobretudo, como resultado da sensibilização do Banco Palmas acerca da importância do uso da moeda para a manutenção da riqueza no bairro. Depoimentos de atores que usam a moeda, principalmente os empreendimentos locais, revelam a expectativa positiva tanto para eles mesmos quanto para a bairro de modo geral. Afinal, eles “estão fazendo sua parte” no processo.

O movimento entre o desinteresse e o interesse também se evidencia em meio à rede de aceitação da moeda social já construída. O desinteresse se manifesta de modo menos evidente, mas pode ser percebido pela ideia de ser parte do “bairro que tem uma moeda própria”, em que a imagem externa e interna construída em torno das Palmas estimula tanto o uso quanto a aceitação. Além disso, a aceitação existe mesmo diante do baixo volume recebido por parte de alguns empreendimentos, ou seja, mesmo não tendo qualquer influência no aumento das suas receitas. Já o movimento para o uso interessado é mais notório, tanto nas falas dos moradores, como identificado anteriormente, quanto por parte de alguns empreendimentos que compõem a rede.

Pode-se inferir que, nesse momento da rede de circulação das Palmas, sobressaem a liberdade do uso e o interesse por ele num movimento de aliança entre o Banco Palmas e a rede de aceitação da moeda social que se estabelece com alguma incondicionalidade (CAILLÉ, 2002). Esta incondicionalidade está intimamente ligada à legitimidade e ao reconhecimento do Banco Palmas no território. A relação que os moradores estabelecem com a instituição (a ponto de às vezes a confundir com a moeda social Palmas) evidencia também a obrigação (como uma espécie de norma social) e o desinteresse (ou interesse pelo outro). Sendo assim, a lógica do dom ajuda a esclarecer a prática do uso da moeda social pelos BCDs.

Porém, o uso da moeda também está atrelado aos aspectos territoriais que podem ser determinantes na construção do circuito monetário local. Por exemplo, a mobilidade das pessoas no território e a diversidade de empreendimentos locais influenciam no tamanho e na fluidez do fluxo de moeda social e na aceitação da moeda pelos moradores.

O “pano de frente” da prática dos BCDs e do uso da moeda social é a relação BCD-território-moeda. Na prática dos BCDs, o território exerce papel central e a moeda social serve exclusivamente ao território. O processo de criação da moeda e sua gestão representam a “soberania do território” em contraponto tanto à soberania estatal que

exerce o direito exclusivo de criar moeda, quanto à soberania mercantil, que reduz a moeda à função de meio de troca. O “valor” das Palmas está estrelado não apenas ao seu lastro com o Real, mas ao símbolo do território impresso nas cédulas que traduzem a história do lugar e a confiança depositada na instituição emissora, o Banco Palmas. Nesse ponto, as moedas sociais podem ser entendidas como fato social total, na concepção de Théret (2008), que agrega o simbólico, o econômico e o político.

Por fim, a reflexão que se delineia aqui é no sentido de haver uma filosofia do dom (dádiva como fenômeno) como pano de fundo da prática do BCD e no uso da moeda social por eles. Isso se dá num nível de cunho mais metodológico e filosófico e a moeda social em si seria no fim uma “filosofia”. À frente, num nível prático e concreto (o tal “pano de frente”) fica o verdadeiro intento de mudar o território, num processo em que a circunscrição do uso de uma moeda e a manutenção da riqueza no lugar são fundamentais.

7.3 Moeda social e mercado local: aproximações com a noção de moeda em Polanyi

As reflexões e inferências que podem ser feitas no sentido da aproximação entre o uso das moedas sociais pelos BCDs no Brasil e a discussão sobre moeda em Polanyi (2011) não são óbvias. Isso porque a análise do autor, como visto no Capítulo 4 desta tese, é histórica, partindo da compreensão dos usos das moedas fora do mercado e mesmo do comércio. Nosso exercício aqui é de fazer algumas aproximações do sentido da moeda nas sociedades primitivas e arcaicas para nossa sociedade e para o fenômeno das Palmas no Conjunto Palmeiras. Para Servet (2013) e Hillenkamp (2013), esse movimento foi possível e adequado quando o fizeram com os princípios econômicos polanyianos da reciprocidade e da domesticidade, aproximando-os do fenômeno da economia solidária, notadamente na América Latina.

Neste exercício, propomos dois pontos de reflexão. O primeiro, relativo aos usos e funções da moeda discutidos por Polanyi (2011), importante para a compreensão da ideia de não neutralidade; e o segundo relativo às noções de estabilidade e equivalência, as quais nos parecem centrais na sua discussão sobre a moeda. A ideia de não neutralidade em Zelizer (2005) e na antropologia da moeda, de modo geral, passa também pela ênfase nos usos e contextos e não nas particularidades físicas da moeda.

Para Polanyi (2011), a sociedade de mercado imprimiu à moeda a função principal de meio de troca, e a partir dela, a moeda passou a desempenhar também as

demais funções (meio de pagamento, padrão de valor e reserva de valor). Sendo assim, um mesmo objeto serve para realizar trocas, avaliar e reservar valores e para satisfazer obrigações contraídas. Nas sociedades antigas, esses usos eram distintos e eram realizados também com objetos distintos (POLANYI, 2011). Além disso, o uso de determinados objetos dependia diretamente da situação (contexto do uso, social, político etc.), da forma de manipulação (quantificáveis, por exemplo) e das necessidades reais a serem satisfeitas.

A especificidade do uso da moeda Palmas e as demais moedas sociais não se relaciona com a troca em objetos específicos, como grande parte dos exemplos da antropologia econômica para explicar os diferentes usos. Dentro da rede de aceitação, pode-se usar a moeda para comprar tudo aquilo que é vendido, mas restrito ao território. A especificidade não está no objeto que é comprado ou trocado, mas no lugar onde ele se encontra.

As Palmas, em particular, e as moedas sociais brasileiras dos BCDs, de modo geral, são objetos únicos que desempenham a maioria das funções econômicas tradicionais. Portanto, parecem-se mesmo com a ideia de moeda de mercado e suas funções básicas, em termos econômicos, não se distinguem muito da noção mercantil de moeda. No entanto, uma das suas funções é pelo menos desestimulada ou, em muitos casos, resignificada: a função reserva de valor.

A iniciativa da comunidade por meio do BCD de criar uma moeda exclusiva possui o intuito claro de aumentar a circulação de riqueza e dinamizar a economia do território. Embora esta dinamização não ocorra apenas com a circulação da moeda social (pois depende também da criação de novos empreendimentos por meio do microcrédito produtivo e na constituição de uma rede ampla de aceitação e uso da moeda, fortalecida pelo crédito para consumo), ela é o mecanismo central desse processo, assumindo o papel de um “truque técnico” no qual, em vez de pouparem, os usuários são impelidos a usá-la. Em algumas experiências, como visto no Capítulo 2, as moedas sociais sofrem oxidações periódicas do seu valor (juros negativos), a exemplo da Chiemgauer alemã e da Sol-Violette francesa. Esse mecanismo força a não acumulação da moeda e eleva a frequência do seu uso. No caso das moedas sociais brasileiras, que são lastreadas em Reais, o usuário tem a segurança do recebimento do valor em Reais, mas é desestimulado a poupar diante da instituição de algumas regras de funcionamento. Primeiro, os usuários individuais, tomadores do crédito para consumo, por exemplo, não

podem trocá-las diretamente por Reais no BCD, o que os força a gastá-las no comércio local; segundo, os empreendimentos locais, que podem trocá-las no BCD, são sensibilizados quanto à importância de usá-las para dar troco, realizar compras no comércio local e mesmo pagar contas no BCD. Com isso, o BCD garante um circuito mínimo do morador a pelo menos um empreendimento local. No caso das Palmas, identificou-se que os empreendimentos procuram não ir direto ao BCD trocar, mas usá-las na própria comunidade, estabelecendo um circuito relativamente independente do BCD que, embora esteja enfraquecido, se deu com base numa rede de aceitação.

Num circuito ideal, nenhuma moeda social voltaria aos caixas do BCD, mas circularia velozmente dentro da comunidade. Mas as características do território como a diversidade de empreendimentos e a própria atuação do BCD determinam em grande medida a configuração do circuito monetário local. Em suma, o que se pode refletir daqui é que a função reserva de valor, embora possa existir, é desestimulada quando se trata de circuitos construídos com moedas sociais por banco comunitários.

O grau de unificação das funções com os sistemas simbólicos que difere a moeda moderna das primitivas e arcaicas, como aponta Polanyi (2011), a nosso ver também se difere um pouco quando tratamos de moeda social. As moedas sociais, sob essa perspectiva, deixam mais evidentes usos diferenciados dentro de um sistema que é também mercantil. No caso das Palmas, evidenciaram-se as funções política, pedagógica e simbólica, tanto no que se refere ao seu uso como no que se refere ao seu processo de criação.

Como visto nos capítulos de contexto deste trabalho, as moedas complementares e sociais criadas em várias partes do mundo engendram uma questão central: a do controle democrático do dinheiro. Esta função, de natureza eminentemente política e emancipatória, é também exercida pelas moedas sociais brasileiras, e pelas Palmas especificamente. Seu uso no território aponta para a possibilidade de exercício do controle social do dinheiro associado a outras iniciativas de economia solidária locais e, inclusive, nacionais.

Sua criação se deu por meio de um processo pedagógico no qual os participantes eram levados a entender que podem criar mecanismos para transformação da comunidade e que este mecanismo pode ser o dinheiro. O misticismo em torno do dinheiro e da moeda, conforme apontado por Aglieta e Órleans (1990), de certa forma reforça a importância do mecanismo criado e evidencia o simbolismo em torno da

moeda. Não é como criar uma regra ou fazer uma obra na comunidade; é criar, imprimir, usar e gerenciar sua própria moeda. O fato de haver um banco da comunidade que usa seu próprio dinheiro representa a possibilidade concreta de tomar pelas mãos os rumos do território.

O projeto das Palminhas nas escolas do bairro ressalta o uso notadamente pedagógico, durante o qual as crianças do bairro puderam aprender sobre a história do lugar, da moeda social, do banco comunitário e sobre a importância de se consumir no bairro na medida das suas necessidades. As Palminhas foram usadas também para ensinar sobre economia solidária e sobre a importância da reciprocidade.

No caso do Conjunto Palmeiras, o uso simbólico da moeda também se manifesta na imagem positiva que se constituiu sobre o lugar: o “bairro da economia solidária que tem um banco e usa uma moeda própria”. Essa imagem existe fora dos limites do bairro, reforçada pela mídia local e nacional e pelos inúmeros visitantes que recebe de vários lugares do mundo.

O enfraquecimento do circuito econômico de utilização da moeda no território atualmente estimula a reflexão desses outros usos, e reforça a busca pela requalificação dos usos das moedas sociais pelos BCDs no Brasil. Essa situação enigmática das Palmas ressalta a importância de se considerar as especificidades da rede de aceitação construída pelos BCDs e os aspectos territoriais e históricos de cada um deles e da cada moeda, no intuito de apontar usos específicos para além do econômico. Sendo assim, elas seriam, então, mais do que um “truque técnico” para viabilizar trocas, por trazerem consigo a identidade e a imagem do território.

O território emerge novamente ao pensarmos nas noções de estabilidade e equivalência. Esta última pode ser diretamente relacionada – sob a perspectiva do fenômeno analisado, as Palmas – com o lastro em Reais, que confere legitimidade e segurança aos usuários. Em suma, as moedas sociais, no sentido de equivalência em Polanyi (2011), são lastreadas em reais com base numa normativa do Estado, por meio do Banco Central. A figura do governo aqui, como nas sociedades analisadas por Polanyi (2011) para o estabelecimento de equivalências, é direta.

Já a noção de estabilidade estimula a reflexão sobre o volume de moeda social no território, sua emissão e gestão. Supondo um volume de lastro considerável, o banco comunitário poderia disponibilizar um volume de moeda social também considerável. No entanto, tanto a experiência das Palmas quanto a da moeda Cocais, do BCD Cocais no

município de São João do Arraial, no Piauí, demonstram que o volume de moedas sociais no território não aumenta progressivamente, atingindo um volume suportado pelo circuito monetário que conseguiu construir. As Palmas atingiram um volume de cerca de 40 mil em 2009, não tendo sido mais necessárias novas emissões. As Cocais atingiram um volume de 20 mil em 2011, que se mantém até então (BORGES, 2011b).

Sendo assim, a circulação das moedas sociais está mais atrelada à estabilidade de uma economia real do que à fluidez de uma economia especulativa. A ausência de juros sobre as transações realizadas em moeda social é importante na garantia desse equilíbrio. O própria equivalência também reforça a estabilidade na medida em que limita as emissões conforme a existência do lastro.

As reflexões aqui empreendidas apontam as moedas sociais dos BCDs brasileiros como mecanismos a serviço de uma economia que movimenta e integra uma pluralidade de princípios (econômicos, de reciprocidade, de confiança) e funções (simbólicas, pedagógicas, de estabilidade). São criadas num contexto histórico, político, cultural e social para estarem a serviço também de um mercado local. Portanto, não são neutras; são moedas de uso (POLANYI, 2011) criadas em territórios de uso (SANTOS, 2001).

8. Conclusões e considerações finais

No conjunto, os resultados desta pesquisa confirmam o seu pressuposto. Eles demonstram que o uso das moedas sociais na prática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos territórios possui capacidade de influenciar na dinâmica das relações socioeconômicas locais e contribuir significativamente para as transformações em direção à melhoria das condições socioeconômicas dos moradores nos territórios. A análise do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras, apesar da comprovação do seu progressivo desuso no território, mostra a considerável rede de aceitação e de relações socioeconômicas que pôde ser criada ao longo dos últimos anos. Os motivos pelo desuso estão relacionados às mudanças que o próprio Banco Palmas provocou nas relações socioeconômicas na comunidade, como o acesso ao crédito, ao cartão de crédito e à conta bancária.

As análises das informações levantadas no conjunto dos BCDs no Brasil mostram os importantes resultados alcançados por eles (com ou sem o uso da moeda) e indicam que sua metodologia e sua lógica de ação possibilitam o acesso aos serviços financeiros pelas pessoas mais pobres. No entanto, as mesmas análises indicam um conjunto de desafios a serem superados, pois, a nosso ver, eles possuem o potencial de comprometer a continuidade das ações de muitos bancos comunitários no Brasil e mesmo da política pública de finanças solidárias baseada nessas tecnologias sociais.

Os principais desafios apontados pelos BCDs pesquisados são a falta de recursos para constituição e manutenção do fundo de crédito e para o pagamento de despesas, além da insuficiência de parcerias notadamente com órgãos públicos locais. Como visto, apesar das múltiplas fontes de recursos recorridas pelos BCDs, o volume, muitas vezes, se mostra insuficiente. Nesse cenário desafiador, existem alguns elementos que apontam para uma reorganização dos BCDs de forma que estes se apoiem mutuamente. Essa reorganização ocorre, principalmente, pelos processos de fortalecimento regionais, a exemplo da rede estadual de bancos na Bahia, a rede do Espírito Santo e os Bancos da Periferia em Fortaleza..

Sobre os desafios que se impõem ao uso de moedas sociais na prática de gestão dos BCDs, um dos principais está intimamente relacionado com essa insuficiência de recursos. Da mesma forma, os problemas na constituição do fundo de crédito refletem

insuficiência para formação do lastro que, conseqüentemente, compromete os empréstimos nas linhas de crédito para consumo e limita as possibilidades de emissão de moeda social pelos BCDs no território. No entanto, os principais desafios relativos ao uso das moedas sociais nos territórios são os problemas relativos à construção da rede de aceitação da moeda, notadamente entre os comerciantes. Essa tarefa depende, sobremaneira, do protagonismo dos atores locais que estão comprometidos com a gestão do BCD e da moeda social. Esse protagonismo e os resultados das suas ações contribuem para a construção da legitimidade tanto do banco quanto da moeda social e, como visto no caso do Palmas, facilita a formação de uma rede de aceitação favorável à circulação da moeda no território.

No entanto, não se pode desconsiderar que muitos problemas relacionados à circulação da moeda social estão relacionados a aspectos próprios do território, como a sua dimensão, o número de comerciantes e os tipos de comércios encontrados, a distância para centros comerciais maiores etc. Além destes, existem aspectos que podem influenciar negativamente a circulação da moeda e a atuação do BCD, como as relações conflituosas e divisões político-partidárias; assim como existem aspectos que podem influenciar positivamente, como o histórico de engajamentos coletivos e a organização social pela melhoria das condições de vida, a identidade das moradores com o lugar, entre outros.

A construção da legitimidade dos BCDs e das moedas sociais passa também pela discussão do marco legal, como visto no Capítulo 1, ao contextualizarmos o delineamento da política pública voltada para as finanças solidárias brasileiras. A definição de um marco legal mais apropriado ofereceria maior legitimidade e segurança a essas experiências, pois sua ausência tem afetado diretamente a gestão dos BCDs e o acesso a fontes públicas de recursos. Essas potenciais fontes de recursos, como visto, são fundamentais para o aperfeiçoamento não apenas do processo de constituição dos BCDs e das moedas sociais, mas, principalmente, do processo de manutenção e do desenvolvimento dessas experiências.

Juntos, os desafios identificados na pesquisa e a discussão da necessidade de um marco legal apropriado a essas experiências fornecem informações que subsidiam a continuidade e o fortalecimento da política pública de finanças solidárias que tem sido delineada por intermédio de atores da sociedade civil, notadamente as entidades de apoio e fomento que trabalham na constituição da rede brasileira de bancos

comunitários; e de alguns atores públicos, notadamente a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Essas são as implicações práticas de âmbito mais geral que este trabalho de investigação aponta.

Implicações e aplicações teóricas também puderam ser notadas no âmbito da descrição e das análises da realidade dos BCDs e das suas moedas sociais ao buscarmos compreender essas experiências enquanto práticas integradoras de princípios econômicos plurais. De certo modo, trouxemos a abordagem da sociologia econômica polanyiana, construída com dados históricos de sociedades de diferentes épocas, para interpretar experiências atuais. A interpretação do fenômeno investigado – o uso de moedas sociais por bancos comunitários –, pelo viés da concepção substantiva de economia, reforça a ideia de que certas experiências de economia solidária são capazes de evidenciar a existência de diferentes lógicas econômicas e, principalmente, de mostrar como podem ser tênues as relações entre elas. Essa sutileza entre lógicas diferentes numa economia real por vezes nos leva a interpretar os fenômenos relacionados ao agir econômico como exclusivamente atrelados à lógica do ganho, escondendo as lógicas das ações do dar-receber-retribuir.

Os pressupostos da teoria da dádiva, notadamente a dádiva enquanto fenômeno em si, também contribuíram teoricamente na compreensão do movimento entre interesse e desinteresse, liberdade e obrigação no uso da moeda. Embora a análise de um único caso de uso de moeda social – as Palmas – não permita generalizações sobre em quais dos polos o uso de cada moeda social brasileira se assenta, foi possível compreender a metodologia dos usos das moedas sociais pelos BCDs como uma “filosofia” capaz de orientar a atuação do BCD no território num processo que evidencia a reciprocidade enquanto lógica das suas ações.

O estudo do caso particular e enigmático das Palmas nos permitiu entender outras funções desempenhadas pelas moedas sociais que vão além da econômica. Entre elas destacam-se a pedagógica, a simbólica e a política. As moedas sociais assumem, simultaneamente, esses diferentes papéis logo no início do processo de constituição dos BCDs e da sua própria criação. São usadas nas capacitações para explicar sobre seu próprio modo de funcionamento, sobre o crédito para consumo e sobre a importância da valorização das coisas do território. Ao mesmo tempo, ao serem criadas pela comunidade, trazem à tona os símbolos do lugar, sua história, sua cultura, que são impressos num objeto aparentemente simples, mas nem um pouco neutro. O “fetiche”

em torno da moeda sobrecarrega o papel simbólico das moedas sociais. Afinal, quem imaginaria que cidadãos comuns, em comunidades pobres e muitas vezes sem escolaridade seriam capazes de criar e usar seu próprio dinheiro?

Todo esse processo de criação e uso de moedas sociais, tanto no Brasil como em outros países, envolve o desempenho, em maior ou menor grau, de um papel político (e por vezes ideológico) de tentar tomar pelas mãos um caminho para possíveis transformações. No Brasil, o sentido político é evidenciado principalmente no momento de sensibilização dos comerciantes e moradores para a importância do uso da “moeda da comunidade”, que contesta, em grande medida, os problemas econômicos e sociais causados por um sistema que exclui – já que não temos acesso ao Real, façamos nós mesmos nosso próprio dinheiro. Passaremos a usar as Palmas, as Cocais, as Dunas; Opalas, Conchas e Tucumãs... Ou então, a Liberdade e até mesmo o Arco-Íris.

Em outros países, notadamente os da Europa, o sentido político de apropriação cidadã da moeda revela-se fundamental. Os membros dos circuitos econômicos construídos, indivíduos e organizações, falam sobre uma moeda ética, que favorece a economia real e não serve à estrutura financeira do sistema capitalista. Em meio à crise econômica, alguns ativistas europeus chamam a atenção para o papel social e político da apropriação do dinheiro pelos cidadãos, que se tornam seus criadores e gestores.

O destaque para a função social é inerente ao uso dessas moedas. Caso contrário, criá-las não teria sentido. O adjetivo “social” também envolve a noção de (re)apropriação do dinheiro, mas remete principalmente à ideia de colocá-lo ainda mais a serviço da sociedade. As moedas sociais na prática dos BCDs brasileiros estão relacionadas ao acesso ao crédito para consumo, tipicamente de caráter de urgência; ou seja, num momento em que o Real deveria estar a serviço da satisfação das necessidades básicas das pessoas. Mas a moeda nacional, a serviço do capital, não sairia sem custos. O uso das moedas sociais está mais atrelado à estabilidade de uma economia real do que à fluidez de uma economia especulativa.

Uma última reflexão pode ser feita em torno do uso das moedas sociais no contexto brasileiro atual. Poderíamos questionar: por que usar moedas sociais num período (ou num contexto) de relativa pujança da economia de mercado na qual a oferta de crédito tem sido facilitada? Somada a essa questão, por que usar moedas sociais em comunidades atendidas por programas governamentais de incremento de renda, notadamente o Bolsa Família, no qual o acesso ao Real é direto? A nosso ver, além de o

uso da moeda social estar atrelado à outros papéis – político e simbólico, por exemplo –, ele desempenha um papel econômico importante mesmo nesse contexto de aumento de liquidez. Em primeiro lugar, a oferta de crédito via mecanismos exclusivamente de mercado ainda deixa grande parcela da população (principalmente a mais pobre) sem acesso a recursos. Em segundo lugar, o uso das moedas sociais entre aqueles que acessam renda via programas governamentais permite que, pelo menos em parte, esses recursos permaneçam no território.

8.1 Considerações sobre as limitações do estudo e seus possíveis desdobramentos

Como em todo recorte da teoria e da realidade, os resultados desta pesquisa possuem algumas limitações, entre as quais duas nos parecem mais relevantes de ser destacadas: uma de natureza teórica e outra de natureza empírica. A primeira se refere às próprias escolhas teóricas que, se por um lado nos levam a aprender mais sobre elas, por outro nos levam a desconsiderar outras. Neste trabalho, a nosso ver, o arcabouço teórico e conceitual carece de maior profundidade, tanto nos conceitos da antropologia econômica, quanto no estabelecimento do debate com as abordagens da economia clássica sobre a moeda.

A opção por um recorte teórico mais enxuto e direcionado se deu mediante a escolha de oferecer maior amplitude e detalhamento à realidade investigada. No entanto, a complexidade tanto do conjunto dos BCDs pesquisados quanto do caso enigmático das Palmas conferiram aos resultados algumas limitações. A principal delas diz respeito à dificuldade de obtenção das informações nos BCDs, tanto pela carência de registros sistemáticos quanto pela diversidade de realidades em que cada um deles vive.

Mas, se por um lado a complexidade e a diversidade da realidade se configuraram como uma limitação nos resultados desta pesquisa, por outro lado elas nos instigam. Ao finalizar esta tese, uma agenda se abre e aponta para a importância das ações de pesquisa no acompanhamento do desenvolvimento da rede de BCDs e do uso das moedas sociais no âmbito do fortalecimento de uma política pública de finanças solidárias.

De imediato, vislumbramos duas grandes ações de pesquisa para fins de apoio à rede brasileira de BCDs. A primeira se refere ao estudo mais sistemático dos mecanismos de gestão dos BCDs para fins de elaboração de um sistema de apoio à gestão dos BCDs e das moedas sociais. Tal sistema facilitaria a sistematização de

informações importantes para os órgãos públicos e outros potenciais parceiros. A segunda ação de pesquisa vislumbrada diz respeito ao aperfeiçoamento do mapeamento do circuito das moedas sociais. No mapeamento, questões sobre o território poderiam ser consideradas, bem como algumas especificidades dos seus usuários. O aperfeiçoamento do mapeamento também importa para a política pública de finanças solidárias, uma vez que ofereceria uma ideia do movimento de recursos públicos no território a partir do uso das moedas sociais, dado que elas têm servido de mecanismo de redistribuição.

Por fim, finalizamos este trabalho com a curiosidade e o estímulo para investigar outros casos de uso de moedas sociais por BCDs no Brasil. O circuito da moeda Cocais em São João do Arraial no Piauí é conhecido pelo fato de todo morador ter uma nota de Cocal na carteira. Mas não sabemos, por exemplo, sobre seu percurso no território, sobre que funções ela desempenha e em quais lógicas seu uso se apóia. O mapeamento do circuito construído pelo BCD também poderia oferecer informações sobre potenciais produtores e consumidores locais, aperfeiçoando e otimizando o processo de (re)organização das economias territoriais.

PARTE IV – A construção de um caminho multimetodológico

Este capítulo apresenta a postura da pesquisadora e as suas opções metodológicas que possibilitaram a obtenção e a sistematização de um conjunto de informações sobre os bancos comunitários e as moedas sociais do Brasil. As decisões metodológicas tomadas ao longo do processo de pesquisa foram estimuladas pela diversidade do campo e diante de algumas preocupações que surgiram de uma fase a outra. Primeiro, apresentamos a caracterização geral da pesquisa, sua natureza e o posicionamento epistemológico inspirado na etnografia. Num segundo momento, apresentamos as estratégias de investigação em três fases: uma imersão etnográfica no Banco Palmas; um levantamento-diagnóstico em 47 BCDs do Brasil; e um mapeamento do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras. A imersão etnográfica e o mapeamento das Palmas juntos compõem a estratégia do estudo de caso do Banco Palmas e sua moeda social. Essa estratégia contou com diversificadas técnicas de coleta de dados, tais como: entrevistas abertas, conversas, entrevistas semi-estruturadas, observação não participante e participante, aplicação de questionários e análises de documentos institucionais. Essas técnicas acompanharam as estratégias em suas fases. De modo geral, o caminho metodológico pretendido não se caracteriza pela utilização de um modelo ou estratégia específica, mas da combinação de possibilidades metodológicas que, a nosso ver, se mostraram adequadas para obtenção das respostas.

9. Posicionamento epistemológico e as estratégias de investigação

9.1 Natureza da pesquisa e posicionamento epistemológico

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, a qual se caracteriza pela não utilização de instrumentos estatísticos robustos na análise dos dados e pela utilização de variadas técnicas também qualitativas, como entrevistas, grupo focal, observações de campo e etnografia (VIEIRA, 2006). A decisão por uma pesquisa dessa natureza, baseou-se na perspectiva de alcançar maior flexibilidade no desenrolar da investigação e maior autonomia da pesquisadora ao trilhar o caminho da construção do trabalho. Neste caminho trilhado, uma das técnicas de coleta e análise, o *survey*, possuiu um caráter mais quantitativo e objetivo, mas sua natureza não se sobrepôs ao conjunto das outras técnicas e as interpretações dos dados objetivos foram feitas considerando também os dados qualitativos.

Importa também situar esta pesquisa como exploratória e descritiva. É exploratória porque, além de não terem sido encontrados muitos trabalhos sobre o assunto (MARCONI e LAKATOS, 2001; ANDRADE, 2007), ela sistematiza informações ainda não levantadas no conjunto dos bancos comunitários e das suas moedas sociais no Brasil. O conjunto de informações por si só caracteriza o ineditismo deste trabalho. A pesquisa também é descritiva por se preocupar em identificar e compreender o objeto de estudo por meio de levantamento sistemático de dados e informações, sem dispensar a análise (ANDRADE, 2007). Este trabalho oferece, então, uma perspectiva exploratória, descritiva e analítica.

9.1.1 Posicionamento epistemológico: uma busca no âmbito da etnografia

Durante as pesquisas em campo, procurou-se assumir uma postura aberta em relação ao que o fenômeno apresentava e, por isso, as estratégias de pesquisa estavam sujeitas a mudanças consideráveis. O intuito foi o de buscar compreender mais profundamente os objetos de estudo em questão. Nesta pesquisa, a etnografia não foi a única estratégia de investigação trilhada, mas orientou a postura da pesquisadora em todas as fases em campo e nas interpretações delas decorrentes.

A etnografia, originada na antropologia, se caracteriza, resumidamente, “no levantamento de todos os dados possíveis sobre uma determinada sociedade em busca

de melhor compreender o estilo de vida ou as especificidades das interações e relações sociais que ali ocorrem” (VIEIRA e PEREIRA, 2005); é adequada em investigações de temáticas interdisciplinares ou híbridas (ANDION e SERVA, 2006), bem como na exploração da natureza do fenômeno social sem se preocupar com o teste de hipóteses (GOULART e CARVALHO, 2005). No âmbito da administração, Jaime Júnior (2003) entende que os estudos etnográficos são capazes de levar o pesquisador organizacional a aprofundar seus achados e também a complementar suas pesquisas.

Vista como postura do pesquisador diante do objeto de estudo e do seu contexto, a etnografia contribui para a condução de uma pesquisa transparente, na qual a importância dada à separação entre sujeito e objeto não faz sentido. De acordo com Boumard (2003, p. 6 *apud* ANDION e SERVA, 2006, p. 152), na etnografia “não existe clivagem entre objeto e sujeito, mas um outro olhar sobre a realidade, na qual a interação entre os atores da pesquisa relembra com evidência a imbricação profunda entre perspectivas metodológicas e visões epistemológicas”.

Dito isso, interessa apontar algumas particularidades da postura etnográfica como forma de explicitar melhor o posicionamento epistemológico. A primeira delas diz respeito à dialética sujeito-objeto. Essa relação se constitui de “idas e vindas” entre o pesquisador e seu objeto, por meio de constantes diálogos e de uma relação “ao mesmo tempo cúmplice e de alteridade, na qual as semelhanças e diferenças entre os dois pólos estão constantemente vindo à tona” (ANDION e SERVA, 2006, p. 154). A segunda particularidade da postura do pesquisador nos estudos etnográficos se refere à dialética particular-geral. Nesse caso, o movimento constante entre os polos é importante, uma vez que, mesmo partindo do particular (o caso), intenta uma leitura do social para além dos casos individuais. Ou seja,

O trabalho etnográfico propõe então considerar a particularidade dos fenômenos e ao mesmo tempo contextualizá-los, interpretando-os como expressão de outros aspectos ou situações sociais, como desigualdades, estigmas, estereótipos, questões de gênero, políticas e de classe social (BARREIRA, 1998 *apud* ANDION e SERVA, 2006, p. 155).

A terceira particularidade da postura do pesquisador diz respeito à subjetividade-objetividade na qual, mais uma vez, há dialética entre os polos. Nesse caso particular, tanto as dimensões objetivas que são pensadas e expressadas pelo pesquisador quanto as dimensões subjetivas que são vividas por ele em campo são

consideradas para a interpretação do fenômeno. Desse modo, “a complexidade não é simplificada em nome de uma pretensa objetividade” (ANDION e SERVA, 2006, p. 155).

Por fim, algumas recomendações de Malinowski⁴⁴ (1976) importaram na nossa trilha metodológica. Uma delas diz respeito à relevância da capacidade do pesquisador em levantar problemas sem, no entanto, ir a campo com ideias preconcebidas. Diante disso, optamos por manter o arcabouço teórico como algo possível ou provável e os olhos atentos para outras possibilidades de interpretação do nosso fenômeno. Esse aspecto também influenciou fortemente o caminho metodológico, pois muitas decisões e mudanças foram tomadas à medida que (re)interpretações foram possíveis.

9.2 Estratégias da pesquisa: um caminho multimetodológico

Os resultados desta pesquisa foram obtidos em três fases principais. A primeira, consistiu numa imersão etnográfica no Banco Palmas em janeiro de 2012. Essa imersão nos permitiu entender sua história e a do bairro, seu modo funcionamento e a situação enigmática em que se encontrava sua moeda social, as Palmas. As especificidades do Banco Palmas e das Palmas estimularam a busca por compreender o conjunto dos BCDs e das moedas sociais no Brasil. Num movimento do particular para o geral, optou-se por empreender uma segunda fase da pesquisa. Nela, foram aplicados 47 questionários em BCDs espalhados pelo país, originando um banco de dados considerável e inédito. Numa terceira e última fase, a necessidade de compreender mais aprofundadamente a situação enigmática das Palmas impulsionou o retorno ao Conjunto Palmeiras em outubro de 2013. Essa fase consistiu no mapeamento detalhado do circuito da moeda no território.

Ao final da pesquisa, duas estratégias de investigação foram combinadas: o estudo de caso do Banco Palmas e das Palmas por meio da imersão etnográfica e do mapeamento do circuito da moeda social; e o *survey* (denominado levantamento-diagnóstico) em 47 BCDs brasileiros.

Entende-se que os estudos de caso, além de serem adequados para a investigação de situações atuais, buscam maior profundidade nas concepções dos seus envolvidos se valendo de grande variedade de dados e descrevendo a situação conforme o pesquisador a percebe (YIN, 2004; TRIVIÑOS, 1987). Essas orientações metodológicas

⁴⁴ A obra **Argonautas do Pacífico Ocidental**, de Bronislaw Malinowski (1976), é considerada um marco do nascimento e do desenvolvimento dos estudos etnográficos. O resultado desse trabalho, tanto em termos de posicionamento do pesquisador quanto em termos de elaboração textual, é até hoje uma importante referência para os etnógrafos.

levaram a pesquisadora a “manter o olhar” no Banco Palmas mesmo sendo este o BCD mais investigado no Brasil, inclusive por pesquisadores estrangeiros.

O estudo do caso do Banco Palmas e das Palmas se deu com o corte seccional com perspectiva longitudinal, permitindo um recorte da realidade em dois momentos (no caso, janeiro de 2012 e outubro de 2013). Ele foi capaz de resgatar informações do passado, pois, nesse tipo de recorte, “o foco está no fenômeno e na forma como se caracteriza no momento da coleta, e os dados resgatados do passado são, normalmente, utilizados para explicar a configuração atual do fenômeno” (VIEIRA, 2006, p. 21).

9.2.1 A imersão etnográfica no bairro da economia solidária

No período de 09/01 a 03/02/2012, a pesquisadora acompanhou o dia a dia do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras em Fortaleza. Durante esse período de imersão, foi possível realizar várias entrevistas com pessoas-chave do Banco Palmas, bem como com atores importantes da comunidade. Essas entrevistas tiveram um caráter aberto e não contaram com instrumentos padronizados, mas ocorreram em horários específicos, previamente definidos, nos quais os entrevistados se colocaram à disposição da pesquisadora. Além dessas entrevistas, conversas abertas foram realizadas em várias oportunidades com outros trabalhadores do Banco Palmas e representantes de organizações locais.

Na primeira semana de imersão, foi possível acompanhar um grupo de alemães que visitava a experiência do Banco Palmas. Nesse momento, foram privilegiadas conversas com lideranças e organizações comunitárias. Foi possível caminhar pelo bairro e conhecer sua história por meio de seus principais protagonistas.

O período da pesquisadora no Banco Palmas permitiu acompanhar alguns processos internos da organização, como a concessão de crédito, o trabalho nos caixas do banco e o desenvolvimento de alguns projetos sociais. Não foi dado privilégio aos detalhes financeiros do Banco Palmas, tendo em vista o foco sobre a moeda social. Sobre esta, foi possível obter dados acerca de suas últimas emissões e realizar entrevistas. Foi possível também conversar com pessoas na comunidade e comerciantes locais acerca de seu uso e circulação.

Essa fase da pesquisa deu origem a um caderno de campo detalhado constituído tanto por informações dos sujeitos quanto por impressões da pesquisadora. No entanto, essas informações não foram suficientes para compreender em detalhe a situação das Palmas no território e um retorno se mostrou necessário com uma estratégia de

investigação mais apropriada ao entendimento do circuito monetário. Esse retorno se deu numa terceira fase da pesquisa, em outubro de 2013.

Sendo assim, ao término dessa primeira fase, duas preocupações surgiram. Uma foi a necessidade de compreender o circuito das Palmas de forma que contemplasse não apenas a qualidade das relações, mas sua amplitude no território. Outra decisão foi a de ampliar o escopo da pesquisa, buscando compreender, pelo menos em parte, a realidade de outros bancos comunitários. Isso porque a singularidade da experiência do Banco Palmas e a situação enigmática da moeda social no bairro não ofereceram pistas sobre a realidade do conjunto dos BCDs no Brasil. A partir dessas duas preocupações, decidiu-se começar por um *survey* na rede de bancos comunitários que estava (e está) sendo constituída no país.

9.2.2 O levantamento-diagnóstico da rede brasileira de BCDs

O levantamento-diagnóstico empreendido foi a primeira pesquisa de âmbito geral nos BCDs do Brasil. Sua denominação “levantamento-diagnóstico” deve-se pelo fato de o instrumento de coleta de dados ter sido construído com dois principais focos: o de levantar informações básicas sobre os BCDs e suas moedas sociais e o de diagnosticar os desafios que eles enfrentam nos seus contextos e processos de desenvolvimento.

O instrumento de coleta de dados foi construído em maio de 2012 e reconstruído em julho do mesmo ano para contemplar o levantamento que estava começando a ser empreendido pela equipe da ITES/UFBA e pelo Instituto Palmas no âmbito do projeto da constituição da rede de BCDs da região Nordeste (edital Senaes 03/2010). Sendo assim, a pesquisadora coordenou uma equipe de quatro pesquisadores de campo, tanto no que diz respeito à reconstrução do instrumento de coleta de dados quanto às suas fases de pré-testes e à aplicação propriamente dita. A coleta de dados teve início em agosto de 2012 e se estendeu até janeiro de 2013. Uma primeira fase contemplou todo o Nordeste, na qual os quatro pesquisadores se encarregaram das visitas em campo e lançamento dos dados. A pesquisadora se encarregou pessoalmente das visitas e das aplicações dos questionários nas demais regiões do país. Como visto, o item 5.1 desta tese detalhou o universo pesquisado. O instrumento de coleta de dados (ver Apêndice F) foi dividido em oito partes, aqui resumidas:

- a) Aspectos gerais: identificou o nome do BCD e da moeda, seu ano de inauguração, localização e área de atuação.

- b) Aspectos do território: contemplou informações sobre o número de habitantes, tipo de território, tipos de organizações existentes parceiras do BCD e acesso aos serviços financeiros tradicionais pela comunidade.
- c) Aspectos de gestão e caracterização dos BCDs: permitiu levantar detalhes de funcionamento, estruturas de gestão, informações sobre os trabalhadores (funções e remunerações), mecanismos de controle e de comunicação, entre outros.
- d) Linhas de crédito oferecidas em reais e em moeda social: identificou os tipos de linhas de crédito praticadas pelos BCDs, seus limites de empréstimo, prazos de pagamento, taxas de inadimplência por linha, volumes emprestados e número de beneficiários. Essas informações foram levantadas considerando os últimos 18 meses (2011 e 2012-1). Ainda neste bloco sobre as linhas de crédito, foram contempladas questões sobre as formas e critérios de solicitação e cobrança dos empréstimos.
- e) Aspectos da gestão e do controle da moeda social: neste bloco foram levantadas informações sobre como são controlados as emissões da moeda, os volumes em circulação, as atividades de sensibilização e a comunicação sobre a moeda no território, o número de comerciantes que a aceitam a moeda, entre outras.
- f) Percepção geral sobre participação, política e cultura: contemplou algumas questões de percepção dos entrevistados acerca da participação das pessoas do território nas atividades do BCD e no que concerne à aceitação da moeda social no território, entre outras (essas informações não foram utilizadas nas análises).
- g) Questões sobre os desafios e as perspectivas dos BCDs e das moedas sociais nos territórios: contemplou questões abertas nas quais os respondentes puderam falar livremente sobre os desafios do BCD e do uso da moeda, bem como sobre como o BCD tem procurado fazer para enfrentá-los. Neste bloco de questões, foi possível também registrar as impressões dos pesquisadores em campo.
- h) Questões extras: estas questões foram inseridas após uma primeira fase de coleta e um pré-teste do instrumento.

O período das visitas aos BCDs no Brasil permitiu coletar informações para além do instrumento de coleta de dados e possibilitou entender alguns aspectos contextuais que não poderiam ser capturados com uma aplicação do questionário por *email* ou telefone. As visitas *in loco* garantiram certo nível de qualidade das informações, ao

mesmo tempo em que permitiu verificar que o instrumento de coleta de dados por si só é insuficiente na captura de algumas informações relevantes de cada BCD.

Nessas visitas de campo, a observação participante e conversas abertas complementaram as informações objetivas do questionário. As visitas duraram em média duas horas, havendo casos em que os membros do BCD se reuniram para receber a pesquisadora e as conversas duraram entre quatro e cinco horas. Todo esse processo resultou em anotações sobre atitudes, ações e falas dos sujeitos, bem como das impressões da pesquisadora (VIEIRA e PEREIRA, 2005). Além disso, as observações e as conversas informais foram importantes fontes de informações para subsidiar a elaboração de roteiros semiestruturados para entrevistas formais em amostras intencionais na outra fase da pesquisa (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998).

Diante da riqueza do processo, foi realizado também um grupo focal com a equipe que aplicou o questionário que durou aproximadamente três horas. A reunião foi gravada e detalhes importantes da realidade dos BCDs investigados puderam ser sistematizados. Nesse momento, foram discutidas situações de BCDs específicos; diferenças regionais e estaduais; situações de algumas moedas sociais; aspectos territoriais; observações sobre o projeto político dos BCDs; a metodologia de criação dos BCDs no Nordeste; as institucionalidades em torno da rede de bancos comunitários no Brasil; a importância da parceria com os correspondentes bancários, entre outros assuntos. Esses pontos foram considerados nas interpretações dos dados objetivos levantados com o questionário.

Ao final da coleta, tanto os dados quantitativos quanto os de natureza qualitativa no bloco das “questões sobre os desafios e perspectivas dos BCDs e das moedas sociais nos territórios” (letra g acima) foram lançados num banco de dados construído com a utilização do *software Sphinx2000*. O mesmo *software* e o apoio de um profissional de estatística permitiram a construção de tabelas e o cruzamento de algumas informações.

As informações qualitativas, tanto as contempladas no questionário quanto as provenientes do grupo focal, foram sistematizadas sem auxílio de *software* e categorizadas conforme as orientações comuns em análise de conteúdo (BARDIN, 2008; DELLAGNELO e SILVA, 2005).

9.2.3 O mapeamento do circuito da moeda social Palmas no Conjunto Palmeiras

A curiosidade e o interesse no estudo dos casos são também aspectos que comumente levam o pesquisador em direção a determinadas escolhas (ZOUAIN e

TORRES, 2005; GOULART e CARVALHO, 2005). O retorno ao Conjunto Palmeiras para o mapeamento do circuito das Palmas foi fruto desse interesse em aprofundar as informações da primeira fase da pesquisa, a imersão etnográfica de janeiro de 2012. Além disso, essa decisão metodológica se apoiou na necessidade de obter maior profundidade no entendimento do caso, principalmente diante do sentido antropológico que se propôs para compreender a moeda social e da importância de compreender mais o território nessas análises.

Foi então que optou-se por uma técnica de coleta de dados que oferecesse, ao mesmo tempo, uma ideia mais completa e ampla do circuito e alguma informação qualitativa dele. Decidiu-se pela técnica de análise de redes sociais para mapeamento do circuito, o que permitiu a identificação dos atores envolvidos e os sentidos dos fluxos da moeda entre eles. No entanto, elaborou-se um instrumento de coleta de dados que oferecesse também alguma informação da “qualidade” das relações dentro deste circuito, procurando identificar informações de frequência e volume monetário, bem como relações de amizade e de proximidade construídas a partir do uso da moeda social no território.

Foram, então, elaborados dois instrumentos de coleta de dados para esse momento de retorno ao Conjunto Palmeiras. Um voltado para os empreendimentos locais e produtores individuais (denominados *prossumidores* para se diferenciarem dos empreendimentos locais e dos moradores); e outro para os moradores (ver Apêndices H e I). Este último foi aplicado em 97 moradores do bairro entrevistados na fila dos caixas do Banco Palmas (para garantir que a maioria dos entrevistados conhecesse a moeda social e, conseqüentemente, aumentar as chances de entrevistar aqueles que a usam). Esse instrumento permitiu também identificar alguns moradores de bairros vizinhos. Entre os moradores, alguns funcionários do Banco Palmas também foram identificados e suas informações possibilitaram caracterizar este grupo separadamente.

Os dados foram lançados e organizados numa planilha de *Excel* e, em seguida, os atores e suas relações foram codificados para se adequarem ao *software* utilizado para elaboração das redes. Num primeiro momento, os cálculos foram realizados no *Pajek2.0*, mais apropriado para redes maiores (no caso, 99 atores); mas a elaboração gráfica foi realizada pelo *NetDraw*. O banco de dados organizados no *Excel*, ao considerar informações sobre os usuários, sua frequência e seu volume, permitiu também identificar as relações que aconteciam no momento e as que não acontecem mais (ou

que acontecem raramente). Essas informações foram fundamentais para elaborar apresentações gráficas do processo de enfraquecimento do uso da moeda no território. Elas foram agregadas à análise de redes por meio de alguns recursos que o *NetDraw* oferece, como tamanho e cores dos atores (nós) e cores das relações entre eles.

Os cálculos de centralidade e densidade (e muitos outros que a análise quantitativa de redes permite) não foram considerados fundamentais nas análises, tendo em vista que a visualização gráfica permitiu compreender a dinâmica do circuito ao longo de um período de tempo. Nesse momento, privilegiou-se informações qualitativas que puderam ser coletadas pelos pesquisadores em campo.

A aplicação dos instrumentos de coleta de dados foi empreendida por dois pesquisadores com base num planejamento que contemplou quase todas as ruas do Conjunto Palmeiras. O cadastro de 240 empreendimentos que aceitavam a moeda social no território e outras informações obtidas no Banco Palmas serviram de base para a identificação desses atores e dos prossumidores a serem entrevistados. A pesquisa possibilitou, além de identificar um número muito próximo do real de empreendimentos que usam a moeda social, atualizar o cadastro do Banco Palmas, tendo em vista que a maioria dos cadastrados não existiam mais no território ou estavam fechados para atender os pesquisadores.

Durante a semana de 30/11/2013 a 04/10/2013, o mapeamento foi iniciado e concluído e outras entrevistas semiestruturadas puderam ser realizadas, notadamente sobre as Palminhas, moedas sociais voltadas para as crianças do bairro, e sobre os novos projetos sociais do Banco Palmas.

9.3 Um último exercício de análise no movimento entre o sujeito e o “objeto”

Tendo em conta que “na pesquisa qualitativa a coleta e a análise dos dados ocorrem praticamente de forma simultânea” (GOULART e CARVALHO, 2005, p. 134), durante as fases de pesquisa de campo puderam ser empreendidas algumas pré-análises, como sugerem Vieira e Pereira (2005). Esse exercício analítico orientou as decisões metodológicas e mesmo teóricas ao longo do percurso.

Ao final da construção dos capítulos de resultado, foi empreendido um último retorno ao campo. A participação no Fórum de Inclusão Financeira do Banco Central aconteceu em Fortaleza (entre os dias 4 e 6 de novembro de 2013), e uma visita dos

participantes no Banco Palmas estava programada. Sendo assim, foi possível tanto a participação no Fórum quanto na visita. O momento da visita ao Banco Palmas impressionou pela curiosidade dos visitantes e pelo paradoxo que representou. Vale lembrar que o mesmo Banco Central há 15 anos questionava a legitimidade dessa organização no que se refere a oferta de crédito e emissão de moeda.

Nesse último retorno ao campo, o objetivo maior foi realizar uma entrevista “especial” com Joaquim de Melo Neto – sem dúvida, o ator que mais compreende o fenômeno dos BCDs e das moedas sociais no Brasil atualmente. Esse momento foi planejado para se configurar num “bate bola” entre a pesquisadora e o entrevistado, com um intuito maior de reflexão sobre algumas informações previamente sistematizadas. Foram então apresentadas algumas informações concernentes ao levantamento-diagnóstico dos 47 BCDs do Brasil e, em seguida, duas redes elaboradas para representar o circuito das Palmas no bairro. Apesar de grande parte das análises já ter sido realizada, a pesquisadora intencionou provocar a reflexão do entrevistado diante de informações novas. Essa entrevista durou cerca de 4 horas, foi gravada e depois usada para novas reflexões sobre as análises já empreendidas.

As palavras do entrevistado após a entrevista corroboram o alcance do objetivo da pesquisadora, principalmente no que se refere ao circuito das Palmas no bairro: “Olha, eu estou aqui falando isso tudo para você [há quase uma hora], mas eu nunca parei para pensar isso antes, tô pensando isso agora” (informação verbal, coordenador do Banco Palmas, 7/11/2013).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Para una teoría de los estudios territoriales. In MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Orgs). **Desarrollo rural Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2006, p. 51 a 61. (Coleção Trabajo, integración y sociedad).
- ANDION, Carolina; SERVA, Maurício. A etnografia e os estudos organizacionais. In GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. e SILVA, A. B. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 147 a 181.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- AGLIETTA, Michel; ÓRLEAN, André. **A violência da moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013). **V Fórum do Banco Central sobre Inclusão Financeira**. Fortaleza, 4 a 6 de novembro, 2013.
- _____. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.
- BARONE, Francisco M.; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectiva. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública**, 42(6), p. 1249-67, nov./dez., 2008.
- BLANC, Jérôme. Penser a pluralité des monnaies à partir de Polanyi: un essai de typologie. In HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (orgs). **Socioéconomie et démocratie: l'actualité de Karl Polanyi**. Toulouse, França: Éres, p. 241 a 269, 2013.
- _____. Classifying "CCS": community, complementary and local currencies types and generations. **International Journal of Community Currency Research (IJCCR)**. Vol. 15, Edição Especial, p. 04-10, 2011.
- _____. Las monnaies parallèles: évaluation du phénomène et enjeux théoriques. **Revue d'économie financière**, n. 49, p. 81 – 102, set./1998. Disponível em: <http://www.aef.asso.fr>. Acesso em: 01 de julho de 2010.
- BANCO DO NORDESTE (BNB). **Relatório anual** (2012). Programas de microfinanças do Banco do Nordeste. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/crediamigo/docs/relatorio_2012_agroamigo_e_crediamigo_final.pdf>. Acesso em: novembro de 2013.
- BORGES, A. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAIS, L; BORGES, A. **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Polis, p. 249 a 244, 2011a.
- BORGES, A. Banco dos Cocais: uma experiência inovadora de bancos comunitários. In: MORAIS, L; BORGES, A. **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Polis, p. 295 a 343, 2011b.
- BRAGA, T. S. **Programas públicos de microcrédito produtivo orientado: Uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito**. 2011. 167 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRASIL. **Clubes de troca**. Acesso em 27 fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/economia-solidaria/clubes-de-troca> (site oficial do Brasil).

BRUNHOFF, Suzanne. A originalité et la actualité de la théorie monétaire de Marx. [S.L]: **Revue Économique**, v. 18, n. 1, 1967, p. 28 a 49.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Moeda social e circulação de riquezas na economia solidária** (2002). Disponível em: http://money.socioeco.org/documents/67pdf_Moeda.pdf Acesso em: 29 de agosto de 2010.

CAILLÉ, Allain. **Antropologia do Dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis RJ: Vozes, 2002, p 7-139.

_____. Prefácio. In ROSPABÉ, P. **La dette de la vie**. Éditions La découverte/Mauss. Paris, 1995.

CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antônio C. **Clubes de Trocas: rompendo silencio, construindo outra história**. 2. ed. rev., Curitiba: Editora Popular: CEFURIA, Cap. 2, p. 13-28, 2011.

CARVALHO, Carlos Eduardo; ABRAMOVAY, Ricardo. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In SANTOS, Carlos Alberto dos (Org). **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**. Brasília: SEBRAE, p. 17-45, 2004.

CARVALHO, Daniela M.; ARAÚJO, Elaine A.; SALAZAR, Gérman Torres; FERREIRA, Roberto do N. Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 47, Porto Alegre, **Anais...**, Porto Alegre, 2009.

CEFÚRIA - CENTRO DE FOMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO. **Relação dos clubes de troca** [em Curitiba]: com municípios, bairros, dias e horários de funcionamento. Acesso em 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/doc/clubes.pdf>>.

CHAVANCE, Bernard. Karl Polanyi, léconomie et la société. In POLANYI, Karl. **La subsistance de l'homme: La place de l'économie dans l'histoire et la société**: Flammarion. Paris, 2011(Introdução à edição francesa).

COLLIAC, Stéphane. Monnaies parallèles provinciales et fédéralisme budgétaire em Argentine. **Revue d' économie financière**. n. 81, 4-2005, p. 1 a 20.

DELLAGNELO, Heloise Helena Livramento; SILVA, Rosimere Carvalho da. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa em administração. In VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M (orgs). **Pesquisa Qualitativa em Administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 99 – 118.

DIETERLEN, Pierre. Brunhoff (Suzanne de) – La monnaie chez Marx. [S.L]: **Revue Economique**, p. 702 a 704, 1968 (notes bibliographiques).

DINIZ, Eduardo. Correspondentes bancários e bancos comunitários de desenvolvimento. In. INSTITUTO PALMAS e NESOL/USP (Orgs). **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**: A9 Editora, v. 1, 2013.

FAIRE Mouvement: synthèse des débats. Relatório do **Rencontre Internationale des Acteurs des Monnaies Sociales et Complémentaires I**, 2012, Lyon, França. Acesso em janeiro de 2013. Disponível em: <monnaieendebat.org>

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia - Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n. 01, p. 09-19, 2002.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Porto Alegre: **Civitas**, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun., 2007.

_____. A via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento local. Salvador: **Organizações & Sociedade/UFBA**, v. 15, n. 45, p. 219-232, abr./jun., 2008.

_____. A economia popular e solidária no Brasil. In. FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis; MAGNEN, Jean-Philippe (Orgs). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 57 a 71, 2006.

_____;LAVILLE, Jean- Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____; SILVA JUNIOR, Jeová T. A economia popular e solidária no Brasil. In. FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis; MAGNEN, Jean-Philippe (Orgs). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 97 a 116, 2006.

_____; SILVA JR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia: Edições Almedina**, 2009, p. 31-37.

_____; RIGO, Ariádne Scalfoni; LEAL, Leonardo Prates. Moedas sociais e território na experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28. Recife. **Anais...** Recife, 2011. CD ROM.

_____; RIGO, Ariádne S.; SILVA JUNIOR, Jeová T. Microcredit Policies in Brazil: An Analysis of Community Development Banks. In: INTERNATIONAL CONFERENCE AND RESEARSH PROJECT ON INFORMAL ECONOMY, VULNERABILITIES AND EMPLOYEMENT, 2012, Genebra, **Anais...** Faculté des Sciences Économiques et Sociales, Genebra, 2012.

_____; et al. L'enjeu de le usage des monnaies sociales dans les banques communautaires de développement au Brésil: Etude du cas de la Banque Palmas. **Revue Internationale de l'économie sociale - RECMA**, Paris, n. 324, p. 70 a 86, 2012.

_____; PASSOS, Ósia A. V. Duran. O campo das finanças solidárias. In. _____ e colaboradores. **Bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira**. Fortaleza: Arte Visual, p. 40 a 49, 2013.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. **Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil (2011)**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição da Universidade de Brasília (UNB), 2011. Tese de Doutorado.

_____. Social economy and central Banks: legal and regulatory issues on social currencies (social money) as a public policy instrument consistent with monetary policy. **International Journal of Community Currency Research**, vol. 13, p. 76 a 94, 2009.

- GARCIA, Armando. **Moedas comunitárias brasileiras** (Notafilia). Outubro de 2009. Disponível em < <http://www.complementarycurrency.org/ccLibrary/Notafilia> > Acesso em: 22 de maio de 2011.
- GELLERI, Christian. Chiemgauer regiomoney: theory and practice of a local currency. **International Journal of Community Currency Research**, vol. 13, p. 61 a 75, 2009.
- GOULART, Sueli; CARVALHO, Cristina Amélia. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração. In VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M (orgs). **Pesquisa Qualitativa em Administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 119 – 140.
- HILLENKAMP, Isabelle. Le principe de holseholding aujourd'hui: discussion théorique et approche empirique par l'économie populaire. In ____; LAVILLE, Jean-Louis (orgs). **Socioéconomie et démocratie: l'actualité de Karl Polanyi**. Toulouse, França: Éres, p. 215 a 139, 2013.
- INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório anual de 2012**, Fortaleza (documento interno).
- ____ **Rede Brasileira de Bancos Comunitários** (2011a). Disponível em < <http://www.bancopalmas.org.br>. Acesso em 20 de maio de 2011.
- JAIME JUNIOR, Pedro. **Pesquisa em organizações: por uma abordagem etnográfica**. Civitas, v. 3, n. 2, jul-dez. 2003.
- KUMAR, Anjali (Coord.). **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Rio de Janeiro: IPEA; Washington DC: Banco Mundial, 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/BrasilAcessoAosServicosFinanceiros.pdf>>. Acesso em novembro de 2013.
- LAVILLE, Jean-Louis. Economia plural. In CATTANI, A. D. *et. al.*(Orgs) **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009, p. 145-149.
- LEMÂITRE, Andreia. **Organisations d' économie sociale et solidaire: Lecture de réalités Nord et Sur à travers l' encastrement politique et une approche plurielle de l' économie**. Université catholique de Louvain ET conservatoire National dès Arts et Metiers, Paris, Louvain-la-Nueve, Mars, 2009. (tese de doutorado).
- LÉVESQUE, Benoît. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. In MARTES, Ana C. Braga. **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 107 a 127.
- LIETAER, Bernard. **O futuro do dinheiro**. Encontros de Sustentabilidade (palestra proferida em 06-11-2007).
- LIETAER, Bernard; KENNEDY, Margrit. **Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable**. s/l: La Hidra de Lerna Ediciones, 2010.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pácífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Editor Victor Silva, 1976 (Coleção Os Pensadores – Abril Cultural).
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTIGNONI, Jens. A new approach to a typology of complementary currencies. **International Journal Community Currency Research**, v. 16, p. 01 – 17, 2012.

MARX, Karl. A mercadoria. In _____. O capital (Parte I). Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf. Acesso em fevereiro de 2013a.

_____. O processo de produção do capital. In _____. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1, v.1, 2013b, p. 51 a 169.

MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. Bancos Comunitários. **Mercado de trabalho**: IPEA, n 41, p. 21-26, 2009.

_____. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

MENEZES, Melissa Silva. **Moedas locais**: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2007. Dissertação de Mestrado.

MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. Sistemas de Moedas locais: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco bem em Vitória/ES. Campinas-SP: **Economia e Sociedade**, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago/2009.

MEYER, Camille (2012). **Les finances solidaires comme biens communs durables**: étude de cas de la banque communautaire de développement Palmas (Brésil). Memoire du Master. Faculte de sciences soliales et politiques: Université Libre de Bruxelles.

MOLLO, M^a Lourdes R. A relação entre moeda e valor em Marx. [S.L]: **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 2 (42), abril/jun., 1991.

MOLLO, M^a Lourdes R. A relação entre moeda e valor em Marx: crítica da crítica. [S.L]: **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 3 (51), jul./set., 1993.

MUÑOZ, Ruth. Finanças solidárias. In CATTANI, Antônio David *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Porto Alegre: Edições Almedina, 2009, p. 208-213.

NICHTER, Simeon; GOLDMARK, Lara; FIORI, Anita. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PAIVA, Carlos A. N. O conceito de dinheiro em Keynes. Porto Alegre: **Ensaio**, FEE, v. 15, n. 2, 1994, p. 571 a 590.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. **La subsistance de l'homme**: La place de l'économie dans l'histoire et la société: Flamarion. Paris, 2011. [tradução do inglês de Bernard Chavance].

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2 ed. Paris: Gradiva Publicações, 1998.

ROCARD, Michel. Prefácio. In LIETAER, B.; KENNEDY, M. **Monedas regionales**: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable. s/l: La Hydra de Lerna Ediciones: s.d..

ROSPABÉ, Philippe A. **La dette de la vie**. Éditions La découverte/Mauss. Paris, 1995.

_____. **Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza.** In _____. Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp. 2003, p. 13 a 39.

_____. O espaço geográfico, um híbrido. In _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp. 1996, p. 72 a 88.

_____. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. In _____. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Perseu Abramo. 2000, p. 22 a 127.

_____; SILVEIRA, M^a Laura. **As diferenciações no território.** In _____. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record. 2011, p. 259 a 277.

SCHROEDER; Rolf F. H; MIYAZAKI, Yoshihisa; FARE, Marie. Community currency research: na analysis of the literature. **International Journal Community Currency Research (IJCCR)**, v. 15, section A, 201, p. 31 a 41.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2008-2011).** Acesso em: 16 de abril de 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria>>

SERVET, Jean-Michel. L' institution monétaire de La société selon Karl Polanyi. **Revue économique.** Volume 44, n. 6, 1993. p. 1127 – 1150.

_____. Le principe de réciprocité aujourd'hui: un concept pour comprendre et construire l'économie solidaire. In HILENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (orgs). **Socioéconomie et démocratie: l'actualité de Karl Polanyi.** Toulouse, França: Éres, p. 187 a 213, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Crescer baixa juros do microcrédito para milhões de empreendedores (2011).** Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/apresentacao_ministro_fazenda.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2011.

SILVA JÚNIOR, Jeová T. **Gestão, fato associativo e economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas.** (2004). Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA), Salvador, 2004.

SIMMEL, Geog. **Psicologia do dinheiro e outros ensaios.** Edições texto grafia, 2009.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 81 – 126.

SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio. **Moeda social: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo.** Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, 2006. Tese de Doutorado.

_____. Moeda Social. In CATTANI, A. D. et. al. **Dicionário Internacional da Outra Economia:** Edições Almedina, 2009, p. 255-259.

SWEDBERG, Richard. A sociologia econômica do capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa. In MARTES, Ana C. Braga. **Redes e sociologia econômica.** São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 161 a 198

THÉRET, Bruno. Os três estados da moeda: abordagem interdisciplinar do fato monetário. Campinas: **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1 (32), p. 1-28, abr. 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Introdução à pesquisa qualitativa em administração: questões teóricas e epistemológicas. In VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M (orgs). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 13 – 28.

_____; PEREIRA, Bill Nunes. Estudos etnográficos em administração. In VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M (orgs). **Pesquisa Qualitativa em Administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 223 – 237.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

ZELIZER, Viviana A. **La signification sociale de l'argent**. [S. l]. Edições Seuil, 2005.

ZOUAIN, Deborah Moraes; TORRES, Luciana da Silva. O método estudo de caso: experiências práticas comprovando a influência do desenvolvimento tecnológico sobre o desenvolvimento social. In VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M (orgs). **Pesquisa Qualitativa em Administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 199 – 222.

ZOUAIN, Débora; BARONE, Francisco M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública**, 41(2), p. 369-80, Mar./Abr. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Apresentação da discussão sobre o marco legal regulatório brasileiro para as Moedas Sociais e os BCDs

Por Ariádne Scalfoni Rigo, a partir da revisão de literatura

Ainda em 2011 o Ministério Público, por meio de um processo administrativo, pediu explicações ao Banco Palmas sobre o funcionamento e a legalidade dessa moeda [a Palmas] (MELO NETO, 2012).

Desde que não contenham promessa de pagamento em dinheiro ao portador, as moedas sociais circulantes locais criadas pelos bancos comunitários de desenvolvimento, **de acordo com a metodologia do Instituto Palmas e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, não se enquadram no tipo previsto no art. 292 do código penal**. Não havendo uso de impressos assemelhados aos utilizados no papel moeda e nas moedas metálicas Real, também **não há conduta que viole** as determinações da Lei 4.511 de 1964 e no Decreto-lei 3.688 de 1945 (Lei das Contravenções Penais). Se o uso da moeda social é complementar ao uso da moeda oficial, não há que se falar da recusa da moeda em curso legal (FREIRE, 2011, p. 287). [grifos nossos]

Desde sua criação, em 2002, a moeda social Palmas tem sido motivos para emissão de pareceres pelo Banco Central do Brasil. As moedas sociais, apesar de não terem regime jurídico próprio, devem obedecer a normas gerais já estabelecidas. Mas quais são estas normas? Ao que parece, elas estão difusas em um conjunto de legislações, constituindo um ambiente jurídico permeado de insegurança para os atores institucionais no entorno dessas experiências e os usuários desses meios circulantes locais.

A tese de Freire (2011) e as publicações que dela se originaram contêm atualmente as discussões mais aprofundadas no que tange ao marco legal e regulatório para as moedas sociais emitidas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento brasileiros. Membro da procuradoria-geral do Banco Central do Brasil (BCB), Freire (2011) aproxima as possibilidades jurídicas das práticas concernentes às moedas sociais no país.

O regime jurídico aplicável às moedas sociais se constitui, principalmente, das leis seguintes legislações:

- a) Lei 10.406, de janeiro de 2002 – Novo Código Civil –, que se ajustou à realidade quando passou a permitir que empresas, com ou sem fins lucrativos, criassem contratos atípicos e títulos inominados para serem usados como moedas complementares.
- b) A Lei da Usura (Decreto 22.626, de 1933), que estabelece um regime para as associações sem fins lucrativos que não são instituições financeiras.
- c) Medida Provisória 2.172-32, de agosto de 2001, um regime específico para sociedades de microcrédito ao microempreendedor e a instituições financeiras autorizadas pelo BCB e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- d) Lei 9.790, de 23 de março de 1999 – “Lei das OSCIPs” –, que dispõe sobre a qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O argumento jurídico central que afirma a não ilegalidade da emissão e da circulação das moedas sociais relativas aos BCDs é o de que estes não são instituições financeiras por não explorarem comercialmente o dinheiro. É com base nessa premissa que o BCB tem emitido vários pareceres sobre o assunto. Freire (2011) destaca que tais pareceres apontam que não existem impedimentos legais para uma associação receber dinheiro de instituições estrangeiras, por exemplo, e aplicá-los sobre a forma de empréstimos sobre os quais são cobradas apenas taxas administrativas. Para o BCB, para que uma atividade seja considerada como financeira, ela deve objetivar e praticar a “exploração do dinheiro como mercadoria” (FREIRE, 2011, p. 343). Mesmo quando existem processos de captação, intermediação e aplicação de recursos (próprios ou de terceiros) e interferência no mercado de capitais, se não houver a exploração comercial do dinheiro, a atividade não é considerada financeira.

A Lei da Usura (Decreto 22.626, de 1933) e a Medida Provisória 2.172-32, de agosto 2001 são as duas principais legislações concernentes à experimentação não lucrativa do crédito no Brasil. Elas estabelecem os regimes dos juros nas diferentes modalidades de instituições que utilizam recursos financeiros sob a forma de empréstimos. No caso das associações sem fins lucrativos que não são instituições financeiras, a Lei da Usura estabelece que os juros cobrados não podem exceder o dobro da taxa legal. A Medida Provisória, além de regular as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e outras sociedades de microcrédito, estabelece o limite de 4% da taxa de juros a ser cobrado pelas instituições que operam recursos do PMNPO (FREIRE, 2011). Mas vale lembrar que, tanto no Brasil quando nos sistemas internacionais mais conhecidos de moedas complementares, não se aplicam juros às moedas sociais ou se aplicam “juros” negativos, uma vez que o intuito é promover a circulação e não a poupança.

Os BCDs não têm personalidade jurídica própria e, em sua maior parte, são ancorados juridicamente por associações locais dos mais variados tipos, como as associações de bairro, de classe, ONGs e OSCIPs de microcrédito. Ou seja, associações sem fins lucrativos autorizadas à experimentação não lucrativa do dinheiro, estando sujeitas às normas jurídicas específicas para essas organizações. Sob esse conjunto de leis, não cabe ao BCB fiscalizar essas organizações, uma vez que elas são autorizadas pela legislação própria à “experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e *crédito*” (FREIRE, 2011, p. 29).

Nesta discussão, apontamos duas questões de Freire (2011) que são fundamentais para a elaboração de um marco legal e regulatório para as moedas sociais no Brasil. A primeira é se esse marco legal é mesmo necessário. A segunda é de quem seria a responsabilidade para elaborá-lo. Tais questões são importantes porque identificam não a ausência de regulamentação, mas a ausência de um regime apropriado. Os BCDs ficam então sujeitos a um conjunto difuso de leis, dentro do qual a maior parte da legislação volta-se para os interesses da supervisão bancária e das instituições bancárias que exploram comercialmente o dinheiro e não para aquelas que experimentam a concessão não lucrativa do crédito em prol do desenvolvimento de comunidades e da inclusão financeira (FREIRE, 2011).

Além disso, altos custos dos BCDs para manterem suas atividades, associados com a insegurança jurídica comprometem a sua continuidade e desenvolvimento. Pois os BCDs e as diferentes organizações sobre as quais eles se apóiam não se encontram no arcabouço jurídico atual do BCB (regulamentação e fiscalização). Por exemplo, quando do pagamento de salário e de certos tributos, o uso da moeda social deve observar que

ela não pode ser substituta do dinheiro para não incorrer em penalidades legais. Esses esclarecimentos e normas devem estar unificados em uma legislação apropriada à realidade dos BCB e dos atores que atuam na prática dessas organizações solidárias.

No que se refere à segunda questão, acerca da responsabilidade da elaboração do marco legal e regulatório para as moedas sociais brasileiras, destaca-se a discussão sobre as competências do CMN e BCB, que compreende duas opiniões divergentes, de acordo com Freire (2011). Uma delas defende que a questão fica aberta ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e, conseqüentemente, ao BCB (que é a ele subordinado), a possibilidade de regular esses instrumentos (BCDs e moedas sociais). A outra opinião diz categoricamente que a matéria escapa por completo à competência dessas instituições (ambas opiniões estão estreitamente embasadas na interpretação da Lei 4.595, de 1964, e da Lei 10.214, de 2001, relativas às competências do CMN e BCB, respectivamente).

A divergência se concentra no art. 3, inciso V da Lei 4.595, de 1964, que estabelece que um dos objetivos do CMN é o de “propiciar o aperfeiçoamento das instituições e instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência dos sistemas de pagamento e da mobilização de recursos” (FREIRE, 2011, p. 305).

Para os que defendem a competência do CMN e do BCB para regular sobre as moedas sociais no Brasil, o objetivo geral estabelecido na lei reflete à possibilidade do CMN editar novas normas para que esse mesmo objetivo, que é de caráter geral e futuro, possa ser alcançado, mesmo diante do caráter não financeiro do instrumento a ser normatizado. Sob essa perspectiva, o BCB poderia, a partir de emissão de notas normativas, regular e fiscalizar a entidade emissora de moedas sociais (impressas e eletrônicas), principalmente diante da ausência de norma expressa até o momento e conforme a conveniência e a oportunidade julgadas pelo CMN e BCB (FREIRE, 2011).

A segunda linha de argumentação vai na direção de que essas competências de regular e fiscalizar não devem ser do CMN e do BCB. Assim, as duas instituições não podem tomar parte na esfera, direta ou indireta, das organizações que emitem sistemas de pagamentos. Sob essa perspectiva, o CMN e o BCB estariam regulando atividades privadas que escapam às suas competências legais, ou seja, estariam agindo sem respaldo legal (FREIRE, 2011).

A questão é a de que, para os primeiros, a ausência de base legal é um fator que possibilita a criação de normas e de competência; para os segundos, a ausência de base legal deve ser vista como um fator inibidor. Para Freire (2011), após minuciosa análise da legislação e de pareceres diversos sobre o assunto, tais divergências decorrem, em parte, da imprecisão do significado sobre moeda e instrumentos financeiros, e das transformações no que vem sendo considerado como moeda ao longo dos anos. De acordo com a autora, é possível a regulamentação das finanças solidárias no Brasil por meio de lei complementar (não unicamente), que se caracteriza por um marco legal e regulatório mais amplo, do que a regulação e fiscalização direta da criação e do desenvolvimento das moedas sociais e das finanças solidárias.

Freire (2011) deixa claro que a ideia de um marco legal não é a de condicionar a criação e o uso de moedas sociais circulantes locais à autorização, regulamentação e fiscalização do BCB, mas a de garantir a utilização dessas moedas para a promoção da mobilização de recursos em prol do desenvolvimento das comunidades e do país. Ela chama a atenção também para a possibilidade de se estabelecer normas regulamentadoras do uso das moedas em programas de finanças solidárias no que tange a princípios políticos e econômicos, que são legalmente de competência do CMN (o qual poderia regulamentar a competência do BCB neste âmbito).

Mas, para o BCB, algumas dificuldades se colocam. Um dos seus argumentos é o de que ele já tem feito um esforço, desde 1992, para “elevar o nível de bancarização da população de baixa renda, a exemplo das medidas que possibilitaram a criação das sociedades de crédito ao microempreendedor, o desenvolvimento do cooperativismo de crédito e a contratação, pelas instituições financeiras, de correspondentes no país que atualmente atuam em todo o território nacional” (BCB, 2003, p. 36). No entanto, de acordo com Freire (2011), muitas medidas não têm sido aceitas pelas instituições financeiras tradicionais.

Sobre a criação do sistema de finanças solidárias, o BCB considera que é inadequada a criação de um sistema de finanças solidárias paralelo ao sistema financeiro nacional por três principais motivos: retira competências do CMN (Lei 4.595, de 1994); falta previsão nos projetos de lei de estrutura adequada para supervisão e fiscalização do segmento; institucionaliza o sistema de finanças solidárias sem integrá-lo ao sistema financeiro nacional.

Em janeiro de 2012, o BCB assinou com a Senaes um acordo de cooperação técnica que objetivava a “realização de estudos sobre moedas sociais e a criação de mecanismos para acompanhar, de forma permanente, a evolução destes instrumentos, à luz dos resultados obtidos nos estudos realizados” (FREIRE, 2011, p. 299).

Mas ainda fica a questão: o que legalmente são as moedas sociais para o BCB? Para o BCB, as moedas sociais não se diferenciam essencialmente da “moeda eletrônica”, tais como cartões pré-pagos e sistemas de pontuação. Para Freire (2011), as moedas sociais circulantes locais não são moedas, **mas meios alternativos de pagamento**, que se apresentam na forma física ou eletrônica e têm o universo de utilização limitado pela rede “credenciada”, rede restrita de comércios, produtos e usuários. Sendo assim, com base no argumento de que os BCDs não são instituições financeiras e de que as moedas sociais circulantes locais são meios alternativos (à moeda nacional) de pagamentos, a emissão de moedas sociais pelos BCDs não é considerada atividade financeira. Tal emissão, para o BCB, está atrelada à prestação de um serviço, assim como fazem as companhias telefônicas e as operadoras de cartões de crédito quando emitem bônus, e se caracterizam como atividade comercial e não financeiras. Em suma, a procuradoria do BCB entende que os sistemas de moedas sociais circulantes locais podem ser entendidos como os sistemas de moedas eletrônicas, ou meios de pagamento alternativos. Assim, não sendo esta uma atividade financeira, as organizações que as emitem, no caso, os BCDs, não são instituições financeiras. Essa afirmação foi confirmada pelo BCB em julho de 2011.

De modo geral, tem-se de um lado o apoio e incentivo do governo federal por meio de programas e projetos, notadamente os vinculados a Senaes/MTE, ao desenvolvimento das finanças solidárias no país e outros apoios e incentivos em outras esferas de governo. Por outro lado, a ausência de um marco legal e regulatório das finanças solidárias associado à falta de reconhecimento institucional dos BCDs emissores de moedas sociais deixa essas organizações num cenário de insegurança e vulnerabilidade às condições políticas deste mesmo país. Para Freire (2011), o fato de as entidades emissoras de moedas sociais não serem instituições financeiras potencializa (em vez de inibir) a necessidade da manifestação legal das entidades competentes, quais sejam o CMN e o BCB. Recomenda ainda a edição de um Decreto Presidencial que estabeleça as políticas e prioridades do governo federal no âmbito das finanças solidárias no Brasil, como o caso do Decreto 5.811, de julho de 2006, que define as competências do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Nesse âmbito, o CMN pode: a) reconhecer as instituições de finanças solidárias, como os BCDs e Fundos Rotativos Solidários; b) disciplinar o relacionamento das instituições financeiras e bancárias com estas instituições de finanças solidárias; c) assegurar a mobilização de recursos para o desenvolvimento das finanças solidárias.

Medidas de tal natureza são fundamentais não apenas para o aperfeiçoamento do processo de constituição dos BCDs e das moedas sociais mas, principalmente, no processo de manutenção e desenvolvimento dessas experiências. Assim, a captação de recursos, a infraestrutura tecnológica e as “linhas de fundos públicos que viabilizem projetos socioeconômicos locais” são passos fundamentais a serem dados para melhorar as experiências de finanças solidárias baseadas nos BCDs e no uso de moedas sociais circulantes locais (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009, p. 105). Apesar das repercussões positivas que essas tecnologias sociais têm engendrado, a preocupação com sua sustentabilidade tem atualmente incomodado os atores, sejam institucionais, sejam individuais, que trabalham em prol da constituição da Rede de BCDs no Brasil.

APÊNDICE B – Lista completa dos bancos comunitários e moedas sociais do Brasil (dezembro/2013)

Nº	Estado	Município	Área de Atuação	Nome do BCD	Moeda Social	Ano
1.	AC	Rio Branco	Rio Branco	Vitória	Arco Iris	2011
2.	AC	Rio Branco	Bairro/distrito	Triângulo	A definir	2012
3.	AM	Parintins	Parintins	Parintins	Puxiruns	2011
4.	AM	Manaus	Bairro/distrito	Liberdade	Tucumã	2011
5.	AM	Manaus	Bairro/distrito	Conquista	Liberdade	2011
6.	AP	Laranjal do Jarí	?	Farol	Centelha	2011
7.	AP	Macapá	Bairro/distrito	Forte	A definir	2012
8.	BA	Simões Filho	Bairro de Santa Luzia	Eco Luzia	Trilha	2007
9.	BA	Vera Cruz	Vila de Matarandiba	Ilhamar	Concha	2008
10.	BA	Cairu	Sede do Município	Casa-do-Sol	Tinharé	2009
11.	BA	Salvador	Saramandaia	Guine	Samper	2009
12.	BA	Ouriçangas	?	Fonte de Água Fresca	A definir	2012
13.	BA	Cachoeira	Vale do Iguape	Solidário	Sururu	2012
14.	BA	Camaçari	?	Litoral	A definir	2012
15.	BA	Canavieiras	?	Resex	A definir	2012
16.	CE	Fortaleza	Bairro Conjunto Palmeiras	Palmas	Palmas	1998
17.	CE	Paracuru	Bairros Boa Esperança e Riacho doce	Par	Par	2004
18.	CE	Palmácia	Sede do município	Serrano	Palmeira	2005
19.	CE	Irauçuba	Distrito do Mici	Bancart	Ta	2006
20.	CE	Maracanau	Bairro da Pajuçara	Paju	Maracanã	2006
21.	CE	Maranguape	Sede do município	Empreendedores	Prata	2006
22.	CE	Parmoti	Sede do Município	Frei Diogo	Paz	2007
23.	CE	Beberibe	Sede do município	Bandesb	AB	2007
24.	CE	Tauá	Tauá	Quinamuiu	Quinamuiu	2007

25.	CE	Fortaleza	Bairro Granja Portugal	RioSol	Rios	2008
26.	CE	Fortaleza	Conjunto CE	Bandesce	Horto	2008
27.	CE	Fortaleza	Bairro do Pirambú	Pirambú	Pirambú	2008
28.	CE	Maracanaú	Bairro Jereissati	Jaçana	Maracanã	2008
29.	CE	Irauçuba	Distrito do Juá	Juazeiro	Cactos	2008
30.	CE	Irauçuba	Bairro do Cruzeiro	Amizade	Cactos	2008
31.	CE	Maranguape	Distrito de Itapebussu	Itapebussu	Itapebussu	2008
32.	CE	Palhano	Sede do município	Artpalha	Castanha	2008
33.	CE	Tamboril	Sede do município	Feiticeiro	Acaraú	2008
34.	CE	Monsenhor Tabosa	Sede do município	Serra das Matas	Serra	2008
35.	CE	Madalena	Distrito de Macaoca	Bansol	Sol	2008
36.	CE	Ibaretama	Sede do município	Serra Azul	Ibaré	2008
37.	CE	Ocara	Sede do município	Ocards	Tupi	2008
38.	CE	Choro	Sede do município	Sertanejo	Sabia	2008
39.	CE	Caridade	Distrito de Campos Belos	Pe. Quiliano	Caribelos	2008
40.	CE	Itarema	Distrito de Almofala	Tremembé	Ita	2008
41.	CE	Fortaleza	Fortaleza	São Cristóvão	São Cristóvão	2009
42.	CE	Fortaleza	Comunidade do Dendê	Dendesol	Dendesol	2010
43.	CE	Aracau	Aracau	Aracau	Timbaúba	2011
44.	CE	Mauriti	Mauriti	Buriti	Grão	2011
45.	CE	Pacatuba	Pacatuba	Pacatubanco	Paca	2011
46.	CE	Quixadá	Quixadá	Banco Quixadá	Monólitos	2011
47.	CE	Chorozinho	Chorozinho	Rio Choro	Castanha	2011
48.	CE	Cascavel	Cascavel	Bandesc	Bento	2011
49.	CE	Caucaia	Caucaia	Potira	Potiguara	2011
50.	CE	Acarape	Sede do município	Vale do Acarape	Vale	2011
51.	CE	Itaitinga	Itaitinga	ItaSocial	Ita	2011
52.	CE	Juazeiro do Norte	?	Timbaúbas	Timba	2012
53.	DF	DF	Bairro Estrutural	Estrutural	Conquista	2012

54	DF	DF	Itapoã	Itapoã	A definir	2012
55	DF	DF	Arapoanga	A definir	A definir	2012
56	ES	Vitoria	Bairros Morro São Benedito	Bem	Bem	2006
57	ES	Vila Velha	Bairro Barro Vermelho	Terra	Terra	2007
58	ES	Vila Velha	Bairro/distrito	Verde Vida	Verde Vida	2008
59	ES	Cariacica	Sede do município	Sol	Girassol	2008
60	ES	Vitória	Bairro/distrito	Puã	Puã	2012
61	ES	Serra	Bairro/distrito	Abraço	Abraço	2012
62	ES	Cariacica	Bairro/distrito	Esperança	Rosa	2012
63	GO	Iporá	Iporá	Pequi	A definir	2012
64	MA	Alcântara	Sede do município	Quilombola	Guará	2007
65	MG	Chapada Gaúcha	Sede do Município	Chapadense	Veredas	2009
66.	MG	Esmeraldas	?	Esmeralda	Esmeraldas	2012
67.	MG	Teófilo Otoni	?	Banclisa	Lisas	2012
68.	MS	Dourados	Sede do município	Pirapirê	Pirapirê	2006
69.	MS	Anastácio/Aquidauana	Anastácio/Aquidauana	Pantanal	Pantaneira	2012
70.	MS	Pontaporã	Pontaporã	ITA	ITA	2012
71.	MT	Cuiabá	Cuiabá	Aroeira	Aroeira	2012
72.	MT	Rondonópolis	Rondonópolis	Cerrado	Bacuri	2012
73.	MT	Alta Floresta	?	A definir	A definir	?
74.	PA	Belém	Ilha de Mosqueiro	Tupinambá	Moqueio	2009
75.	PA	Jacundá	Jacundá	Paraíso	Sabiá	2011
76.	PA	Ananideua	Ananideua	Paar	Paar	2012
77.	PA	Gurupá	Gurupá	Aldeinha	Mutirão	2012
78.	PA	Igarapé	Igarapemirim	Miri	Açaí	2012
79.	PA	Marituba	?	Marituba 1	A definir	2012
80.	PA	Belém	Bairro/distrito	Castenheira	A definir	2012
81.	PA	Belém	Bairro/distrito	Tucunduba	A defnir	2012
82	PB	João Pessoa	Bairro São José	Beira Rio	Ribeirinhos	2008

83	PB	João Pessoa	Bairro Jardim Botânico	Jardim Botânico	Orquídeas	2012
84	PI	São João do Arraial	Sede do município	Cocais	Cocais	2007
85	PI	Pedro II	Sede do município	Rede Opala	Opala	2012
86	RJ	Silva Jardim	Sede do município	Capivari	Capivari	2010
87	RJ	Cidade de Deus	Cidade de Deus	Cidade de Deus	CDD	2011
88	RJ	Caxias	Bairro Saracuruna	Saracuruna	Saracura	2011
89	RJ	Niterói	Bairro Morro do Preventório	Preventório	Prevê	2011
90	RJ	Rio de Janeiro	Complexo do Alemão	?	?	?
91	RN	São Miguel do Gostoso	?	Solidário	Gostoso	2013
92	RO	Guajará Miri	?	Pérola do Mármore	A definir	?
93	SE	Aracajú	Barra dos Coqueiros	Dunas	Dunas	2012
94	SP	São Paulo	Zona Oeste - Jaguará	Vista Linda	Vista Linda	2009
95	SP	São Paulo	Zona Sul - Jardim São Luiz	AutoGestão	Moradias em Ação	2009
96	SP	São Paulo	Zona Sul - Campo Limpo	União Sampaio	Sampaio	2009
97	SP	São Paulo	Zona Norte - Jardim Apuanã	Apuanã	Apuanã	2009
98	SP	São Paulo	Zona Leste - Inácio Monteiro	Paulo Freire	Freire	2009
99	SP	São Carlos	?	Nascente	Vidas	2012
100	SP	São Carlos	?	Santa Eudoxia	A definir	2012
101	SP	São Paulo	Bairro/distrito	Orquídea	Progressos	2012
102	SP	São Paulo	Bairro/distrito	Padre Leo Comissari	A definir	2012
103	SP	São Paulo	Bairro/distrito	Tonato	Estelas	2012

APÊNDICE C – Mostra de imagens de moedas complementares e sociais



Australis: cédula da província de Tucuman, Argentina, 1991. Emissão oficial pelo governo provincial por razões orçamentárias e financeiras.
Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Cédula da Amazônia, Brasil, 2009. Emissão temporária para eventos (tipicamente sobre Economia Solidária). No caso, o Fórum Social Mundial de 2009.
Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Walra, a primeira moeda comunitária, de 1931, na Alemanha. Dois anos depois, surge a Worgl, austríaca. Ambas foram proibidas pouco depois pelos respectivos Bancos Centrais.
Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.

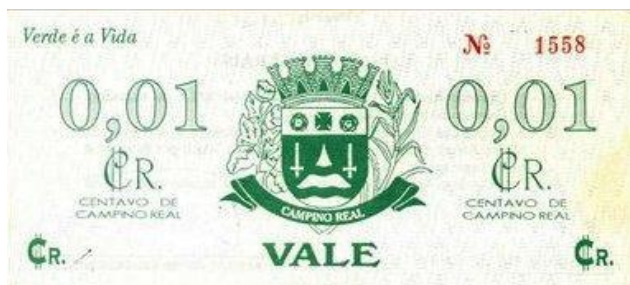


Chiemgauer, moeda de sucesso alemã, com objetivos primordialmente econômicos. Serviu de exemplo para o surgimento de outras moedas na Alemanha e na Europa.
Fonte: Garcia (2009) -- Colecionador.

Moedas sociais brasileiras



Palmas. Moeda do Conjunto Palmeiras, bairro pobre do município de Fortaleza, Ceará. A primeira e mais conhecida moeda comunitária do Brasil. Sua origem está eminentemente assentada em problemas econômicos e sociais do local.
Fonte: Garcia (2009) - Colecionador



Campino Real. Criada em 1994, no município de Campino do Monte Alegre. Foi criada pela prefeitura para resolver problemas relativos a falta de troco na cidade.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Curumim. Criada em 1996, no âmbito de um projeto social (Projeto Curumim) do município de Atibaia, SP.

Foi criada pela idealizadora do projeto para ser trocada por bens oferecidos em lojas próprias mediante a prestação de um serviço.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



EcoReal. Criada em 2001, no âmbito de um projeto ambiental (projeto Transformação) em Campo Grande, RJ.

Não tinha ancoragem em moeda oficial e se utilizava de uma tabela própria pra converter material reciclável em moeda. (Ex.: 1 kg de papel equivalia a 8 ER\$)

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Porto Amazonas. Criada em 2005, no âmbito de um projeto socioambiental em Porto Amazonas, PR.

Com o apoio da prefeitura, seu intuito e funcionamento se assemelham à moeda Curumim. Mas as lojas de trocas de produtos não são próprias e ela depende da aceitação de comerciantes locais.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Patativa. Criada em 2009 como homenagem ao centenário de Patativa do Assaré, em Fortaleza, CE. Utilizada no âmbito cultural para aquisição de produtos e serviços, é emitida pelo Coletivo RedeCeM (Rede Ceará de Musica). Surge dentro do Circuito Fora do Eixo, uma rede de associações culturais que se utilizam de moedas sociais baseadas na experiência do Cubo Card.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Bônus. Circulava no bairro Santa Teresinha, Santo Amaro, SP, em 2000, sendo uma das primeiras moedas de Clubes de Troca do Brasil.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



EcoSol. Criada em 2000, em Florianópolis, SC, também se constitui em moeda de Clube de Troca. Usada em feiras de economia solidária de onde deriva seu nome.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Pinhão. Criada em 2001, em Curitiba, PR, também se constitui em moeda de Clube de Troca, no caso, o Clube de Trocas Pinhão; é usada em feiras de economia solidária e inspirou mais de 20 iniciativas de clubes de troca na região urbana de Curitiba.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Pampa Vivo é uma moeda de clube de troca localizado na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, desde 2003. O interessante é que ela é produzida com o apoio da Caixa Econômica Federal do município.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Mate é uma moeda social utilizada no âmbito das feiras e eventos da Rede Estadual de Trocas Solidárias do Rio Grande do Sul. Circula desde 2005.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Par. Moeda social vinculada ao Banco Comunitário de Paracuru, no Ceará. Foi criada em 2004, sob a orientação do Instituto Banco Palmas.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Rubi. Moeda social criada em 2004 na comunidade de Ruben Berta, em Porto Alegre (RS), pela associação de moradores do bairro sob orientação da ONG Instrodi (Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral), dependente da fundação holandesa Strohalm.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Palmeira. Moeda social vinculada ao Banco Comunitário de Palmácia, no Ceará. Foi criada em 2005, sob a orientação do Instituto Banco Palmas.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Santana. Moeda social vinculada ao Banco Comunitário de Santana do Acaraú, também no Ceará. Foi criada em 2005, e gerenciada pelo Fórum de Assentamentos Rurais do município. Recebeu não só o apoio do Instituto Banco Palmas, mas inclusive da prefeitura e do Incra.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Bem. Moeda social vinculada ao Banco Comunitário do Morro de São Benedito (Banco Bem), comunidade carente do município de Vitória, ES. A moeda foi lançada em 2006, fruto da associação de artesãos Atelier das Idéias e também contou com orientação do Banco Palmas.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Prata. Moeda social vinculada ao Banco Empreendedores de Maranguape, município da região metropolitana de Fortaleza, CE. Lançada em 2006, também é fruto da orientação do Banco Palmas.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Ta. Moeda social do distrito de Missi, no município de Irauçuba, CE. Lançada em 2007 pelo Banco comunitário Bancart, implementado com o apoio do Banco Palmas.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



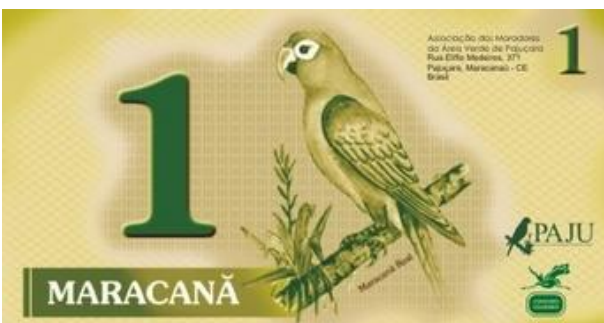
Cocais. Moeda social do município de São João do Arraial, Piauí. Lançada no dia da inauguração do Banco Comunitário Cocais, recebeu apoio do Banco Palmas e recebe considerável apoio da prefeitura. Parte do salário dos funcionários públicos são pagos em Cocais.

Fonte: Coleção pessoal.



Guarã. Primeira moeda social vinculada a comunidade quilombola no Brasil, em Alcântara, Maranhão. Foi lançada em 2007 pelo Banco Comunitário Quilombola, também foi orientado pelo Palmas.

Fonte: Garcia (2009) – Colecionador.



Maracanã. Moeda social emitida pelo Banco Comunitário de Pajuçara (Banco Paju), comunidade do município de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza, CE. Foi lançada em 2006, recebeu assessoria do Banco Palmas e apoio financeiro da prefeitura e do Banco Popular do Brasil.

Fonte: Coleção pessoal.

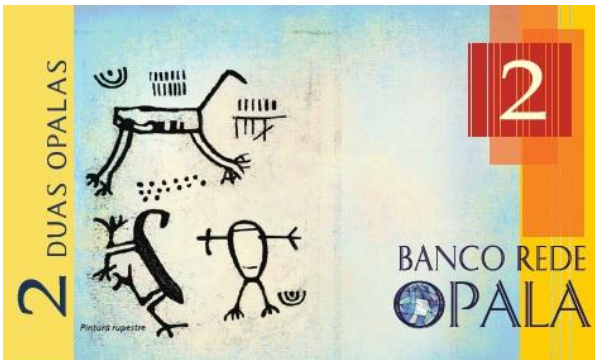


Pirapirê. Moeda social emitida pelo Banco Pirê, do município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Foi lançada em 2006, recebeu um aporte inicial de 150 mil reais de doação de uma missionária anônima.

Fonte: Coleção pessoal.



Acaraú. Moeda social emitida pelo Banco Feiticeiro, do município de Tamboril, no Ceará, em 2008. Destaca-se por ter integrado os governos municipal, estadual e federal durante sua fase de constituição.
Fonte: Garcia (2009) -- Colecionador



Opala. Moeda social criada pelo Banco Rede Opala, do município de Pedro II, no Piauí, em junho de 2012. Destaca-se por ter integrado o conjunto de BCDs criados no âmbito da rede de BCDs brasileira, sob a orientação da ITES/UFBA e do Banco Palmas.

Fonte: Coleção pessoal.

APÊNDICE D – Quadro geral para classificação das moedas complementares e sociais

(Desconsidera moedas complementares do tipo tíquetes-refeição, bônus de companhias aéreas e divisas estrangeiras)

Os critérios para esta reflexão quanto aos tipos de moedas complementares sociais são relativamente frouxos e servem apenas de guia, tendo em vista que a maior parte das informações são provenientes da literatura, o que não garantiu a obtenção de todas as informações desejadas. Portanto, a ideia foi mapear minimamente algo em torno destes sete critérios (ou informações relevantes) para a compreensão de um universo que está em constante mudança, e vem sofrendo uma onda de expansão caracterizada por uma diversidade de práticas relativamente adaptadas a suas realidades e seus territórios.

Além disso, importa ressaltar que este quadro geral não abarca – e nem teve a pretensão de abarcar – todo o conjunto de moedas sociais utilizadas em várias partes do mundo; mas apenas entender uma parte dessa diversidade para, dentro dela, situar as moedas sociais brasileiras, buscando apontar seus aspectos particulares em relação a um contexto que está em constante transformação.

Por fim, destaca-se que nem todos os critérios foram encontrados nesse tipo de levantamento na literatura. No entanto, optou-se por mantê-los para possibilitar a construção de um quadro de análise mais completo, mesmo que algumas lacunas (falta de informação nos textos lidos) permaneçam, do que delimitar o quadro a um número restrito de critérios objetivos.

Tais critérios foram definidos com base em três principais fontes de informação: a pesquisa exploratória no Banco Palmas, em janeiro de 2012; a organização e as reflexões publicadas acerca do encontro de Lyon e as classificações encontradas na literatura (BLANC, 1998; 2011 e 2013; MARTIGNONE, 2012; LIETAR; KENEDY, 2010).

Entendendo as informações levantadas:

Moeda: Nome específico ou denominação de um conjunto de experiências, como no caso dos times dólar, LETSs e mesmo as moedas sociais vinculadas aos BCDs brasileiros. Importa aqui identificar o período em que foram criadas.

Lugar/território: Onde são encontradas essas moedas? Onde surgiram? Identificar aspectos do lugar na época e/ou atualmente. Aspectos importantes do território, como nível de desenvolvimento, se pequeno, grande, rural, urbano, entre outros são importantes de serem notados.

Objetivo: Por que a moeda foi criada? Identificar os motivos que levaram à criação da moeda – contextuais, econômicos, políticos, sociais, entre outros.

Atores: Para quem a moeda foi criada? Identificar o conjunto de atores a quem a moeda serviu na época da sua criação e para quem ela serve atualmente.

Metodologia: Como a moeda funciona? Se há uma metodologia específica, qual é? Identificar aspectos importantes do processo de gestão da circulação da moeda, ferramentas e/ou tecnologias de apoio, bem como o emissor e os mecanismos de regulação (se houver).

Governança: Quem faz parte do processo de gestão da moeda? Identificar os atores e instituições que fazem parte da gestão ou apóiam a circulação dessa moeda. Identificar, principalmente, a participação de atores ou instituições do poder público, da iniciativa privada ou da sociedade civil.

Legitimidade: Existe amparo legal? Identificar se a existência e a circulação da moeda contam com algum tipo de mecanismo jurídico ou legal tal como leis,²⁸⁸

regimentos, orientações do poder público e outros instrumentos que conferem à moeda legitimidade legal (foca-se aqui a noção de legitimidade legal, e não as noções morais ou tradicionais).

Resultados: Quais os principais resultados alcançados desde a implementação da moeda? No caso de categorias ou tipos de moedas, informações sobre difusão para outros territórios e países são consideradas resultados.

Desafios: Quais os principais desafios a circulação da moeda tem enfrentado? Identificar as principais dificuldades para a manutenção da circulação moeda, sua ampliação e/ou difusão.

Outras informações: Espaço destinado a informações complementares, tanto as identificadas na literatura quanto às percepções da pesquisadora.

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
L'Accorderie (fim dos anos 90)	Saint Roch, bairro pobre da cidade de Québec-Canadá.	Constituir uma rede de trocias de serviços , individuais, coletivos e associativos	População de baixa renda dos territórios, embora 30% dos membros não estão nessa categoria.	A moeda é o tempo , com base em 01 hora de serviço, independente do tipo e do prestador. Site e sistema de informática.	Entidades da sociedade civil; apoio do poder público	Regras de funcionamento por meio de uma Convenção de Franquia Social.	Fundo para microcrédito; mais de 1600 membros no Québec que conta com 5 Accorderies; e mais 3 em Montreal.	Não explicitados	Em expansão para França (19éme em Paris e na cidade de Chambéry)
CES (Community Exchanges System) (em 2002)	Cidade do Cabo, África do Sul. Hoje, é uma rede global de grupos de troca.	Facilitar e estimular trocas de bens e serviços inter-grupos e entre grupos de troca.	Grupos de trocas já constituídos (como os LETSs) ou a serem constituídos (grupos locais). Serve também de rede social para estes grupos. definido pelo vendedor.	Serviço web, um sistema on line de gestão de contas. Funciona como um “mercado de trocas” (em tempo e em moeda social eletrônica) Se autofinanciam com as moedas Talents , que o usuário recebe ao abrir uma conta (5 mil) Neste ambiente, vendedores e compradores trocam bens e serviços por meio de um intermediário “virtual” que converte o preço	Sistema surgido dentro da Cidade do Cabo Trading Exchange (CTTE), ainda conta com parte da sua administração. Além disso, os pontos de Administração das trocas podem nomear membros para participarem das assembleias, analisar relatórios etc.	Registro de organização autônoma, sem fins lucrativos, na seção 21 do <i>Companies Act of South Africa</i>	Difundiuiu-se e está em toda África do Sul, e em grupos de troca de 34 países diferentes usam o sistema (como EUA, Austrália, Nova Zelândia, Espanha etc). São mais de 20 mil pessoas registradas no sistema em 2011.	Tornar o sistema de domínio público, para que programadores de todo o mundo possam contribuir no ser aperfeiçoamento, incluindo os de tradução das diferentes línguas entre compradores e vendedores.	Após a transação, o vendedor lança o saldo no sistema (<i>trading slip</i>) e o crédito entra na sua conta ao mesmo tempo em que o débito é registrado na do comprador.

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
				de venda					
Tauchkreis (o LETSs desde 1996 e os cupons, desde 2008)	Vorarlberg, Áustria.	Destinada a parar o declínio da economia rural austríaca	Pessoas e empresas interessadas em trocar bens e serviços	Moeda local mista , os Talents, a base do tempo (LETSs, em que 100 Talents = 1 hora) e cupons indexados ao Euro. É direcionada a um projeto municipal. Os LETSs são descentralizados em 9 regiões.	Há um conselho de 25 pessoas (<i>top-down</i>) e as decisões são tomadas pelo consenso. Há esforços para tornar o sistema <i>botton-up</i> por meio do contato direto com as comunidades.	Os cupons são mantidos com recursos da União Europeia. Algumas municipalidades aceitam os cupons no pagamento de impostos.	Envolve 130 empresas que usam os cupons Talents; e cerca de 0,5% da população de Vorarlberg. A aceitação por parte de municipalidades tem feito o volume de moeda circulante crescer.	Somente uma pessoa em casa 100 conhece o Talents. Então, buscam ampliar o sistema e envolver o governo nacional.	
Regiogeld (rede criada em 2006, a partir de moedas que surgiram desde o final dos anos 90)	Alemanha. Rede de moedas regionais (diferentes) existentes em vários territórios, principalmente os com problemas econômicos	Estimular a troca de bens e serviços entre pessoas e empresas.	Municipalidades, empresas e pessoas interessadas em dinamizar as economias locais.	Conjunto de 30 iniciativas de Moedas regionais (Regiogeld). 19 indexadas ao Euro (como os Chiemgauer, criados em 2003), outros no tempo e outros mistos (não consideram os LETSs neste conjunto).	Associação da Regiogeld das moedas. Além disso, alguns sistemas têm se fundido, dando origem a outras associações, principalmente entre empresas. Nestes sistemas, são compartilhados alguns recursos (<i>sites</i>), decisões e responsabilidades.	Tanto a rede quanto as associações são formalizadas sob a forma típica de associação sem fim lucrativo. A palavra Regiogeld foi inserido no dicionário da língua alemã em 2008.	Há cerca de 3 mil empresas trabalhando com moedas regionais; e 900 mil equivalentes em Euro em circulação. Algumas iniciativas oferecem também microcrédito.	Não identificados na literatura.	A formalização da rede tem permitido a ampliação do número de moedas regionais, e sua visibilidade na mídia, políticos e outros atores.
Brixton Pound (lançada em 2006)	Começou na Cidade de Totnes, Inglaterra.	Ajudar na adaptação das cidades em relação a eventos	Estimular o consumo entre pessoas e comerciantes	Moeda local, impressa , com paridade com a libra esterlina. Seu	Bancos cooperativos e autoridades locais	Os bancos cooperativos são enquadrados numa estreita	Implementadas em mais 3 cidades do Reino Unido e	Encontrar sistemas mais inovadores de indexação.	Esperam alterações na legislação para que os bancos

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
	Primeira Cidade em Transição (TT-Transition Towns)	exteriores, choques e mudanças impostas, encorajando a economia local	dos bairros envolvidos.	uso é limitado a certas zonas e nos comércios onde elas são aceitas.		legislação e só podem emprestar para indivíduos	recebendo apoio financeiro de (fundo) autoridades locais	Os comerciantes trocam a moeda muito rápido, por questões de segurança à noite.	cooperativos possam emprestar para comerciantes
Sistema C3 (Circuito de Crédito Comercial) (últimas duas décadas)	Em todo o Uruguai e também em Porto Alegre, Brasil	Gerar transações econômicas em mercados com baixa liquidez	Notadamente para empresas, públicas e privadas, de todos os tamanhos. Também pessoas que tem atividade econômica	Funciona mais como um meio de pagamento , um sistema de crédito entre empresas pertencentes a uma rede.	Ao que parece, a ONG STRO (Social Trading Organization) junto com algumas centrais (organizações em outros países) operam o sistema e fazem melhorias.	Apoio do poder público. As moedas tem sido aceitas por órgãos públicos e para pagamentos de serviços (água, eletricidade etc)	A ampliação do sistema C3 é uma demanda do governo do Uruguai. Buscando difundir para outros países da América Latina	Não identificados na literatura	Estudam e tentam aperfeiçoar o sistema para melhorar o volume das transações
Moedas Sociais (criadas à partir das Palmas, em 2002)	Surgiu no Conjunto Palmeiras, bairro pobre da cidade de Fortaleza, Brasil, com mais de 30 mil habitantes. São encontradas hoje em diversos territórios do país, tipicamente carentes.	Reorganizar e aumentar o consumo e a produção dentro do bairro	Comunidades em situação de pobreza, produtoras e consumidoras em potencial, e excluídas do sistema bancário	Moeda criada coletivamente, impressa , com lastro na moeda do país. Emitida por um banco comunitário e associada à oferta de microcrédito produtivo ou de consumo.	Controle social em Fóruns locais; parcerias com organizações da sociedade civil, públicas e privadas	Não possui marco legal, mas um acordo entre o Banco Central e o Ministério do Trabalho e Emprego para refletirem sobre essa possibilidade.	Rede de mais de 70 bancos comunitários com suas moedas em várias regiões do país. Estão se expandindo com apoio e recursos do governo federal.	Sensibilizar a comunidade e os comerciantes para uso da moeda no território.	Aponta a importância de um plano de negócio para as moedas sociais, principalmente que dependem de financiamento externo.
NU-Spaarpas (lançada em 2002)	Cidade de Rotterdam, Países-Baixos	Favorecer as compras e comportamentos ecologicamente	Toda a população da cidade e para o meio ambiente.	São pontos de fidelidade obtidos na compra de produtos	Sistema administrado pela fundação QOIN em Rotterdam. Conta	Sistema que tem contato com apoios públicos, embora alguns	Mais de 11 mil pessoas com cartões; 100 empresas	Perderam alguns apoios financeiros importantes	

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
		responsáveis		ecologicamente corretos. Estes pontos podem ser trocados por outros produtos e serviços públicos. Utilizam técnica de códigos de barra num cartão pessoal e, no comércio, os pontos são creditados na conta após a compra.	com vários parceiros, públicos e privados.	menos constantes.	participando e mais de 7 milhões de pontos em circulação.	(União Europeia), mas buscam inovar as formas e ferramentas de obtenção e troca de pontos.	
SEL (Système d'Echange Local) (na França, 1994)	Montreal, Existe em várias cidades francesas, cada sistema denomina sua moeda.	Estimular a troca de bens e serviços entre as pessoas. Os SELs urbanos, trocam-se mais serviços, notadamente os intelectuais. Nos SELs rurais, trocam-se mais alimentos e dias de trabalho	Trocar bens e serviços inspirados nos sistemas LETS, anglo-saxão.	Moeda de troca do tipo crédito mútuo. Nos SELs, uma hora vale uma hora, embora cada sistema tem sua moeda. Colocam a disposição uma lista de ofertas e demandas. As vezes, a relação entre comprador e vendedor contam com a ajuda de um mediador. São semelhantes, mas cada um tem suas particularidades de funcionamento.	Forma colegiada de organização que evita aspectos da hierarquia. Criarão uma associação chamada SELidaire, com um site e que funciona como um ponto de contato entre os diferentes SELs.	Evitam parceria com o poder público tendo em vista que todo serviço pago a um profissional incide imposto.	Só na região parisiense, existem mais de 40 SELs. 465 na França. Organizam encontros regionais e nacionais; os inter-Sels (clube de trocas), com moeda própria (Em Paris, existe o BLE-Bourses Locaux d'Echange, com a moeda Feuille de la Richesse)	Tentaram adotar um sistema de informática, como o SELs em Genebra, mas não tem recursos para pagar internet	Mais informações em selidaire.org
L'Abeille (2010)	Cidade de Villeneuve-	Funcionar como um vetor de	Surgido a partir da dificuldade de	Moeda local impressa, com	Gerenciada pela associação Agir	Conseguiram o apoio dos	Circulam cerca de 6 mil	Embora em um ano 50 empresas	Surgido a partir da dificuldade

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
	sur-Lot, França.	trocas permitindo o desenvolvimento de produções locais.	usar dinheiro dentro do SEL, nos quais os membros não podem usar a moeda no comércio local.	paridade com o Euro. Emitida uma associação. A ideia é que empresas que trabalham com produtos ecológicos e bio aceitem a moeda. A moeda perde valor de 2% duas vezes ao ano, e se as empresas trocam, pagam uma taxa de 2% do valor.	pour le Vivant	representantes do poder público local os quais no início viam a iniciativa como uma forma de não pagar o imposto	l'abeilles, com 44 empresas e 51 aderentes em 2011. Outras associações em cidades da França tem emitido suas moedas com este modelo. Tem organizado encontro nacionais entre as experiências.	aderiram, as pessoas ainda usam pouco. A ideia é mudar o nível de consciência, através de um trabalho pedagógico, para chegar a ação. Criar uma rede nacional para difundir a ideia e possibilitar inovações, como os cartões	de usar dinheiro dentro do SEL, nos quais os membros não podem usar a moeda no comércio local.
RES (início dos anos 2000)	Louvain, cidade universitária de 30 mil habitantes perto de Bruxelas.	Sustentar o comércio local por meio de um sistema de pagamento entre comerciantes, consumidores e autônomos sem precisar dos bancos.	Consumidores e pequenas e médias empresas locais.	Sistema de pagamento sem dinheiro , por meio de cartão. Tem paridade com o Euro, mas não pode ser trocada por ele e não usa taxas. As trocas ocorrem entre empresas, entre elas e consumidores e entre estes últimos.	Emitida pela cooperativa RESPLUS, na qual os cooperados são os comerciantes.	Negociação com o banco central Belga para que os consumidores possam trocar Euros por RES a uma taxa de 10% (10 Euros = 11 RES)	Em 2011, a cooperativa contava com 5 mil comerciantes e 100 mil consumidores com um cartão de pagamento. Há comerciantes que aceitam o cartão em várias cidades Belgas e alguma na França.	Não explicitados na literatura.	Inspirada nos Regiogeld alemães e nos WIR suíços.
SOL (lançado em 2004)	Grenoble, França. Presente em	Retomar o sentido das trocas, nunca	Três tipos: Sol engagement (indivíduos); Sol	Sistema de pagamento com cartão , que	Estruturas de apoio no nível local (associações,	Contou com o apoio do Fundo Social Europeu	Alguns sistemas SOL locais tem usado papel	100 mil Euros de transações em 2010 é	

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
	cinco regiões do país.	clara concepção e Economia plural e solidária.	Coopération (associações e empresas) e Sol Affecté (coletividades específicas)	permite pagar em Sol e receber bônus em Sol. Há 3 componentes: sol-econômico, associado ao Euro; Sol Temps e o Sol Engagemet, que valoriza trocas não monetárias. São válidos em nível local e dentro de toda rede Sol, em outras regiões.	peçoas). Governança tripartite: empresas de economia social e solidária; coletividades locais, como poderes públicos; e habitantes e cidadãos locais.		moeda e transações via celular.	considerado pouco em vista dos investimentos do projeto. O desafio é validar o investimento e inovar em tipos de transações. Responder melhor à necessidades territoriais. Promover educação popular em torno do SOL	
L'occitan (2010)	Pézénas, França, cidade de 10 mil habitantes	Estimular o comércio local,	Particulares e comerciantes	Moeda impressa, com paridade com o Euro, emitida pela associação TAT.. O indivíduo paga 6% do seu valor reconverter l'occitan em Euro. Moeda 100% oxidante no último dia do ano. O comerciante tem 2 meses para trocar.	Gerenciada pela associação TAT e pelos Fundo de Dotação (garante o lastro). Conta, no dia a dia, com o tesoureiro da TAT e presidente dos Fundos de Dotação. Conta com equipe de voluntários e associação dos comerciantes como parceira.	Não explicitada nenhum relação legal. Mas este Fundo de Dotação	6 mil occitans circulando ao final do primeiro ano. Mais de 60 comerciantes aderiram a moeda.	Atingir um número maior de pessoas e de comerciantes dentro da cidade e das cidades vizinhas	Ver também Luciole no meio rural.
Sol-Violette (2010)	Toulouse, França (três bairros com características	Estimular o consumo local, por meio de trocas éticas e	Indivíduo, organizações sociais e solidárias,	Moeda impressa e via telefone, com paridade com o Euro. Oxida 2%	CLAS (Comité local d'agrément do Sol-Violette) defini um	Apoio significativo da prefeitura de Toulouse (120 mil	Em 6 meses, 600 pessoas aderiram a moeda, 25%de	Desenvolver a rede local, melhoras a fluidez das	Site: sol-violette.fr

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
	diferentes), em caráter de projeto piloto.	solidárias entre atores da sociedade	parceiros e população da cidade	por trimestre.	Colegiado formado por financiadores, solistas, prestatárias (org. Ecosol), coletividades etc. Além disso, há uma equipe de trabalho de 4 pessoas. Podem ser comprados na prefeitura contra uma taxa de 5%, e no Clas.	Euros). Há envolvimento da prefeitura na rede de parceiros e na consecução do projeto. Faz parte do movimento SOL na França.	estudantes, militantes e pessoas em situação de precariedade. Mais de 10 mil moedas em circulação.	transações e melhorar a visibilidade do seu modo de governança.	
Trueque (1995 até 2002; e atualmente)	Argentina, difundido em todo território. Hoje, há em torno de 20 nós, com 4000 membros.	Primeiro, possibilitar as trocas de bens e serviços. Depois, se tornou uma alternativa de sobrevivência à crise dos anos 2000, dando origem a um mercado paralelo.	Primeiro, moradores de um determinado bairro. Em seguida, se tornou comum dentro de todo o país, tanto para os pobres como para a classe média. Permitia viver melhor economicamente como psico-socialmente.	Clubes de troca com moeda impressa. Os chamados “nós” eram os momentos em que o prosumidores se encontravam para trocar (tipicamente um bairro). Hoje, associam outras ferramentas como o microcrédito e o comércio justo e a troca é apenas mais um dentre eles.	No início, iniciativas locais, gerenciadas por membros do clube de trocas. Depois, as moedas eram emitidas por organismos e metodologias particulares (RGT de Bernal, que ocasionou um superemissão de moeda e queria tornar a experiência numa alternativa para lucrar).	Espalhados por todo o país, era vistos como legítimos pelo governo que aceitavam as moedas dos clubes de troca. A Argentina entendida como “país recuperado”, em alusão as fábricas recuperadas.	85 nós antes de 2000, chegou a 400 em 2000; 1800 em 2001 (800 mil membros) e 5000 em 2002 (com 2 milhões de membros). Ensaíram um novo modelo de sociedade, uma nova ideia de trabalho (além do emprego); constituição de experiência de educação popular (Obelisco, Heloísa	Foram vítimas de sua popularidade. As milhares de pessoas queriam trocar vestuário, e objetos por alimento, no auge da crise (descasamento da oferta-demanda). Distanciamento da ideologia solidária que deu origem aos clubes, se tornando um paliativo à crise. Dependência da economia formal	Para mais informações e textos: taoaproject.org “A falta de dinheiro não é um freio para exercer uma atividade” (p. 136, relatório Lyon). “depois do desengajamento do Estado, os argentinos decidiram tomar pelas mãos a organização do seu país, para sobreviver” (p.

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
							Primavera e Carlos de Valle). Hoje, há em torno de 20 nós, com 4000 membros com caráter local e sem integração em rede.	para produzir, principalmente da agricultura. Há no país uma profunda desconfiança em relação aos clubes e suas moedas.	136, relatório de Lyon)
UDIS (unidad de intercambio Solidario) (2008)	Cidade de Suchitoto, El Salvador. Enfrentou uma guerra civil (1980-1992). Hoje com mais de 25 mil habitantes, dentre os quais quase 69% vive na zona rural.	Evitar a fuga de capitais ao estrangeiro e reconstruir os laços urbano-rural destruídos pela guerra.	Principalmente pequenos agricultores e comércios locais.	Moeda impressa emita por Cooperativa de poupança e de Crédito em forma de troca direta, crédito rural, gastos da própria rede e troca com outras moedas locais da capital salvadoriana. Tem paridade com o dólar americano (moeda do país)	Projeto da organização REDE, direcionado aos agricultores principalmente. Não há menção a forma de tomada de decisão.	Há algum respaldo da legislação relativa às cooperativas de poupança de crédito do país, pelo menos no que diz respeito ao valor de reserva obrigatória.	100 empresas afiliadas, sendo metade na zona rural (hotéis, restaurantes etc). Oferta de um conjunto de formação aos produtores rurais pela fundação REDES.	Aumentar a circulação da moeda (apenas 3 mil UDIS em 2010) e as oportunidades de utilização da moeda pelos comerciantes. Fraco interesse da prefeitura e dos meios de comunicação.	50% de reserva obrigatória para emissão de créditos em moeda social. Significa que o lastro da moeda é de 50% do montante circulando.
PECES (?)	Yoro, pequena cidade do nordeste de Honduras. Caracterizada pela pobreza e pelo narcotráfico. Vive da agricultura e da exploração	Evitar fuga de divisas e apoiar os agricultores sob a forma de compras de sementes e apoio à produção e comercialização	Produtores rurais e comércios locais, principalmente os ligados a produção e comercialização de biocombustíveis.	Moeda impressa, indexada ao dólar. Os agricultores podem comprar sementes em moeda local. É usada e aceita na rede, inclusive em mais duas cidades próximas.	A BYSA, empresa da qual os pequenos produtores tem 49% da propriedade e a FUNDER (org.sem fins lucrativos) possui 51%, que criou e apóia o projeto.	Faz parte de um projeto (Gota Verde) e não foi mencionado participação de órgãos públicos ou de leis que regulamentam.	Em 2010, circulavam 45 mil Peces e foram emitidas 344 mil Peces (equivalente à 18 mil dólares)	Não mencionados	

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
	florestal								
Cooperativas Financeiras e de Consumo (experimentaram as moedas em 2007) - moeda UDIS.	Equador. As cooperativas financeiras que emitem moedas estão espalhadas por várias cidades.	Reformar a economia local por meio de um círculo virtuoso de consumo, reduzir a utilização do dólar e proteger a agricultura camponesa.	Principalmente para os pequenos produtores agrícolas de todo país.	Moedas impressas emitidas por Cooperativas Financeiras. Tem paridade com o dólar e são emitidas através de empréstimos, compras na rede Coopera e lojas afiliadas. Não emitem mais do que o lastro.	As cooperativas são administradas pelos membros da comunidade, privilegiando a democracia. Há uma rede nacional, constituída em 2007.	Movimento reforçado pelo poder público nacional, com aparato legal para as cooperativas financeiras e também para as moedas complementares.	Cerca de 1500 cooperativas em 2010, mas não se sabe se todas com moeda social. A COOPERA reúne 80 mil sócios e emprega 500 pessoas. A Coopera possui uma fazenda experimental para agregar saberes e os transmitir aos agricultores.	Agregar na rede de afiliadas os fornecedores de sementes e insumos agrícolas num cadeia solidária.	A COOPERA é o exemplo mais emblemático, mas elas formam uma rede nacional. A coopera tem preços diferenciados para os associados e prevê a oferta de bônus em UDIS. Possui uma
SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos) (criado em 2010)	Alguns países da ALBA - Aliança Bolivariana da Nossa América. Equador, Bolívia, Nicarágua, Venezuela e outros do caribe.	Reforçar o comércio entre os países da América Latina (não é exclusiva da ALBA) e proteger da especulação	Os países com excedentes podem financiar projetos produtivos nas suas trocas em países deficitários. Privilegia projetos sociais realizados por empresas públicas, cooperativas e comunitárias.	Moeda virtual que circula entre os Bancos Centrais dos países participantes. É indexada ao dólar e facilita as transações entre os diversos países com moedas diferentes. O Sucre é comprado à 1.25 dólares e o reserva na sua câmara de compensação para futuras trocas/negociações	Bancos centrais dos países participantes .	Divisa acordada e amparada pelos Bancos Centrais do países participantes.	Em 2011, 144 milhões em SUCRES foram negociados.	Incluir outros países da América Latina, pois a utilização da moeda depende da vontade política de cada governo.	
WIR	Suíça, criada	Minimizar	Empresas,	As transações são	Câmara de	(Não menciona a	Em torno de 60	Apesar do	Criaram um

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
(Wirtschaftsring - Círculo Econômico Privado) (a mais antiga, criada em 1934)	no contexto da Grande Depressão, para dar liquidez a economia do país.	instabilidades macroeconômicas Potencial contracíclico, ou seja, a demanda aumenta em períodos de crise, e diminui em períodos de crescimento.	principalmente pequenas e médias, fora do sistema de bancário tradicional	puramente eletrônicas. Uma Câmara de Compensação controla os débitos e créditos entre as empresas. As empresas se engajam em aceitar parte dos pagamentos em WIR (50% até 2 mil francos suíços)	compensação e empresas da rede. (Não mencionou como elas se organizam para decidirem alguma coisa. Mas imagino que deve haver um Conselho eleito)	existência de legislação. Mas pelo tempo de existência e pela amplitude, deve haver amparo legal)	mil pequenas e médias empresas de todos os setores da economia. Mas de 1 bilhão de trocas em WIR em 2008. Reforça os laços entre empresas e preserva o tecido econômico.	volume, representa apenas 0,35% da massa monetária global do país.	banco cooperativo para oferecer serviços bancários tradicionais que equilibra oferta e a demanda entre as empresas (problema clássico dos círculos de troca). Outra mudança foi que as empresas que querem sair do círculo não podem mais trocar seus WIR por moeda nacional, apenas dentro da rede.

APÊNDICE E – Síntese dos aspectos do pensamento sobre a moeda em Marx

Por Ariádne Scalfoni Rigo, a partir da revisão de literatura

Para Brunhoff (1967, p. 35), não há em Marx uma “teoria monetária” dos fenômenos capitalistas, “mas uma teoria do financiamento da acumulação dentro de uma economia monetária”. Em resumo,

Marx começa (no início do *Capital*) por elaborar uma determinação da moeda em função das condições da produção capitalista. Depois, avança numa teoria de uma forma específica de moeda (moeda de crédito), irredutível a mercadoria e ao capital, que serve de fio condutor ao estudo do financiamento do capitalismo (BRUNHOFF, 1967, p. 49).

Sendo assim, as análises do financiamento⁴⁵ do capitalismo no pensamento marxista conservam as definições de moeda e de valor que o autor discute nos capítulos precedentes (as quais apresentamos adiante). Marx atribui à moeda características que a tornam irredutíveis às mercadorias, mas mostra que sua origem está na mercadoria e nas relações de equivalência que se estabeleceram. Por exemplo, o crédito no pensamento marxista é um tipo de moeda que germinou da moeda-mercadoria. A partir daí, Marx interpreta uma “teoria monetária do crédito” atribuindo a ela um papel definitivo no financiamento do capitalismo (não entraremos nesta discussão por ela se distanciar do objeto de estudo proposto nesta tese).

Além disso, Marx “rejeita as teorias quantitativas que fazem da quantidade de moeda e da massa de mercadorias duas partes constituintes das trocas” (BRUNHOFF, 1967, p. 3). Isso confere a Marx, na opinião de Brunhoff (1967, p. 29), uma atualidade teórica, pois ele leva a “uma teoria da economia monetária [não uma teoria monetária], [...]o que permite situar a moeda dentro dos processos econômicos sem a suprimir e nem a superestimar”.

No entanto, mesmo se afastando da concepção quantitativa, principalmente a ricardiana⁴⁶, para Brunhoff (1967), a análise de Marx não elimina alguns pontos precisos dessa concepção. Para Marx, a quantidade e o valor da moeda são variáveis, e a diferença dessa variação é absorvida pelo movimento de **entesouramento** (poupanças, acumulação para investimento). Dessa forma, Marx dissocia raridade e abundância de moeda do valor da moeda. Para ele, nem toda moeda produzida (criada, emitida, cunhada) circula e a diferença é então absorvida pelo entesouramento. Brunhoff (1967, p. 41) resume essa perspectiva mais “relativizada” e antiquantitativista em Marx como:

o movimento dos meios de circulação depende das necessidades dos agentes econômicos, quer dizer de sua demanda de moeda. Não mais que os produtores de ouro, os banqueiros só podem impor a circulação efetiva de uma quantidade de moeda superior ou inferior à quantidade demandada; a diferença entre a moeda emitida/produzida e a moeda de transação, esta diferença corresponde ao entesouramento ou o desentesouramento (BRUNHOFF, 1967, p. 41).

Quando se fala no Estado, ou seja, na moeda de curso forçado (ou papel moeda), a relatividade dessa relação quantidade-valor é ainda mais variável, pois ela depende das necessidades do Estado: “a quantidade de bilhetes depende das necessidades do Estado, não daquelas da circulação, e seu valor é inversamente proporcional à sua quantidade. Se todo o papel emitido circula, sua quantidade pode ser insuficiente ou superabundante e arrastar os movimentos de preço” (BRUNHOFF, 1967, p. 33). A quantidade de metal precioso, ouro ou prata, deve formar apenas uma parte da quantidade dentro do país. As reservas em tesouros servem de “canais de descarga e de irrigação de maneira que os canais de circulação não transbordem jamais” (BRUNHOFF, 1967, p. 35 citando Marx).

É assim que, no desenvolvimento da sua teoria do capital, as funções da moeda se apresentam. Para Marx, a função entesouramento (reserva de valor) só pode ser definida depois

⁴⁵ A teoria monetária em Marx, a partir do seu entendimento de financiamento, trata da quantidade de disponibilidades monetárias suficientes para reprodução do capitalismo, seja em de modo simples, seja em maior escala (financiamento da produção capitalista e reprodução do capital) (BRUNHOFF, 1967).

⁴⁶ Para a concepção ricardiana, há reciprocidade entre o valor da moeda e a quantidade em circulação que é um dado concreto, ou seja, a soma dos valores das mercadorias circulando (BRUNHOFF, 1967).

das duas funções: instrumento de troca e instrumento de circulação (as quais implicam no valor da moeda). Mas ela própria, a função de entesouramento ou de reservar valor, implica também no valor da moeda. Isso porque “atrás de um conjunto de transações simultâneas, alguma coisa se produz, uma acumulação de moeda dentro de tesouros particulares” (BRUNHOFF, 1967, p. 34 e p. 35). “No entesouramento, a moeda deixa de ser, provisoriamente, um fluxo social para se tornar objeto de apropriação privada que a restaura dentro do seu estado de **equivalente geral**”.

Pode-se apreender que as funções da moeda estão estreitamente ligadas ao seu valor e, após esse movimento, o seu valor garante suas funções. Por exemplo, é a circulação que garante a função meio de circulação e na prática garante seu papel monetário. É assim que, na concepção de moeda em Marx, a circulação se destaca e novos caracteres são atribuídos à moeda, especificamente à moeda em circulação (BRUNHOFF, 1967; MOLLO, 1991).

Para Marx, a forma capital-dinheiro é o motor de todo capitalismo, uma vez que pode comprar meios de produção e pagar salários. Tal **forma** capital-dinheiro, não coloca nenhum problema particular, pois tudo depende da sua proporção, ou seja, que a quantidade de capital-dinheiro seja ajustada às necessidades da produção. O problema para Marx é de onde vem a soma indispensável à circulação de mercadorias e o sistema de crédito aparece como o germe da produção capitalista. Mas “o modo de produção capitalista, que soube desenvolver um sistema de crédito apropriado à suas necessidades, é, segundo Marx, muito mais sensível às crises monetárias que os modos de produção anteriores” (BRUNHOFF, 1967, p. 38).

Para Marx, foi “o comércio do dinheiro” que deu origem às operações financeiras por um grupo de agentes econômicos, o que retoma a questão da acumulação social da moeda por uma classe burguesa (ou capitalista), na qual o problema se coloca no desequilíbrio entre acumulação e investimento (BRUNHOFF, 1967). “O 'capitalismo financeiro' seria então diferente tanto da moeda como do capital industrial” (BRUNHOFF, 1967, p. 39).

Ao trazer novos elementos da economia capitalista, Marx encontra novas funções para a moeda e passa a entendê-la de forma diferenciada. É assim que ele concebe, por exemplo, a moeda de crédito: a moeda fiduciária deriva dos instrumentos de crédito emitidos pelos bancos que são utilizados pelos comerciantes e industriais. Se o ouro serve de meio de pagamento, a moeda sai do quadro de transações de crédito. Mas quando no lugar do ouro são utilizados “títulos de crédito” nos bancos, que se substituem por contratos, estes entram em circulação como moeda, permitindo saldar transações. Segundo Marx, a moeda de crédito é completamente distinta do ouro, mas, fazendo parte desse sistema de crédito e se submetendo às leis gerais de circulação monetária, se torna também moeda (BRUNHOFF, 1967). Mas a moeda de crédito, apesar de começar como não moeda, tem todas as funções de moeda após entrar em circulação. No momento em que circula, ela assume aspectos próprios, sendo meio de circulação e também instrumento de entesouramento. “A moeda de crédito obedece às leis gerais da circulação monetária; ela só é moeda enquanto ela circula, mas não circula toda inteira e sem parar” (BRUNHOFF, 1967, p. 48).

Feitas essas considerações gerais, no próximo item, buscamos apresentar o “germe” da moeda no pensamento marxista, ou seja, como ela se torna valor e mercadoria, equivalente geral e forma-dinheiro. Esses pontos são, a nosso ver, os que mais possibilitam a construção de relações do pensamento marxista com o de Polanyi sobre a moeda.

a) “Os valores” da moeda, a moeda-mercadoria e o equivalente geral

A noção de valor em Marx não parte do valor como tal, mas na transformação da ideia de valor na economia mercantil dentro da qual ela – a moeda – se torna o princípio regulador da troca (MOLLO, 1991 e 1993). De modo geral, Marx se pergunta: por que o trabalho toma a forma de valor, os meios de produção a forma de capital, os meios de subsistência dos trabalhadores a forma de salário, e o crescimento da produtividade do trabalho a forma de mais-valia? (MOLLO, 1991, p. 42 apud RUBIN, 1978, p. 184). Na busca por responder a essas questões, encontramos suas noções sobre o germe e o valor da moeda, ou os valores da moeda, como será visto mais adiante, e toda sua crítica do sistema capitalista opressor e dominante. Aqui, nos privaremos em apresentar o seu entendimento sobre a moeda que passa, necessariamente, pela noção de valor.

Para entender a ideia de valor, e de valor da moeda em Marx, é necessário apreender o que Marx entende por trabalho. Para ele, numa sociedade fundada na divisão do trabalho (a exemplo da sociedade mercantil e capitalista), o trabalho é social, de modo que cada um realiza um trabalho diferente, o que representa um complemento material para os trabalhos do conjunto dessa sociedade. Mas na forma capitalista de dividir o trabalho, este (que também é social e equalizado, como em outras sociedades fundadas na divisão do trabalho) se organiza de uma maneira totalmente diferente, passando a ser regulado pela troca e não pela sociedade. Sendo

assim, nesse tipo de sociedade, o trabalho se torna abstrato e toma forma de valor (MOLLO, 1991).

E como o trabalho se torna abstrato e toma forma de valor? O tempo do trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias só é validado após saber se estas mesmas mercadorias satisfazem uma necessidade social, ou seja, após irem para o mercado e serem demandadas pela sociedade. Nesse momento em que o trabalho chega na sociedade para satisfazer suas necessidades, o valor adquire sua forma, que é sempre relativa: o valor de troca. Sendo assim, o valor de troca é uma representação do valor, mas não se confunde com ele.

Mollo (1991) explica que o valor na concepção de Marx contém duas dimensões: o conteúdo e a forma. Seu conteúdo é o trabalho abstrato e sua forma é o valor de troca (expressão concreta do valor), sempre relativo. O valor de troca é sempre relativo porque se define pelo confronto entre duas mercadorias produtos do trabalho equalizado a partir do que lhes é comum, o trabalho abstrato. De acordo com Marx (2013), o valor de troca se realiza pelo consumo (ou uso) do corpo da mercadoria, e este corpo da mercadoria reflete um valor de uso. Por exemplo, “uma mercadoria particular (por exemplo, um alqueire de trigo) troca-se por outros artigos nas mais diversas proporções [portanto, o trigo tem múltiplos valores de troca, em vez de um só]”. O valor de troca, então, seria a abstração do valor de uso no momento da troca, se transformando em valor de troca (embora sempre ancorado no valor de uso). Além disso, “os valores de troca das mercadorias devem ser reduzidos a *qualquer coisa de comum*, a que representam um mais ou um menos” (MARX, 2013b, p. 59). O valor de uso⁴⁷ das coisas, com caráter concreto e útil, se perde ao longo do processo de transformação do trabalho em mercadoria. Sendo assim, a nosso ver, ao longo desse processo duas abstrações acontecem: o valor de uso passa a ser representado por um valor de troca, sempre relativo; e o trabalho humano concreto se torna trabalho abstrato, passando a representar apenas a parte que é comum a todas as mercadorias. Sendo assim, o valor de troca é fruto do processo de abstração do produto do trabalho, da abstração do próprio valor do trabalho.

As coisas perdem o caráter útil do trabalho nelas contido e suas formas concretas que as distinguem (valores de uso). O que permanece comum é apenas o *trabalho humano abstrato*, ou seja, um dispêndio qualquer de trabalho, sem forma e sem qualidade ou especificidade (MARX, 2013a).

Para Marx, o valor se manifesta na medida em que o valor de uso é materializado em trabalho humano (abstrato). Mas como medir a grandeza desse valor? Para ele, a grandeza desse valor se mede pela quantidade de trabalho, ou seja, em unidades de tempo (como horas, dias etc.). A ideia de abstração do trabalho, ou de trabalho indistinto, diz respeito a uma força única, embora seja composta de inúmeras forças individuais, o que é comum à produção das mercadorias. O tempo despendido é, portanto, um tempo médio necessário. Por isso chamado de “tempo de trabalho socialmente necessário” (socialmente porque é a força de trabalho da sociedade que se manifesta no conjunto de seus valores).

Sendo assim, o valor de uma mercadoria é medido pelo tempo de trabalho necessário a sua produção. Se o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma determinada mercadoria permanecer constante, seu valor permanece constante. No entanto, Marx mostra que esse tempo muda conforma as mudanças nas forças produtivas (avanços tecnológicos e científicos, por exemplo), discussão que não pretendemos realizar aqui e que aponta para sua noção de mais-valia.

Mollo (1991 e 1993) entende que, para expressar a parte que é comum a todas as mercadorias, torna-se necessária uma “forma-valor”, tornando-se, na opinião desta autora, indispensável a aparição da moeda, vista como forma de valor universal. A moeda, então, é uma forma de valor que agrega o valor de troca e o valor intrínseco da mercadoria, o trabalho abstrato. Este equivalente geral – a moeda – é fundamental para equalizar todos os produtos do trabalho. Sem a moeda, essa equalização não seria possível (MOLLO, 1991). O equivalente geral torna-se então “indispensável numa economia mercantil, onde o valor é a representação do trabalho abstrato e pode aparecer somente relativamente, na forma de valor de troca” (MOLLO, 1991, p.44).

Em suma, a moeda aponta o que é comum a todas as mercadorias no momento da confrontação dos valores. Além disso, o processo de abstração do trabalho só se completa no

⁴⁷ O valor de uso ou objeto útil se refere ao valor somente numa determinada época e sociedade, nas quais o trabalho gasto na produção de objetos úteis oferece o caráter inerente (objetivo) dessas coisas produzidas (MARX, 2013).

final, quando as mercadorias se transformam em equivalente geral. É também somente no final desse processo, quando do confronto entre mercadorias, que aparece o valor de troca, conferindo sua característica relativa. Mas é a ideia de valor de troca que conduz a ideia de equivalente geral, a ideia de moeda. “A moeda é então a objetivação do trabalho abstrato” (MOLLO, 1991, p. 45) e, para Marx, “só num tipo de economia mercantil o trabalho precisa de uma forma para se representar” (MARX, 2013a).

Na economia mercantil, os produtores de mercadorias objetivam buscar uma mercadoria que possa ser trocada por qualquer outra, ou seja, o equivalente geral, sob a forma de moeda. Cada “célula individual” (produtores, empresa etc.), nesse tipo de sociedade, realiza sua produção sem acordo com as atividades de produção do conjunto das “células da sociedade” (descasamento entre oferta e demanda). É, então, somente no momento da troca (mercadoria-moeda-mercadoria) que o caráter social da produção se apresenta e se legitima, ou seja, os produtos do trabalho terão sua validade social efetivada.

Sendo assim, isso confere a moeda o caráter de “validador social dos trabalhos privados” (MOLLO, 1991, p. 51). Mollo (1993) ressalta que o surgimento da moeda e sua função de validadora social dos trabalhos privados não nega o caráter mercantil, mas faz da moeda uma mercadoria que Marx chamou de especial.

A própria moeda, enquanto mercadoria em Marx passa por um processo de validação social ou socialização ou de reconhecimento do equivalente geral. Este é um processo permanente de reconhecimento social da moeda. Sendo assim, dinâmicas monetárias nascem mas não são eternas (MOLLO, 1993, p.66).

Para Marx, o equivalente geral

só pode ser o resultado de uma ação social. Uma mercadoria especial é então separada por um ato comum das outras mercadorias e serve para expressar seus valores recíprocos. A forma natural desta mercadoria torna-se assim a forma equivalente socialmente válida. O papel de equivalente geral passa a ser então função específica da mercadoria excluída, e ela se torna dinheiro” (MARX, 2013a, p. 91).

Vale ressaltar que a moeda como medida de valor só se concretiza com a circulação de mercadorias, fora isso, ela não se diferencia de sua existência metálica. Ou seja, é a fixação de preços que permite a confrontação efetiva entre mercadorias, onde a moeda substitui as mercadorias, o que lhe dá o caráter de medida de valor. Sem isso, ela é apenas uma moeda ideal, servindo puramente como unidade de conta, em consequência do seu laço verdadeiro com o movimento das trocas. Vale notar neste ponto que Marx diferencia, mas não isola a moeda como meio de circulação das outras funções da moeda (BRUNHOFF, 1967).

Mas, como as mercadorias se transformam em moeda e em equivalente geral? E como o equivalente geral se transforma em dinheiro? No próximo item, buscamos apresentar esse processo na concepção marxista.

b) A forma-dinheiro e o germe da moeda em Marx

Para compreender a moeda dentro do mundo da produção, Marx começa por entendê-la fora desse mundo, ou seja, antes de ela se tornar uma mercadoria. Para ele: “a dificuldade não consiste em compreender que a moeda é uma mercadoria, mas em saber como e porque uma mercadoria se torna moeda” (MARX, 2013a; BRUNHOFF, 1967, p. 30). Esta origem demonstrada por Marx diz respeito à ideia de que nem toda mercadoria pode ser imediatamente uma moeda, e que a moeda não pode ser uma mercadoria como as outras, já que como “equivalente geral” ela deve ser excluída da série de mercadorias (BRUNHOFF, 1967, p. 30). Dessa forma, o ouro só pode desempenhar o papel de moeda diante de outras mercadorias se ele primeiramente desempenhou diante delas o papel de mercadoria.

Neste processo, Marx parte da “expressão do valor contido nas mercadorias, desde seu esboço mais simples e menos aparente até a forma-dinheiro que se destaca. Com isso se resolve e faz desaparecer ao mesmo tempo o enigma do dinheiro” (MARX, 2013a, p. 08).

A **forma simples** (o que o autor denomina de Forma A), é a expressão do valor de uma mercadoria que aparece no momento da troca desta mercadoria com outra, ou seja, no momento da relação de valor entre duas ou mais mercadorias. Surge então o seu valor de troca, o qual, lembramos, é sempre relativo.

Forma A – X da mercadoria A = Y da mercadoria B (ou X da mercadoria A vale Y da mercadoria B) (Por exemplo: 20 metros de tecido valem 1 fato).

A forma relativa de uma mercadoria (valor de troca) pressupõe que outra mercadoria esteja diante dela sob a forma de equivalente, e esta mercadoria sob a forma de equivalente não pode encontrar-se ao mesmo tempo sob a forma relativa, pois “não é ela que exprime o seu valor; apenas fornece a matéria para a expressão do valor da outra mercadoria” (MARX, 2013a, p. 9). Sendo assim, de acordo com Marx, as duas formas são excludentes, ou seja, uma mesma mercadoria não pode representar simultaneamente a sua forma relativa e servir de equivalente.

À medida em que surgem novas mercadorias, a cadeia de valores se torna infinita, fornecendo novas expressões de valor (**Forma B**). Se generalizarmos a forma simples para o conjunto das mercadorias, “obteremos tantas séries diversas, e intermináveis de expressões de valor, quantas forem as mercadorias” (MARX, 2013a, p. 16). Além disso, Marx lembra que, no mundo interminável das mercadorias, o valor das mercadorias é indiferente ao seu valor de uso.

Forma B – Z da mercadoria A = U da mercadoria B, ou = V da mercadoria C, ou = X da mercadoria E, etc. {20 metros de tecido = 1 fato, ou = 10 libras de chá, ou = 40 libras de café, ou = 2 onças⁴⁸ de ouro, ou = ½ tonelada de ferro etc.}.

A **Forma C**, denominada de expressão geral do valor relativo, é o resultado da expressão dos valores de todas as mercadorias no mesmo equivalente. Na forma valor simples, as mercadorias se exprimiam em diferentes outras, que serviam de equivalente. Na **Forma C**, todas as mercadorias se exprimem em uma outra que serve de equivalente comum. Além disso,

uma mercadoria só adquire a sua expressão geral de valor porque, ao mesmo tempo, todas as outras mercadorias exprimem os seus valores no mesmo equivalente, tendo cada nova espécie de mercadoria de fazer o mesmo. Com isso, torna-se evidente que as mercadorias que, do ponto de vista do valor, são coisas puramente sociais, também só podem exprimir essa existência social através da totalidade das suas relações recíprocas, tendo a sua forma-valor de ser, portanto, uma forma socialmente válida (MARX, 2013a, p.17).

Na **Forma C**, uma mercadoria expressa ou serve de equivalente para todas as demais (1 fato, 10 libras de chá, 40 libras de café, 2 onças de ouro, 1/2 toneladas de ferro, X da mercadoria A etc. = 20 metros de tecido).

O corpo desse equivalente geral, no caso do exemplo o tecido, no qual se expressam todas as mercadorias, “apresenta-se como a incarnação visível, a materialização comum, social de todo o trabalho humano” (MARX, 2013a, p.17). O desenvolvimento da forma-equivalente não é mais do que o resultado e a expressão do desenvolvimento da forma-relativa do valor; elas se desenvolvem simultaneamente e gradualmente.

No caso, Marx ressalta que a mercadoria que funciona como equivalente geral (o tecido, no exemplo) não pode participar da forma-valor relativa geral, pois ela não pode servir de equivalente de si mesma (pois “20 metros de tecido = 20 metros de tecido” não exprime nem valor e nem grandeza de valor). Sendo assim, uma mercadoria só pode expressar-se como equivalente geral se ela mesma é excluída como equivalente dela mesma. Só a partir dessa exclusão é que essa mercadoria adquire “validade social universal” – ela é, então, uma mercadoria especial, na concepção de Marx.

A forma equivalente pouco a pouco se identifica na sociedade e passa a desempenhar o papel de equivalente geral no mundo das mercadorias, tendo monopólio sobre esse papel. O ouro foi a mercadoria que na história conquistou esse privilégio de equivalente geral. Mas esse privilégio foi conquistado porque o ouro já desempenhava o papel de mercadoria e de equivalente para algumas outras mercadorias. Para Marx, essa foi uma condição que fez com que o ouro se tornasse o equivalente geral em uma determinada época.

Ao se tornar equivalente geral, a moeda exerce monopólio desse papel, o que caracteriza a sua função social ou socialmente validada. Isso faz com que ela se conserve e se reproduza sob sua forma distinta das outras mercadorias. É por essa razão que Marx se refere à moeda equivalente geral como “mercadoria especial”. Esta última característica é que dá a moeda o papel de medida de valor e padrão de preços, pois embora as mercadorias possam ser medidas por meio da quantidade de trabalho materializado nelas, existe a impossibilidade de se medir e de se trocar entre todas as mercadorias produzidas. Sendo assim, a moeda como “medida de valores tem um *status* particular que a distingue das mercadorias” (BRUNHOFF, 1967, p. 31).

⁴⁸ **Onça** (símbolo OZ, derivado da palavra italiana *onza*): unidade de medida de massa, proveniente do sistema inglês, usada para pesar objetos em geral (uma onça equivale a 28,35 gramas, aproximadamente) e metais e pedras preciosas (uma onça vale 31,11 gramas, aproximadamente).

A **Forma D**, então, seria a forma-dinheiro {20 metros de tecido, 1 fato, 20 libras de chá, 40 libras de café, ½ tonelada de ferro, X da mercadoria A etc. = 2 onças de ouro}

Ao conquistar o monopólio dessa posição na expressão do valor do mundo mercantil, tornou-se mercadoria-dinheiro e, somente a partir do momento em que tornou-se mercadoria dinheiro, é que a forma D se distingue da forma C, ou que a forma-valor geral se transforma em forma-dinheiro (MARX. 2013a, p. 19).

Em resumo, para Marx, a origem da forma-dinheiro é a Forma A, quando uma quantidade de uma mercadoria é comparada com uma quantidade de uma outra mercadoria (X de A = Y de B). Na Forma B, várias quantidades de diferentes mercadorias são comparadas entre si (X de A = Y de B = Z de C etc.); e, na Forma C, uma única mercadoria (como no exemplo do tecido) serve de equivalente para todas as outras quantidades das diferentes mercadorias (X de A = Y de tecido, Z de B = W de tecido etc.). Como o tecido não pode ser equivalente dele mesmo (tautologia), surge a forma-dinheiro, que é uma mercadoria que desempenha o papel de equivalente geral, com monopólio sobre esse papel. No caso, o ouro foi a primeira mercadoria a se tornar equivalente geral (padrão-ouro). “A forma simples da mercadoria é, por conseguinte, o germe da forma-dinheiro” (MARX, 2013a, p. 19).

APÊNDICE F – Questionário do levantamento-diagnóstico nos BCDs brasileiros

Apresentando a pesquisa:

Esta pesquisa tem o objetivo de conhecer e entender melhor as experiências do uso de moedas sociais pelos BCDs no Brasil. As respostas a estas perguntas que seguem nas próximas páginas farão parte de um relatório que permitirá entender o conjunto das experiências dos BCDs e das moedas sociais. Quando for concluído, o relatório final será disponibilizado a todos os BCDs que contribuíram para esta pesquisa.

Ressaltamos que esta pesquisa é parte da tese de doutorado da pesquisadora Ariádne Scalfoni Rigo, aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Esclarecemos, ainda, que o Instituto Palmas e a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento de Territorial (ITES) da UFBA, da qual a pesquisadora faz parte, conhecem e apóiam esta pesquisa.

Levantamento Geral nos BCDs Brasileiros

2011/2012 - ITES/UFBA

Pesquisa orientada pelo Instituto Palmas e pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) da UFBA como parte do projeto de constituição da rede de BCDs (edital03/2010) da Sec. Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE).

N. do questionário:

Respondente:

Contato:

Entrevistador:

Data de aplicação:

ASPECTOS GERAIS -

1. Qual o nome do BCD?

6. Qual a área geográfica de atuação do BCD?

2. Quando o BCD iniciou suas atividades (mês/ano)?

7. Qual o nome da moeda social?

3. Qual a Região onde se localiza o BCD?

1. Norte 2. Nordeste 3. Centro-oeste
 4. Sudeste 5. Sul

8. Quando iniciou a circulação da moeda social (mês/ano)?

4. Qual o Estado onde o BCD se localiza?

5. Qual o município onde o BCD se localiza?

ASPECTOS DO TERRITÓRIO

9. Qual o tipo de território o BCD atua (RU)?

1. Ocupação irregular (favela)
 2. Assentamento
 3. Bairro/Distrito
 4. Programa habitacional
 5. Município
 6. Comunidade tradicional (pescadores, quilombolas)
 7. Territórios federais (resex, indígena, etc.)
 8. Outro

10. Caso Outro, quais?

11. Qual o número de habitantes vive na área de atuação do BCD (RU)?

1. Até 1000 habitantes
 2. De 1001 a 3000 habitantes
 3. De 3001 a 10000 habitantes
 4. De 10001 a 30000 habitantes
 5. De 30001 à 60000 habitantes
 6. Mais de 60000 habitantes

12. Quais destas organizações existem no território de atuação do BCD (RM)?

1. Sindicatos
 2. Instituição religiosa
 3. Associação de bairro
 4. Associação de classe
 5. ONGs
 6. Movimento Social (MST, MSTs, etc)
 7. Empresas (média e grande)
 8. Empresas (micro e pequena)
 9. Órgão Público (prefeitura, secretárias, etc.)
 10. Empreendimentos de economia solidária
 11. Grupos culturais
 12. Outro

13. Caso outra organização, qual?

14. Quais as principais organizações que o BCD tem parceria (RM)?

- 1. Sindicatos
- 2. Instituição religiosa
- 3. Associação de bairro
- 4. Associação de classe
- 5. ONGs
- 6. Movimento Social (MST, MSTS, etc)
- 7. Empresas (média e grande)
- 8. Empresas (micro e pequena)
- 9. Órgão Público (prefeitura, secretárias, etc)
- 10. Grupos Culturais
- 11. Empreendimentos de economia solidária
- 12. Outro

15. Caso outra organização, qual?

16. Qual a distância, a partir da sede do Banco, para acessar serviços bancários (RU)?

- 1. Menos de 5 quilômetros
- 2. Entre 6 e 15 quilômetros
- 3. Entre 16 e 25 quilômetros
- 4. Acima de 25 quilômetros

17. Em que tipo de instituição a comunidade acessa serviços financeiros e bancários (conta corrente, crédito, recebimentos, pagamento de contas, etc.)(RM)?

- 1. Banco do Brasil
- 2. Caixa Econômica Federal
- 3. Correspondente Bancário (mercearia, pontos comerciais, correios)
- 4. Bancos Privados
- 5. Casa Lotérica
- 6. Banco Comunitário de Desenvolvimento
- 7. Fundos Rotativos Solidários
- 8. Cooperativa de Crédito
- 9. Banco do Nordeste
- 10. Outros

18. Caso Outros, qual(is)?

CARACTERIZAÇÃO DOS BCDS E ASPECTOS DE GESTÃO

19. Qual entidade deu origem ao projeto do BCD no município e/ou comunidade (entidade executora do projeto) (RU)?

- 1. Prefeitura Municipal
- 2. Governo do Estado
- 3. Instituto Banco Palmas
- 4. Universidades
- 5. ONGs
- 6. Empresa Privada
- 7. Entidade Local
- 8. Nenhuma. A comunidade se organizou sozinha
- 9. Outros

20. Caso Outros, qual(is)?

21. Quais as principais fontes de financiamento para criação do BCD (RM)?

- 1. Prefeitura Municipal
- 2. Governo do Estado
- 3. Governo Federal
- 4. Instituto Banco Palmas
- 5. Universidades
- 6. ONGs
- 7. Entidade Local
- 8. Empresas
- 9. Outros

22. Caso Outros, qual(is)?

23. Qual o tipo da entidade gestora do BCD (RU)?

- 1. Associação
- 2. OSCIP
- 3. Cooperativa
- 4. Sindicato
- 5. ONG
- 6. Outro

24. Caso Outros, qual(is)?

25. Quantas horas por dia o BCD está aberto ao público (RU)?

- 1. Até 04 horas/dia
- 2. Acima de 04 até 06 horas/dia
- 3. Acima de 06 até 08 horas/dia
- 4. Acima de 08 horas/dia
- 5. Não abre ao público atualmente

26. Quais dias da semana o BCD fica aberto para o público (RM)?

- 1. Segunda-feira
- 2. Terça-feira
- 3. Quarta-feira
- 4. Quinta-feira
- 5. Sexta-feira
- 6. Sábado
- 7. Domingo
- 8. Nenhum

27. Qual o número total de pessoas que trabalham no BCD?

28. Quais estruturas de gestão o BCD possui (RM)?

- 1. Conselho Gestor
- 2. Entidade Gestora
- 3. CAC
- 4. Outros

29. Caso outros, quais?

<p>30. Como é composto o Conselho Gestor do BCD (RM)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Lideranças locais</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Escolas</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Sindicatos</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Instituições religiosas</p> <p><input type="checkbox"/> 5. Associação de bairro</p> <p><input type="checkbox"/> 6. Associação de classe</p> <p><input type="checkbox"/> 7. ONG's</p> <p><input type="checkbox"/> 8. Movimento Social (MST, MSTS, etc)</p> <p><input type="checkbox"/> 9. Empresas (média e grande)</p> <p><input type="checkbox"/> 10. Empresas (micro e pequenas)</p> <p><input type="checkbox"/> 11. Órgão Público (prefeitura, secretárias, etc.)</p> <p><input type="checkbox"/> 12. Empreendimentos de economia solidária</p> <p><input type="checkbox"/> 13. Outros</p>	<p>46. Quantas pessoas/clientes circulam em média pelo BCD por mês para utilização dos seus serviços (RU)?</p> <p><input type="radio"/> 1. Até 40 pessoas <input type="radio"/> 2. Entre 41 e 100 pessoas</p> <p><input type="radio"/> 3. Entre 101 e 200 pessoas <input type="radio"/> 4. Entre 201 e 300</p> <p><input type="radio"/> 5. Acima de 300 pessoas</p>
<p>31. Caso Outros, quais? <input type="text"/></p>	<p>47. A sede do BCD é (RU):</p> <p><input type="radio"/> 1. Própria</p> <p><input type="radio"/> 2. Alugada</p> <p><input type="radio"/> 3. Cedida por particular</p> <p><input type="radio"/> 4. Cedida por órgão público</p> <p><input type="radio"/> 5. Outros</p>
<p>32. Qual o número de pessoas que trabalham na função de Gerente do BCD? <input type="text"/></p>	<p>48. Caso Outros, qual(is)?</p> <p><input type="text"/></p>
<p>33. Qual a remuneração do Gerente do BCD? <input type="text"/></p>	<p>49. O BCD possui serviço de internet(RU)?</p> <p><input type="radio"/> 1. Sim <input type="radio"/> 2. Não</p>
<p>34. Qual o número de pessoas que trabalham no Comitê de Avaliação de Crédito do BCD? <input type="text"/></p>	<p>50. O controle financeiro do BCD é feito por (RM)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Documento excel</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Software especializado</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Manualmente (formulário impresso)</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Outro</p>
<p>35. Qual a remuneração do membro do CAC ? <input type="text"/></p>	<p>51. Caso Outro, qual(is)?</p> <p><input type="text"/></p>
<p>36. Qual o número de pessoas que trabalham na função de Agentes/analistas de crédito do BCD? <input type="text"/></p>	<p>52. Quais os mecanismos que o BCD utiliza para informar a comunidade sobre sua atuação (RM)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Jornal informativo</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Sistema de som local (rádio poste, carro de som, bicicleta de som, etc)</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Boca a boca</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Cartaz/Banner</p> <p><input type="checkbox"/> 5. Rádio Comunitária</p> <p><input type="checkbox"/> 6. Mural</p> <p><input type="checkbox"/> 7. Outros</p>
<p>37. Qual a remuneração do Agente/analista de crédito do BCD ? <input type="text"/></p>	<p>53. Caso Outro, qual(is)?</p> <p><input type="text"/></p>
<p>38. Caso exista outro tipo de função desenhada, acrescente: <input type="text"/></p>	<p>54. Quais os serviços oferecidos pelo banco (RM)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Crédito em moeda social</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Crédito em reais</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Microseguro</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Correspondente bancário</p> <p><input type="checkbox"/> 5. Moeda Social</p> <p><input type="checkbox"/> 6. Poupança do próprio BCD</p> <p><input type="checkbox"/> 7. Capacitações em geral (oficinas, cursos, formações, etc)</p> <p><input type="checkbox"/> 8. Assessoria a gestão de Empreendimentos</p> <p><input type="checkbox"/> 9. Apoio a ações culturais</p> <p><input type="checkbox"/> 10. Outros</p>
<p>39. Informe o número de pessoas que desempenham a função acrescentada: <input type="text"/></p>	
<p>40. Qual a remuneração dessa outra função ? <input type="text"/></p>	
<p>41. Qual o número de pessoas que trabalham no BCD e são Celetistas? <input type="text"/></p>	
<p>42. Qual o número de pessoas que trabalham no BCD e são Voluntários? <input type="text"/></p>	
<p>43. Qual o número de pessoas que trabalham no BCD e são Bolsistas? <input type="text"/></p>	
<p>44. Caso exista outro tipo de vínculo, acrescente:</p> <p><input type="text"/></p>	
<p>45. Informe o número de pessoas que trabalham por meio deste tipo vínculo acrescentado. <input type="text"/></p>	

55. Caso Outro, qual(is)?

LINHAS DE CRÉDITO OFERECIDAS EM REAIS PELOS BCD'S - 2011 a 2012.1

56. Quais as linhas de crédito do BCD (RM)?

1. A 2. B 3. C 4. D 5. E 6. F

57. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - A

58. Limite da linha de crédito - A

59. Número máximo de parcelas - Linha de crédito A

60. Taxa de juros - Linha de crédito A

61. TAC - Linha de crédito A

62. Carência - Linha de crédito A

63. Quantidade de empréstimos da linha de crédito A - Empreendimentos (formal ou informal)

64. Volume de empréstimos da linha de crédito A - Empreendimentos (formal ou informal)

65. Quantidade de empréstimos da linha de crédito A - Pessoa Física

66. Volume de empréstimos da linha de crédito A - Pessoa Física

67. Volume total liberado de empréstimos da linha de crédito A (pessoa física + Empreendimentos (formal ou informal).

68. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito A

69. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - B

70. Limite da linha de crédito - B

71. Número máximo de parcelas - Linha de crédito B

72. Taxa de juros - Linha de crédito B

73. TAC - Linha de crédito B

74. Carência - Linha de crédito B

75. Quantidade de empréstimos da linhas de crédito B - Empreendimentos (formal ou informal)

76. Volume de empréstimos linhas de crédito B - Empreendimentos (formal ou informal)

77. Quantidade de empréstimos linhas de crédito B - Pessoa Física

78. Volume de empréstimos linhas de crédito B - Pessoa Física

79. Volume total liberado - Linha de crédito B (pessoa física + Empreendimentos (formal ou informal).

80. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito B

81. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - C

82. Limite da linha de crédito C

83. Número máximo de parcelas - Linha de crédito C

84. Taxa de juros - Linha de crédito C

85. TAC - Linha de crédito C

86. Carência - Linha de crédito C

87. Quantidade de empréstimos da linha de crédito C - Empreendimentos (formais ou informais)

88. Volume de empréstimos da linhas de crédito C - Empreendimentos (formais ou informais)

89. Quantidade de empréstimos da linha de crédito C - Pessoa Física

90. Volume de empréstimos da linha de crédito C - Pessoa Física

91. Volume total liberado - Linha de crédito C (Pessoa física + Empreendimentos (formais ou informais).

92. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito C

93. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - D

94. Limite da linha de crédito - D

95. Número máximo de parcelas - Linha de crédito D

96. Taxa de juros - Linha de crédito D	<input type="text"/>	113. Quantidade de empréstimos da linha de crédito E - Pessoa Física	<input type="text"/>
97. TAC - Linha de crédito D	<input type="text"/>	114. Volume de empréstimos da linha de crédito E - PESSOA FÍSICA	<input type="text"/>
98. Carência - Linha de crédito D	<input type="text"/>	115. Volume total liberado - Linha de crédito E (Pessoa física + Empreendimentos (formais ou informais)).	<input type="text"/>
99. Quantidade de empréstimos da linha de crédito D - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>	116. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito E	<input type="text"/>
100. Volume de empréstimos da linha de crédito D - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>	117. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - F	<input type="text"/>
101. Quantidade de empréstimos da linha de crédito D - Pessoa Física	<input type="text"/>	118. Limite da linha de crédito - F	<input type="text"/>
102. Volume de empréstimos da linha de crédito D - Pessoa Física	<input type="text"/>	119. Número máximo de parcelas - Linha de crédito F	<input type="text"/>
103. Volume total liberado - Linha de crédito D (Pessoa física + Empreendimentos (formais ou informais)).	<input type="text"/>	120. Taxa de juros - Linha de crédito F	<input type="text"/>
104. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito D	<input type="text"/>	121. TAC - Linha de crédito F	<input type="text"/>
105. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - E	<input type="text"/>	122. Carência - Linha de crédito F	<input type="text"/>
106. Limite da linha de crédito - E	<input type="text"/>	123. Quantidade de empréstimos da linha de crédito F - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>
107. Número máximo de parcelas - Linha de crédito E	<input type="text"/>	124. Volume de empréstimos da linha de crédito F - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>
108. Taxa de juros - Linha de crédito E	<input type="text"/>	125. Quantidade de empréstimos da linha de crédito F - Pessoa Física	<input type="text"/>
109. TAC - Linha de crédito E	<input type="text"/>	126. Volume de empréstimos da linha de crédito F - Pessoa Física	<input type="text"/>
110. Carência - Linha de crédito E	<input type="text"/>	127. Volume total liberado - Linha de crédito F (Pessoa física + Empreendimentos (formais ou informais)).	<input type="text"/>
111. Quantidade de empréstimos da linha de crédito E - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>	128. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito F	<input type="text"/>
112. Volume de empréstimos da linha de crédito E - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>		

LINHAS DE CRÉDITO OFERECIDAS EM MOEDA SOCIAL PELOS BCD'S - 2011 a 2012.1

129. Quais as linhas de crédito do BCD são oferecidas em moeda social (RM)? <input type="checkbox"/> 1. G <input type="checkbox"/> 2. H <input type="checkbox"/> 3. I <input type="checkbox"/> 4. J <input type="checkbox"/> 5. K	135. Carência - Linha de crédito G	<input type="text"/>
130. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - G	136. Quantidade de empréstimos da linha de crédito G - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>
131. Limite da linha de crédito - G	137. Volume de empréstimos da linha de crédito G - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>
132. Número máximo de parcelas - Linha de crédito G	138. Quantidade de empréstimos da linha de crédito G - Pessoa Física	<input type="text"/>
133. Taxa de juros - Linha de crédito G	139. Volume de empréstimos da linha de crédito G - Pessoa Física	<input type="text"/>
134. TAC - Linha de crédito G		

140. Volume total liberado - Linha de crédito G (Pessoa física + Empreendimentos (formais ou informais)).	<input type="text"/>	163. Volume de empréstimos da linhas de crédito I - Pessoa Física	<input type="text"/>
141. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito G	<input type="text"/>	164. Volume total liberado - Linha de crédito I (Pessoa física + Empreendimentos (formais ou informais)).	<input type="text"/>
142. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - H	<input type="text"/>	165. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito I	<input type="text"/>
143. Limite da linha de crédito - H	<input type="text"/>	166. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - J	<input type="text"/>
144. Número máximo de parcelas - Linha de crédito H	<input type="text"/>	167. Limite da linha de crédito - J	<input type="text"/>
145. Taxa de juros - Linha de crédito H	<input type="text"/>	168. Número máximo de parcelas - Linha de crédito J	<input type="text"/>
146. TAC - Linha de crédito H	<input type="text"/>	169. Taxa de juros - Linha de crédito J	<input type="text"/>
147. Carência - Linha de crédito H	<input type="text"/>	170. TAC - Linha de crédito J	<input type="text"/>
148. Quantidade de empréstimos da linha de crédito H - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>	171. Carência - Linha de crédito J	<input type="text"/>
149. Volume de empréstimos da linha de crédito H - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>	172. Quantidade de empréstimos da linhas de crédito J - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>
150. Quantidade de empréstimos da linha de crédito H - Pessoa Física	<input type="text"/>	173. Volume de empréstimos da linha de crédito J - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>
151. Volume de empréstimos da linha de crédito H - Pessoa Física	<input type="text"/>	174. Quantidade de empréstimos da linhas de crédito J - Pessoa Física	<input type="text"/>
152. Volume total liberado - Linha de crédito H (Pessoa física + Empreendimentos (formais ou informais)).	<input type="text"/>	175. Volume de empréstimos da linhas de crédito J - Pessoa Física	<input type="text"/>
153. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito H	<input type="text"/>	176. Volume total liberado - Linha de crédito J (Pessoa física + Empreendimentos (formais ou informais)).	<input type="text"/>
154. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - I	<input type="text"/>	177. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito J	<input type="text"/>
155. Limite da linha de crédito - I	<input type="text"/>	178. NOME DA LINHA DE CRÉDITO - K	<input type="text"/>
156. Número máximo de parcelas - Linha de crédito I	<input type="text"/>	179. Limite da linha de crédito - K	<input type="text"/>
157. Taxa de juros - Linha de crédito I	<input type="text"/>	180. Número máximo de parcelas - Linha de crédito K	<input type="text"/>
158. TAC - Linha de crédito I	<input type="text"/>	181. Taxa de juros - Linha de crédito K	<input type="text"/>
159. Carência - Linha de crédito I	<input type="text"/>	182. TAC - Linha de crédito K	<input type="text"/>
160. Quantidade de empréstimos da linhas de crédito I - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>	183. Carência - Linha de crédito K	<input type="text"/>
161. Volume de empréstimos da linhas de crédito I - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>	184. Quantidade de empréstimos da linhas de crédito K - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>
162. Quantidade de empréstimos da linhas de crédito I - Pessoa Física	<input type="text"/>	185. Volume de empréstimos da linhas de crédito K - Empreendimentos (formais ou informais)	<input type="text"/>

186. Quantidade de empréstimos das linhas de crédito K - Pessoa Física

187. Volume de empréstimos das linhas de crédito K - Pessoa Física

188. Volume total liberado - Linha de crédito K (Pessoa física + Empreendimentos (formais ou informais)).

189. Taxa (%) de inadimplência - Linha de crédito K

190. Quais os critérios o BCD utiliza para considerar um usuário/cliente inadimplente? (RM)

- 1. Qualquer atraso na data de pagamentos
- 2. A partir de 30 dias de atraso
- 3. A partir de 60 dias de atraso
- 4. Atraso não comunicado/justificado
- 5. Quando não renegociado a dívida
- 6. outros

191. Caso Outros, quais :

192. Qual a taxa geral atual de inadimplência do BCD (acumulada)?

193. Quais as fontes de formação do fundo de crédito (RM)?

- 1. Doação de Empresa
- 2. Programa de crédito governamental (prefeitura, estado, federal)
- 3. Programa de crédito de bancos (CAIXA, BB, etc)
- 4. FECOP - Governo do Estado
- 5. Doação da entidade gestora/conselho gestor
- 6. Doação de entidade de apoio a criação
- 7. ONG's de apoio
- 8. Doações da comunidade
- 9. Captação por meio de eventos locais
- 10. Outros

194. Caso Outros, qual(is)?

195. Qual o valor do fundo de crédito do BCD - INICIAL (em reais)?

196. Qual o valor do fundo de crédito do BCD - ATUAL (em reais)?

197. Qual o valor da carteira de crédito ativa atualmente (valor total emprestado hoje) ?

198. Quais as fontes de receitas do BCD (RM)?

- 1. Taxa de juros
- 2. TAC
- 3. Remuneração dos correspondentes bancários
- 4. Realização de curso, capacitações e assessorias
- 5. Outros

199. Caso Outros, qual(is)?

200. Qual o percentual (médio ou percebido) desta fonte/agente - TAXAS DE JUROS?

201. Qual o percentual (médio ou percebido) desta fonte/agente - TAC?

202. Qual o percentual (médio ou percebido) desta fonte/agente - REMUNERAÇÃO DOS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS?

203. Qual o percentual (médio ou percebido) desta fonte/agente - REALIZAÇÃO DE CURSO, CAPACITAÇÕES E ASSESSORIAS?

204. Qual o percentual (médio ou percebido) desta fonte/agente - OUTROS?

205. Quais os mecanismos utilizados pelo BCD para fazer avaliação das solicitações de crédito (RM)?

- 1. Aval solidário (em grupo)
- 2. Pesquisa com a vizinhança
- 3. SPC/Serasa
- 4. Comprovante de renda
- 5. Comprovante de residência
- 6. Elaboração do plano de viabilidade
- 7. Recomendação de associação ou grupo local
- 8. Software especializado
- 9. CAC
- 10. Outros

206. Caso Outros, qual(is)?

207. Quais os principais critérios utilizados pelo BCD para aprovação de uma solicitação de crédito (RM)?

- 1. Usuários não negativado no Serasa/SPC
- 2. Aprovado pelo aval solidário (em grupo)
- 3. Recomendado pela vizinhança
- 4. Apresentar todas as informações/documentos exigidos pelo BCD
- 5. Renda acima de determinado valor
- 6. Residente na comunidade
- 7. Viabilidade econômica comprovada pelo BCD
- 8. Finalidade do empréstimo aprovada pelo BCD
- 9. Valor do empréstimo dentro do limite da linha de crédito
- 10. Não estar inadimplente com o BCD
- 11. Não possuir outro crédito em andamento no BCD
- 12. Ser morador da comunidade por um mínimo de tempo determinado
- 13. Outros

208. Caso Outros, qual(is)?

209. Quais os tipos de solicitação de crédito são levados para o CAC avaliar (RM)?

- 1. Todas as solicitações
- 2. Usuários com o nome no Serasa/SPC
- 3. Depende da linha de crédito
- 4. Depende do valor solicitado
- 5. Depende do histórico do solicitante na comunidade e vizinhança
- 6. Depende do histórico do solicitante no BCD
- 7. Nenhuma solicitação é levada ao CAC
- 8. Outros

210. Caso Outros, qual(is)?

211. Quais os mecanismos para cobrança de crédito em atraso que são utilizados (RM)?

- 1. Telefonemas
- 2. Visita ao local
- 3. Carta de cobrança
- 4. Divulgação da lista de inadimplentes
- 5. Nenhum mecanismo
- 6. Outro

212. Caso Outro, quais ?

213. O BCD realizou ou realiza algum tipo de pesquisa na comunidade (RU)?

- 1. Sim
- 2. Não

214. Caso sim, qual(is)?

- 1. De satisfação com o BCD
- 2. Para oferecimento de novos serviços
- 3. Sobre a imagem do BCD
- 4. Sobre a importância do BCD
- 5. Mapeamento da produção e do consumo
- 6. Diagnóstico Socioeconomico
- 7. Outro

215. Caso Outros, qual(is)?

216. Quais espaços de articulação política o BCD participa (RM)?

- 1. Organização comunitária
- 2. Feiras
- 3. Eventos culturais
- 4. Fóruns
- 5. Poder Legislativo (vereadores, deputados e senadores)
- 6. Governos (municipal, estadual e federal)
- 7. Partidos Políticos
- 8. Conselho de Políticas Públicas
- 9. Redes
- 10. Movimento Social
- 11. Outros

217. Caso Outros, qual(is)?

218. Pelo que você percebe, qual a maioria dos usuários do BCD (RU)?

- 1. Homens
- 2. Mulheres
- 3. Meio-a-meio
- 4. Não sabe

219. Pelo que você percebe, a maior parte de usuários do BCD são (RU)?

- 1. Jovens
- 2. Adultos
- 3. Idosos
- 4. Não sabe

ASPECTOS DA GESTÃO E CONTROLE DA MOEDA SOCIAL

220. Quais os tipos de controle da circulação da moeda social que o BCD utiliza (RM)?

- 1. Ficha de adesão a moeda com os comerciantes
- 2. Planilha de emissão das moedas
- 3. Planilhas de gerenciamento da circulação da moeda
- 4. Não possui controle
- 5. Outro

221. Caso Outros, qual(is)?

222. Qual a periodicidade que o BCD registra as informações de circulação da moeda (RU)?

- 1. No momento da operação
- 2. Ao final do dia
- 3. 1 vez por semana
- 4. 1 vez por mês
- 5. Não realiza tais registros
- 6. Outro

223. Caso Outros, qual(is)?

224. No total, quantas horas semanais são dedicadas para o controle e gestão da moeda social?

225. Quantos comerciantes existem na área de atuação do BCD?

226. Quantos comerciantes aceitam a moeda social na área de atuação do BCD?

227. Pelo que você percebe, qual o volume médio de moeda social trocado no banco por semana?

228. Quando a moeda social foi criada houve algum tipo de ação/instrumento realizado pelo BCD para estimular seu uso no território (RU)?

- 1. Não houve
- 2. Palestra
- 3. Capacitações (oficinas, cursos e formações etc)
- 4. Material de comunicação (cartaz/banner)
- 5. Meios de comunicação locais (sistema de som, boca a boca, rádio comunitária)
- 6. Campanha publicitária (serviço contratado)
- 7. Eventos e feiras
- 8. Atividade específica com os comerciantes
- 9. Atividade nas escolas da comunidade
- 10. Músicas/teatro
- 11. Outros

229. Caso Outros, qual(is)?

230. Atualmente, quais ações/instrumentos são utilizados pelo BCD para estimular o uso da moeda social no território (RU)?

- 1. Não existem
- 2. Palestra
- 3. Capacitações (oficinas, cursos e formações etc)
- 4. Material de comunicação (cartaz/banner)
- 5. Meios de comunicação locais (sistema de som, boca a boca, rádio comunitária)
- 6. Campanha publicitária (serviço contratado)
- 7. Eventos e feiras
- 8. Atividade específica com os comerciantes
- 9. Atividade nas escolas da comunidade
- 10. Músicas/teatro
- 11. Outros

231. Caso Outros, qual(is)?

232. Qual o volume inicial de moeda social lançado no território quando da sua criação? (volume disponível lançado na primeira planilha de emissão)

233. Qual o volume atual de moeda social disponível? (volume lançado inicialmente + novos lançamentos)

234. Qual o volume médio de moeda social que está em circulação no território de atuação do BCD? (volume que está fora do BCD = valor do lastro em real)

235. O BCD remunera seus membros em moeda social?
 1. Sim 2. Não

236. Se Sim, qual o percentual da remuneração é realizado em moeda social?

PERCEPÇÃO GERAL SOBRE PARTICIPAÇÃO, POLÍTICA E CULTURA

237. Como você avalia a participação da comunidade durante o processo de constituição do BCD (RU)?
 1. Muito ruim 2. Ruim 3. Boa 4. Muito boa

238. Como você avalia a participação dos moradores da comunidade nas atividades organizadas pelo BCD no território atualmente (RU)?
 1. Muito ruim 2. Ruim 3. Boa 4. Muito boa

239. Como você avalia a participação das organizações sociais do território nos espaços públicos de discussão da comunidade (como fóruns, assembleias, reuniões etc) (RU)?
 1. Muito ruim 2. Ruim 3. Boa 4. Muito boa

240. Como você avalia o grau de confiança dentre os moradores da comunidade (RU)?
 1. Muito ruim 2. Ruim 3. Boa 4. Muito boa

241. Como você avalia o grau de confiança dos moradores em relação ao BCD (RU)?
 1. Muito ruim 2. Ruim 3. Boa 4. Muito boa

242. Como você avalia o grau de aceitação dos moradores em relação a moeda social (RU)?
 1. Muito ruim 2. Ruim 3. Boa 4. Muito boa

243. Como você avalia o grau de aceitação dos comerciantes locais em relação a moeda social (RU)?
 1. Muito ruim 2. Ruim 3. Boa 4. Muito boa

244. Como você avalia a identificação das pessoas com o território onde moram (RU)?

1. Muito ruim 2. Ruim 3. Boa 4. Muito boa

OPINIÃO SOBRE OS DESAFIOS E PERSPECTATIVAS DO BCD E DA MOEDA SOCIAL

245. Na sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas pelo BCD no território?

248. O que o BCD tem feito para poder enfrentar estes desafios - Da moeda social?

246. Na sua opinião, quais os principais desafios do uso da moeda social no território?

249. Na sua opinião, qual o futuro do BCD no território?

247. O que o BCD tem feito para poder enfrentar estes desafios - Do próprio BCD?

250. Na sua opinião, qual o futuro do uso da moeda social no território?

251. Se desejar comentar mais alguma coisa, por favor, escreva livremente nas linhas abaixo:

QUESTÕES EXTRAS

252. Qual a atual situação do Banco Comunitário (RU)?

- 1. Funcionando plenamente
- 2. Funcionando parcialmente
- 3. Temporariamente fechado
- 4. Encerrou as atividades
- 5. Outros

253. Caso Outros, qual(is)?

254. Caso o Banco Comunitário NÃO possua serviço de internet (questão 49), indique o motivo (RU).

- 1. O serviço não tem utilidade para o Banco
- 2. O serviço não existe no território de atuação do Banco
- 3. O Banco não tem como pagar o serviço
- 4. Por causa de problemas com a companhia que oferece o serviço
- 5. Outros

255. Caso 'Outros', qual(is)?

256. Quais as principais fontes de DESPESAS do Banco Comunitário atualmente (RM)?

- 1. Aluguel
- 2. Pagamento de pessoal
- 3. Transporte
- 4. Despesas de custeio (telefone, energia, materiais de escritório etc)
- 5. Compra de equipamentos
- 6. Serviços de terceiro
- 7. Outros

257. Caso Outros. qual(is)?

APÊNDICE G – Tabelas complementares do levantamento-diagnóstico nos BCDs brasileiros

Tabelas complementares referentes ao item 5.1 Caracterização do universo pesquisado

Tabela 1.2 – Estado/Município/BCD/Área geográfica de atuação/Moeda Social utilizada – Norte

Estado	Município	BCD	Área geográfica	Moeda Social
Acre	Rio Branco	Vitória	Bairro Vitória e Adjacências	Arco-Íris
Amazonas	Manaus	Coquista	Colônia Antônio Aleixo	Liberdade
	Manaus	Liberdade	Bairro Morro da Liberdade	Tucumã

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 1.3 – Estado/Município/BCD/Área geográfica de atuação/Moeda Social utilizada – Nordeste

Estado	Município	BCD	Área geográfica	Moeda Social
Bahia	Cairu	Casa do Sol	Sede do município	Tinharé
	Simões Filho	Ecoluzia	Bairro de Santa Luzia	Trilha
	Vera Cruz	Ilhamar	Comunidade de Matarandiba	Concha
Ceará	Acarape	Vale do Acarape	Todo o município	Não possui moeda
	Acaraú	Dunas (CE)	Distrito Aranaú	Timbaubas
	Caridade	Padre Quiliano	Campos Belos	Caribelo
	Cascavel	Bandesc	Cascavel	Bento
	Choró	Sertanejo	Choró	Sabiá
	Fortaleza	Palmas	Bairro Conjunto Palmeiras e Entorno	Palmas
	Fortaleza	Dendê Sol	Bairro Edson Queiroz	Dendê
	Fortaleza	São Cristovão	Bairro de São Cristovão	Palma
	Fortaleza	Pirambú	Bairro de Pirambú	Pirambú
	Irauçuba	Amizade	Bairro do Cruzeiro	Cactos
	Irauçuba	Juazeiro	Distrito de Juá	Cactos
	Irauçuba	Bancart	Distrito do Missi	Tá
	Juazeiro do Norte	Timbaúbas	Timbaúbas	Timba
	Madalena	Bansol	Distrito de Macaoca e Vizinhos	Sol
	Maracanaú	Paju	Município de Maracanaú	Maracanã
	Mauriti	Buriti	Mauriti	Grão
	Ocara	Ocards	Município de Ocara	Tupi
	Pacatuba	Pacatubanco	Pacatuba	Paca
Quixadá	Quixadá	Todo o município	Monólitos	
Maranhão	Alcântara	Quilomb. de Alcântara	Alcântara	Guará
Piauí	Pedro II	Rede Opala	Todo município	Opala
	São João do Arraial	Cocais	Todo o município	Cocais
Sergipe	Barra dos Coqueiros	Dunas (SE)	Barra dos Coqueiros	Dunas

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 1.4 – Estado/Município/BCD/Área geográfica de atuação/Moeda Social utilizada – Centro-Oeste

Estado	Município	BCD	Área geográfica	Moeda Social
Distrito Federal	Brasília	Estrutural	Cidade Estrutural (cidade satélite)	Conquista
Mato Grosso do Sul	Pontaporã	Ita	Itamarati	Ita
	Dourados	Pire	Dourados	Pirapire
Mato Grosso	Rondonópolis	Cerrado	7 Municípios no sul do Estado	Bacuri

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 1.5 – Estado/Município/BCD/Área geográfica de atuação/Moeda Social utilizada – Sudeste

Estado	Município	BCD	Área geográfica	Moeda Social
Espírito Santo	Vitória	Bem	São Benedito e mais 8 bairros vizinhos	Bem
	Cariacica	Sol	Bairro Novo Horizonte (mais 14 bairros no entorno)	Girassol
	Serra	ABraço	Planalto Serrano (Bloco A, B, C)	ABraço
	Cariacica	Esperança	Região administrativa 8 (5 bairros)	Rosa
	Vitória	Puã	Bairro Nova Palestina (mais 9 bairros vizinhos)	Puã
	Vila Velha	Terra	Região Terra Vermelha (11 bairros)	Terra
	Vila Velha	Verde Vida	Região administrativa 3 (22 bairros)	Verdes
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Cidade de Deus	Bairro Cidade de Deus	CDD
	Niterói	Preventório	Morro do Preventório	Prevê
	Duque de Caxias	Saracuruna	Bairro Saracuruna	Saracura
São Paulo	São Paulo	Apuanã	Jardim Apuanã	Apuanã
	São Paulo	Autogestão	Jardim São Luís	Moradia em Ação
	São Paulo	União Sampaio	Jardim Maria Sampaio	Sampaio
	São Paulo	Paulo Freire	Bairro Inácio Leite	Freire

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 2.1 – Período/Ano de início das atividades dos BCDs

Período/Ano	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
1998	1	2,1	2,1	2,1
2004	1	2,1	2,1	4,3
2005	3	6,4	6,4	10,6
2006	2	4,3	4,3	14,9
2007	3	6,4	6,4	21,3
2008	9	19,1	19,1	40,4
2009	5	10,6	10,6	51,1
2010	1	2,1	2,1	53,2
2011	14	29,8	29,8	83,0
2012	8	17,0	17,0	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 2.2 – Período de início das atividades dos BCDs conforme a região pesquisada

Período/Ano Início das Atividades	Região pesquisada				Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	
Entre 1998 e 2001	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%
Entre 2002 e 2005	0 0,0%	1 2,1%	1 2,1%	2 4,3%	4 8,5%
Entre 2006 e 2009	0 0,0%	13 27,7%	0 0,0%	6 12,8%	19 40,4%
Entre 2010 e 2012	3 6,4%	11 23,4%	3 6,4%	6 12,8%	23 48,9%
Total	3 6,4%	26 55,3%	4 8,5%	14 29,8%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 2.3 – Período de início das atividades dos BCDs conforme a região pesquisada

Nomes BCDs	Município	Estado	Ano de criação	Situação Atual
Ecoluzia	Simões Filho	Bahia	2005	Temporariamente fechado
Amizade	Irauçuba	Ceará	2008	Temporariamente fechado
Bancart	Irauçuba	Ceará	2006	Temporariamente fechado
Pacatubanco	Pacatuba	Ceará	2011	Temporariamente fechado
São Cristovão	Fortaleza	Ceará	2010	Temporariamente fechado
Bandesc	Cascavel	Ceará	2011	Funcionando parcialmente
Casa do Sol	Cairu	Bahia	2009	Funcionando parcialmente
Bansol	Madalena	Ceará	2008	Funcionando parcialmente
Dendê Sol	Fortaleza	Ceará	2011	Funcionando parcialmente
Dunas (CE)	Acaraú	Ceará	2011	Funcionando parcialmente
Juazeiro	Irauçuba	Ceará	2008	Funcionando parcialmente
Padre Quiliano	Caridade	Ceará	2008	Funcionando parcialmente
Pirambú	Fortaleza	Ceará	2008	Funcionando parcialmente
Vale do Acarape	Acarape	Ceará	2011	Funcionando parcialmente

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 2.4 – Horas diárias de atendimento da instituição X situação funcional dos BCDs

Situação Funcional	Horas diárias de funcionamento					Total
	Até 4 horas	De 4 a 6 horas	De 6 a 8 horas	Mais de 8 horas	Não atende	
Funcionando Plenamente	7 14,9%	5 10,6%	13 27,7%	3 6,4%	0 0,0%	28 59,6%
Funcionando Parcialmente	4 8,5%	1 2,1%	9 19,1%	0 0,0%	0 0,0%	14 29,8%
Temporariamente Fechado	2 4,3%	1 2,1%	1 2,1%	0 0,0%	1 2,1%	5 10,6%
Total	13 27,7%	7 14,9%	23 48,9%	3 6,4%	1 2,1%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabelas complementares referentes ao item 5.2.1 Os BCDs enquanto experiências territorializadas que potencializam a integração mercado-redistribuição-domesticidade-reciprocidade

Tabela 3.1 – Tipos de territórios de atuação dos BCDs X região pesquisada

modalidade de Território	Região pesquisada				Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	
Ocupação Irregular	0 0,0%	1 2,1%	1 2,1%	4 8,5%	6 12,8%
Assentamento	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	1 2,1%
Bairro/Distrito	3 6,4%	7 14,9%	0 0,0%	5 10,6%	15 31,9%
Programa Habitacional	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	3 6,4%	4 8,5%
Município	0 0,0%	12 25,5%	1 2,1%	0 0,0%	13 27,7%
Comunidade Tradicional	0 0,0%	4 8,5%	0 0,0%	0 0,0%	4 8,5%
Outro	0 0,0%	1 2,1%	1 2,1%	2 4,3%	4 8,5%
Total	3 6,4%	26 55,3%	4 8,5%	14 29,8%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 3.2 – Número de habitantes que vivem na área de atuação dos BCDs X região pesquisada

Número de Habitantes	Região pesquisada				Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	
Até 1.000 Habitantes	0 0,0%	2 4,3%	0 0,0%	0 0,0%	2 4,3%
De 1.001 a 3.000 habitantes	0 0,0%	3 6,4%	1 2,1%	0 0,0%	4 8,5%
De 3.001 a 10.000 habitantes	0 0,0%	3 6,4%	0 0,0%	0 0,0%	3 6,4%
De 10.001 a 30.000 habitantes	2 4,3%	11 23,4%	1 2,1%	5 10,6%	19 40,4%
De 30.001 a 60.000 habitantes	1 2,1%	7 14,9%	1 2,1%	5 10,6%	14 29,8%
Mais de 60.000 habitantes	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	4 8,5%	5 10,6%
Total	3 6,4%	26 55,3%	4 8,5%	14 29,8%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 4.1 – Modalidades de território X distância dos locais de acesso a serviços bancários

Modalidades de Território	Distância dos Locais de acesso				Total
	Até 5 Km	De 6 a 15 Km	De 16 a 25 km	Acima de 25 km	
Ocupação Irregular (Favela)	5 83,3%	1 16,7%	0 0,0%	0 0,0%	6 12,8%
Assentamento	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%
Bairro/Distrito	8 53,3%	5 33,3%	1 6,7%	1 6,7%	15 31,9%
Programa Habitacional	3 75,0%	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 8,5%
Município	11 84,6%	2 15,4%	0 0,0%	0 0,0%	13 27,7%
Comunidade Tradicional	2 50,0%	0 0,0%	1 25,0%	1 25,0%	4 8,5%
Outros	3 75,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	4 8,5%
Total	33 70,2%	9 19,1%	2 4,3%	3 6,4%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 4.2 – Opinião em relação ao Perfil/Maioria dos Usuários/Clientes dos BCD X modalidade de território

Modalidade de Território	Perfil dos Usuários/Clientes				Total
	Homens	Mulheres	Igualdade	Não sabe	
Ocupação Irregular (Favela)	0 0,0%	5 83,3%	1 16,7%	0 0,0%	6 12,8%
Assentamento	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%	1 2,1%
Bairro/Distrito	1 6,7%	11 73,3%	2 13,3%	1 6,7%	15 31,9%
Programa Habitacional	1 25,0%	3 75,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 8,5%
Município	1 7,7%	8 61,5%	4 30,8%	0 0,0%	13 27,7%
Comunidade Tradicional	0 0,0%	2 50,0%	2 50,0%	0 0,0%	4 8,5%
Outros	0 0,0%	3 75,0%	0 0,0%	1 25,0%	4 8,5%
Total	3 6,4%	32 68,1%	10 21,3%	2 4,3%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 4.3 – Opinião em relação ao Perfil/Maioria dos Usuários/Clientes dos BCD X modalidade de território

Modalidade de Território	Perfil dos Usuários/Clientes				Total
	Jovens	Adultos	Idosos	Não sabe	
Ocupação Irregular (Favela)	0 0,0%	6 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 12,8%
Assentamento	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%
Bairro/Distrito	0 0,0%	14 93,3%	1 6,7%	0 0,0%	15 31,9%
Programa Habitacional	0 0,0%	4 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 8,5%
Município	1 7,7%	12 92,3%	0 0,0%	0 0,0%	13 27,7%
Comunidade Tradicional	0 0,0%	4 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 8,5%
Outros	0 0,0%	3 75,0%	0 0,0%	1 25,0%	4 8,5%
Total	1 2,1%	44 93,6%	1 2,1%	1 2,1%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela complementar referente ao item 5.2.2 O processo de constituição dos BCDs: rede de apoio e fomento e fontes de financiamento

Tabela 7.1 – Tipos de sedes onde os BCDs estão instalados

Modalidades	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Própria	9	19,1	19,1	19,1
Alugada	13	27,7	27,7	46,8
Cedida por particular	5	10,6	10,6	57,4
Cedida por órgão público	15	31,9	31,9	89,4
Outros	5	10,6	10,6	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabelas complementares referentes ao item 5.2.3.1: As pessoas nos BCDs e o seu papel de integradoras entre reciprocidade e domesticidade

Tabela 12.1 – Números de pessoas que trabalham nos BCDs – Estatísticas

Medidas estatísticas	Valores
Casos válidos	47
Número Mínimo de Trabalhadores	1
Número Máximo de Trabalhadores	18
Amplitude de Trabalhadores	17
Número Médio de Trabalhadores	3
Desvio Padrão	2,94
Número Modal de Trabalhadores	3
Número Mediano de Trabalhadores	3
Total de Trabalhadores	160
1º Quartil do Número de Trabalhadores	2
2º Quartil do Número de Trabalhadores	3
3º Quartil do Número de Trabalhadores	4

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 12.2 – Números de pessoas que trabalham nos BCDs – Estatísticas

Medidas estatísticas	Região pesquisada			
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste
Casos válidos/Casos Omissos	(3/0)	(26/0)	(4/0)	(14/0)
Número Mínimo de Trabalhadores	3	0	2	2
Número Máximo de Trabalhadores	5	18	3	11
Amplitude de Trabalhadores	2	18	1	9
Número Médio de Trabalhadores	*4	*3	*3	*4
Desvio Padrão	1,16	3,44	*0,50	*2,41
Número Modal de Trabalhadores	3	2	3	3
Número Mediano de Trabalhadores	3	2	3	*4
Total de Trabalhadores	11	76	11	62
1º Quartil do Número de Trabalhadores	3	1	2	3
2º Quartil do Número de Trabalhadores	3	2	3	3,5
3º Quartil do Número de Trabalhadores	-	3	3	5

Nota: * Os valores calculados foram aproximados para casa decimal mais próxima.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 14.3 – Número de Trabalhadores nos BCDs conforme a região pesquisada

Número de Trabalhadores	Região pesquisada				Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	
Até 02 Trabalhadores	0 0,0%	12 25,5%	1 2,1%	1 2,1%	14 29,8%
De 03 a 05 Trabalhadores	3 6,4%	10 21,3%	3 6,4%	11 23,4%	27 57,4%
De 06 a 09 Trabalhadores	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	1 2,1%	2 4,3%
De 10 a 15 Trabalhadores	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	1 2,1%
Acima de 15 Trabalhadores	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%
Não tem Trabalhadores	0 0,0%	2 4,3%	0 0,0%	0 0,0%	2 4,3%
Total	3 6,4%	26 55,3%	4 8,5%	14 29,8%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 12.4 – Número de trabalhadores nos BCDs X horas diárias de atendimento da instituição

Número de Trabalhadores	Horas diárias de funcionamento					Total
	Até 4 horas	De 4 a 6 horas	De 6 a 8 horas	Mais de 8 horas	Não atende	
Até 02 Trabalhadores	6 12,8%	2 4,3%	4 8,5%	2 4,3%	0 0,0%	14 29,8%
De 03 a 05 Trabalhadores	6 12,8%	4 8,5%	17 36,2%	0 0,0%	0 0,0%	27 57,4%
De 06 a 09 Trabalhadores	1 2,1%	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 4,3%
De 10 a 15 Trabalhadores	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%
Acima de 15 Trabalhadores	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	1 2,1%
Não tem Trabalhadores	0 0,0%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	1 2,1%	2 4,3%
Total	13 27,7%	7 14,9%	23 48,9%	3 6,4%	1 2,1%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 13.1 – Perfil salarial dos trabalhadores na função de gerentes nos BCDs

Perfil salarial	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Não possui salário	10	58,8	58,8	58,8
Até 01 Salário Mínimo	4	23,5	23,5	82,3
Acima de 01 até 02 Salários Mínimos	1	5,9	5,9	88,2
Acima de 02 até 03 Salários Mínimos	2	11,8	11,8	100,0
Total	17	100,0	100,0	-

Nota: A presente tabela leva em consideração apenas os casos válidos/BCDs com função de Gerente.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 15.1 – Caracterização outros vínculos dos trabalhadores dos BCDs pesquisados

BCD	Município	Estado	Vínculo	Casos	% Casos
Ilhamar	Vera Cruz	Bahia	Estatutário	1	3,7
Buriti	Mauriti	Ceará	Contratado pela prefeitura	2	7,4
Bansol	Madalena	Ceará	Estatutária	2	7,4
Quixadá	Quixadá	Ceará	Estatutário	1	3,7
Sertanejo	Choró	Ceará	Estatutário	1	3,7
Bandesc	Cascavel	Ceará	Contratados pela prefeitura	2	7,4
Ocards	Ocara	Ceará	Contador	1	3,7
Bem	Vitória	Espírito Santo	Estagiários (2); bolsistas (4)	6	22,2
Sol	Cariacica	Espírito Santo	Estágio	5	18,5
Terra	Vila Velha	Espírito Santo	Contrato prefeitura (1) e Empreendedor Individual (Movive) (1)	2	7,4
Preventório	Niterói	Rio de Janeiro	Autônomo RPA	4	14,8

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabelas complementares referentes ao item 5.2.4 O quê e a quem servem? A mais valia social dos BCDs e os mecanismos de integração entre mercado e redistribuição

Tabela 16.2 – Número de horas diárias de atendimento ao público pelos BCDS

Horas de Atendimento	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Até 04 horas/dia	13	27,7	27,7	27,7
Acima de 04 até 06 horas/dia	7	14,9	14,9	42,6
Acima de 06 até 08 horas/dia	23	48,9	48,9	91,5
Acima de 08 horas/dia	3	6,4	6,4	97,9
Não abre ao público atualmente.	1	2,1	2,1	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 16.3 – Dias da semana de funcionamento/atendimento dos BCDs

Dias da semana	Respostas		Percentual de Casos
	Ocorrências	Percentual	
Segunda-feira	47	20,3%	100,0%
Terça-feira	44	19,0%	93,6%
Quarta-feira	45	19,4%	95,7%
Quinta-feira	43	18,5%	91,5%
Sexta-feira	45	19,4%	95,7%
Sábado	7	3,0%	14,9%
Domingo	1	0,4%	2,1%
Total	232	100,0%	493,6%

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de casos.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 17.2 – BCDs que não oferecem crédito em moeda social

Nome do BCD	Situação da moeda	Município	Estado	Casos	% Casos
Liberdade	Sem lastro	Manaus	Amazonas	1	5,0
Bandesc	Não circula	Cascavel	Ceará	1	5,0
Bansol	Sem lastro	Madalena	Ceará	1	5,0
Dunas	Não circula	Acaraú	Ceará	1	5,0
Juazeiro	Sem lastro	Irauçuba	Ceará	1	5,0
Ocards	Não circula	Ocara	Ceará	1	5,0
Pacatubanco	Não circula	Pacatuba	Ceará	1	5,0
Padre Quiliano	Sem lastro	Caridade	Ceará	1	5,0
Pirambú	Não circula	Fortaleza	Ceará	1	5,0
Quixadá	Sem lastro	Quixadá	Ceará	1	5,0
São Cristovão	Sem lastro	Fortaleza	Ceará	1	5,0
Sertanejo	Sem lastro	Choró	Ceará	1	5,0
Vale do Acarape	Não possui	Acarape	Ceará	1	5,0
ABraço	Sem lastro	Serra	Espírito Santo	1	5,0
Esperança	Não circula	Cariacica	Espírito Santo	1	5,0
Puã	Não circula	Vitória	Espírito Santo	1	5,0
Terra	Não circula	Vila Velha	Espírito Santo	1	5,0
Verde Vida	Sem lastro	Vila Velha	Espírito Santo	1	5,0
Quilombola de Alcântara	Sem lastro	Alcântara	Maranhão	1	5,0
Rede Opala	Sem lastro	Pedro II	Piauí	1	5,0
Total		-	-	20	100,0

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 17.3 – BCDs com sistema próprio de Poupança

Nome do BCD	Município	Estado	Casos	% Casos
Pirambú	Fortaleza	Ceará	1	16,7
Paju	Maracanaú	Ceará	1	16,7
Ocards	Ocara	Ceará	1	16,7
Ilhamar	Vera Cruz	Bahia	1	16,7
Apuanã	São Paulo	São Paulo	1	16,7
Paulo Freire	São Paulo	São Paulo	1	16,7
Total	-	-	6	100,0

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 17.4 – Mecanismos de informação das suas atividades e serviços usados pelos BCDs

Mecanismos Utilizados	Respostas		Percentual de Casos
	Ocorrências	Percentual	
Jornal informativo	11	8,3%	23,4%
Sistema de som local (rádio poste, carro de som, outros)	21	15,9%	44,7%
Boca a boca	40	30,3%	85,1%
Cartaz/Banner	26	19,7%	55,3%
Rádio Comunitária	7	5,3%	14,9%
Mural	6	4,5%	12,8%
Outros	21	15,9%	44,7%
Total	132	100,0%	280,9%

Mecanismos Utilizados	Respostas		Percentual de Casos
	Ocorrências	Percentual	
Jornal informativo	11	8,3%	23,4%
Sistema de som local (rádio poste, carro de som, outros)	21	15,9%	44,7%
Boca a boca	40	30,3%	85,1%
Cartaz/Banner	26	19,7%	55,3%
Rádio Comunitária	7	5,3%	14,9%
Mural	6	4,5%	12,8%
Outros	21	15,9%	44,7%

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de casos.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 17.5 – Mecanismos de informação das suas atividades e serviços usados pelos BCDs

Pesquisas Realizadas	Respostas		Percentual de Casos
	Ocorrências	Percentual	
De satisfação com o BCD.	3	4,9%	8,6%
Para oferecimento de novos serviços.	2	3,3%	5,7%
Sobre a imagem do BCD.	2	3,3%	5,7%
Sobre a importância do BCD.	3	4,9%	8,6%
Mapeamento da produção e do consumo.	28	45,9%	80,0%
Diagnóstico Socioeconômico.	20	32,8%	57,1%
Outro	3	4,9%	8,6%
Total	61	100,0%	174,3%

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de casos.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 17.6 – Opinião em relação ao Perfil/Maioria dos Usuários/Clientes dos BCDs

Perfil/Maioria	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Homens	3	6,4	6,4	6,4
Mulheres	32	68,1	68,1	74,5
Igualdade	10	21,3	21,3	95,8
Não sabe informar	2	4,3	4,3	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 17.7 – Opinião em relação ao Perfil/Maioria dos Usuários/Clientes dos BCDs

Perfil/Maioria	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Jovens	1	2,1	2,2	2,2
Adultos	44	93,6	95,7	97,9
Idosos	1	2,1	2,2	100,0
Não sabe informar	1	2,1	-	-
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 17.8 – Opinião em relação ao Perfil/Maioria dos Usuários/Clientes dos BCDs X região pesquisada

Região	Perfil dos Usuários/Clientes				Total
	Homens	Mulheres	Igualdade	Não Sabe	
Norte	1 33,3%	2 66,7%	0 0,0%	0 0,0%	3 6,4%
Nordeste	2 7,7%	16 61,5%	8 30,8 %	0 0,0%	26 55,3%
Centro-Oeste	0 0,0%	2 50,0%	1 25,0%	1 25,0%	4 8,5%
Sudeste	0 0,0%	12 85,7%	1 7,1%	1 7,1%	14 29,8%
Total	3 6,4%	32 68,1%	10 21,3%	2 4,3%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 17.9 – Opinião em relação ao Perfil/Maioria dos Usuários/Clientes dos BCDs X Região pesquisada

Estado	Perfil dos Usuários/Clientes				Total
	Jovens	Adultos	Idosos	Não sabe	
Norte	0 0,0%	3 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 6,4%
Nordeste	1 3,8%	24 92,3%	1 3,8%	0 0,0%	26 55,3%
Centro-Oeste	0 0,0%	3 75,0%	0 0,0%	1 25,0%	4 8,5%
Sudeste	0 0,0%	14 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	14 29,8%
Total	1 2,1%	44 93,6%	1 2,1%	1 2,1%	47 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabelas complementares referentes ao item 5.2.4.1 A redistribuição em números: as especificidades das linhas de crédito oferecidas pelos BCDs

Tabela 19.2 – Caracterização das linhas de crédito em Reais – apenas os BCDs em pleno funcionamento – Estatísticas

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	90.100,00	1.638,18	1.000,00	1.000,00	2.607,70	150,00	15.000,00
Nº máximo de parcelas	-	10	6	8	7,28	3	24
Taxa de juros aplicados	-	1,47%	1,00%	1,00%	0,90%	0,64%	3,9%
TAC	-	1,64%	0,00%	1,00%	1,64%	1,00%	5,0%
Carência (em meses)	34	1,0	0,0	0,0	1,5	0,0	6,0
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	27.406	517	0	10	3.319	0	24.200
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	2.750.311,00	52.890,60	0,00	5.000,00	238.864,15	0,00	1.703.412,00
Quantidade de empréstimos pessoa física	8.056	212	0	0	846,04	0	4.245
Volume de empréstimos pessoa física	804.896,00	21.181,47	0,00	0,00	64.984,75	0,00	368.681,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	3.573.483,00	67.424,21	0,00	7.705,00	240.821,91	0,00	1.703.412,00
Taxa (%) de inadimplência	-	5,05%	0,00%	0,00%	10,92%	0,00%	50,00%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 19.3 – Caracterização linhas de crédito em Reais – BCDs (Exceto Banco Palmas) – Estatísticas

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	132.100,00	1.610,98	1.000,00	1.000,00	2.566,29	0,00	15.000,00
Nº máximo de parcelas	-	10	12	10	6,64	3	24
Taxa de juros aplicados	-	1,75%	1,00%	1,50%	1,05%	1,00%	5,00%
TAC	-	1,64%	0,00%	1,00%	1,61%	1,00%	5,0%
Carência (em meses)	38	1,0	0,0	0,0	1,26	0,0	6,0
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	26.620	365	0,0	8,0	2.829,0	0,0	24.200
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	1.012.958,00	14.267,01	0,00	4.000,00	28.410,85	0,00	191.521,00
Quantidade de empréstimos pessoa física	4.929	81	0,0	0,0	543,15	0,0	4.245
Volume de empréstimos pessoa física	459.335,00	7.530,08	0,00	0,00	23.854,37	0,00	106.683,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	1.682.569,00	23.048,89	0,00	7.000,00	43.253,23	0,00	200.000,00
Taxa (%) de inadimplência	-	10,13%	0,0%	0,0%	20,78%	0,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 19.4 – Caracterização linhas de crédito em Reais – BCDs (Exceto Banco Palmas, Paju e Bem) – Estatísticas

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	106.100,00	1.377,92	1.000,00	800,00	2.362,17	0,00	15.000,00
Nº máximo de parcelas	-	10	12	8	6,04	3	24
Taxa de juros aplicados	-	1,77%	1,00%	1,50%	1,03%	1,00%	5,00%
TAC	-	1,65%	0,00%	1,00%	1,62%	1,00%	5,0%
Carência (em meses)	30	1,0	0,0	0,0	1,12	0,0	6,0
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	26.278	381	0,0	6,0	2.910,2	0,0	24.200
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	941.596,00	13.847,00	0,00	3.500,00	28.657,06	0,00	191.521,00
Quantidade de empréstimos pessoa física	4.910	85	0,0	0,0	556,98	0,0	4.245
Volume de empréstimos pessoa física	380.595,00	6.561,98	0,00	0,00	22.518,31	0,00	106.683,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	1.331.467,00	19.296,62	0,00	6.100,00	38.088,41	0,00	192.000,00
Taxa (%) de inadimplência	-	10,27%	0,0%	0,0%	20,93%	0,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 20.1 – Caracterização da linha de crédito produtivo em reais oferecidas pelos BCDs – Estatísticas

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	83.900,00	1.446,55	1.000,00	1.000,00	2.022,57	150,00	10.000,00
Nº máximo de parcelas	-	11	12	10	6,91	2	24
Taxa de juros aplicados	-	1,86%	2,50%	2,00%	1,11%	1,00%	5,00%
TAC	-	1,83%	0,00%	2,50%	1,63%	1,00%	5,00%
Carência (em meses)	-	1	0	0	1,45	1	6
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	26.952	499	0	18	3.288,4	0	24.200
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	1.013.038,00	19.481,50	0,00	6.550,00	44.783,23	0,00	307.959,00
Quantidade de empréstimos pessoa física	4.665	106	0	0	639,24	0	4.245
Volume de empréstimos pessoa física	244.518,00	5.557,23	0,00	0,00	20.718,68	0,00	102.442,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	1.574.515,00	29.157,69	0,00	8.813,00	57.006,15	0,00	307.959,00
Taxa (%) de inadimplência	-	8,14%	0,0%	0,0%	16,66%	0,0%	74,00%

(*) Nesta tabela geral os dados dos maiores BCDs – os Bancos Palmas, Paju e Bem - que elevam as estatísticas. Neste caso, a mediana representa melhor o conjunto de BCDs pesquisados do que a média aritmética.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 20.2 – Caracterização da linha de crédito produtivo em reais oferecidas pelos BCDs (exceto Banco Palmas) – Estatísticas

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	82.950,00	1.481,25	1.000,00	1.000,00	2.050,36	150,00	10.000,00
Nº máximo de parcelas	-	12	12	10	6,89	2	24
Taxa de juros aplicados	-	1,84%	2,50%	2,00%	1,12%	1,00%	5,00%
TAC	-	1,79%	0,00%	2,00%	1,65%	0,00%	5,00%
Carência (em meses)	-	1	0	0	1,47	1	6
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	26.101	502	0	15	3.351,3	0	24.200
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	696.453,00	13.929,06	0,00	5.650,00	18.846,22	0,00	73.088,00
Quantidade de Empréstimos pessoa física	4.665	106	0	0	639,2	0	4.245
Volume de empréstimos pessoa física	244.518,00	5.557,23	0,00	0,00	20.718,68	0,00	102.442,00
Volume Total Liberado PF + empreendimentos	1.257.930,00	24.190,96	0,00	8.802,00	42.656,79	0,00	200.000,00
Taxa (%) de inadimplência	-	8,14%	0,00%	0,00%	16,66%	0,00%	74,00%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 20.3 – Caracterização da linha de crédito produtivo em reais oferecidas pelos BCDs (exceto Banco Palmas, Paju e Bem) – Estatísticas

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	61.950,00	1.191,35	1.000,00	1.000,00	1.592,16	150,00	10.000,00
Nº máximo de parcelas	-	11	6	9	6,45	2	24
Taxa de juros aplicados	-	1,85%	2,50%	2,00%	1,10%	1,00%	5,00%
TAC	-	1,81%	0,00%	2,50%	1,66%	0,00%	5,00%
Carência (em meses)	-	1	0	0	1,3	1	6
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	25.759	526	0	14	3.452,85	0	24.200
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	625.091,00	13.022,73	0,00	5.100,00	18.491,30	0,00	73.088,00
Quantidade de empréstimos pessoa física	4.665	111	0	0	654,21	0	4.245
Volume de empréstimos pessoa física	244.518,00	5.821,86	0,00	0,00	21.180,77	0,00	102.442,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	985.568,00	20.113,63	0,00	7.705,00	35.492,70	0,00	192.000,00
Taxa (%) de inadimplência	-	8,28%	0,00%	0,00%	16,83%	0,00%	74,00%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabelas complementares referentes ao item 5.2.4.2 Um mecanismo recíprocatório de circulação da redistribuição no mercado: a linha de crédito para consumo em moeda social

Tabela 21.3 – Caracterização linhas de crédito em moeda social para consumo – Estatísticas

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv.Pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	4.240,00	157,04	200,00	150,00	92,15	40,00	300,00
Nº máximo de parcelas	-	3	2	2	1,45	1	6
Taxa de juros aplicados	-	0,04%	0,00%	0,00%	0,20%	0,00%	1,00%
TAC	-	0,23%	0,00%	0,00%	0,99%	0,00%	5,00%
Carência (em meses)	0,0	0,08	0,00	0,00	0,40	0,00	2,0
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	9.921	472	0	0	2.159,67	0	9.898
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	6.685,00	318,33	0,00	0,00	1.084,54	0,00	4.900,00
Qtd. empréstimos pessoa física	3.298	144	0	35	348,01	0	1.600
Volume de empréstimos pessoa física	115.455,00	4.810,63	0,00	2.708,50	7.309,92	0,00	31.000,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	121.405,00	4.856,20	0,00	2.450,00	7.268,60	0,00	31.000,00
Taxa (%) de inadimplência	-	10,21%	0,00%	4,00%	22,49%	0,00%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 21.4 – Caracterização linhas de crédito em moeda social – BCDs (Exceto Banco Palmas, Paju e Bem)

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	7.310,00	215,00	200,00	200,00	161,89	40,00	600,00
Nº máximo de parcelas	-	3	1	3	2,23	1	10
Taxa de juros aplicados	-	0,27%	0,00%	0,00%	0,76%	0,00%	3,00%
TAC	-	0,36%	0,00%	0,00%	1,11%	0,00%	5,00%
Carência (em meses)	4	1	0	0	0,5	0	2
Quantidade de empréstimos empreendimentos formais/informais	9.921	367	0	0	1.904,7	0	9.898
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	6.685,00	247,59	0,00	0,00	960,72	0,00	4.900,00
Qtd. empréstimos pessoa física	3.276	109	0	25	309,49	0	1.600
Volume de empréstimos pessoa física	114.388,00	3.812,93	0,00	950,00	6.802,61	0,00	31.000,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	120.338,00	3.881,87	0,00	1.000,00	6.792,49	0,00	31.000,00
Taxa (%) de inadimplência	-	8,73%	0,00%	0,00%	20,19%	0,00%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 21.5 – Caracterização linhas de crédito em moeda social – BCDs em pleno funcionamento

Modalidades	Estatísticas						
	Total	Média	Moda	Mediana	Desv. pad.	Mínimo	Máximo
Limite das linhas de crédito	5.770,00	213,70	50,00	200,00	168,34	50,00	600,00
Nº máximo de parcelas	-	3	1	3	2	1	10
Taxa de juros aplicados	-	0,31%	0,00%	0,00%	0,84%	0,00%	3,00%
TAC	-	0,46%	0,00%	0,00%	1,24%	0,00%	5,00%
Carência (em meses)	4	1	0	0	0,60	0,0	2
Quantidade de empréstimos empreendimentos formal/informais	9.919	472	0	0	2.160	0	9.898
Volume de empréstimos empreendimentos formais/informais	6.685,00	318,33	0,00	0,00	1.084,54	0,00	4.900,00
Qtd. empréstimos pessoa física	3.166	132	0	29	343,21	0	1.600
Vol. empréstimos pessoa física	95.308,00	3.812,32	0,00	1.000,00	6.992,51	0,00	31.000,00
Volume total liberado PF + empreendimentos	101.258,00	3.894,54	0,00	1.025,00	6.973,12	0,00	31.000,00
Taxa (%) de inadimplência	-	5,10%	0,00%	0,00%	8,64%	0,00%	33,00%

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabelas complementares referentes ao item 5.2.5 O processo de solicitação e as decisões sobre o crédito: criando reciprocidade para a redistribuição e o contra movimento do mercado

Tabela 24.1 – Mecanismos de cobrança de crédito em atraso utilizados pelos BCDs

Mecanismos de cobrança de crédito	Respostas		Percentual de casos
	Ocorrências	Percentual	
Telefonemas	32	30,5%	68,1%
Visita ao local	42	40,0%	89,4%
Carta de cobrança	19	18,1%	40,4%
Divulgação da lista de inadimplentes	3	2,9%	6,4%
Outros	9	8,6%	19,1%
Total	105	100,0%	223,4%

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de casos

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 24.2 – Outros mecanismos de cobrança utilizados pelos BCDs

Mecanismo	Casos	% Casos	% valido	% acumulado
Comunicação via rádio local	1	11,1	11,1	11,1
Através SMS/Recados	3	33,3	33,3	44,4
Convite para reunião	1	11,1	11,1	55,5
Levar quem indicou	2	22,2	22,2	77,7
Bloqueio de serviços da associação	2	22,2	22,2	100,0
Total	9	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabelas complementares referentes ao item 5.2.6 A formação do fundo de crédito e outras especificidades: os principais desafios da atuação dos BCDs nos territórios

Tabela 28.2 – Caracterização dos valores do fundo de crédito inicial e atual e da carteira de crédito ativa atual pelos BCDs (exceto Palmas) – Estatísticas

Características	Estatísticas							
	Válidos/Omissos	Total	Média	Moda	Mediana	Desv.Pad.	Mínimo	Máximo
Valor do fundo de crédito – Inicial	(36 / 10)	638.630,00	17.684,17	30.000,00	11.250,00	17.666,72	680,00	90.000,00
Valor do fundo de crédito – Atual	(31 / 15)	801.764,00	25.863,35	0,00	6.000,00	44.389,56	0,00	180.000,00
Valor da carteira de crédito ativa	(30 / 16)	625.657,00	20.855,23	0,00	5.891,50	40.409,68	0,00	180.000,00

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 28.3 – Caracterização dos valores do fundo de crédito inicial e atual e da carteira de crédito ativa atual pelos BCDs (exceto Palmas, Paju e Bem) – Estatísticas

Características	Estatísticas							
	Válidos/Omissos	Total	Média	Moda	Mediana	Desv.Pad.	Mínimo	Máximo
Valor do fundo de crédito – Inicial	(34/10)	567.630,00	16.695,00	30.000,00	10.000,00	17.653,78	680,00	90.000,00
Valor do fundo de crédito – Atual	(29/15)	451.764,00	15.578,07	0,00	5.000,00	20.276,38	0,00	80.000,00
Valor da carteira de crédito ativa	(29/15)	445.657,00	15.367,00	0,00	5.000,00	27.486,96	0,00	130.610,00

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 29.1 – Fontes de receitas utilizadas pelos BCDs

Outras fontes	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Parcerias (não é fonte de receita)	1	4,5	4,5	4,5
Serviços prestados a prefeitura municipal	1	4,5	4,5	9,1
Eventos, feiras, bazares e doações	4	18,2	18,2	27,3
Microssseguros	8	36,4	36,4	63,6
Recursos próprios/Vendas diversas	4	18,2	18,2	81,8
Financiamento de projetos (não é fonte de receita)	2	9,1	9,1	90,9
Não possui/Não informou	2	9,1	9,1	100,0
Total	22	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabelas complementares referentes ao item 5.3 As moedas sociais nos BCDs no Brasil: aspectos da gestão e os desafios do seu uso no território

Tabela 31.1 – Modalidades de controle da circulação da moeda social utilizados pelos bancos comunitários

Modalidades de Controle	Respostas		Percentual de Casos
	Ocorrências	Percentual	
Ficha de adesão à moeda com os comerciantes	32	31,7%	68,1%
Planilha de emissão das moedas	24	23,8%	51,1%
Planilhas de gerenciamento da circulação da moeda	30	29,7%	63,8%
Não possui controle	2	2,0%	4,3%
Outro	13	12,9%	27,7%
Total	101	100,0%	214,9%

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de casos

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

social

Periodicidade	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
No momento da operação	24	51,1	51,1	51,1
Ao final do dia	6	12,8	12,8	63,9
01 vez por semana	3	6,4	6,4	70,3
01 vez por mês	1	2,1	2,1	72,4
Não realiza tais registros	2	4,3	4,3	76,7
Outro	11	23,4	23,4	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 32.1 – Total de comerciantes existentes na área atuação dos BCDs

Número de Comerciantes	Casos	% Casos	% válido	% acumulado
Até 30 comerciantes	5	10,6	10,6	10,6
Acima de 30 até 80 comerciantes	6	12,8	12,8	23,4
Acima de 80 até 150 comerciantes	6	12,8	12,8	36,2
Acima de 150 até 350 comerciantes	10	21,3	21,3	57,5
Acima de 350 até 500 comerciantes	4	8,5	8,5	66,0
Acima de 500 comerciantes	9	19,1	19,1	85,1
Não informou	7	14,9	14,9	100,0
Total	47	100,0	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

Tabela 34.1 – Instrumentos de estímulo ao uso da moeda social quando da sua criação

Ações/Instrumentos Utilizados	Respostas		Percentual de Casos
	Ocorrências	Percentual	
Não houve (BCDs Buriti/ CE; Vale do Acaraú/CE; Bandesc/CE)	3	1,6%	6,4%
Palestra.	23	12,6%	48,9%
Capacitações (oficinas, cursos e formações etc.).	22	12,1%	46,8%
Material de comunicação (cartaz/ <i>banner</i>).	29	15,9%	61,7%
Meios de comunicação locais (sistema de som, boca a boca, rádio comunitária).	26	14,3%	55,3%
Campanha publicitária (serviço contratado).	1	0,5%	2,1%
Eventos e feiras.	23	12,6%	48,9%
Atividade específica com os comerciantes.	33	18,1%	70,2%
Atividade nas escolas da comunidade.	11	6,0%	23,4%
Músicas/teatro.	3	1,6%	6,4%
Outros.	8	4,4%	17,0%
Total	182	100,0%	387,2%

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % de casos.

Fonte: Dados da pesquisa direta (2012).

APÊNDICE H – Questionário do mapeamento do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras (empreendimentos locais e prossumidores)

NÚMERO: _____ ENTREVISTADOR: _____ Data: ___/___/2013

1- Questões introdutórias

Você mora no Conjunto Palmeiras? () sim () não Se sim, há quanto tempo? _____ anos

Você conhece a moeda social Palmas? () sim () não* (Se não, pare aqui)

Você já usou a moeda social Palmas? () sim () não* (Se não, pare aqui)

Hoje, você usa¹ a moeda social Palmas? () sim () não* (Se não, pare aqui)

Se não, por quê? (aponte sucintamente a resposta) _____

Nota¹ Usa = recebe, aceita, compra com moeda social Palmas

2- Percepção sobre a moeda Palmas, sua relação com as transformações do território e sua utilidade social (N – Nada; P – Pouco; M – Muito; T – Totalmente)

2.1	A moeda Palmas ajudou a melhorar o Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
2.2	A moeda Palmas foi útil para o Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
2.3	A moeda Palmas ajudou a melhorar sua vida no Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
2.4	Conheceu mais pessoas ou fez novos amigos depois do uso da moeda Palmas no Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
2.5	A moeda Palmas ajudou a melhorar as relações de vizinhança no Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
2.6	A moeda Palmas ajudou a aumentar suas vendas?	N	P	M	T
2.7	A moeda Palmas ajudou a aumentar a renda da sua família?	N	P	M	T
2.8	A moeda Palmas fez aumentar o consumo dentro do Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
2.9	Hoje, a moeda Palmas está ajudando a melhorar o Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T

2.10	Hoje, a moeda Palmas ajuda a aumentar suas vendas?	N	P	M	T
2.11	Hoje, a moeda Palmas ajuda a melhorar a renda da sua família?	N	P	M	T
2.12	Hoje, a moeda Palmas é útil para você e/ou seu empreendimento?	N	P	M	T
2.13	Hoje, você acha que se moeda Palmas deixasse de circular, faria diferença para o Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
2.14	E hoje em dia, você acha que se moeda Palmas deixasse de circular, faria diferença para você e/ou seu empreendimento?	N	P	M	T

3. CARACTERIZAÇÃO DOS NÓS DO CIRCUITO

<input type="checkbox"/> Prossumidor ²	Nome/ tipo de produto ou serviço prestado: _____
<input type="checkbox"/> Empreendimento local privado formal	Nome/ tipo de produto ou serviço prestado: <input type="checkbox"/> farmácia; <input type="checkbox"/> mercadinho; <input type="checkbox"/> salão de beleza; <input type="checkbox"/> lanchonete <input type="checkbox"/> restaurante; <input type="checkbox"/> lan-house <input type="checkbox"/> Outro, tipo: _____
<input type="checkbox"/> EE de Ecosol	Nome/ tipo de produto ou serviço prestado: _____/_____
<input type="checkbox"/> Org. Socied. Civil	Nome/ tipo de produto ou serviço prestado _____/_____
<input type="checkbox"/> Grupo coletivo de produção (informal)	Nome/ tipo de produto ou serviço prestado _____/_____
<input type="checkbox"/> Grupo cultural	Nome/ tipo de produto ou serviço prestado _____/_____
<input type="checkbox"/> Outro	Nome/ tipo de produto ou serviço prestado _____/_____

Nota²: indivíduo que vende o que produz ou presta serviços e, ao mesmo tempo, é consumidor na comunidade. Tipicamente são pequenos negócios informais (Ex. vendedores ambulantes; produção caseira, mão de obra local, como pedreiro etc.)

4. CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO CIRCUITO

4.1 De QUEM e COMO você ACESSA ou RECEBE a moeda social Palmas?

De quem?	Como?	Especificamente... (apontar nome/produtos e serviços/tipo dos principais atores)	Quanto em média? (estimar valor médio mensal)	Com que frequência? R – raramente; VQ – de vez em quando; S – sempre; NR – Não recebe há muito tempo	Que tipo de relação tem com este ator? F – familiar; A – amizade; V – vizinhança; C – conhecidos; NE – não existe relação específica
1-Moradores da comunidade em geral	Vendendo seus produtos e serviços	Não se aplica		R VQ S NR	A F V NE
2- Moradores das comunidades vizinhas	Vendendo seus produtos e serviços	Não se aplica		R VQ S NR	A F V NE
3 – BCD Palmas	Tomando empréstimos	Consumo Produtivo Empresarial Bolsa Família Habitacional		R VQ S NR	A F V NE
	Trocando direto reais por Palmas	Não se aplica		R VQ S NR	A F V NE
	Vendendo seus produtos e serviços para funcionários do BP	Não se aplica		R VQ S NR	A F V NE
4 - Empreendimentos locais	Vendendo para abastecer outros Empreendimentos locais	1 _____ 2 _____ 3 _____		R VQ S NR	A F V NE

	Recebendo trocos nos empreendimentos locais	1 _____ 2 _____ 3 _____		R VQ S NR	A F V NE
5 – Prossumidores	Vendendo para abastecer Prossumidores	1 _____ 2 _____ 3 _____		R VQ S NR	A F V NE
	Recebendo troco de Prossumidores	1 _____ 2 _____ 3 _____		R VQ S NR	A F V NE
6 – Empreendimentos locais de Ecosol	Vendendo para abastecer EES locais	1 _____ 2 _____		R VQ S NR	A F V NE
	Recebendo troco nos EES locais	1 _____ 2 _____		R VQ S NR	A F V NE
7 – Outros				R VQ S NR	A F V NE

4.2 ONDE e COMO você GASTA a moeda social Palmas?

Onde gasta?	Como?	Especificamente... (apontar nome/produtos e serviços/tipo dos principais atores)	Quanto em média? (estimar valor médio mensal)	Com que frequência? R – raramente; VQ – de vez em quando; S – sempre; NR – Não recebe há muito tempo	Que tipo de relação tem com este ator? F – familiar; A – amizade; V-vizinhança; NE – não existe relação específica
1 – Moradores da comunidade em geral	Passando troco nas compras dos produtos e serviços	Não se aplica		R VQ S NR	A F V NE
2 – Moradores das comunidades vizinhas	Passando troco nas compras dos produtos e serviços	Não se aplica		R VQ S NR	A F V NE
3 – BCD Palmas	Pagando empréstimos no BP	Consumo Produtivo Empresarial Bolsa Família Habitacional		R VQ S NR	A F V NE
	Trocando direto as Palmas por reais no BP	Não se aplica		R VQ S NR	A F V NE
	Pagando contas diversas no BP	Não se aplica		R VQ S NR	A F V NE
4 – Empreendimentos locais	Comprando produtos e serviços diversos em Empreendimentos locais	1 _____ 2 _____ 3 _____		R VQ S NR	A F V NE
	Comprando para se abastecer em empreendimentos locais	1 _____ 2 _____		R VQ S NR	A F V NE

		3 _____			
5 - Prossumidores	Comprando produtos e serviços diversos junto a Prossumidores	1 _____ 2 _____ 3 _____		R VQ S NR	A F V NE
	Comprando para se abastecer junto a Prossumidores	1 _____ 2 _____ 3 _____		R VQ S NR	A F V NE
6 - Funcionários/mão de obra local	Pagando funcionários ou mão de obra local	_____ % do salário _____ valor médio pago		R VQ S NR	A F V NE
6 - Empreendimentos locais de Ecosol	Comprando produtos e serviços diversos em EES locais	1 _____ 2 _____		R VQ S NR	A F V NE
	Comprando para se abastecer em EES locais	1 _____ 2 _____		R VQ S NR	A F V NE
7 - Outros				R VQ S NR	A F V NE

APÊNDICE I – Questionário do mapeamento do circuito das Palmas no Conjunto Palmeiras (moradores em geral)

NÚMERO: _____ ENTREVISTADOR: _____ Data: ____/____/2013

3- Questões introdutórias

Você mora no Conjunto Palmeiras? () sim () não Se sim, há quanto tempo? _____ anos

Você conhece a moeda social Palmas? () sim () não* (Se não, pare aqui)

Você já usou a moeda social Palmas? () sim () não* (Se não, pare aqui)

Hoje, você usa¹ a moeda social Palmas? () sim () não* (Se não, pare aqui)

Se não, por quê? (aponte sucintamente a resposta) _____

Nota¹ Usa = receber, aceitar, comprar com moeda social Palmas

2 De QUEM e COMO você ACESSA ou RECEBE a moeda social Palmas? (apenas para os casos em que usa a moeda ainda hoje)

() tomando empréstimo no Palmas. Quais: () Consumo () Produtivo () Habitacional () Bolsa Família () Empresarial

() Trocando direto Reais por Palmas no Banco Palmas

() Recebendo troco nos empreendimentos locais. De que tipo: () farmácia; () mercadinho; () salão de beleza; () lanchonete

() restaurante; () lan-house () Outro, tipo: _____

() outra forma. Qual? _____

3 ONDE e COMO você GASTA a moeda social Palmas?

() Pagando empréstimo no Palmas. Quais: () Consumo () Produtivo () Habitacional () Bolsa Família () Empresarial

() Pagando contas diversas no Banco Palmas

() Outra forma. Qual? _____

4 Percepção sobre a moeda Palmas, sua relação com as transformações do território e sua utilidade social (N -Nada; P-Pouco; M-Muito; T-Totalmente)
 (apenas para os que disseram que já usaram e/ou usam a moeda social Palmas)

1	A moeda Palmas ajudou a melhorar o Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
2	A moeda Palmas foi útil para o Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
3	A moeda Palmas ajudou a melhorar sua vida no Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
4	Conheceu mais pessoas ou fez novos amigos depois do uso da moeda Palmas no Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
5	A moeda Palmas ajudou a melhorar as relações de vizinhança no Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
6	A moeda Palmas ajudou a aumentar suas vendas?	N	P	M	T
7	A moeda Palmas ajudou a aumentar a renda da sua família?	N	P	M	T
8	A moeda Palmas fez aumentar o consumo dentro do Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
9	Hoje, a moeda Palmas está ajudando a melhorar o Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
10	Hoje, a moeda Palmas ajuda a aumentar suas vendas?	N	P	M	T
11	Hoje, a moeda Palmas ajuda a melhorar a renda da sua família?	N	P	M	T
12	Hoje, a moeda Palmas é útil para você e/ou seu empreendimento?	N	P	M	T
13	Hoje, você acha que se moeda Palmas deixasse de circular, faria diferença para o Conjunto Palmeiras?	N	P	M	T
14	E hoje em dia, você acha que se moeda Palmas deixasse de circular, faria diferença para você e/ou seu empreendimento?	N	P	M	T